



354

-R-

Joaquim Bastos Serra

**A COLEGIADA DE SANTO ESTÊVÃO DE ALFAMA DE LISBOA
NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA:**

os Homens e a Gestão da Riqueza Patrimonial.



Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa

282:33(469) 13/14 "

2001

55040

Dissertação de Mestrado em História
Medieval apresentada à Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa.

Para a Ana, para a Rita e para a Paula

INTRODUÇÃO

O presente trabalho centra-se no estudo de uma instituição do clero secular de Lisboa, a Colegiada de Santo Estêvão de Alfama, nos séculos XIV e XV.

As balizas cronológicas e o enfoque que se deu à abordagem derivam, naturalmente, das características do fundo documental da igreja, o núcleo base a partir do qual se desenvolveu a investigação¹. Um conjunto de fontes que se revela relativamente homogéneo e com alguma continuidade temporal, a partir do século XIV, já que da centúria anterior se registam apenas dezassete documentos. Embora não tão vasto como desejaríamos, o espólio da Colegiada de Santo Estêvão de Alfama é, ainda assim, significativo, ele é composto, para a época medieval, por cerca de trezentos documentos avulso e por vários Livros/Cadernos com registos dos imóveis. Entre a documentação avulsa, abundam sobretudo os contratos e outros “instrumentos” relativos à propriedade, podendo ainda encontrar-se, embora em muito menor número, algumas sentenças, doações e verbas testamentárias, entre outros. Quanto aos Cadernos, dois são das primeiras décadas do século XV, um com cópias-resumo de contratos realizados entre 1372 e 1420², outro um registo, elaborado pelo prioste,

¹ Utilizámos também documentação recolhida nas *Chancelarias Régias* e na *Leitura Nova* e, ainda, alguma outra publicada, sobretudo, no *Chartularium Universitatis Portugalensis*, ed. por Artur Moreira de Sá, vols. I, IV, VI, VII, Lisboa, I.A.C./I.N.I.C., 1966-1981 e na *Monumenta Portugaliae Vaticana* ed. por António Domingues de Sousa Costa, Vols. I, II e IV, Roma-Porto-Braga, Livraria Editorial Franciscana, 1968-1970.

² IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno n.º 7.

onde constam os bens imóveis e os foros a receber de cada um deles³. Existe, ainda, um “Livro de Aniversários”⁴ e dois tombos de propriedades, do final do século XV⁵ e dos princípios da centúria seguinte, que caracterizam, com algum pormenor, os imóveis da igreja⁶.

A propriedade da instituição, amplamente documentada, constitui, pois, o centro deste estudo.

Face à distribuição cronológica das fontes, não é possível acompanhar o período inicial de formação do património, nem identificar os primeiros núcleos de implantação espacial do mesmo. Esta lacuna é, contudo, amplamente compensada pelos abundantes informes para as centúrias de trezentos e quatrocentos, permitindo conhecer, nesse período, a localização geográfica dos bens, a sua tipologia e características, em alguns casos com bastante minúcia, bem como acompanhar as vicissitudes que a propriedade sofreu ao longo da cronologia em estudo. A forma como a colegiada geriu a riqueza patrimonial, tendo em vista a sua rentabilização, é uma outra vertente de análise, que tanto quanto possível, procuraremos abordar numa perspectiva dinâmica, de modo a detectar tendências e evoluções.

Embora o nosso estudo se centre no património, não quisemos deixar de abordar o quadro humano da colegiada e de tecer algumas considerações sobre o seu funcionamento interno. Aspectos que nem sempre estão bem documentados, sendo a abordagem efectuada, a possível. Daí que, por vezes, ela possa parecer, de alguma forma, genérica, superficial ou até omissa em muitas questões. De qualquer modo, os dados que se

³ *Ibidem*, Caderno n.º 6.

⁴ *Ibidem*, Caderno n.º 7.

⁵ *Ibidem*, Caderno n.º 3.

⁶ *Ibidem*, Caderno n.º 4.

apresentam, e que revelam, como veremos, um conjunto de homens bem interessados na riqueza material da instituição, não são indiferentes para a própria compreensão das práticas gestionárias.

Mesmo não sendo este um trabalho sobre Lisboa, a cidade é o espaço não só onde se localiza o grosso do património, mas também onde actuam os intervenientes, quer da gestão dos bens quer da sua exploração efectiva. Lisboa é, pois, uma entidade sempre presente, que atravessa as várias vertentes deste estudo, seja na caracterização sócio-profissional que se faz dos foreiros, nas ligações que a igreja e os seus membros mantêm com a hierarquia eclesiástica ou com outras instituições religiosas com que tem de confrontar-se. Um mundo de relações que revela que a colegiada não vivia fechada sobre si própria, mas que, pelo contrário, interagia com a cidade, em cuja dinâmica se integrava. Daí que as crises e perturbações, que, com maior ou menor violência, atingiram Lisboa, não deixem de afectar um património implantado bem no coração da urbe e no seu espaço periurbano. Procurar saber como respondeu a colegiada, sobre o ponto de vista da gestão patrimonial, a essas conjunturas, é também um objectivo desta dissertação.

Um estudo modesto e revelando, ainda, as marcas de quem se inicia na *escrita da História*, que pretende ser um pequeno contributo para o melhor conhecimento de um tipo de instituição que teima em não merecer a atenção dos historiadores. Desde os estudos apresentados há já quase duas décadas por Ana Maria Rodrigues, poucos trabalhos vieram a público sobre estes institutos.

Se um panorama assim desolador constituiu uma sedução acrescida para enveredarmos por tais temáticas, a opção tomada pelo estudo de uma colegiada de Lisboa acabou por acarretar também algumas dificuldades. Elas derivam fundamentalmente da falta de trabalhos sobre estas

instituições, nomeadamente no que concerne à sua organização, modos de funcionamento interno e na sua relação com os poderes eclesiásticos e leigos. O facto de nenhuma, de entre as quase duas dezenas de colegiadas de Lisboa, se encontrar até ao momento estudada⁷ torna também difícil avaliar a importância, o poder e a influência de Santo Estêvão no contexto da Lisboa medieval, uma vez que tal só seria possível por via da comparação com as suas congéneres.

Uma outra carência sentida, e que de algum modo se reflecte nas abordagens efectuadas, deriva da falta de estudos recentes sobre Lisboa, no que concerne, por exemplo, à estruturação paroquial ou mesmo ao espaço urbano que, com excepção da Ribeira e das ruas mais importantes, é ainda conhecido de um modo vago. Estas carências foram particularmente sentidas na localização dos bens urbanos, reflectindo-se, por exemplo, ao nível da cartografia, cujo tratamento fica aquém do desejado.

Lacunas e dificuldades que, em muitos casos, só puderam ser ultrapassadas com o acompanhamento constante e imprescindível da Professora Iria Gonçalves que, de uma forma exemplar, orientou este estudo e a quem, publicamente, queremos agradecer a atenção com que acedeu a todas as nossas solicitações.

Os agradecimentos vão também para a Professora Hermínia Vasconcelos Vilar, da Universidade de Évora, pela disponibilidade que demonstrou para ler alguns dos capítulos e pelas correcções e sugestões de aperfeiçoamento propostas.

⁷ Existe um trabalho sobre a igreja de Santa Cruz do Castelo, mas incide fundamentalmente no estudo da capela de D. Isabel de Sousa. Veja-se, Fernando Carlos Rodrigues Martins, *A colegiada de Santa Cruz do Castelo e a Capela de D. Isabel de Sousa*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1996.

Ao Luís e à Manuela, que pacientemente foram lendo os vários capítulos e com quem fomos trocando impressões a eles respeitantes, também o nosso obrigado.

CAPÍTULO 1

ORIGENS E QUADRO HUMANO DA COLEGIADA (UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO)

1.1. As origens

Sobre as origens da igreja de Santo Estêvão muito pouco se sabe. A aludida antiguidade desta paróquia, que tradicionalmente se fez remontar a período imediatamente posterior à conquista da cidade de Lisboa aos mouros⁸, por D. Afonso Henriques, em 1147, não pôde ser comprovada documentalmente. Essa datação não parece sequer crível, face ao que se conhece da evolução paroquial desta cidade⁹. No período da restauração da

⁸ Tal é referido, por exemplo, num pequeno estudo, de carácter encomiástico, efectuado por Gustavo Couto, em 1927. Este trabalho, o único que se conhece sobre a igreja e freguesia de Santo Estêvão, dá, de facto, algumas informações sobre as origens e diversos outros aspectos da igreja, mas sem um válido apoio documental. No final do seu estudo, o autor transcreve alguns documentos, mas não indica a origem, data ou outros elementos. Gustavo Couto, *História da Igreja de Santo Estevam de Lisboa*, Lisboa, 1927.

⁹ Na verdade, o estudo sobre a estruturação paroquial da cidade, no período medieval, encontra-se ainda, em boa parte, por fazer. O que dela se conhece deve-se ao reputado olisipógrafo Augusto Vieira da Silva, que, partindo da base documental disponível, identificou as igrejas, apresentou uma cronologia da sua fundação, entre outros aspectos. Os elementos fornecidos pelos seus trabalhos foram depois utilizados por outros autores, que os procuraram enquadrar no contexto de crescimento urbano ou demográfico. Assim o fizeram, por exemplo, António Gonçalves Mattoso que, para além de relacionar a estruturação das freguesias com o crescimento populacional, chamou a atenção para aspectos relativos aos rendimentos, bem como ao facto de muitas igrejas terem fundação senhorial. Também Gérard Pradalié, na sua síntese relativa a Lisboa, se refere à estruturação das paróquias, atendendo, entre outros, a factores de natureza topográfica e de crescimento urbano, para explicar a precedência da fundação de umas em relação a outras. Estes trabalhos, que têm já várias décadas, apesar do seu mérito, são insuficientes para explicar os condicionalismos que favoreceram a rápida proliferação de igrejas e de paróquias, em Lisboa, no século XII. Veja-se, Augusto Vieira da Silva, "Evolução paroquial de Lisboa", *Dispersos*, vol. I,

diocese, a crer nos cronistas, em especial no relato da conquista de Lisboa aos mouros do chamado Cruzado Osberno¹⁰, os únicos templos cristãos, já existentes ou fundados em data próxima, seriam as igrejas de Santa Cruz do Castelo (provavelmente a igreja matriz moçarabe¹¹); a Igreja de S. Vicente de Fora, a oriente; a igreja de Santa Maria dos Mártires, no Monte de S. Francisco, a ocidente, e a Igreja de Santa Maria Maior¹². Esta foi a primeira sé de Lisboa, do período cristão, tendo-se revestido a sua sagração como catedral, a seguir à conquista, de grande significado simbólico¹³. Nela,

Lisboa, 1954, p. 173-215; Idem, "Notícia histórica das freguesias de Lisboa", *Ibidem*, p. 219-299; António Gonçalves Mattoso, "A paróquia. Sua evolução histórica e Influência civilizadora. III. As paróquias de Lisboa através dos tempos", *Lumem*, 27, 1963, pp. 545-552; Gérard Pradalié, *Lisboa, da reconquista ao fim do século XIII*, tradução de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1975, p. 38-43.

¹⁰ Trata-se de um documento em latim, escrito entre a segunda metade do século XII e a primeira década do século XIII, atribuído tradicionalmente ao cruzado Osberno, que participou na tomada da cidade de Lisboa. De relevo é ainda a crónica, relativa à fundação do Mosteiro de S. Vicente, também da segunda metade do século XII. Utilizámos para estes dois textos a edição de Aires A. Nascimento, "De Expugnatione Lyxbonensi" e de "Indiculum, *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, Lisboa, 2001.

Sobre a imagem de Lisboa, e outras cidades, em fontes narrativas, veja-se, por exemplo, Idem, "D. Afonso Henriques e as Cidades", *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, vol. V, Guimarães, Câmara Municipal, 1997, pp. 223-234.

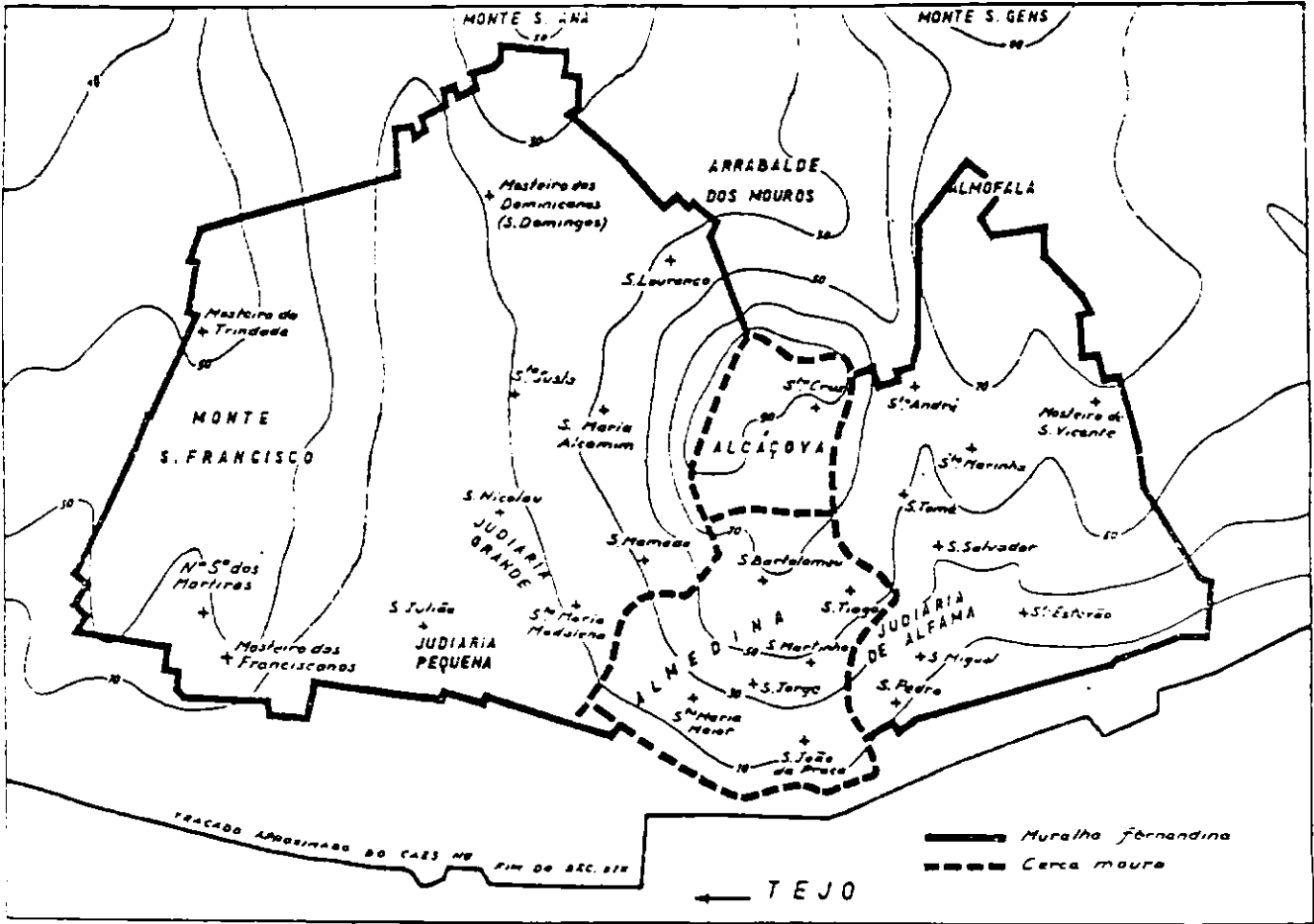
¹¹ A presumível comunidade cristã, que existia em Lisboa durante o domínio mouro, teria o seu culto, muito provavelmente, nesta igreja. Cf., Maria João Violante Branco, "Reis, bispos e cabido: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração", *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 10, 1998, p. 57.

¹² D. Rodrigo da Cunha, na sua *História Eclesiástica de Lisboa*, acrescenta, às já referidas, a igreja de Santa Justa como uma das primeiras igrejas de Lisboa. Cf., *Historia Eclesiastica da igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus prelados e varoens eminentes em santidade* (...), Lisboa, 1642, fl. 62.

Vd. Mapa n.º 1 relativo às freguesias de Lisboa.

¹³ Maria João Violante Branco, "Reis, bispos e cabido: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração", *op. cit.*, p. 58. Veja-se também, a este propósito, Idem, "A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço físico, político e simbólico", *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, Guimarães, 1996, pp. 121-137.

Mapa I – Freguesias de Lisboa



in Maria Teresa Campos Rodrigues. "Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV". sep. de *Revista Municipal*. n.º 101-109, Lisboa, 1968. p. 21

como relata com pormenor o cruzado, foi investido o primeiro bispo da cidade reconquistada, D. Gilberto de Hastings¹⁴.

De facto, tal como têm apontado alguns investigadores que se debruçaram sobre a evolução paroquial de Lisboa, nomeadamente Augusto Vieira da Silva, a igreja de Santo Estêvão não parece poder incluir-se entre os primeiros templos cristãos da cidade¹⁵. Embora a sua fundação possa ter ocorrido depois da maioria das igrejas do interior da cerca moura¹⁶, não é improvável que date, ainda, de antes do fim do século XII, período em que os arrabaldes de Alfama, na encosta oriental, conheciam já algum crescimento urbano¹⁷, favorecendo, de algum modo, a criação de paróquias, nessa área¹⁸, como forma de enquadrar as populações aí residentes.

¹⁴ *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, ed. de Aires A. Nascimento, Lisboa, 2001, pp. 141-143.

¹⁵ Augusto Vieira da Silva, “Notícia histórica das freguesias de Lisboa”, *Dispersos*, vol. I, Lisboa, 1954, p. 244.

¹⁶ Nesse sentido aponta, por exemplo, Gérard Pradalié, *Lisboa, da reconquista ao fim do século XIII*, tradução de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1975, p. 39.

¹⁷ Como refere A. H. de Oliveira Marques, no século XII, quando os cristãos reconquistaram a cidade, existiam já bairros novos, fora das muralhas, tanto a ocidente como a oriente. A. H. de Oliveira Marques, “Lisboa medieval: uma visão de conjunto”, *Novos ensaios de história medieval portuguesa*, Lisboa, 1988, p. 83.

Para Gérard Pradalié, Alfama foi mesmo a primeira área ocupada no exterior da muralha, “No século XII a zona urbanizada ultrapassou o recinto amuralhado, primeiro a sueste, com Alfama, bairro de origem árabe”, Gérard Pradalié, *Lisboa, da reconquista ao fim do século XIII*, tradução de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1975, p. 17.

¹⁸ Gérard Pradalié, partindo, sobretudo, de uma análise topográfica, considera que as freguesias da encosta oriental, nomeadamente Santo Estêvão, S. Pedro e S. Miguel, surgiram primeiro do que as da encosta ocidental. Refere ainda que aquelas igrejas de Alfama já existiam em 1180, mas não fundamenta documentalmente a afirmação, *Lisboa, da reconquista ao fim do século XIII*, tradução de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1975, p. 39.

Contudo, a primeira referência concreta que possuímos data de 1231. Trata-se de uma doação efectuada à igreja, por João Martins e sua mulher¹⁹. A instituição consta também no rol das igrejas de padroado régio, documento elaborado, muito provavelmente, no primeiro quartel do século XIII²⁰, onde *Sanctus Stephanus de Ulixbona* se inclui²¹.

A fundação desta paróquia deverá, pois, situar-se entre os finais do século XII e as primeiras décadas da centúria seguinte. A sua criação inseriu-se no processo de reorganização do espaço urbano que se verificou em Lisboa, no período posterior à reconquista. O século XII foi, de resto, por toda a Europa Ocidental, o momento mais intenso de formação de paróquias urbanas²², o que se pode relacionar com o surto de crescimento desse período. Portugal, apesar da especificidade decorrente da guerra de reconquista, parece ter acompanhado esse movimento, em especial no centro e sul do país, onde as unidades paroquiais urbanas conheceram uma rápida multiplicação²³.

¹⁹ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 19. n.º 376.

²⁰ Cf., Isaias da Rosa Pereira, “Visitações de Santo Estêvão de Alfama (1528-1539)”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. 32, tomo. I, p. 299.

²¹ “Rol das várias igrejas de que El Rei he Padroeyro nos Bispados do Porto, Lamego, Tuy, Coimbra e Lisboa”, IAN/TT, Gav. XIX, maço 14. n.7, fl. 10v.

²² Jacques Le Goof, “L’apogée de la France Urbaine Médiévale, 1150-1330”, *Histoire de la France Urbaine*, dir. George Duby, Tome II, *La Ville Médiévale des Caroligiens a la Renaissance*, dir. Jacques Le Goof, Paris, 1980, pp. 232-234.

²³ Contrastando com a lenta implantação e divisão paroquial no norte do país, alguns núcleos urbanos do centro e sul, conheceram uma rápida formação de freguesias. Veja-se, por exemplo, o caso de Leiria com a maior parte das fundações paroquiais a situarem-se antes do fim do século XII, cf. Saul António Gomes, “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV”, *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2.ª série, 4, 1992, p. 180. Também na diocese de Évora esse aspecto foi comprovado por Herminia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, 1999, p. 229, nota 63.

Sobre os imbricados factores que poderão estar por detrás da criação de uma paróquia, veja-se, José Mattoso, “História das paróquias em Portugal”, *Portugal*

No caso de Lisboa, nas primeiras décadas do século XIII, a rede paroquial encontrava-se estabilizada. As 23 freguesias, identificadas para esse período²⁴, com algumas alterações territoriais, fruto de reajustamentos e delimitações mais precisas que foram sendo efectuadas, mantiveram-se até aos finais da Idade Média²⁵. Com excepção da catedral, do Mosteiro de S. Vicente e de Nossa Senhora dos Mártires, todas as outras dezanove igrejas, sedes de freguesias, eram colegiadas²⁶.

Santo Estêvão de Alfama, conjuntamente com Santa Maria dos Mártires e Santa Justa, constituiu, durante o período em análise, uma paróquia periférica da cidade. Depois da construção da cerca fernandina, no século XIV, passou a ter a sua sede, e parte do território, intramuros, mas

Medieval. Novas interpretações, Lisboa, 1984, pp. 37-56; Saúl António Gomes, "Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV", *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2.ª série, 4, 1992, p. 163-310.

²⁴ É esse o número de igrejas assinaladas para Lisboa no "Rol das várias igrejas de que El Rei he Padroeyro nos Bispados do Porto, Lamego, Tuy, Coimbra e Lisboa", IAN/TT, Gav. XIX, maço 14. n.7.

²⁵ Como afirma José Mattoso, no início as paróquias não tinham um território claramente definido. Contudo, a generalização da cobrança dos dízimos e primícias levou à necessidade de as delimitar claramente, o que só veio a ocorrer, com alguma sistematização, a partir dos inícios do século XIV, José Mattoso, *Identificação de Um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096 - 1325)*, vol. I, *Oposição*, Lisboa, 1985, pp. 400-403.

Entre a documentação conta-se uma carta limite da freguesia datada de 1476. No preâmbulo deste documento, cujo conteúdo não trataremos neste trabalho, refere-se que para evitar litígios e demandas entre as igrejas e para obstar a que alguns fiéis, aproveitando os diferendos, ficassem sem pagar as dízimas, as autoridades eclesiásticas procederam a uma delimitação das freguesias da cidade e do termo. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 8, n.º 141.

²⁶ Veja-se, A. H. Oliveira Marques, "Lisboa", *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Amélia Aguiar Andrade, vol. I, Lisboa, 1990, pp. 55-56.

incluía uma vasta área periurbana, a noroeste da cidade, cujos limites confinavam com freguesias do termo de Lisboa²⁷.

Talvez este posicionamento tivesse favorecido a apropriação, por parte da colegiada, de algumas ermidas e pequenos centros de culto que surgiram nos campos dos arredores, para dar resposta espiritual a uma população que aí se foi fixando. Foi esse o caso da ermida de Santa Apolónia, referida nos finais do século XV²⁸, e provavelmente de outras ermidas ou capelas. Santo Estêvão detinha, ainda, como sufragânea, a igreja de S. João Baptista, do Alqueidão de Valada, no termo de Santarém, de que temos referencias desde os finais do século XIII²⁹. Encontrava-se sujeita à igreja matriz, que cobrava as dízimas de uma área designada de Alqueidão³⁰. Desconhecemos se se tratava de uma igreja curada, bem como outros aspectos do seu funcionamento.

A colegiada de Santo Estêvão foi do padroado régio até 1295, ano em D. Dinis faz doação dos direitos a ele correspondente ao Bispo de Lisboa, D. João Martins Soalhães³¹. Para além do referido acto de doação,

²⁷ Augusto Vieira da Silva, "Evolução paroquial de Lisboa", *Dispersos*, vol. I, Lisboa, 1954, p. 188.

Só no século XVI, concretamente em 1569, a freguesia de Santo Estêvão, uma das mais extensas de Lisboa até esse período, foi desmembrada, surgindo no seu espaço, a freguesia de Santa Engrácia, Id. *ibidem*, pp. 272-273.

²⁸ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço, 2, n.º 22.

²⁹ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 14, n.º 263; maço 15, n.º 289.

³⁰ A cobrança dos dízimos do reguengo do Alqueidão de Valada, concedidas por doação régia, suscitou diversas contendas com as igrejas da Azambuja e de Valada. Por exemplo, *ibidem*, maço 3, n.º 52; maço 8, n.º 149; maço 20, n.º 3.

³¹ Existem dois documentos na Chancelaria de D. Dinis, relativos ao padroado de Santo Estêvão. Um concede o padroado, a título pessoal, ao referido prelado, outro concede - o aos bispos de Lisboa que pelo tempo fossem, Cf., IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 2, fl. 108 e fl. 110.

não possuímos nenhuma outra referência documental relativa ao padroeiro, sendo de supor que se manteve episcopal durante o período cronológico em estudo. O facto de não possuímos qualquer instrumento de apresentação impede-nos de saber se a nomeação do prior cabia ao arcebispo ou ao cabido.

1.2. Quadro humano

A igreja de Santo Estêvão, como tantas outras, era formada pelo prior e por diversos raçoeiros. Como se sabe, ao longo dos séculos medievais, no sentido de assegurar maior solenidade e esplendor ao culto divino³², mas também fazer face à crescente procura de lugares em instituições eclesiásticas, muitas igrejas passam a integrar, à semelhança das catedrais³³, um corpo canonical, presidido pelo prior e formado por um número variável de cónegos. Promover o culto divino e a cura de almas, junto dos fiéis, eram as funções primordiais³⁴ destes indivíduos, cuja acção evangelizadora se fazia, no século, junto da população.

Sobre as formas de organização desta igreja de Lisboa, em período anterior à segunda metade do século XIII, nada podemos adiantar, face à ausência de documentação. De qualquer modo, à semelhança de outras instituições congéneres, é provável que também os membros da Colegiada tivessem, em período primitivo, vivência comunitária, partilhando o mesmo

³² José Marques, *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, 1988, p. 479.

³³ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, ed. preparada e dirigida por Damião Peres, vol. I, Porto, 1967, p. 210.

³⁴ António Banha de Andrade, “Colegiadas – sua função, em especial a do ensino”, *Actas do Congresso de Guimarães e a sua Colegiada*, Guimarães, 1982, vol. V, p. 13.

tecto, obedecendo a uma regra, usufruindo os rendimentos em conjunto. Dessa fase, não possuímos, contudo, qualquer vestígio.

Com efeito, no lapso temporal do nosso estudo, os membros da instituição continuavam, obviamente, a organizar o seu quotidiano em torno do canto das horas canónicas e da celebração dos demais ofícios divinos na igreja, mas tinham residência em separado, em casas da instituição, que traziam emprazadas³⁵ ou em outras de sua propriedade³⁶, de um modo geral não muito distantes.

O abandono da vida comunitária não foi exclusivo de Santo Estêvão, mas verificou-se, a partir dos finais do século XII, quer nos cabidos das catedrais³⁷, quer nos das colegiadas³⁸, que, como já referimos, os seguiam em diversos aspectos. O fim da vida em comum obrigou à partilha dos bens e dos rendimentos das igrejas, em rações, por forma a assegurar o sustento de cada um dos seus membros. Divisão e modos de funcionamento que se apresentavam diferentes de instituição para instituição.

³⁵ É o caso, por exemplo, do raçoeiro Martim Domingues que morava numa casa sobradada junto do adro de Santo Estêvão, pagando à instituição foro anual, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 13, n.º 241.

³⁶ Diogo Afonso, por exemplo, morava em casas de sua propriedade, situadas na freguesia, que deixou em testamento a João Gonçalves com a obrigação de este mandar celebrar dois aniversários, *ibidem*, Caderno 2 fl. 14v e 15, doc. 20.

Em 1433, o prior da colegiada, Lourenço Gomes, também cônego da sé de Lisboa, vivia em casas “que som acima da See”, *ibidem*, maço 1, n.º 3.

³⁷ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, tomo I, p. 101; Avelino de Jesus Costa, “Cabido”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I, Porto, 1981, p. 410. No território português, a primeira partilha de bens entre o bispo e o cabido ocorreu em Braga em 1145. Cf., Avelino de Jesus Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, vol. I, Coimbra, 1959, p. 282. A secularização do cabido e o fim da vida comunitária consumaram-se cerca de 1173, “tendo posteriormente sido imitada pelas demais dioceses do Reino”, José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, 1988, p. 324.

³⁸ Avelino de Jesus Costa, “Cabido”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I, Porto, 1989, p. 411.

De facto, como têm mostrado estudos recentes³⁹, as colegiadas revelavam-se bem diversas entre si, no número de elementos que as compunham, na sua organização e funcionamento, nos recursos materiais que possuíam e, consequentemente, no poder e influência por si exercidos.

No caso da igreja de Santo Estêvão, em virtude de não ter chegado até nós qualquer regimento ou estatuto próprio, ou outro, que por ela fosse seguido, torna-se difícil conhecer, de uma forma segura, muitos aspectos da sua organização e funcionamento, mesmo para os séculos XIV e XV. Aspectos a que apenas podemos aceder de forma indirecta, através das práticas que nos vão indiciando formas de estruturação interna. Quase desnecessário se torna referir que a caracterização assim conseguida é, naturalmente, incompleta, sendo, contudo, a única que o acervo documental permite tentar.

A igreja de Santo Estêvão de Alfama foi, nos séculos XIII a XV, composta pelo prior e por oito beneficiados, número que parece não ter sofrido alterações até ao final do período em estudo⁴⁰. O cômputo dos seus

³⁹ Só nas duas últimas décadas as colegiadas ditas menores conheceram alguma atenção por parte dos historiadores portugueses. Dos trabalhos levados a cabo, não tão abundantes como seria desejável para o melhor conhecimento deste tipo de institutos, há que destacar os estudos de: Ana Maria S. A Rodrigues para as colegiadas de Torres Vedras, *La Colégiale de São Pedro de Torres Vedras, (fin XIII^e – fin XV^e Siècles), Étude économique et sociale*, tese de “Doctorat de III^e cycle” apresentada à Universidade de Paris IV – Sorbonne, Novembro de 1981; “As colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV”, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos de História Medieval*, Lisboa, 1996, pp. 195-243; “O domínio rural e urbano da Colegiada de São Pedro de Torres Vedras no Final do século XV”, *ibidem*, pp. 135-159; de José Marques para as igrejas da arquidiocese de Braga, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, 1988, pp. 479-493; de Maria de Fátima Botão, *Poder e Influência de uma Igreja Medieval. A Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, Cascais, 1998; de Maria Inez Gonçalves Marques, *A Colegiada de São Martinho de Sintra. Património e Gestão*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à F.C.S.H da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

⁴⁰ O número de beneficiados surge apenas claramente expresso num documento de

effectivos não se afastava em muito da realidade da esmagadora maioria das colegiadas do país, que raramente ultrapassavam os dez raçoeiros⁴¹, sendo mesmo superior à média das colegiadas de Lisboa que, em 1554, por exemplo, segundo os dados fornecidos por Cristóvão Rodrigues de Oliveira, correspondia a seis clérigos por instituição⁴². De qualquer modo, tratava-se de uma igreja, que dificilmente se poderia comparar às grandes colegiadas, como as de Santa Maria da Oliveira de Guimarães ou de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, que podiam atingir as duas⁴³ ou três

1351, indicando-se que os raçoeiros “sam oito, noue com o priol”, cf., IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 13, n.º 247.

Entre o espólio documental de Santo Estêvão, para o período em estudo, não se detectou qualquer outra indicação quanto ao número dos membros da colegiada. A sua determinação, a partir da análise dos níveis de presenças, também se revela pouco segura, uma vez que apenas são nomeados os indivíduos presentes e não todos os outros membros, que, muito embora fossem beneficiados da igreja, dela se ausentavam pelos mais diversos motivos. De facto, só para o ano de 1415 detectámos oito beneficiados, sendo o número médio, para a maior parte dos anos, de quatro a seis raçoeiros, como adiante veremos.

Mesmo assim, não parece ter existido qualquer supressão de benefício ou subdivisão de rações. Nas primeiras décadas do século XVI, o número de beneficiados da igreja era ainda de oito, conforme se pode confirmar pelo texto de uma visitação, efectuada nesse período. Em 1538, por exemplo, afirma o visitador: “(...) chegamos à igreja de Santo Estevam desta cidade honde achamos por vigário Joam Fernandez, cura por elle Francisco Diaz, e oito benefefficiados, scilicet quatro presentes e quatro absentes (...)”, Isaias da Rosa Pereira, “Visitações de Santo Estêvão de Alfama (1528-1539)”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. XXXII, tomo I, p. 349.

⁴¹ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, ed. preparada e dirigida por Damião Peres, vol. I, Porto, 1967, p. 103.

⁴² Número calculado por A. H. de Oliveira Marques a partir dos dados fornecidos por Cristóvão Rodrigues de Oliveira. Cf., A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise do século XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1987, p. 221; Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551, sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, Apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 80.

⁴³ Como parece ter-se verificado, na colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, pelo menos em determinados períodos, Maria de Fátima Botão, *Poder e Influência de uma Igreja Medieval*, p. 119.

dezenas de cônegos, ou até mais⁴⁴, o que era de facto excepcional no panorama das instituições do clero secular em Portugal⁴⁵.

Tal como outras colegiadas menores, com cuja estrutura Santo Estêvão revela semelhanças⁴⁶, também nesta igreja não se verificou a hierarquização do colégio em dignidades com funções específicas, que se sabe terem existido nos institutos de maior dimensão⁴⁷, que seguiam mais de perto a estrutura dos cabidos catedralícios.

Assim, ao nível da organização interna, no respeitante a funções de carácter religioso, parece ter-se verificado apenas uma distinção no que concerne à cura de almas, que estava a cargo do prior. A ele competia administrar os sacramentos, celebrar missa *pro populo* e dirigir os demais officios litúrgicos e serviços colegiais. Nas suas ausências, era substituído por um clérigo de missa⁴⁸, que supomos ser exterior à colegiada, designado

⁴⁴ A da Senhora da Oliveira de Guimarães, por exemplo, tinha, no século XV, trinta e sete cônegos, José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, p. 490.

⁴⁵ A elas, há que juntar a de Santa Maria de Barcelos, com um número não muito elevado de cônegos, mas com três dignidades, entre elas a de Mestre Escola, indício da sua importância social e cultural. Cf. Id, *loc. cit.*

⁴⁶ Como é, por exemplo, o caso das colegiadas de Torres Vedras, estudadas por Ana Maria S. A. Rodrigues, “As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV”, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Lisboa, 1996, pp. 145-243.

⁴⁷ Tal verificava-se, por exemplo, na Colegiada de Guimarães: “encontravam-se todas as dignidades do cabido de Braga, feita a correspondência entre o deão e o prior”, José Marques, *A arquidiocese de Braga no Século XV*, p. 490; A de Santa Maria de Barcelos, no século XV, tinha três dignidades, *ibidem*, loc. cit.; O mesmo número se verificava na Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, Maria de Fátima Botão, *Poder e Influência de uma Igreja Medieval*, pp. 111-116.

⁴⁸ Num documento de 1416, refere-se que, de acordo com o estabelecido numa visitação, sempre que o prior não pudesse cumprir pessoalmente as funções, que pusesse um clérigo de missa que servisse por ele. O documento em análise refere-se concretamente ao prior Lourenço Gomes e é bastante explícito: “por quanto [o prior] era conigo en esta egreja cathedral e na dicta sua egreja nom podia servir pessoalmente que porem lhe mandava que possese um clerigo de missa idoneo (...) que servisse por

de vigário do prior⁴⁹ ou de capelão do *cura*⁵⁰, de que as fontes deixaram muito poucos vestígios. Quanto às demais funções inerentes à colegiada, o canto das horas canónicas, a celebração dos sufrágios por alma dos defuntos, a participação em procissões e outros ofícios, pertenciam ao prior e raçoeiros, conjuntamente.

Para além destas obrigações, de resto, bastante absorventes, aos membros da igreja cabiam, ainda, outras tarefas de carácter administrativo e de gestão corrente da instituição. O prior era, naturalmente, o responsável perante as autoridades eclesiásticas, competindo-lhe de igual forma a representação da igreja em todos os assuntos exteriores. Também os actos relativos ao património, cedência de bens mediante contratos, escambos, avenças, etc., exigiam o seu aval, dado pessoalmente ou por via de um procurador que o representasse. Já as questões mais práticas, ligadas à gestão e aproveitamento dos recursos, eram confiadas aos raçoeiros, nomeadamente ao prioste, que supomos ser eleito, anualmente⁵¹, entre os beneficiados⁵². Cabia-lhe a organização financeira da instituição,

ele na dicta sua egreja (...) e fosse em ela residente em todas as horas caonicas e administrasse os eclasticos sacramentos aos fregueses della cantasse as missas de capela que o dicto priol é theudo de cantar". Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 15, n.º 283.

⁴⁹ *Ibidem*, maço 1, n.º 3.

⁵⁰ *Ibidem*, Caderno 2, fls. 1v e 2, doc. n.º 3; maço 11, n.º 213.

⁵¹ Em diversos documentos se faz referência ao prioste que "em este ano é". Por exemplo, *Ibidem*, Maço 13, n.º 245. No final do século XIV, o mandato de prioste iniciava-se em Dezembro, cf., por exemplo, *ibidem*, maço 13, n.º 245. Ao longo do século XV os priostes mudavam pelo S. João, *ibidem*, maço 7, n.º 128; maço 17, n.º 338.

⁵² Embora esta fosse a situação mais comum, a partir da segunda metade do século XV, surgem também referências a ecónomos a desempenharem as funções de prioste. Foi o que se verificou com Pedro Fernandes, em 1451, com João Vieira, em 1476, ou com João Afonso, no ano de 1493. Cf., respectivamente, *ibidem*, Caderno n.º 2, fls. 2v e 3, doc. n.º 4; maço 20, n.º 4. maço 6, n.º 116, maço 20, n.º 4.

supervisionar a recolha de rendas, mas também efectuar pagamentos dos encargos da igreja às autoridades eclesiásticas⁵³, denunciar certos incumprimentos dos foreiros⁵⁴, tomar posse de bens em nome da instituição⁵⁵, receber montantes em dívida⁵⁶, passar cartas de quitação⁵⁷, entre outras tarefas. Estava presente com regularidade nas demandas que envolvessem matéria financeira, podendo ser chamado a prestar contas ou a clarificar certas questões relativas ao ano em que tivesse desempenhado funções⁵⁸. No sentido de facilitar o controlo da recolha das rendas e, posteriormente, a apresentação dos resultados aos restantes membros da igreja, cabia-lhe organizar cadernos relativos à propriedade imobiliária, em que anotava os montantes a perceber de cada um dos bens, bem como as datas de pagamento e outras informações de relevo para efectuar os recebimentos com eficácia⁵⁹. Face ao carácter absorvente da função e à

⁵³ *Ibidem*, maço 16, n.º 316;

⁵⁴ Por exemplo, o não pagamento de rendas por parte dos foreiros. *Ibidem*, maço 7, n.º 140.

⁵⁵ *Ibidem*, maço 19, n.º 376.

⁵⁶ *Ibidem*, maço 13, n.º 252

⁵⁷ *Ibidem*, maço 13, n.º 259.

⁵⁸ *Ibidem*, maço 6, n.º 107.

⁵⁹ Dos cadernos, feitos ou actualizados anualmente, chegou até nós apenas um exemplar e, mesmo assim, fragmentário. Nesse caderno, elaborado nos princípios do século XV, constavam apenas as rendas advindas da propriedade imobiliária. *Ibidem*, Caderno n.º 6. O seu conteúdo terá tratamento em outros pontos deste estudo.

No século XVI, os visitantes da igreja, fazem, por diversas vezes, recomendações relativas a estes livros, cuja elaboração era obrigatória. Na visitação de 1535, manda-se ao prior e beneficiados “que em cada hum ano quando fezerem prioste (...) elejam dous beneficiados ou iconimos que visitem os bês que a dita egreja tem nesta cidade, cada ano, e os de fora cada dous anos, e farom um livro de cinco mãos de papel em ho qual escreverão cada huua das propiedades (...) fazendo declaraçam honde estam, se sam casas, vinhas, casaes ou teras de pão e com quem partem e quem sam as pessoas que os

responsabilidade que lhe era própria, o indivíduo, no ano em que desempenhava as funções de prioste, recebia, muito provavelmente, um salário suplementar, que juntava à sua ração. De qualquer modo, dele, se é que existia, não chegou qualquer referência.

Ao raçoeiro mais velho, identificado, quase sempre, em primeiro lugar, logo depois do prior, na elenco dos membros da colegiada, cabiam também funções específicas, como era o caso da administração de capelas instituídas por outros membros da igreja⁶⁰, sendo por vezes chamado a representar a instituição como procurador do prior ou dos outros beneficiados.

Para além do prior e raçoeiros, núcleo base da colegiada, as fontes vão indicando, quase sempre enquanto testemunhas de determinados actos, outros indivíduos não pertencentes ao colégio, mas que de alguma forma surgem também ligadas à igreja. Nomeadamente o tesoureiro que, tendo em atenção o facto de o seu nome, nos mais diversos documentos, surgir abaixo de todos os beneficiados e, por vezes, até depois de outras testemunhas, nos faz crer que tivesse um papel subalterno. Talvez, como se

trazem, se sam primeiras, segundas ou terceiras pessoas, e quanto o foro pagam (...) o que conpriram (...) sob pena de mil reaes (...)", Isaias da Rosa Pereira, "Visitações de Santo Estêvão de Alfama (1528-1539)", *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. XXXII, tomo I, p. 345.

É provável que, tal como em outras instituições, Santo Estêvão tivesse também outros livros em que se anotavam, para além das rendas imobiliárias, todas os outros rendimentos e ofertas recebidas pela colegiada. Deles, se é que existiram, não temos qualquer referência.

⁶⁰ Foi o caso de Vicente Eanes que, por ser o raçoeiro mais antigo, conforme é expresso no documento, surge como testamenteiro e administrador dos bens deixados por um outro beneficiado. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 16, n.º 314. Também os bens pertencentes à capela de Álvaro Fernandes eram administrados pelo raçoeiro mais antigo, na altura Pedro Esteves, com o conselho dos outros raçoeiros. *Ibidem*, maço 7, n.º 127.

verificava nas Colegiadas de Torres Vedras, as suas funções se assemelhassem às de sacristão. Como tesoureiros identificámos em 1327, Pedro Martins⁶¹, em 1407 Gonçalo Eanes⁶², em 1447 Pedro Leitão⁶³, ou um Martim Afonso, em 1491⁶⁴.

Os capelães⁶⁵, que as fontes esporadicamente referem, embora desempenhassem funções na colegiada, rezando aniversários ou outros ofícios por alma dos defuntos, não pertenciam à instituição. Eram nomeados e pagos por particulares, a quem se deixavam bens ou certos rendimentos para esse fim. Talvez por isso fossem tão pouco referidos nos documentos. Não é também de excluir a hipótese, levantada por Ana Maria Rodrigues para explicar o baixo número de referências a capelães nas Colegiadas de Torres Vedras, que os próprios membros da igreja se tivessem apoderado destes cargos, como forma de aumentar os seus rendimentos⁶⁶. Tal estaria, obviamente, facilitado quando os próprios raçoeiros eram administradores de capelas, podendo assim mais livremente escolher o clérigo que as deveria rezar.

⁶¹ *Ibidem*, maço 18, n.º 344.

⁶² *Ibidem*, maço 9, n.º 174.

⁶³ *Monumenta Henricina*, ed. da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, vol. IX, p. 268-270.

⁶⁴ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Maço 1, n.º 3; maço 10, n.º 188; maço 11, n.º 203; maço 13, n.º 248; Maço 14, n.º 265.

⁶⁵ Gonçalo Martins, em 1316, *ibidem*, maço 10, n.º 188; Gonçalo Fernandes, em 1345, maço 13, n.º 248; Gil Esteves, em 1433, maço 1, n.º 3, .

⁶⁶ Ana Maria S. A. Rodrigues, “ As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV”, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Lisboa, 1996, p. 225.

De uma forma esparsa, e apenas a partir de meados do século XIV, temos notícias da existência de ecónomos⁶⁷ que julgamos corresponderem a indivíduos que substituíam pontualmente certos beneficiados, assistindo, por eles, às horas canónicas, aos ofícios dos defuntos e outras obrigações, recebendo, por isso, uma parte da ração do indivíduo ausente⁶⁸.

Quer no respeitante ao processo de selecção e recrutamento dos membros da colegiada, quer quanto às suas origens sociais, formação e percursos pessoais, as fontes, mais uma vez, são parcas em informações. De qualquer modo, os dados disponíveis permitem enunciar os contornos identificadores dos indivíduos que serviram a igreja, nomeadamente no que se refere aos priores e raçoeiros, já que para os outros o silêncio das fontes é quase total. Vejamos, pois, o que foi possível coligir.

⁶⁷ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 5, n.º 91; maço 7, n.º 126; maço 11, n.º 203 e 213; maço 13, n.º 242.

⁶⁸ Nas visitas da primeira metade do século XVI, a sua função de substitutos dos raçoeiros ausentes, com salários por eles suportados, é expressa de uma forma bastante clara. Por exemplo, em 1528, o visitador, depois de constatar a ausência de dois raçoeiros, nomeadamente, Manuel Pires e Gaspar de Faria, concluiu que só o último tinha “iconimo por ele”. Mandou, então, ao prioste que até à Páscoa “tome hum clerigo que sirva a dita egreja à custa de Manuel Pires beneficiado”, Isaías da Rosa Pereira, “Visitações de Santo Estêvão de Alfama (1528-1539)”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. XXXII, tomo I, p. 324.

Priores

Porque estamos a tratar de uma instituição relativamente modesta, em termos de rendimentos, e de poder e influência, não encontramos entre os priores, com honrosas excepções, indivíduos dos mais elevados estatutos sociais que, obviamente, aspiravam a rendimentos mais significativos e a cargos com outro prestígio. Como excepções temos o caso de Sancho Fernandes, filho do Infante D. Fernando de Serpa⁶⁹, e neto do rei D. Afonso II, referido como prior em 1261⁷⁰, ou de Mestre João⁷¹, físico da rainha D. Beatriz, segunda esposa de D. Afonso III. De notar que a subida ao priorado de indivíduos ligados à família real ou ao círculo da corte se verificou apenas no período em que a igreja foi de padroado régio, o mesmo não ocorrendo a partir do momento em que a apresentação do prior passou a pertencer ao Bispo de Lisboa. Estes homens, cuja presença está, aliás, pouco documentada, foram, obviamente, priores ausentes do quotidiano da instituição e fizeram uma passagem rápida por Santo Estêvão. Multiplicando-se por diversas actividades, funções e cargos que acumulavam em simultâneo, dificilmente poderiam manter com a igreja uma ligação algo mais do que ténue.

Face ao já referido carácter lacunar das fontes, a identificação social dos restantes priores é bem difícil de determinar. De qualquer modo a partir

⁶⁹ Sobre a vida, curta mas atribulada, deste cavaleiro da mais alta estirpe, veja-se, Armando de Sousa Pereira, “O Infante D. Fernando de Portugal, Senhor de Serpa (1218-1246): História da vida e da Morte de um Cavaleiro Andante”, sep. de *Lusitania Sacra*, 2ª série (10), 1998.

⁷⁰ Cf. Pedro de Azevedo e Anselmo Braamcamp Freire, “Livro de bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII”, *Arquivo Histórico Português*, vol. 4, Lisboa, 1906-1910, pp. 12-13, n.º IX. Agradecemos esta referência a Armando de Sousa Pereira.

⁷¹ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 19. n.º 375.

do momento em que o padroado passou a pertencer aos Bispo/Arcebispo de Lisboa, não encontramos, entre os priores, elementos dos mais elevados estratos da nobreza.

No respeitante à sua formação intelectual, um outro importante elemento caracterizador, as fontes são um pouco mais esclarecedoras. Sabemos que, pelo menos, alguns dos priores tinham formação superior universitária⁷², sobretudo ao nível do direito, verificando-se até, entre eles, com alguma probabilidade, a presença de lentes do Estudo Geral de Lisboa⁷³. Contudo, as indicações compulsadas são insuficientes para podermos definir claramente uma tendência. Mesmo assim, a importância que se concedia à formação universitária fica bem patente no desejo, manifestado por alguns titulares do cargo, de completarem a sua formação, solicitando, para esse efeito, ao Papa, dispensa de residência, enquanto frequentassem instituições de ensino. Esse foi claramente o caso de Fernando Álvares⁷⁴, referenciado como prior a partir de 1436 que, muito provavelmente, frequentou um estudo geral por volta de 1441-45, período em que a sua presença na instituição se tornou irregular.

Para os que não tinham meios para financiar os estudos, por via do apoio das famílias, de um patrono, ou por solidariedade eclesiástica⁷⁵,

⁷² Era, por exemplo, o caso de: Afonso Domingues de Linhares, perito em ambos os direitos, civil e canónico, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, ed. por Artur Moreira de Sá, vol. IV p. 186; Lourenço Gomes, escolar em Direito Canónico, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 5, n.º 96.

⁷³ Talvez Gil Martins, Doutor em Bolonha, em 1388, lente do estudo geral de Lisboa, corresponda ao prior da colegiada com o mesmo nome, que detectámos, na documentação, entre 1386-1397.

⁷⁴ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, ed. por Artur Moreira de Sá, vol. IV, p. 407, súplica n.º 1335.

⁷⁵ Sobre esta forma de financiamento dos estudos, veja-se, para Portugal, Saúl António Gomes, “A solidariedade eclesial na promoção de escolares pobres a estudos

aceder ao priorado de uma instituição como Santo Estêvão podia constituir mesmo, pelos rendimentos recebidos, uma maneira de poderem completar a formação, nomeadamente em prestigiadas universidades estrangeiras, e assim abrir as portas a melhores colocações. É que, como se sabe, nos finais da Idade Média, face à crescente complexificação das estruturas administrativas, possuir uma formação especializada tornava-se, cada vez mais, uma condição fundamental para a obtenção de elevados cargos eclesiásticos ou até político administrativos. Um bom exemplo de ascensão por via dos estudos parece ter sido o caso de Afonso Domingues de Linhares, referenciado como prior durante um período limitado, apenas dois anos, nomeadamente entre 1350⁷⁶ e 1351⁷⁷. Sabemos que frequentou, durante diversos anos, a Universidade de Toulouse, e que em 1378 se encontrava no termo da sua preparação, tendo obtido o grau de Doutor em Ciências Decretais⁷⁸. Esse facto facilitou-lhe o acesso a outros benefícios bem mais interessantes do que o priorado de Santo Estêvão, como, por exemplo, o de cónego prebendado e Chantre da Sé da Guarda, lugar que ocupou durante alguns anos⁷⁹.

Santo Estêvão testemunha também um dos aspectos que caracterizaram a estrutura e o modo de funcionamento da hierarquia eclesiástica dos finais da Idade Média: a prática cumulativa de prebendas,

universitários. O exemplo coimbrão nos séculos XIV e XV”, sep. de *Actas do Congresso de História da Universidade*, Coimbra, 1991.

⁷⁶ Referido numa bula do papa Clemente VI, como “rectori parrochialis santi Stephanj Vlixbonensis” cf., *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, ed. A. Moreira de Sá, tomo I, Lisboa, p. 186.

⁷⁷ *Ibidem*, maço 13, n. ° 247 e 260.

⁷⁸ Veja-se, Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no Estudo de Toulouse*, Coimbra, 1954, pp. 26-27.

⁷⁹ Id, *ibidem*.

benefícios ou porções. Com efeito, um grande número de priores, senão mesmo a maioria, parece ter exercido simultaneamente outros cargos e funções, quase sempre de maior notoriedade. Alguns priores encontravam-se mesmo investidos de dignidades do maior relevo e importância, em alguns casos, em instituições dispersas geograficamente. Nessa situação se encontrava, por exemplo, um Afonso Rodrigues, que era também chantre da Sé de Silves, ou nos finais do século XV, um D. João Aranha, que foi Bispo da novel Diocese norte africana de Safim.

Contudo, a partir do momento em que o padroado passou a ser episcopal, o mais comum era o priorado de Santo Estêvão recair em mãos de um dos cónegos da sé de Lisboa, como Afonso Eanes, Lourenço Gomes, Gil Esteves ou Gonçalo Nogueira. O universo canonical passou a ser, pois, a principal fonte de recrutamento de priores da instituição⁸⁰.

Como os exemplos acima referidos bem demonstram, a igreja de Santo Estêvão, pelos rendimentos que proporcionava, suscitou o interesse de indivíduos bem colocados na hierarquia eclesiástica, como era o caso dos cónegos da sé de Lisboa. O recrutamento de priores entre os capitulares das catedrais era, aliás, uma prática relativamente comum em outras dioceses, nomeadamente na de Évora, onde Hermínia Vasconcelos Vilar, detectou diversos priores nessa situação, sobretudo em igrejas urbanas, onde os rendimentos poderiam ser consideráveis⁸¹. É provável que tal também se verificasse em Lisboa e que diversas outras igrejas, para além de Santo Estêvão, funcionassem como benefícios adicionais usufruídos pelos capitulares, permitindo-lhes, assim, obter um acréscimo de rendimentos.

⁸⁰ Vd., quadro em anexo relativo aos priores da colegiada.

⁸¹ Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, 1999, p. 239.

A referência à acumulação de cargos e porções remete-nos, quase obrigatoriamente, para uma outra questão: o absentismo ou ausência clerical, tão frequente em instituições seculares, apesar dos repetidos esforços das hierarquias eclesiásticas no sentido da sua minimização.

Em Santo Estêvão, no que se refere à assiduidade do prior, verificaram-se situações bem díspares, que vão desde uma total ausência, como foi o caso já referido de Sancho Fernandes, até um acompanhamento constante e permanente da vida da instituição, como parece ter acontecido com Gil Martins, que, durante cerca de onze anos, seguiu de perto a realização da grande maioria dos actos administrativos que chegaram até nós. Entre estes dois extremos verificaram-se cambiantes diversos: priores com presença regular, mas com ausências localizadas em determinados períodos⁸²; priores que alternaram fases de assiduidade com outras de presença mais irregular⁸³; priores com ausências prolongadas, quatro anos, por exemplo, no caso de Lourenço Gomes, levando a queixas e reclamações por parte dos raçoeiros⁸⁴.

Nem sempre o facto de o prior acumular outras funções foi sinónimo de ausência prolongada ou absentismo. Veja-se por exemplo, o caso do prior Afonso Eanes, que embora detivesse simultaneamente uma conezia na sé de Lisboa, manteve uma presença regular, não no desempenho das funções religiosas, que apesar da omissão das fontes a esse respeito, se encontravam certamente em mão de clérigos menos categorizados, mas ao nível da realização de actos de cariz administrativo, a que compareceu

⁸² Afonso Eanes, por exemplo, ausentou-se da Colegiada, sensivelmente, entre Maio e Setembro de 1368, período em que se manteve em Coimbra. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 12, n.º 222.

⁸³ Foi, por exemplo, o caso do já referido Fernando Álvares. Cf. o que ficou dito atrás.

⁸⁴ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 15, n.º 283.

pessoalmente, na grande maioria dos casos. A localização da igreja em Lisboa facilitava esse acompanhamento, por parte dos cónegos da sé.

A diversidade de situações enunciadas derivava, obviamente, do perfil do indivíduo que exercia o priorado. Embora as fontes não permitam ilações muito conclusivas a este respeito, aspectos como a ambição pessoal, o momento da carreira em que esse clérigo se encontrava, o número e o tipo de cargos que ocupava simultaneamente, eram factores que não poderiam deixar de influir na forma como se perspectivava o desempenho do cargo.

Os raçoeiros

Os documentos, como já foi referido, com uma ou outra excepção, poucos elementos fornecem sobre as origens sociais dos raçoeiros da igreja. O pequeno número, por exemplo, de testamentos ou de actos de instituições de aniversários e capelas que, de um modo geral, são mais esclarecedores sobre as ligações familiares ou pessoais dos indivíduos, tornam difícil uma caracterização a esse nível.

A análise efectuada à onomástica também se revelou pouco profícua não tendo sido detectada qualquer ligação destes indivíduos a importantes linhagens nobiliárquicas, nem sequer a famílias de uma média nobreza. O exame antroponímico efectuado, embora pouco esclarecedor sobre o ponto de vista social, permitiu, contudo, verificar que, em alguns casos, os nomes eram acrescidos de elementos de natureza geográfica. De facto, diversos raçoeiros usaram, adicionados ao nome, topónimos de origem, como forma

de mais fácil identificação. Foi o caso de um João de Soure⁸⁵, de Diogo Afonso de Ferreira⁸⁶, de Afonso de Moura⁸⁷, de Pedro de Santarém⁸⁸, de João de Estremoz⁸⁹, de Luís Álvares de Proença⁹⁰, etc. Apesar de alguma arbitrariedade que uma análise a partir destas referências possa conter, a sua utilização poderá indiciar que entre os raçoeiros da instituição se contavam indivíduos originários de diversos pontos do país, em especial do centro e sul. Este facto, que é revelador do interesse que a igreja de Santo Estêvão suscitava em virtude dos seus rendimentos – que como veremos não eram negligenciáveis – justificava-se também pela sua localização em Lisboa. Uma cidade sede episcopal, que possuía um grande número de igrejas, colegiadas, mosteiros e outros institutos religiosos que, pelas inúmeras oportunidades de colocação, funcionava como pólo de atracção de uma clerezia de proveniências diversas, numerosa e ávida em obter benefícios ou até em ascender socialmente, por via da carreira eclesiástica. Capacidade atractiva que deve ter sido reforçada, a partir dos finais do século XIV, com a elevação da cidade a arquidiocese, ampliando a sua esfera de intervenção e de influência a uma extensa área geográfica sujeita à sua jurisdição.

Um outro dado a reter diz respeito ao facto de diversos clérigos de Santo Estêvão serem aparentados de outros eclesiásticos. Era esse o caso de

⁸⁵ A título de exemplo, *ibidem*, 12, n.º 233; maço 13, n.º 241; maço 15, n.º 299.

⁸⁶ Por exemplo, *ibidem*, maço 5, n. 89, maço 13, n.º 254, maço 19, n.º 385.

⁸⁷ *Ibidem*, Caderno 2, fl. 1, 1v.

⁸⁸ *Ibidem*, maço 14, n.º 272, maço 16, n.º 16, n.º 314, entre outras referências.

⁸⁹ Isaias da Rosa Pereira, “Visitações de Santo Estêvão de Alfama (1528-1539)”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. XXXII, tomo I, p. 323, 325, 327.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 346.

um Pedro Esteves de Santarém, raçoeiro entre 1432-1456, filho do prior de uma igreja daquela vila⁹¹, ou de um outro clérigo, familiar do tesoureiro da sé de Lisboa⁹². Exemplos que poderão remeter para a importância que as ligações familiares assumiam na obtenção de benefícios ou na consolidação de carreiras eclesiásticas.

De facto, como têm vindo a mostrar diversos estudos⁹³, a rede de relações, familiares ou de outro tipo, sobretudo se estabelecidas com indivíduos bem colocados na hierarquia eclesiástica ou com senhores laicos com poder e influência, podiam ser essenciais para se conseguir uma prebenda ou benefício. A intercessão, por parte dos mais diversos senhores, em nome de seus parentes ou protegidos, podia tomar diversas vias, fazendo-se, em alguns casos, directamente ao Papa, sob a forma de petições e súplicas. Não é, pois, estranho encontrar o arcebispo de Braga, D. Guilherme, a solicitar, ao Sumo Pontífice, a porção de Santo Estêvão para um seu familiar⁹⁴, ou um Nuno Fernandes Tinoco, cavaleiro e preceptor da Ordem Militar de Santiago de Espada, a pedir uma colocação na igreja para o seu filho, Diogo Tinoco⁹⁵. Neste caso, como em outros, chegava-se a solicitar o benefício para quando vagasse, o que se poderia verificar por morte do antigo titular ou por renúncia⁹⁶, já que uma prebenda era, em

⁹¹ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 14, n.º 272.

⁹² *Ibidem*, maço 19, n.º 385.

⁹³ Veja-se, por exemplo, A H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1986, p. 229; Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, 1999, p. 169.

⁹⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, ed. de António Domingues de Sousa Costa vol. I, p. 268, nº. 7.

⁹⁵ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, ed. por Artur Moreira de Sá, vol. VI, p. 436-437.

princípio, perpétua. A existência daquilo a que hoje chamariamos de uma lista de espera para um benefício revela, não apenas a elevada competição para a eles aceder, mas também a apetência que esta igreja de Lisboa despertava nos pretendentes a uma razão.

A par da rede de relações e da proximidade ao meio eclesiástico, também a formação intelectual constituía um critério que pesava no recrutamento e selecção dos novos membros da igreja. Significativamente, os raçoeiros admitidos, em certos casos, ou detinham já algum grau académico, como João Domingues, bacharel em Direito Canónico⁹⁷, ou então frequentavam instituições de ensino, como era o caso de Vasco Lourenço⁹⁸. A importância concedida à formação, enquanto atributo para se aceder a uma prebenda, é também bastante evidente nas já referidas súplicas a Roma. Em quase todas elas, o candidato ou o requerente, entre os argumentos utilizados para obter a razão, evidencia o seu grau académico ou a sua situação de estudante⁹⁹. Por vezes, o desejo de prosseguimento dos estudos é mesmo o principal motivo que leva o candidato a pedir o lugar. Foi esse, por exemplo, o caso de Diogo Tinoco,

⁹⁶ Esta podia verificar-se pelo facto do indivíduo ter adquirido um novo benefício (note-se que, para determinados cargos, existia incompatibilidade de acumulações e nestes casos a desistência podia ser forçada), ou por diversos outros motivos de cariz pessoal. Entre a documentação de Santo Estêvão conta-se apenas uma renúncia, nomeadamente de João Lourenço que, em virtude dos muitos negócios pessoais, entendeu não dever servir a razão. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 4, n.º 74.

⁹⁷ *Ibidem*, maço 12, n.º 222.

⁹⁸ *Ibidem*, maço 13, n.º 248.

⁹⁹ Veja-se, por exemplo, o caso de João Afonso, sacerdote de Évora, que claramente invoca o seu grau académico, nomeadamente de bacharel em Teologia, ou o caso de Estêvão Eanes, estudante em Direito Canónico no Estudo Geral de Lisboa. Cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, ed. por Artur Moreira de Sá, vol. VI, p. 490-491. Também Diogo Gonçalves, entre os atributos para conseguir a razão, refere o seu grau de Doutor em Decretos. Cf. *Ibidem*, vol. VII, p. 40, n.º 2372.

escolar de Lisboa, que, para além de invocar o muito desejo que tinha em seguir os estudos, procura demonstrar que os rendimentos da prebenda seriam indispensáveis para poder concretizar tal intento¹⁰⁰. Este tipo de argumentação, que poderia assumir um carácter instrumental para mais facilmente se obter o benefício, acaba por revelar, como bem observou Hermínia Vilar, a importância que as autoridades eclesiásticas concediam à formação daqueles que serviam a igreja¹⁰¹, mas demonstra também o papel que os rendimentos das colegiadas assumiam enquanto modo de sustento de escolares durante a sua aprendizagem.

Estes motivos ajudam a explicar o facto de, em Santo Estêvão, se verificar a presença de um número significativo de clérigos com formação universitária. Escolares¹⁰², naturalmente, mas também bacharéis, licenciados, mestres e doutores¹⁰³. Mais uma vez a formação na área do direito canónico ou civil era maioritária, apenas se detectando, entre os raçoeiros, a presença de um estudante de artes¹⁰⁴. As referências a indivíduos com formação universitária aumentam a partir de finais do século XIV e ao longo do século XV, o que corresponde a uma tendência

¹⁰⁰ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, ed. por Artur Moreira de Sá, vol. VI, pp. 436-437.

¹⁰¹ Hermínia Vasconcelos Vilar, “Notas para o estudo do clero eborense no século XIV: as súplicas a Roma”, *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora – Actas*, Évora, 1994, vol. II, pp. 17-26.

¹⁰² Como se sabe, o estatuto de escolar era, em muitos casos, mantido ao longo da vida sem que o indivíduo obtivesse qualquer diploma universitário.

¹⁰³ Vd., quadro em anexo relativo aos raçoeiros da Colegiada.

¹⁰⁴ Tratava-se de João Sardinha. Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 8, n.º 145.

verificada em outras instituições¹⁰⁵, deixando entrever a importância crescente que se concedia à formação, enquanto critério de recrutamento dos membros da igreja.

A acumulação de benefícios e de cargos exteriores à colegiada era também frequente entre os raçoeiros. O mais comum era deterem, simultaneamente, um priorado ou uma razão numa outra igreja, ou exercerem o cargo de vigários ou capelães. Mas, podiam ainda, embora esta situação fosse menos frequente, ser cônegos e quaternários da Sé de Lisboa ou até mesmo ocupar uma dignidade numa outra diocese¹⁰⁶. Era este o caso de Álvaro Afonso, deão da sé de Viseu¹⁰⁷. Encontramos também clérigos de Santo Estêvão a desempenharem outras funções de carácter não estritamente religioso, como Vasco Lourenço, que foi procurador nas audiências dos vigários¹⁰⁸, Gonçalo Rodrigues, que exerceu o cargo de escrivão do cabido da Sé¹⁰⁹, ou João de Soure, vigário do arcebispo¹¹⁰. Exemplos que demonstram que a, certamente, complexa estrutura burocrático administrativa do arcebispado, com inevitável multiplicidade de cargos e funções, a exigir um extenso grupo de funcionários, constituiu também, para os clérigos de Santo Estêvão, uma oportunidade para

¹⁰⁵ O mesmo parece ter ocorrido, por exemplo, entre o clero eborense. Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, “Notas para o estudo do clero”, p. 24. Nos finais da Idade Média, em Portugal, assistiu-se, de resto, a um crescimento significativo do número de alunos que frequentavam a universidade. A H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1986, p. 416.

¹⁰⁶ Vd., quadro em anexo relativo aos raçoeiros da Colegiada.

¹⁰⁷ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 8, n.º 145.

¹⁰⁸ *Ibidem*, maço 13, n.º 248.

¹⁰⁹ *Ibidem*, maço 17, 338

¹¹⁰ *Ibidem*, maço 13, n.º 250.

poderem aumentar os seus proventos e a sua rede de relações pessoais. Relacionamentos que, como já vimos, se poderiam revelar importantes para a obtenção de outros benefícios ou até na própria evolução da carreira eclesiástica.

Um outro dado a reter diz respeito à geografia das acumulações, que tinham uma forte incidência na área da diocese e na própria cidade. Com efeito, com excepção do já referido deão de Viseu e de um cônego que ocupava um benefício numa igreja do Alentejo¹¹¹, todos os outros tinham funções em instituições religiosas de Lisboa, por exemplo, na sé, nas igrejas de Santiago e S. Lourenço, em alguns mosteiros da cidade, ou em igrejas do arcebispado, não muito distantes. Esta proximidade geográfica, que poderia favorecer a comparência nos diversos lugares em que se tinham funções, talvez encontrasse também justificação nos bons rendimentos que as igrejas de Lisboa podiam proporcionar ou, ainda, no facto de ser no meio eclesiástico desta arquidiocese que os raçoeiros de Santo Estêvão melhor se relacionavam, sendo, portanto, aí que a obtenção de outros cargos se tornava mais fácil.

Embora frequente, a prática cumulativa entre os raçoeiros não parece, contudo, ter assumido a mesma proporção do que aquela que se verificava ao nível dos priores. De facto, para um número significativo de clérigos, as fontes não referem qualquer outro cargo para além do desempenhado na colegiada. Embora essa omissão possa decorrer da especificidade das fontes analisadas¹¹², é bem provável que o índice de

¹¹¹ Concretamente na igreja de Santa Maria de Vila Fernando do Bispado de Évora, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 8, n.º 147.

¹¹² Não é descabido supor que o escrivão ou tabelião apenas fizesse referência a outros cargos ocupados, quando estes valorizavam o estatuto do indivíduo ou se considerassem relevantes para a sua identificação.

acumulações não fosse muito elevado. É que, mesmo sendo numerosas as instituições religiosas em Lisboa, os clérigos que a elas procuravam aceder seriam também em número muito significativo, fazendo aumentar a competição e, conseqüentemente, a dificuldade em obter um benefício.

Assim, contrariamente aos priores, para quem a colegiada, como já vimos, era sobretudo um lugar de acumulação benéfico, que funcionava como forma de complemento de outros rendimentos, para a maioria dos raçoeiros a colegiada de Santo Estêvão foi o principal, senão o único, benefício detido.

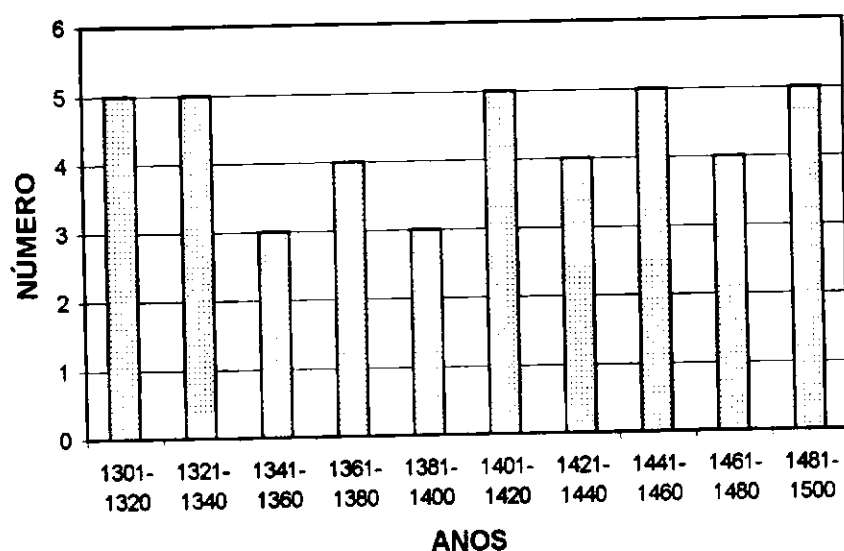
Apesar desse facto, e de uma fraca distribuição geográfica das acumulações, o absentismo entre os raçoeiros verificava-se também na Colegiada, muito embora os níveis de ausência não atingissem a intensidade de outras instituições.

É evidente que sobre muitos aspectos relacionados com a assiduidade dos raçoeiros pouco podemos adiantar. Até porque desconhecemos em absoluto o regime seguido em termos de acumulações, bem como as exigências da igreja ao nível da obrigatoriedade de residência que, como se sabe, podia conhecer diversas variantes de instituição para instituição¹¹³ e de acordo com os casos individuais, ao sabor de dispensas, para efeitos de estudo ou por outras razões, que isentavam o raçoeiro da permanência nas igrejas durante determinado período de tempo.

¹¹³ Embora em todas elas houvesse um período mínimo de residência, como critério para a completa assunção dos benefícios materiais, a sua duração podia apresentar-se variável. Na Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, os clérigos tinham oitenta dias por ano de estatuto, durante os quais podiam ausentar-se sem perda de qualquer direito. No cabido da Sé de Braga o período de licença graciosa era de noventa dias. Cf. José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, 1988, p. 383. No cabido da Sé de Évora a licença era também de noventa dias, a que podiam ser acrescidos mais alguns dias por ano. Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, pp. 134-135.

De qualquer modo, tomando como indicador os actos administrativos, podemos tecer algumas considerações, não sobre a assistência aos ofícios religiosos, mas, por exemplo, no acompanhamento prestado nas questões relativas ao património imobiliário, que se encontra melhor documentado.

Número médio de raçoeiros documentados na realização de contratos



Com efeito, de um modo geral, ao longo do período em estudo, e tanto quanto é possível saber, a celebração de contratos foi acompanhada apenas por cerca de metade dos clérigos da igreja ou um pouco mais do que isso. Em dois momentos essa participação foi ainda mais baixa, por razões que se prendem a conjunturas difíceis, na vida do país e da cidade em particular. Referimo-nos às décadas de 1341-1360 e de 1381-1400. A primeira, ligada às consequências da grande mortandade causada pela peste, a segunda associada ao contexto da crise dinástica e das guerras com Castela. Quer uma quer outra tiveram efeitos sobre o normal funcionamento da igreja, senão mesmo sobre o número dos seus efectivos,

o que, naturalmente, se traduziu na diminuição das presenças na celebração de contratos.

Mas, mesmo em períodos de maior estabilidade, raros foram, de facto, os contratos em que estiveram presentes mais de seis cónegos. Se as ausências detectadas derivavam da natureza dos actos em análise, relativamente comuns e em que a delegação de poderes não levantava problemas de maior¹¹⁴, ou se são reflexo de um absentismo de raízes mais profundas, é algo a que não podemos responder com segurança.

Mesmo se parecem ter sido raros os momentos em que a igreja pôde contar com a presença efectiva de todos os seus membros, os níveis de participação detectados, conforme estamos em crer, não eram de molde a perturbar o normal funcionamento administrativo da instituição. Isto, pelo menos no que se refere ao património imobiliário, cuja gestão era assegurada, para além do prior ou de um seu procurador, por um núcleo de raçoeiros, de facto não muito numeroso, mas que revelava alguma continuidade no acompanhamento prestado, mantendo-se assíduos, por vezes, durante longos períodos de tempo.

Procurar saber se esse acompanhamento se traduziu numa gestão eficaz, tendente à valorização e rendibilização do património, é, aliás, algo a que procuraremos responder em outros capítulos deste estudo.

¹¹⁴ O recurso à delegação de poderes, comum neste tipo de actos, poderá também relacionar-se com o carácter absorvente que a gestão quotidiana da colegiada podia assumir, tornando dispensável, por motivos de racionalização, que todos estivessem presentes em actos cujo processo decisório se apresentava relativamente consensual. Talvez, por isso, o processo de delegação de poderes entre os raçoeiros se apresentasse relativamente simples, bastando aos presentes, sem recurso a procuração ou qualquer outro instrumento, firmar o acordo em nome de todos os raçoeiros.

1.3. A repartição dos rendimentos.

Para fazer face às despesas e assegurar a subsistência material dos seus membros, a igreja dispunha de diversos rendimentos, que advinham, à semelhança do que se verificava em todas as outras igrejas paroquiais, fundamentalmente, de três vias: a) das dízimas – uma das principais fontes de receitas das instituições eclesiásticas – das primícias, das mortuárias e das oblações pagas directamente pelos paroquianos; b) dos pecúlios angariados com o próprio serviço religioso, missas, aniversários (por vezes, capelas), pitanças e outras distribuições; c) das rendas e frutos da propriedade imobiliária, que progressivamente foi sendo acumulado.

Infelizmente, o peso que cada uma destas formas de financiamento assumia nas receitas globais da instituição, bem como muitos outros aspectos relativos aos rendimentos e à sua repartição, não são possíveis de conhecer. Uma lacuna considerável se pensarmos que as rendas constituíam um aspecto central da vivência interna da colegiada. A importância que assumiam fica bem expressa na forma intransigente como foram defendidas, sempre que se considerou que os direitos da igreja estavam a ser usurpados pelos paroquianos¹¹⁵, pelos foreiros¹¹⁶ ou por outras instituições¹¹⁷. Mas, as questões relacionadas com os rendimentos

¹¹⁵ Por exemplo, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 16, n.º 312 e 315; maço 17. n.º 330.

¹¹⁶ Os contenciosos com os foreiros serão abordados no ponto 4.3. deste estudo.

¹¹⁷ Grande parte dos pleitos judiciais estavam relacionadas com as dízimas, o que revela bem da importância que assumiam para as instituições eclesiásticas, mas também das dificuldades de que a sua recolha se poderia revestir. Muitas destas contendas surgem em torno da cobrança dos dízimos das capelas e propriedades do Mosteiro de Santa Clara, que se encontrava localizado no espaço da freguesia de Santo Estêvão. De um modo geral, a colegiada considerava-se em posse de cobrar as dízimas, mesmo que os foreiros fossem fregueses de outras igrejas. Isto suscitou disputas com diversas igrejas de Lisboa e do termo, por exemplo, S. Nicolau (*ibidem*, maço 3, n.º 58, maço 1, n.º 12);

acabaram por suscitar também frequentes dissídios internos. O mais grave foi o que se verificou por volta de 1415, ano em que se abriu um contencioso relativo à repartição dos rendimentos entre o prior e os raçoeiros, que acabou mesmo por impedir a igreja de cumprir as suas obrigações fundamentais. A colegiada, como referem os documentos, chegou a permanecer em “estado de ermida”, uma vez que os raçoeiros, por não concordarem com a repartição dos frutos, dela se ausentaram, não rezando as horas canónicas, nem celebrando os officios divinos, o que causou grande “escândalo” entre os fregueses e acabou por conduzir à excomunhão dos beneficiados durante algum tempo¹¹⁸.

Os diversos processos, recursos e apelações que este contencioso suscitou, ao longo de diversos anos¹¹⁹, acabam por esclarecer alguns pontos relativos à repartição dos rendimentos.

Assim, ficamos a saber que as rendas da igreja, depois de abatidas as despesas e os encargos, se deveriam dividir de “permeio”, isto é, metade para o prior e a outra metade a distribuir pelos raçoeiros¹²⁰. Uma divisão vantajosa para o prior, que ficava, assim, com uma parte considerável dos frutos da igreja. De notar que esta divisão dizia respeito a todos os rendimentos: às dízimas (depois de retirada a parte correspondente ao

S. Gião, (*ibidem*, maço 14, n.º 273); Santa Justa, (*ibidem*, maço 8, n.º 151); S. João da Praça, (*ibidem*, maço 14, n.º 275); Santiago (*ibidem*, maço 7, n.º 130); Azambuja, (*ibidem*, maço 15, n.º 298); Santa Maria dos Olivais (*ibidem*, maço 10, n.º 192), etc.

Sobre as dízimas, veja-se, entre outros, José Luis Martín, “Diezmos eclesiásticos. Notas sobre la economía de la sede zamorana (s. XII-XIII)”, *Actas de las I Jornadas de Metodología aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 69-78.

¹¹⁸ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 15, n.º 282.

¹¹⁹ Em 1433 ainda decorria a contenda, *ibidem*, maço 1, n.º 3.

¹²⁰ *Ibidem*, maço 1, n.º 3.

arcebispo e à fábrica da igreja), aos rendimentos patrimoniais e também àqueles que derivavam do exercício da função religiosa, missas, aniversários e outros. Foi sobre estas últimas que se centrou a contestação dos raçoeiros, pois consideravam que o prior só poderia receber o correspondente a esses serviços religiosos se ele próprio estivesse presente ou se tivesse vigário ou capelão que cumprisse as suas obrigações, o que, em sua opinião, nem sempre se verificava¹²¹.

Mas o fulcro do conflito, talvez derivasse não apenas do absentismo do prior, mas encontrasse também justificação na percentagem que lhe cabia na distribuição dos rendimentos advindos dos aniversários e ofertas das missas. A ser essa a questão, ela acabou por ser reconhecida, embora tardiamente. De facto, só em 1477, o diferendo parece ter terminado, estabelecendo-se que cabia ao prior a metade de todas as rendas, com excepção das que derivavam dos aniversários e das “ofertas que vem às missas”, de que receberia apenas o correspondente a duas rações¹²².

Para além dos frutos inerentes às rações, os clérigos de Santo Estêvão podiam aceder, ainda, a outros recebimentos derivados do desempenho de cargos específicos, como o de prioste ou de administradores de capelas, que podiam fazer crescer o seu pecúlio. A eles

¹²¹ *Ibidem*, maço 15, n.º 283.

¹²² *Ibidem*, maço 8, n.º 145.

somavam-se, não raramente, réditos advindos de outros benefícios ou até de bens próprios que eram autorizados a possuir.

A inexistência de estatutos e de livros de priostado ou de outros instrumentos de contabilidade da igreja, mais uma vez, não permite determinar, nem sequer aproximadamente, o valor correspondente às rações. Este facto, que seria importante para podermos ajuizar da importância económica da instituição e até ajudar a explicar a apetência revelada, pelos membros da igreja, para aceder a outros benefícios ou a determinados cargos, não pode ser esclarecido. Se isso derivava da pequenez dos rendimentos auferidos na colegiada, ou se se justificava por motivos mais relacionados com a ambição pessoal, é algo a que não podemos responder.

De facto, no que diz respeito aos rendimentos da colegiada, só podemos tecer algumas considerações sobre os que advinham da exploração do património, que se encontra melhor documentado. Propriedade imobiliária que, tanto quanto foi possível apurar, teve uma administração comum, não parecendo verificar-se uma divisão dos bens entre o prior e os raçoeiros, mas apenas uma divisão dos rendimentos.

A forma como se foi constituindo este património, as suas características, as práticas gestionárias e as rendas por si geradas, são aspectos que se abordarão em outros pontos deste estudo.

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO

2.1. Modalidades de aquisição

A compreensão do processo formativo do património da colegiada de Santo Estêvão, encontra-se de algum modo limitada, em virtude da escassez documental para o período anterior ao século XIV. Dessa fase, possuímos apenas um pequeno número de documentos, alguns contratos relativos a imóveis e umas tantas doações, insuficientes para podermos identificar o número de bens, os primeiros núcleos de implantação espacial, bem como a evolução do património até meados de Trezentos.

De qualquer modo, nos séculos iniciais de vida desta instituição, o número de bens não deve ter sido muito significativo, tanto mais que, com excepção das dízimas do Reguengo do Alqueidão de Valada, concedidas pelos primeiros soberanos¹²³, a igreja não parece ter sido agraciada, por outros monarcas ou por grandes senhores, com imóveis ou outro tipo de dádivas.

O crescimento do património, que sem dúvida se verificou, ao longo do século XIII e sobretudo na centúria seguinte, como veremos, fez-se todo

¹²³ Não se detectou o diploma da doação. Contudo, em diversos documentos se faz referência ao facto de os reis terem concedido, à igreja, a dízima do Alqueidão. Cf., por exemplo, IAN/TT, *Colegiada de santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 14 n.º 261 e 269.

ele a partir das dádivas dos fiéis, não se tendo detectado nenhuma compra efectuada pela instituição¹²⁴.

Doações e legados pios, com um ligeiro predomínio das primeiras em relação aos segundos, constituíram, pois, as formas de ingresso de bens materiais na instituição¹²⁵.

Formas de aquisição do património

modalidades	número	percentagem
doações	19	55,9
legados	15	44,1
total	34	100

¹²⁴ A compra de bens de raiz, interdita à igreja pelas leis da desamortização, mas que se verificou em muitas instituições, não deixou nos documentos de Santo Estêvão qualquer vestígio, revelando a fraca, ou até nula importância que tiveram na constituição do seu património.

¹²⁵ Em toda a parte as dádivas constituíram as principais formas de aportação de bens às casas religiosas. Vejam-se, por exemplo, os seguintes estudos: Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca. Do século X ao século XIII*, Arouca, 1988, pp. 92-95; José Marques, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, 1988, pp. 522-526; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 33; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, Lisboa, 1990, p. 42-45; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, "A formação e exploração do domínio da colegiada de S. Pedro de Torres Vedras (fim do século XIII – fim do século XIV)", *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais, 1996, pp. 104-110; Idem, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1995, p. 375; Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*, Cascais, 1996, pp. 36-37; Maria de Fátima Botão, *Poder e Influência de uma Igreja Medieval. A Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, Cascais, 1998, p. 24; Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre o Património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Das Origens ao século XV", *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, 1999, p. 166, entre muitos outros que podiam ser citados.

Estas duas modalidades aquisitivas, de natureza jurídica diversa, pertencendo as doações ao foro do direito contratual e os legados ao do direito sucessório, embora tivessem como resultado comum a entrada dos bens na instituição, apresentavam diferenças, nomeadamente no que se refere ao tempo que se tinha que esperar para a eles aceder. Se, no caso dos legados, só depois da morte do testador a instituição tinha acesso aos bens, pelas doações, na sua grande maioria simples e de efeito imediato, a colegiada passava desde logo a gozar de todos os direitos inerentes à posse da propriedade. As doações *post obitum*, que na prática tinham efeitos semelhantes aos legados¹²⁶, e *reservato usufructu*¹²⁷ que protelavam a fruição do bem durante um determinado período de tempo, não parecem ter tido uma grande expressão, pelo menos a crer nos escassos vestígios documentais que deixaram. Apenas uma doadora, Constança Pais, viúva de Fernando Afonso, colocou cláusulas restritivas ao desfrute imediato do bem atribuído, concretamente umas casas em Lisboa, cujo domínio eminente passou de facto para a colegiada, mas com a condição de que o

¹²⁶ As doações *post obitum* produziam os mesmos efeitos que os testamentos mas, ao contrário deles, segundo Paulo Mêrea e José António Rúbio, eram irrevogáveis. Cf., Paulo Merêa, “Sobre as doações 'causa mortis'”, *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, 1937, pp. 119-121; Id., “Sobre a revogabilidade das doações por morte”, in *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, vol. 1, pp. 173-184; José António Rubio, “Donationes post obitum' y 'donationes reservato usufructo' en la Edad Media de León y Castilla”, *Anuario de Historia del Derecho Español*, IX, 1932, p. 8.

Henrique da Gama Barros tem opinião contrária relativamente à revogabilidade destas doações. Cf., *Historia da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, vol. VI, pp. 309-313.

¹²⁷ Sobre a distinção entre estas doações, veja-se, Paulo Merêa, “Doações 'post-obitum' e doações 'reservato usufructo'”, in *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, vol. I, pp. 193-197; José António Rubio, “Donationes post obitum' y 'donationes reservato usufructu' en La Edad Media de León y Castilla”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, IX, 1932, p. 6-8.

foreiro que nelas residia as pudesse lograr durante a sua vida, sem qualquer encargo¹²⁸.

2.2. Motivações e contrapartidas das doações e legados

Os motivos que levaram os fiéis a agraciar a igreja de Santo Estêvão, embora expressos de maneiras diversas¹²⁹, eram todos eles de carácter espiritual e tinham um objectivo comum: a salvação da alma.

O hábito de deixar às instituições religiosas bens materiais, uma prática generalizada que acabou por colocar nas mãos da igreja um número significativo de bens, conferindo-lhe um enorme poderio económico¹³⁰, radicava, em grande medida, nas crenças e atitudes do homem da Baixa Idade Média face à morte.

Crenças renovadas a partir dos finais do século XIII, com a noção de culpa individual e com a generalização da doutrina do Purgatório, que fizeram acreditar que a remissão dos pecados, e portanto a salvação da alma, era possível pela intercessão dos vivos, através da realização de sufrágios, orações ou esmolas pelos que partiam¹³¹.

¹²⁸ Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço, 8, n.º 156.

¹²⁹ A salvação da alma, a remissão dos pecados, o temor do dia do finamento, foram os motivos mais comuns. Cf. *ibidem*, maço 8, n.º 156; maço 9, n.º 176; maço 10, n.º 188; maço 15, n.º 187.

¹³⁰ Cf. Rosa Marreiros, “Os bens e os proventos da igreja na época medieval”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, vol. I, Coimbra, 1996, p. 157.

¹³¹ Sobre a importância que o nascimento da noção de Purgatório assumiu nas modificações das práticas piedosas e, de um modo geral, na atitude do Homem face à morte, veja-se, Jacques Le Goff, *O Nascimento do Purgatório*, trad. de Maria Fernanda Gonçalves Azevedo, Lisboa, Estampa, 1993. Pode ver-se, também, Philippe Ariès, “A morte de si próprio”, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, trad. de Pedro Jordão, Lisboa, 1988, pp. 31-42.

Sobre as atitudes e rituais da Morte, em Portugal, nos finais da Idade Média, veja-se,

Estas crenças, ampla e sabiamente propagadas pelo clero, conferiram à igreja, como notou Jacques Le Goff, um enorme poder sobre a sociedade¹³², uma vez que a ela, enquanto intermediária entre Deus e os Homens, cabia um importante papel na salvação individual. Não era, pois, de admirar que, nas proximidades da morte, muitos se desfizessem de riquezas acumuladas ao longo da vida¹³³, sacrificando em alguns casos os herdeiros¹³⁴, para poderem dotar as instituições com bens que assegurassem a realização dos sufrágios, que se supunha terem um efeito eficaz na remissão dos pecados.

Maria Ângela Beirante, “ Para a História da Morte em Portugal (séc. XII a XIV)”, *Estudo de História de Portugal, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I, séculos X-XV, Lisboa, 1982, pp. 359-383; José Mattoso, “ O culto do mortos em Cister no tempo de S. Bernardo”, *O Reino do Mortos na Idade Média Peninsular*, dirigida por José Mattoso, Lisboa, 1996, pp. 87-105; Herminia Vasconcelos Vilar, *A Vivência da morte na Estremadura portuguesa*, Redondo, 1995; Idem, “ Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém)”, *O Reino do Mortos na Idade Média Peninsular*, pp. 165-176; Isabel Castro Pina, “ Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV”, *ibidem*, pp.125-134.

¹³² Cf. Jacques Le Goff, *O Nascimento do Purgatório*, p. 26.

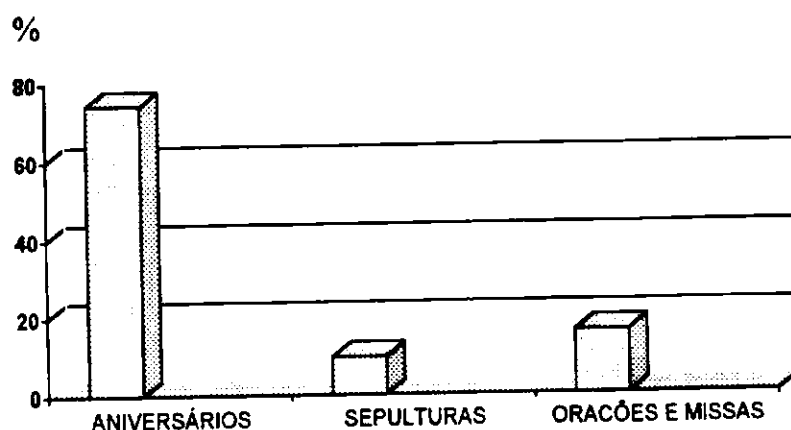
¹³³ Vejam-se, por exemplo, os casos impressionantes dos ricos mercadores e banqueiros das cidades italianas, referidos por Jacques Le Goff. Homens que ao longo da vida acumularam enormes riquezas, mas que na hora da morte deixaram grande parte das fortunas aos mosteiros onde se encerraram. Cf., Jacques Le Goff, *A civilização do Ocidente Medieval*, vol. I, Lisboa, 1983, pp. 232-233;

As dádivas pias, se constituíam uma tentativa, mesmo que *in extremis*, de conseguir a salvação, pela recusa da *avaritia*, eram ainda uma forma de fazer reverter em favor da alma os bens materiais, cedendo-os em troca das missas e sufrágios. Sobre as atitudes de ricos face à morte, veja-se, Philippe Ariès, “ Riqueza e pobreza perante a morte na Idade Média”, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, pp. 69-84.

¹³⁴ No caso de existirem herdeiros directos, descendentes ou ascendentes, uma quota parte da fortuna ficava obrigatoriamente reservada para os herdeiros. O testador apenas podia dispor com total liberdade da terça dos seus bens. Veja-se, entre outros, Paulo Merêa, “ sobre as origens da terça”, *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, tomo II, Coimbra, 1956, p. 55-74.

Mais do que verdadeiramente gratuita, a prática de doar ou legar, encontrava-se, nos finais da Idade Média¹³⁵, contagiada pela noção de troca. A atribuição de um bem implicava como contrapartida determinados serviços religiosos, que o doador ou testador sempre exigia¹³⁶ e fazia registar, por vezes com grande minúcia, no texto do acto¹³⁷.

Contrapartidas das dádivas



As contrapartidas que detectámos na documentação desta colegiada, maioritariamente dos finais do século XIV e inícios do XV, estão todas elas relacionadas com a morte e com as exéquias fúnebres. Cerca de 75% das dádivas dos fiéis exigiam a celebração de aniversários por alma do doador

¹³⁵ Se até meados do século XII as dádivas eram de um modo geral gratuitas, não exigindo por parte das instituições contempladas uma obrigatoriedade de serviços religiosos, a partir daí passaram a exigir contrapartidas. Cf. Maria Ângela Beirante, "Para a História da Morte em Portugal" p. 365.

¹³⁶ No caso em estudo, apenas duas doações, uma datada de 1231 e outra de 1364, não exigiram qualquer contrapartida. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 19, n.º 376, maço 13, n.º 349.

¹³⁷ Foi o caso, por exemplo, do raçoeiro da igreja, Gonçalo Fernandes, que estabeleceu, para além do local de sepultura, as exéquias que deviam acompanhar o soterramento do corpo, o número e solenidade das missas de aniversário, os procedimentos a ter nos "saimentos" sobre a sepultura, etc. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 9, n.º 176.

ou de algum seu familiar¹³⁸. Também as missas e orações por alma, o direito de sepultura de *per si*, ou simultaneamente com os aniversários, constituíram contrapartidas exigidas¹³⁹.

Este tipo de dádivas, assim como a instituição de capelas, que mais adiante abordaremos, assumiam o carácter de verdadeiros contratos¹⁴⁰, estabelecidos entre os instituidores e a igreja, comprometendo-se esta, em troca dos bens materiais, a executar as celebrações religiosas pretendidas. Em alguns casos, foi a própria instituição a estabelecer o valor considerado suficiente para a realização dos actos de culto destinados ao sufrágio da alma. No princípio do século XV, por exemplo, considera a colegiada que o montante deixado por João de Soure para a realização dos sufrágios era insuficiente, adiantando-se que tais serviços não se poderiam realizar por quantitativo inferior a vinte e uma libras de moeda antiga¹⁴¹. Exigência bem ilustrativa da importância que, nas convicções religiosas da época, os bens terrenos assumiam para a salvação da alma.

2.3. Os intervenientes

Um dos dados que ressalta da análise da documentação é a relativa heterogeneidade dos que deixaram bens a esta colegiada de Lisboa. Heterogeneidade no que se refere não apenas à categoria sócio-profissional, mas também no respeitante à sua distribuição sexual.

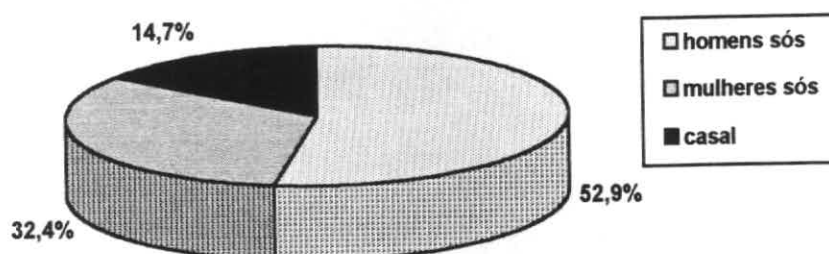
¹³⁸ Marido, filho, pai ou mãe são os mais comuns. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 8, n.º 147; maço 12, n.º 233; maço 17, n.º 329.

¹³⁹ *Ibidem*, maço 6, n.º 111, maço 9, n.º 176; maço 10, n.º 193, maço 17, n.º 139.

¹⁴⁰ Cf. Maria Ângela Beirante, “ Para a História da Morte em Portugal”, p. 365.

¹⁴¹ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 10, n.º 193.

Distribuição dos doadores e testadores por sexo



Com efeito, embora os homens sós, com 52,9 % do total, constituíssem a maioria dos intervenientes, não deixa de ser significativa a importância do elemento feminino, individualmente considerado¹⁴². De notar, que 32,4 % dos que deixaram bens a Santo Estêvão eram mulheres, na sua grande maioria viúvas¹⁴³.

Em número bem menos significativo foram as doações em nome do casal¹⁴⁴, apenas 14,7 %, valores próximos dos que, por exemplo, se verificavam em outras instituições religiosas da Estremadura portuguesa¹⁴⁵.

¹⁴² Os dados relativos à distribuição sexual dos doadores e testadores não se afastam muito do que se verificava em muitas outras casas religiosas do país. Por exemplo, nas instituições da Estremadura portuguesa, estudados por Maria Hermínia Vasconcelos Vilar, os homens correspondiam a 48,3% do total de testadores e as mulheres a 35,5%. Cf. *A Vivência da Morte*, p. 67. Na Colegiada de S. Martinho de Sintra, os doadores masculinos correspondiam a 51% do total; as mulheres apresentavam 26,6%, valor inferior ao detectado para Santo Estêvão de Alfama. Cf. Maria Inez Gonçalves Marques, *A Colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV, Património e Gestão*, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996, p. 23.

¹⁴³ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 8, n.º 147; maço 11, n.º 203; Caderno 7, fl. 5.

¹⁴⁴ Todas as dádivas em nome do casal foram doações.

¹⁴⁵ 16,2 % foram os valores detectados por Maria Hermínia Alves Vilar, *A Vivência da*

O progressivo acesso das mulheres à elaboração de testamento e às obras pias e a relativa pouca importância das doações em nome do casal, são bem o testemunho de que nesta época de progressiva individualização das atitudes, as dádivas piedosas tinham antes de mais o objectivo de assegurar a própria salvação¹⁴⁶.

Um outro dado a reter é respeitante à categoria sócio-económica dos que deixaram bens a esta igreja de Lisboa, que as fontes permitiram conhecer para 61,7 % dos intervenientes, valor que, apesar do seu carácter de amostragem, não deixa de ser revelador de uma tendência.

Distribuição dos doadores e testadores por categorias sócio profissionais

Condição sócio económico	número	percentagem
clérigos	7	20,6
cavaleiros	2	5,9
oficiais régios e concelhios	5	14,7
mesterais	3	8,8
almuinheiros	2	5,9
pescadores	1	2,9
assalariados	1	2,9
indeterminados	13	38,3
total	34	100,0

Tanto quanto pudemos apurar, o espectro sócio económico de doadores e testadores era relativamente alargado, abrangendo tanto leigos como clérigos, como elementos das diferentes camadas do estrato popular,

Morte., p. 67.

¹⁴⁶ O carácter individual da vivência da morte, a consciência da “ morte de si próprio”, como lhe chamou Philippe Ariès, é visível, por exemplo, na progressiva personalização das sepulturas, na nomeação individual dos defuntos nos sufrágios, entre tantos outros aspectos dos rituais da morte. Veja-se, o que foi referido no ponto 2.2.

o que não deixa de ser significativo da relativa generalização que a prática de doar e legar assumia nos finais da Idade Média. Contudo, a proporção de cada um dos grupos, no acesso a este tipo de actos escritos, revela-se diversa.

Embora a grande maioria fosse leiga, os membros do clero secular, com 20,6%, constituíam o grupo melhor representado¹⁴⁷. Entre eles contavam-se diversos clérigos da própria igreja, como Vasco Martins¹⁴⁸, Gonçalo Fernandes¹⁴⁹, Diogo Afonso¹⁵⁰, entre outros, que, naturalmente, nela instituíram capelas ou legaram determinados bens para a realização de sufrágios. Digno de nota é o facto destes indivíduos serem possuidores, no fim da vida, de um conjunto, em alguns casos significativo, de bens materiais¹⁵¹, a demonstrar-nos que a par das suas funções religiosas, e apesar das restrições régias, continuaram a acumular e a gerir o património pessoal. Património de que a colegiada, por via dos legados pios, acabava, em parte, por beneficiar. Para além deles, outros eclesiásticos surgem também a agraciar a colegiada, como, por exemplo, o cónego de Lisboa Martim Fernandes¹⁵², ou o clérigo de missa Dinis Eanes¹⁵³, não sendo

¹⁴⁷ De notar, que a importância numérica dos clérigos poderá estar, de algum modo, sobrevalorizada, até pelo facto da condição destes ser sempre identificada, não se verificando o mesmo para outras categorias. Sobre os cuidados a ter na interpretação de dados relativos à distribuição sociológica dos testadores, em documentação oriunda de instituições religiosas, veja-se, Maria Herminia Vasconcelos Alves Vilar, *A Vivência da morte*, pp. 75-76.

¹⁴⁸ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 9, n.º 164.

¹⁴⁹ *Ibidem*, maço 9, n.º 176.

¹⁵⁰ *Ibidem*, Caderno 2, fls. 14 e 15.

¹⁵¹ Veja-se, por exemplo, o caso de João de Soure, possuidor de diversas casas, em Lisboa, de vinhas, casais e herdades. *Ibidem*, maço 6, n.º 110 e 120; maço 9, n.º 167; maço 10, n.º 193.

improvável que o quadro de relações pessoais e institucionais dos membros desta igreja, pudesse, em alguns casos, ter favorecido a recolha de dádivas de indivíduos ligados a outras instituições religiosas.

Santo Estêvão recebeu ainda legados pios de indivíduos que a documentação refere como vizinhos de Lisboa, nomeadamente Fernando Afonso¹⁵⁴ e João Eanes¹⁵⁵, muito provavelmente, membros dos escalões superiores do estrato popular¹⁵⁶, bem como de diversos oficiais régios e concelhios: João Arminho, copeiro de D. Dinis¹⁵⁷, Catarina Fernandes, covilheira da rainha¹⁵⁸, João Rodrigues, almoxarife das tercenas¹⁵⁹, João Vicente, juiz dos testamentos¹⁶⁰, e Afonso Domingues, tabelião¹⁶¹.

No conjunto, os indivíduos referidos correspondiam a 66,6% do total dos intervenientes de que foi possível apurar a categoria sócio-económica, a comprovar que doar ou testar, e fixar por escrito esse acto, era, nos finais da Idade Média, uma prática reservada, em grande medida, aos grupos que,

¹⁵² *Ibidem*, Caderno 7, fl. 12v.

¹⁵³ *Ibidem*, maço 17, n.º 332.

¹⁵⁴ *Ibidem*, maço 8, n.º 147.

¹⁵⁵ *Ibidem*, maço 10, n.º 188.

¹⁵⁶ Estes indivíduos integrariam o que A. H. de Oliveira Marques designou por “camada superior do terceiro estado”. Cf., *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1986, p. 265.

¹⁵⁷ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7, fl. 12.

Sobre as funções inerentes ao copeiro, no reinado de D. Dinis, veja-se, Rita Costa Gomes, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, 1995, p. 25. Não encontramos nesta obra qualquer referência a João Arminho.

¹⁵⁸ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 13v.

¹⁵⁹ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 4.

¹⁶⁰ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 3v.

¹⁶¹ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 12.

pela posição social ou funções exercidas, tinham algum desafogo material¹⁶².

Mesmo assim, embora bastante menos numerosos, surgiram também, a agraciar a igreja, oficiais mecânicos¹⁶³, pescadores¹⁶⁴, almuinheiros¹⁶⁵ e um ou outro assalariado¹⁶⁶, alguns de poucos recursos, o que os impossibilitava de deixar à sua igreja mais do que um pequeno quinhão, parcela de uma casa¹⁶⁷, ou de uma vinha¹⁶⁸, que lhes coubera em herança. Da prática de doar ou legar, excluía-se, obviamente, aqueles que, pela sua pobreza, nada tinham para deixar à instituição.

Não causa surpresa que a liberalidade para com esta colegiada, numa cidade repleta de instituições eclesiásticas, tenha partido dos próprios fregueses, aos quais a igreja prestava serviços religiosos e sobre quem mantinha uma influência directa e quotidiana. Com efeito, a grande maioria dos que atribuíram bens a Santo Estêvão, eram fregueses da igreja. Esta tendência, constatável nas doações¹⁶⁹, assumia valor bem mais significativo nos legados, sendo todos os testadores desta paróquia de Lisboa. Facto que não é de estranhar, se tivermos em atenção que era prática comum os fiéis,

¹⁶² Cf., Michel Vovele, *La mort et l'Occident de 1300 a nos jours*, Paris, p. 150

¹⁶³ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço, maço 11, n.º 203; maço 8, n.º 147; maço 15, n.º 287.

¹⁶⁴ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 11, 11v e 13v.

¹⁶⁵ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 5v; maço 19, n.º 383.

¹⁶⁶ *Ibidem*, maço 15, n.º 287.

¹⁶⁷ Por exemplo, um terço de uma casa, *ibidem*, Caderno 7, fl.12v; um quarto de um sobrado, maço 15, n.º 287.

¹⁶⁸ *Ibidem*, Caderno 7, fl.12.

¹⁶⁹ A pertença à paróquia de Santo Estêvão verificou-se em cerca de 80% dos casos, em que foi possível apurar a freguesia do doador.

nos testamentos, agraciarem em primeiro lugar as igrejas de que eram fregueses¹⁷⁰.

A colegiada obteve também dádivas de indivíduos de outras paróquias da cidade, sobretudo das que lhe ficavam próximas, como S. Miguel ou S. Vicente de Fora, e mesmo de fora dela, de Setúbal ou de Cascais, por exemplo, embora o seu número não tivesse sido muito significativo.

Circunscrita, na recolha de dádivas materiais, quase exclusivamente ao espaço da própria freguesia, que não se contava entre as mais *nobilizadas* e ricas da cidade, e onde havia ainda que contar com outras instituições religiosas que com ela competiam na recolha de dádivas¹⁷¹, a colegiada não pode receber dos seus fiéis dotações significativas. Com efeito, entre os que a agraciaram não se contavam grandes senhores da nobreza, ricos mercadores ou outros elementos de avultados cabedais dos estratos populares. O património de Santo Estêvão parece, pois, ter-se constituído a partir de pequenas dádivas individuais que, se permitiram ir acrescentando o número de bens, não fizeram da Colegiada uma instituição materialmente poderosa.

2.4. Os bens recebidos

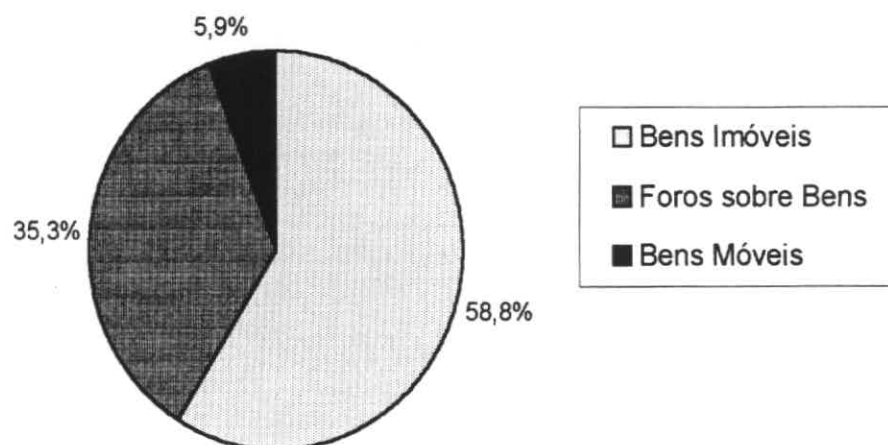
Dois aspectos caracterizam, de um modo geral, as dádivas recebidas pela colegiada: a sua diversidade e o carácter relativamente modesto que

¹⁷⁰ Veja-se, Herminia Vasconcelos Vilar, *Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, pp. 131.

¹⁷¹ Entre elas, o Mosteiro de Santa Clara, com o qual não poucas vezes a colegiada contendeu.

apresentavam, o que se pode relacionar com o tipo e nível de riqueza dos que dotaram a instituição.

Tipo de bens recebidos



Entre os bens recebidos contavam-se quantias em numerário¹⁷², alguns objectos, um saltério novo, por exemplo, pelo qual se dizia, por alma de Bernardo Martins, um aniversário¹⁷³, e diversos imóveis, urbanos e rústicos. Casas de morada e quintais, no que se refere aos primeiros, vinhas, olivais e courelas, localizadas nos arredores da cidade, no respeitante aos segundos¹⁷⁴. Imóveis geralmente de pequena dimensão, de

¹⁷² *Ibidem*, maço, 13, n.º 250.

¹⁷³ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 11 v.

¹⁷⁴ O elevado número de bens rústicos, que desta forma aportavam à instituição, nunca superiores aos bens urbanos, mas, mesmo assim, bastante significativos, poderá, numa primeira análise, causar alguma surpresa, uma vez que a maioria dos doadores/testadores eram residentes na cidade, desempenhando actividades de cariz urbano. Esse aspecto, que pode ter sido empolado pelo facto da paróquia se estender ao espaço periurbano, não deixa também de ser revelador do interesse económico que a propriedade rústica, dos arredores dos núcleos urbanos, suscitava em indivíduos de todos os estratos sócio-profissionais, levando-os a adquirir, manter, e a doar, como vimos, este tipo de imóveis.

que a colegiada, em alguns casos, recebia apenas uma parte: uma metade ou um quarto de uma casa¹⁷⁵, um meio chouso¹⁷⁶, por exemplo, havendo ainda dádivas que correspondiam tão somente a alguns pés de oliveiras¹⁷⁷.

Evolução do tipo de dádivas recebidas

<div>anos</div> <div>tipo de bens</div>	1241/ 1290	1291/ 1340	1341/ 1390	1391/ 1440	1441/ 1490	total
imóveis	2	4	13	1	0	20
foros sobre bens	0	0	5	5	2	12
bens móveis	0	1	1	0	0	2

Os imóveis constituíram, até meados do século XIV, o tipo de bens mais recebidos, tal como acontecia, aliás, na generalidade das instituições religiosas. Contudo, a partir das últimas décadas desta centúria, verificou-se o incremento de um outro tipo de dádivas que, embora não contribuíssem para aumentar o património imobiliário da instituição, constituíam fonte de rendimentos. Trata-se da atribuição de rendas a receber sobre determinados bens. Nestes casos, o doador ou testador não contemplava a colegiada com a propriedade plena do imóvel, que permanecia em posse de familiares¹⁷⁸, mas com um censo, que sustentava o conjunto de actos de culto destinados ao sufrágio da alma.

¹⁷⁵ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7, fl. 12v; maço15, n.º287.

¹⁷⁶ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 14.

¹⁷⁷ *Ibidem*, maço 19, n.º 376; Caderno 7, fl.11.

¹⁷⁸ Um sobrinho, por exemplo, cf., *ibidem*, maço 10, n.º 193.

Os bens obrigados a este pagamento podiam custear simples aniversários por alma ou resultar na instituição de capelas¹⁷⁹, que de um modo geral implicavam um maior volume de bens e davam origem a um número mais avultado de actos de culto¹⁸⁰.

A prática de deixar às instituições religiosas não os imóveis, mas apenas um rendimento a cobrar sobre eles, era uma forma de contornar a insistente legislação régia, que procurava limitar o crescimento da propriedade eclesiástica¹⁸¹. Tal prática acentuou-se, em Santo Estêvão como em muitas outras instituições, a partir das últimas décadas do século XIV, período em que o avolumar de dádivas à igreja, em consequência das conturbações vividas nessa centúria, obrigaram a coroa a redobrar a atenção e a vigilância sobre as doações e outras formas de aquisição de bens por parte do clero¹⁸².

¹⁷⁹ Entre a documentação de Santo Estêvão não se encontra nenhum acto de instituição de capela. Da sua existência temos apenas um conhecimento indirecto, através dos litígios que a igreja manteve com os seus administradores, de emprazamentos de bens afectos a capelas ou de outras indicações esparsas. Este facto impede-nos naturalmente de conhecer, em rigor, as disposições dos seus instituidores no que concerne aos bens adscritos a essas capelas, montante das rendas atribuídas e serviços religiosos exigidos, por exemplo. Cf., *ibidem*, maço 7, n.º 127; maço 6, n.º 11; maço 10, n.º 193.

¹⁸⁰ “Em regra, o aniversário comportava menos investimento material e menores disponibilidades económicas que a capela”, Cf. Maria Ângela Beirante, “Capelas de Évora”, *Cidade de Évora*, n.ºs 65-66, 1982-83, pp. 22. De qualquer modo, como nos diz Margarida Garcez Ventura, é impossível saber quais e quantos actos de culto eram necessários para se instituir uma capela. Cf., Margarida Garcez Ventura, *Igreja e Poder no século XV. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas*, Lisboa, p. 332.

¹⁸¹ Desde o reinado de D. Afonso II que se promulgaram leis tendentes à desamortização da propriedade eclesiástica. Veja-se: *Livro de Leis e Posturas*, editado por Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1971, pp. 13-14; pp. 72-76, pp. 162-163, p. 205; *Ordenações Afonsinas*, livro II, título III, XIV e XV, pp. 44-46, pp. 174-183; Henrique da Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, 2.ª ed., tomo II, pp. 270-280; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2.ª ed. organizada por Damião Peres, vol. I, pp. 111-113.

¹⁸² D. João I reafirmou a necessidade de fazer cumprir as ordenações anteriores

Com efeito, ao longo do século XV, estas atribuições assumiram uma importância crescente¹⁸³, sendo sem dúvida responsáveis pelo decair da entrega de bens imobiliários como, de uma forma mais concreta, se constatará no ponto seguinte.

2.5. A dinâmica das aquisições de bens imobiliários

O património imobiliário da colegiada formou-se quase todo ele ao longo dos séculos XIII e XIV, com ritmos e intensidade que nem sempre podemos identificar, nomeadamente no que se refere à primeira destas centúrias, para a qual é bastante escasso o número de documentos. Contudo, estamos em crer que a fase mais significativa de entrada de

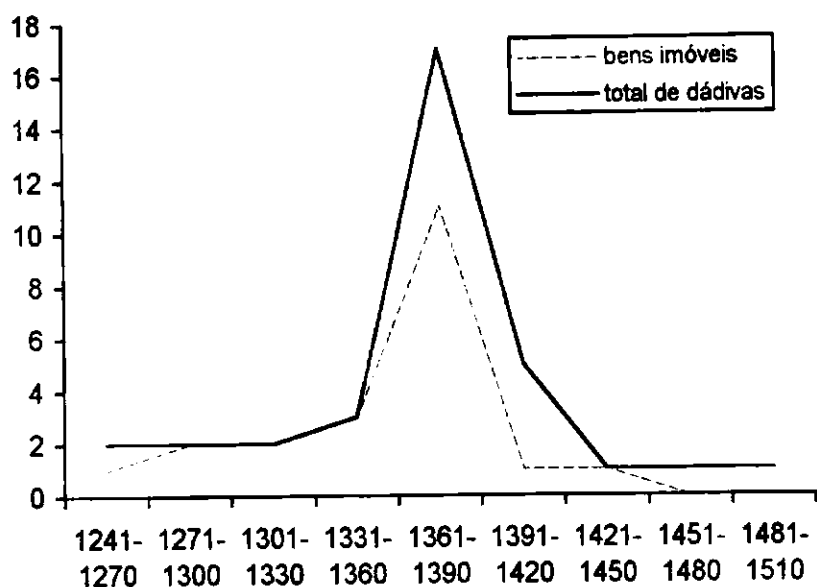
referentes a compras e heranças, obrigando ainda os bens onerados com aniversários e capelas a ficar nas mãos de leigos, revertendo para a igreja apenas a quantia destinada ao pagamento dos sufrágios. Cf, Margarida Durães e Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, “ Família, Igreja e Estado: A salvação da alma e o conflito de interesses entre os poderes”, *Arqueologia do Estado, I.ªs Jornadas Sobre as Formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII a XVIII*, vol. II. Lisboa, 1988, pp. 817-836. Sobre a vigilância régia relativa aos bens afectos a capelas, óbitos e aniversários, a partir de D. João I, veja-se também, Margarida Garcez Ventura, *Igreja e Poder no Século XV*, pp. 169-176 e pp. 331- 352.

Apesar das restrições régias, a colegiada administrava, ainda assim, alguns desses bens. Em todos os casos em que isso se verificava, o instituidor era sempre um clérigo da própria igreja. Segundo o costume, na Colegiada de Santo Estêvão, a administração desses bens cabia aos dois raçoeiros mais velhos, não esclarecendo os documentos, qual a compensação que o desempenho de tal tarefa implicava. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 7, n.º 127; maço 9, n.º 164, maço 16, n.º 314.

¹⁸³ A importância que este tipo de dotações assumia no conjunto de rendimentos da igreja dificilmente pode ser contabilizada. O facto de a colegiada não deter a posse dos imóveis e de na maior parte dos casos não ser responsável pela sua administração, reflecte-se naturalmente nas lacunas documentais relativas a estes bens. De qualquer modo estamos em crer, até pela importância crescente que assumem no total de dádvas dos fiéis, que constituíram, nos finais da Idade Média, uma fonte de proventos bem significativa.

imóveis na instituição correspondeu às décadas de 70 e 80 do século XIV, período em que se verificou um extraordinário incremento das dádivas dos fiéis.

Cronologia da aquisição de imóveis



Tal como em muitos outros locais¹⁸⁴, também o aumento das dádivas a Santo Estêvão se liga a um contexto de crise. As pestes, as

¹⁸⁴ O pico de dádivas dos fiéis, em muitos locais e instituições – não em todas obviamente – situa-se em torno de meados do século XIV. Tal verificou-se, por exemplo, em Torres Vedras, cf. Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras*, pp. 376-377; na Colegiada de S. Martinho de Sintra, cf., Maria Inez Gonçalves Marques, *A colegiada de S. Martinho*, p. 14; nas Albergarias de Évora, cf., Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, Lisboa, 1990, p. 42-44.

O aumento de doações e legados como efeito da Peste foi referido por diversos outros autores: Henrique da Gama Barros, *História da Administração*, vol. II, p. 275; Fortunato de Almeida, *História da Igreja*, vol. I, p. 309; Luis António de Oliveira Ramos, "Consequências económicas da Peste Negra" in "Para o estudo da Peste Negra em Portugal", dir. Virginia Rau, *Bracara Augusta*, XIV-XV, 1963, pp. 221-222; Humberto Baquero Moreno, "Um testamento concebido durante a Peste Negra", *Bracara Augusta*, vol. XXXII, 1978, pp. 125-136; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I. Lisboa, pp. 86-87 e 446-447; Idem, "Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra" in *Homens Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. I – Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990, pp. 60-72.

guerras e as fomes¹⁸⁵ que, quase continuamente até ao final da centúria, fustigaram com particular violência Lisboa, aumentando o sentimento de insegurança das populações e consequentemente a busca de reconforto espiritual na igreja, não foram, pois, alheias ao redobrar da atenção material dos fiéis para com a colegiada¹⁸⁶. Durante aquelas décadas detectámos, entre doações e legados, mais de vinte actos, verificando-se a entrada na instituição de um número significativo de imóveis.

A partir dos finais do século XIV, o ingresso de bens imobiliários declinou claramente, o que correspondeu aliás a uma tendência comum a muitas instituições religiosas¹⁸⁷. Este facto justifica-se não apenas pela

¹⁸⁵ Particularmente agudas, em Lisboa, no século XIV, foram as crises de subsistência dos anos de 1355, 1374, 1384-87 e 1391-92. Cf. A H Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, Lisboa, 1978, pp. 257-285.

Também as fontes narrativas registam as fomes que atingiram a cidade. Fernão Lopes, num episódio de forte intensidade dramática, dá-nos conta das inquietações e desespero que a mingua de mantimentos provocou na população de Lisboa, durante o cerco castelhano: “Na Çidade nom avia triigo pera vemder, e se o avia, era mui pouco e tam caro que as pobres gentes nom podiam chegar a elle (...) e começaram de comer pam de bagaço dazeitona, e dos queyjos das mallvas e rraizes dervas. No logar hu costumavom vemder o triigo, amdavom homeêns e moços esgaravatando a terra (...) Amdavam os moços de tres e de quatro anos, pedimdo pam pella çidade por amor de Deos, como lhes emsinavam suas madres, e muitos nom tiinham outra cousa que lhe dar senom lagrimas (...) Desfalleçia o leite aaquellas que tiinham criamças a seus peitos per mingua de mantiimento; e vemdo lazerar seus filhos a que acorrer nom podiam, choravom ameude sobrelles a morte (...)”. Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, 1ª parte, cap. CXLVIII, Lisboa, s/d.

¹⁸⁶ Também em outras instituições de Lisboa, a década de setenta do século XIV, correspondeu ao período de maior intensidade das dádivas. Veja-se, Maria Filomena Andrade, *O mosteiro de Chelas. Uma Comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*, Cascais, 1996, p. 38.

¹⁸⁷ A diminuição do ritmo aquisitivo ao longo do século XV foi registado por diversos estudos. Veja-se, Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 29; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, vol. I, nota 5, p. 86; Herminia Vasconcelos Vilar, *A Vivência da Morte*, pp. 60; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras*, p. 378; Idem, “O património das Donas de Santos no termo de Torres Vedras durante a Idade Média” *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos Sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais Patrimonia, 1986,

diminuição do número de dádivas, mas também, como vimos, porque os fiéis passaram a entregar à igreja, não a propriedade plena dos imóveis, mas antes o direito de cobrar um renda perpétua sobre eles.

Assim, no início do século XV, a colegiada tinha, de um modo geral, definido o património que constituiu uma das suas bases de sustentação.

Significativamente, o mais antigo caderno de arrolamento de bens da igreja, que detectámos, data precisamente desses primeiros anos do século XV¹⁸⁸. Elaborado com o intuito de permitir um controle eficaz do recebimento dos foros, este documento, pelo seu carácter sistemático e exaustivo, dá-nos uma visão global dos bens que a colegiada detinha nesse período, bem com das práticas gestionárias. A sua elaboração, cuidada e rigorosa, é de algum modo reveladora de uma atitude dos cónegos para com o seu património, e porventura, de uma tomada de consciência dos responsáveis da instituição, no que ao crescimento da propriedade diz respeito, da entrada numa nova fase, caracterizada sobretudo pela estabilidade.

De facto, o número de bens da igreja nos finais do século XIV/princípios de XV, cerca de uma centena, entre urbanos e rústicos, numa relação de grandeza de 52% para os primeiros e de 48% para os segundos, não se alterou substancialmente ao longo da centúria de quatrocentos.

Limitada que estava na aquisição de bens imobiliários, a colegiada centrou a sua atenção, entre os finais do século XIV e o início do século XVI, sobretudo na defesa e valorização do património já adquirido. A

p. 183.

¹⁸⁸ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 6. O conteúdo deste documento, foi já objecto de um pequeno estudo, que constituiu o tema de uma nossa comunicação, apresentada na Universidade do Minho, em 1998, no âmbito das *III^{as} Jornadas do Mestrado em História e Cultura Medievais*.

análise mais detalhada da localização e tipologia dos bens, que faremos nos pontos seguintes, permite pôr em evidência a estratégia seguida, no sentido de se alcançarem aqueles objectivos.

CAPÍTULO 3

A PROPRIEDADE

3.1. A propriedade urbana

3.1.1. Implantação espacial

Sendo a Colegiada de Santo Estêvão de Alfama sede de uma paróquia urbana, inscrita no coração de Lisboa, não causa surpresa que uma parte importante da sua propriedade se encontre no tecido urbano desta cidade.

A distribuição espacial do seu património, formado a partir de dádivas dos fiéis, como se viu, reflectia naturalmente a área de influência espiritual da igreja. O número de imóveis era, por isso, bastante mais avultado no espaço da própria freguesia e em algumas das paróquias limítrofes, nomeadamente em S. Miguel, onde a colegiada sempre deteve alguns edifícios.

Em Santo Estêvão, os bens disseminavam-se por diversos pontos, mas com maior concentração junto da própria igreja e em torno do adro, nas proximidades da Porta da Cruz¹⁸⁹ e na Lapa¹⁹⁰, entre aquela porta e o tramo de muralha que separava a cidade da zona ribeirinha¹⁹¹.

¹⁸⁹ A Porta da Cruz era a principal saída da cidade, para o lado oriental. Assentava na embocadura da actual rua dos Remédios. Ver sobre o assunto, A. Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª edição, vol. II, Lisboa, 1987, p. 74.

¹⁹⁰ Segundo A. Vieira da Silva, a Lapa localizava-se “Para baixo do sítio das Portas da Cruz, entre a actual Rua dos Remédios e o rio Tejo”, A. Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, p. 80. Pode ver-se também, A. de Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa e descrição topographica do famoso reino de Portugal*, vol. III, Lisboa,

Fora desta área, mas ainda no espaço intramuros da paróquia, possuía também a Colegiada edifícios no Outeiro, no Postigo do Ramoso¹⁹², e em outras localizações, que as características da toponímia medieval não permitem precisar¹⁹³.

1712, p. 384; Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a história de Lisboa*, vol. I, Lisboa, 1939, p. 37.

¹⁹¹ Vd., mapa relativo à distribuição espacial da propriedade urbana em Lisboa.

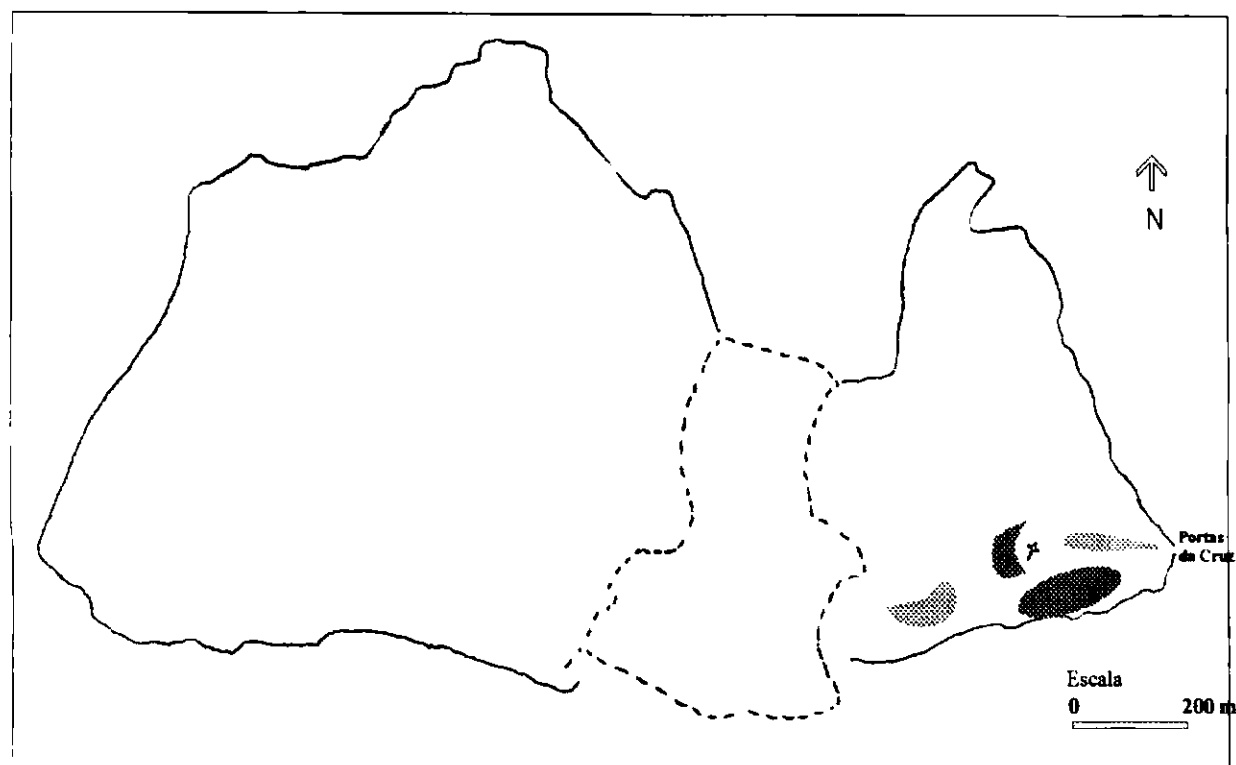
¹⁹² Este Postigo localizava-se, segundo Augusto Vieira da Silva, no canto oriental da muralha, no Beco do Maquinez, acima da Rua do Jardim do Tabaco. Cf. Augusto Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. II, pp. 89-90.

Em alguns documentos, surge também referido como Postigo do Raivoso Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 4, fls., 1v e 2.

¹⁹³ A localização destes bens reveste-se de algumas dificuldades que derivam não apenas do carácter lacunar das fontes, que por vezes se limitam a indicar que determinado bem se situa na freguesia sem adiantar outros elementos, mas também das características próprias da toponímia medieval. Assim, por exemplo, as ruas, em alguns casos pequenos caminhos circunscritos aos moradores e ao seu círculo de relações, são, na maior parte das vezes, anónimas, designadas apenas como ruas, caminhos ou azinhagas públicas. Em outros casos, essas vias são referenciadas em relação a certos acidentes geográficos, o outeiro, por exemplo, ou em relação ao nome dos proprietários ou moradores: caminho público que vai para a casa de João Martins dos Treus, azinhaga que vem das casas de Rui Dias Pereira, rua que vai para o Outeiro e desce para a porta do licenciado Luís Eanes, calçada que vem das casas do infante D. Henrique, etc. Cf., respectivamente, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 15, n.º 292; maço 18, n.º 343; Caderno 4, fl. 3; Caderno 3, fl. 5v; Caderno 2, fl. 6. Estes topónimos, que reflectem a forma como a comunidade se apropriava do espaço, apresentando referentes bem conhecidos, se não de todos, pelo menos da maioria, eram suficientes para os membros dessa comunidade, mas são para nós de muito difícil localização.

Para uma panorâmica geral da toponímia das cidades medievais portuguesas, pode ver-se, Amélia Aguiar Andrade, “Conhecer e Nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas”, in *A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares*, Actas, I, Lisboa, 1993, pp. 123-140; Idem, “Percursos vividos, percursos conhecidos nos núcleos urbanos medievais”, *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, 1995, pp. 52-60. Sobre alguns aspectos da toponímia de Lisboa, veja-se, entre outros, Pedro Gomes Barbosa, “A Toponímia e a Cidade Medieval”, *Lisboa, o Tejo, a Terra e o Mar (e outros estudos)*, Lisboa, 1995, pp. 23-29.

Mapa II - Áreas de maior implantação dos bens urbanos da colegiada em Lisboa no final do século XIV.



Legenda:

- Cerca Moura
- Cerca Fernandina
- Áreas de maior concentração de imóveis
- ▨ Áreas de média concentração de imóveis

A presença imobiliária da Colegiada estendia-se a outras freguesias de Lisboa, como S. João da Praça, S. Vicente, S. Pedro e Salvador¹⁹⁴, e ainda ao Montijo, na margem sul do Tejo. Nestas localizações, o número de imóveis era contudo pouco significativo, correspondendo, quase sempre, a uma ou quanto muito duas moradias dispersas. Obtidos, muito provavelmente, a partir de ligações pontuais, em alguns casos, de doações dos próprios raçoeiros¹⁹⁵, as possibilidades de crescimento do património nessas localizações era pouco provável. Daí que a manutenção da presença da igreja nestas áreas não tivesse constituído uma prioridade.

No século XV, o interesse da instituição, sob o ponto de vista patrimonial, centrou-se no espaço da própria freguesia, assistindo-se durante aquela centúria a um reforço dos bens aí implantados. Se nas últimas décadas do século XIV, o volume de imóveis em Santo Estêvão correspondia a 70% do total, no início do século XVI, fruto de uma política patrimonial assente nos escambos¹⁹⁶ ou até nas vendas¹⁹⁷, o volume de bens localizados na paróquia correspondia, nesse período, a mais de 90%. Se a eles somarmos os imóveis em S. Miguel, que se situavam na zona

¹⁹⁴ Vd., mapa relativo à distribuição espacial da propriedade urbana em Lisboa.

¹⁹⁵ Era o caso de um imóvel térreo, na freguesia de S. Vicente de Fora, doado por João de Soure, raçoeiro da Colegiada. Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 6, n.º 120; maço 9, 167; maço 10, n.º 193.

¹⁹⁶ Foi o caso de dois quinhões de casas, na freguesia de S. Pedro, escambados pela Instituição, em 1373. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7, fl.,lv.

¹⁹⁷ Em 1383, a Colegiada vendeu metade de umas casas na freguesia de S. Vicente de Fora, a João Rodrigues. *Ibidem*, Caderno 7, fl. 4.

confrontante daquela freguesia com Santo Estêvão¹⁹⁸, temos bem a medida da estratégia seguida pela instituição.

A aproximação dos bens ao espaço da freguesia apresentava diversas vantagens. Para além, obviamente, de permitir uma gestão mais eficaz do património, ao nível, por exemplo, da cobrança das rendas ou do controle do estado de conservação dos edifícios, a existência de uma maior concentração de imóveis nesse espaço aumentava as possibilidades de se conseguir algum emparcelamento de bens, a partir de escambos ou de novas doações. Este aspecto não era de somenos importância, se atendermos a que muitas das doações recebidas pela instituição, correspondiam, em virtude de partilhas sucessórias ou outras vicissitudes, apenas a fracções de imóveis¹⁹⁹, obrigando a encontrar soluções capazes de os rentabilizar.

Mas a tentativa de concentração de bens em Santo Estêvão ligava-se também às possibilidades de obtenção de bons rendimentos com os edifícios, que a localização da freguesia permitia.

Numa cidade rica e populosa, e em rápido crescimento, como Lisboa, nos finais da Idade Média, a maior cidade, com quatro ou cinco vezes mais habitantes do que qualquer outro núcleo urbano português²⁰⁰, as rendas dos imóveis, nas áreas mais procuradas, podiam atingir valores bastante significativos²⁰¹. Embora, como mostrou Iria Gonçalves, essa área

¹⁹⁸ Nomeadamente na Rua que vai da Regueira para S. Miguel. Cf., por exemplo, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, Caderno 3, fl. 8v; Caderno 4, fl. 1 maço 9, n.º 168.

¹⁹⁹ A título de exemplo: doação de metade de uma casa, em 1275, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 4, n.º 70; maço 14, n.º 270; doação da quarta parte de um sobrado, em 1386, *ibidem*, maço 15, n.º 287.

²⁰⁰ Cf. A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol., I, Lisboa, 1971. p. 131.

²⁰¹ As rendas imobiliárias atingiam, em Lisboa, valores muito superiores aos praticados

correspondesse, naquele período, à Ribeira e suas imediações²⁰², algumas artérias da freguesia de Santo Estêvão, pelo seu posicionamento em relação às zonas mais dinâmicas da cidade, podiam apresentar também algum valor locativo.

Foi precisamente nessas áreas que o património mais cresceu. Com efeito, ao longo do século XV, embora os núcleos de distribuição da propriedade urbana se tivessem mantido, a instituição aumentou o número de bens em duas localizações: às Portas da Cruz e na Rua Direita da Porta da Cruz.

Tal facto, não pode deixar de relacionar-se com a importância que esses espaços assumiam na estruturação e ordenamento da malha urbana e na dinâmica económica, social e vivencial da freguesia e da própria cidade. Às Portas da Cruz, desembocavam inúmeras artérias do interior da malha citadina²⁰³, dela partindo igualmente as vias para o espaço exterior²⁰⁴, que

em outros núcleos urbanos do país. Cf. António Pinto Ravara, *A propriedade Urbana régia (D. Afonso III e D. Dimis)*, trab. dactil., Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1967, pp. 109-110; Iria Gonçalves, “Aspectos económico-sociais de Lisboa no século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Um Olhar Sobre a Cidade medieval*, Cascais, 1996, p. 12.

²⁰² Iria Gonçalves, *op. cit.*, pp. 27-39.

²⁰³ Entre outras: a rua que estabelecia a ligação entre a igreja de Santo Estêvão e as Portas da Cruz, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 3, fl. 3, 4; (Supomos que esta rua corresponde à Rua de Santo Estêvão, que as descrições de Lisboa do século XVI, referenciam na freguesia. Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551, sumário em que brevemente se contém algumas coisas eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, Apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, 1987, pp. 33); Rua que vai da Cruz para a Lapa, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, fl. 6v; a Rua Direita da Porta da Cruz para o Chafariz dos Cavalos.

²⁰⁴ Uma das principais artérias que davam saída da cidade para os arrabaldes orientais era o Caminho da Porta da Cruz para N.ª Sr.ª do Paraíso ou Rua Direita de N.ª Sr.ª do Paraíso. Cf. A. Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, pp.77.

funcionarão como vectores do futuro crescimento urbano extra muros²⁰⁵. Esta porta, um *ponto quente* da cidade, para utilizarmos uma expressão de Jacques Le Goff²⁰⁶, constituía a principal saída do lado oriental de Lisboa para os campos dos arredores²⁰⁷, o que se traduziu numa intensa circulação de pessoas e mercadorias.

Não menos importante era a principal artéria que dela saía, a Rua direita da Porta da Cruz²⁰⁸, ou Rua da Cruz como também é referida²⁰⁹. Esta via, que atravessava longitudinalmente a freguesia, estabelecendo a ligação entre as Portas da Cruz e o Chafariz dos Cavalos²¹⁰, ainda no interior da muralha mas em ligação ao Tejo, constituiu, pelo menos nos séculos XV e XVI, um dos elementos estruturadores do espaço urbano²¹¹ desta área de Lisboa, que sofreu, muito provavelmente, neste período,

²⁰⁵ Sobre o papel das portas nas cidades medievais, enquanto pólos geradores de urbanização, vejam-se Maria del Carmem Carlé, “La Ciudad castellana a comienzos de la Baja Edad Media”, in *Anuario del Instituto de Investigaciones Historicas*, n.º 3, 1958, p. 419; Lewis Mumford, *A cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas*, 2.ª ed., S. Paulo, 1982, pp.331-332.

²⁰⁶ Jacques Le Goff, “L’apogée de la France Urbaine Médiévale, 1150-1330”, *Histoire de la France Urbaine*, dir. George Duby, Tome II, *La Ville Médiévale des Caroligiens a la Renaissance*, dir. Jacques Le Goff, Paris, 1980, p. 224.

²⁰⁷ A. Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, p. 74.

²⁰⁸ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 3, fl. 4v; 8; Caderno 2, fl.13; Caderno 4, fls. 1v, 5, 6.

²⁰⁹ Por exemplo, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 3, fl. 5v; Maço 12, n.º 231.

²¹⁰ Também designado Chafariz de Dentro. Deu origem ao actual topónimo de Largo do Chafariz de Dentro. Cf. A.Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, pp. 102-105.

²¹¹ Correspondia a um eixo viário de comando. Sobre os elementos ordenadores do espaço urbano, veja-se, Jorge Gaspar, “A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos de estrutura física e desenvolvimento funcional”, *La Ciudad Hispánica durante los siglos XIII al XVI. Actas del Colóquio celebrado en la Rabida y Sevilla del 14 al 19 de Septiembre de 1981*, I, Madrid, 1985, pp. 133-147.

significativas alterações urbanísticas²¹². Em função da Rua Direita da Porta da Cruz, surgem definidas nos documentos, inúmeras outras ruas, azinhagas e travessas²¹³. A importância desta via advinha do facto de estabelecer a ligação entre dois pólos dinamizadores do núcleo urbano, as Portas da Cruz e a beira Tejo, a já curta distância da Ribeira, onde cada vez mais, ao longo dos séculos XV e XVI, com o avançar da empresa das descobertas, pulsava o coração da cidade²¹⁴.

Revelador da importância quer das Portas da Cruz quer da artéria a ela conducente, era o facto de o próprio rei aí possuir bens²¹⁵, uma vez que, como se sabe, o património régio, em Lisboa, como em outros núcleos urbanos²¹⁶, se localizava preferencialmente em áreas que, pela sua

²¹² Sobre as transformações urbanísticas operadas em Lisboa no reinado de D Manuel e ao longo do século XVI, especialmente na área ribeirinha, veja-se, Helder Carita, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, 1999. Entre os grandes edifícios de equipamento administrativo e portuário, construídos nesse reinado, contam-se as tercenças das Portas da Cruz ou Armazéns Reais, que pela sua dimensão e volumetria, terão, muito certamente, provocado alterações significativas na fisionomia desta área da cidade. O primeiro documento que referencia esta edificação data de 1493, e diz respeito a uma casa da igreja que confrontava com “as tercenças novas que ora fazia el rei” IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Maço 6, n.º 109.

²¹³ Por exemplo, azinhaga que vai da Rua direita para o Outeiro, (IAN/TT; Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, Caderno 4 fl. 5v; Rua que vai para dentro da Lapa, *ibidem*, maço 2, n.º 40;

²¹⁴ Sobre a importância da Ribeira de Lisboa, nos finais da Idade Média, veja-se, Iria Gonçalves, “Na Ribeira de Lisboa em Finais da Idade Média”, *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, 1986.

²¹⁵ A propriedade régia não adquiria, contudo, nesta zona a densidade que assumia em outras áreas de Lisboa, nomeadamente na Ribeira, na Rua Nova ou na rua da Correaria, onde o número e o grau de concentração dos imóveis era bem mais elevado. Cf. Iria Gonçalves, “Aspectos Económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, pp. 11-60.

²¹⁶ Tal verificava-se não apenas nos núcleos urbanos de maior dimensão, como era o caso de Lisboa, mas também em pequenos vilas e povoados. Por exemplo, na vila de Portel, no Alentejo, que estudámos no âmbito do seminário de História Urbana

importância económica e social, eram factores de valorização da propriedade²¹⁷.

Compreende-se, pois, que a Colegiada tivesse pretendido adquirir imóveis no referido eixo, mesmo que à custa da cedência de bens junto do adro da própria igreja. É o que se depreende de um escambo, efectuado em 1412, entre a Instituição e o escudeiro Pedro Lopes, que recebeu umas casas junto do adro de Santo Estêvão, dando em troca a metade de umas suas casas na Cruz, comprometendo-se a deixar à instituição a metade restante²¹⁸.

Aproximar os bens às áreas mais lucrativas e evitar o seu excessivo fraccionamento, foram, pois, os objectivos desta transacção que, como tantas outras, se enquadraram numa política de valorização da propriedade, seguida pela instituição nos séculos finais da Idade Média.

3.1.2. Os bens urbanos

O património urbano da colegiada de Santo Estêvão, inscrito, como vimos, no coração da Lisboa medieval, era composto, na sua grande maioria, por edifícios que os documentos genericamente designam como

Medieval deste Curso de Mestrado, a propriedade urbana régia localizava-se, quase toda, na Rua de Santa Maria, a mais importante artéria do povoado.

Sobre uma panorâmica da propriedade régia urbana, veja-se, António Pinto Ravara, *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e Dinis)*, trab. dactil., Faculdade de letras de Lisboa, Lisboa, 1967.

²¹⁷ Vejam-se as conclusões a que chegou Iria Gonçalves, “Aspectos económico-sociais”, pp. 37-39.

²¹⁸ Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 1, n.º 12.

“casa” ou “casas”, termos de aplicação ambígua e imprecisa²¹⁹, o que tem, aliás, sido abundantemente assinalado por diversos autores²²⁰. Os prédios urbanos da Colegiada eram, quase todos, construções destinadas à habitação, embora simultaneamente pudessem servir para outros fins. A casa medieval, como se sabe, caracterizava-se pela sua multifuncionalidade, para além do local de residência, geralmente de uma família²²¹, era também local de armazenamento e, com frequência, de trabalho²²², onde, por exemplo, o artesão fabricava e vendia as suas

²¹⁹ Sob estes termos, por vezes, sem nenhuma outra informação relativa às suas características, se identificam a maioria dos edifícios. O primeiro termo foi sobretudo utilizado para referenciar imóveis térreos de uma única divisão, o segundo para identificar moradias de diversos compartimentos, num ou em vários pisos. Contudo, o termo casa teve uma utilização mais ampla, não sendo incomum fazer-se referência a uma casa com seu sobrado ou a uma casa com sua câmara dentro (por exemplo, cf., IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 13, n.º 244, Caderno 2, fl.13). Facto que parece derivar de uma acréscimo posterior, de um ou vários compartimentos, aquilo que constituiu a matriz da habitação medieval, a casa térrea de uma única divisão. (cf. A H. Oliveira Marques, *A sociedade medieval Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, 1987, pp.63-64).

Sentido diverso têm as designações, “casa de sótão” e “sobrado” ou “sótão de casa”, que surgem também abundantemente nos documentos, parecendo referir-se aqui o termo casa à habitação no seu conjunto. (por exemplo, cf., IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 17, n.º 336; maço 19, n.º 373).

²²⁰ Vejam-se, entre outros, Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das Albergarias de Évora*, p. 66; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, pp.159-160 e Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras*, p.155-157; Manuel Silvío Alves Conde, “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal nos fins da Idade Média”, *Horizontes do Portugal Medieval, Estudos Históricos*, Cascais, 1999, pp. 260-261.

²²¹ Em Lisboa, no século XVI, pelo menos nas zonas mais ricas da cidade, não era incomum encontrar prédios de vários pisos divididos por várias famílias. Cf., João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, 1996, p. 114. Contudo, na nossa documentação, nada indicia que essa situação se verificasse nas casas da colegiada.

²²² vd. Jean Pierre Leguay, *Un réseau urbain au Moyen Age: les villes du duché de Bretagne aux XIV^e et XV^e siècles*, Paris, 1981, p. 217.

produções ou o tabelião recebia o seus clientes para os actos notariais²²³. O espaço de habitação era, por isso, um espaço de múltiplas vivências e solidariedades, a partir do qual o Homem medieval se inseria na dinâmica urbana e, simultaneamente, projectava a sua posição social e económica²²⁴.

A diversidade e complexidade próprias do mundo urbano reflectiam-se, naturalmente, na extrema heterogeneidade das construções correntes, que caracterizava o espaço habitacional de vilas e cidades. O estudo de muitos núcleos urbanos tem vindo a evidenciar a variabilidade dos edificios habitacionais que os compunham, não sendo raro que numa mesma rua, casas de vários pisos ombreassem com casas térreas, pardieiros ou até chãos²²⁵.

O património de Santo Estêvão, localizado em Lisboa, uma das mais pujantes cidades do Portugal medieval, onde a dinâmica urbana era bem evidente, é disso igualmente testemunho. Também as suas casas

²²³ Embora em Lisboa, como em outros núcleos urbanos de alguma importância, existisse um espaço específico onde se redigiam os actos notariais, o Paço dos tabeliões, alguns contratos continuavam a fazer-se na casa de morada do tabelião. Por exemplo: IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço, 18, n.º 349.

²²⁴ Como mostrou Maria del Carmem Carlé, a beleza exterior, qualidade e conforto das construções, denotavam o estatuto e a riqueza dos seus moradores. Cf. “La casa en la Edad Media castellana”, *Cuadernos de historia de España*, LXVII-LXVIII, 1982, p.212. Pode ver-se também, Charles de la Roncière, “A vida privada dos notáveis toscanos no limiar do Renascimento”, *História da Vida Privada*, vol. II, Lisboa, 1990, pp.176-184; Manuel Alves Silvio Conde, “Sobre a casa urbana do Centro e Sul”, *Horizontes do Portugal Medieval, Estudos Históricos*, Cascais, 1999, pp. 261-262. Esta relação era, naturalmente, bem evidente nas casas da nobreza, os paços. A esse propósito diz-nos José Custódio Vieira da Silva, “A casa de morada [da Nobreza nos finais da Idade Média] precisava agora de mostrar no aparato da sua afirmação arquitectónica, a importância social do seu possuidor”, cf., “A moradia privilegiada – o Paço”, *O Fascínio do Fim*, Lisboa, 1997. p. 24.

²²⁵ Tal, verificava-se, por exemplo, na Rua de Santa Maria, em Guimarães ou em Ponte de Lima, cf. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de Elite na Guimarães Medieval, 1376-1520*, Guimarães, 1989, p. 238-239; Amélia Aguiar Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, 1990, p. 69.

apresentavam tipologias diversas, indo desde os edifícios térreos, de uma ou duas divisões, a prédios de vários pisos e múltiplos compartimentos.

Um dos aspectos que ressalta da análise da composição do património urbano desta instituição é a importância que nele assumia a construção em altura. De facto, como era comum na generalidade dos núcleos urbanos²²⁶ e particularmente evidente em Lisboa²²⁷, também muitas das casas da colegiada possuíam mais do que um piso.

²²⁶ O exíguo espaço das cidades medievais, limitado pela própria muralha, pelas condições topográficas ou outras, obrigava, sempre que as necessidades o exigiam, a construir em altura. O alteamento dos edifícios adquiria particular evidência no norte do país, onde as casas sobradadas, sobretudo as de um andar, sobrelevavam as térreas, cf. José Marques, “Património régio da cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV, (subsídios para o seu estudo), *Actas do Colóquio, O Porto na Época Moderna*, vol. II, Porto, 1982, p. 81; Amélia Aguiar Andrade, *Ponte de Lima: um espaço urbano medieval*, Lisboa, 1990, p.36, Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval, posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*, *Cadernos da Revista de História económica e Social*, 9-10, Lisboa, 1987, 71; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *op. cit.*, p. 223; Idem, “ Barcelos, Terra de Condes. Uma abordagem preliminar” sep. de *Barcelos Revista*, 1991/1992, p. 48.

Os edifícios com mais de um piso eram também frequentes nos núcleos urbanos do Centro e Sul. Em Santarém, por exemplo, as casas de dois pisos atingiam 40 %, do total das que integravam o património das instituições de assistência. Cf. Manuela Santos Silva e Manuel Silveiro Alves Conde, “Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média”, *Horizontes do Portugal Medieval*, pp. 226; tal, verificava-se também em vilas de bastante menor dimensão, como era o caso de Sintra. No património urbano da Colegiada de S. Martinho, as casas de dois pisos eram dominantes. Cf. Maria Inez Gonçalves Marques, *A Colegiada de S. Martinho de Sintra, nos séculos XIV e XV. Património e Gestão*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1997, p. 41.

Contudo, tal não se verificava em outras localidades, mesmo que em cidades de reconhecida importância como era o caso de Évora, em que as casas térreas eram predominantes. O mesmo se verificava em Alcácer do Sal ou em Palmela. Cf., respectivamente, Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, 1995, p. 123 e p. 128; Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, 2000, pp. 122-123; Paulo Drumond Braga, “A construção corrente na região de Palmela nos fins da Idade Média”, *As Ordens Militares em Portugal*, 1º. Encontro Sobre Ordens Militares realizado em Palmela em 3, 4 e 5 de Março de 1989, *Actas*, Palmela, 1991, p. 144.

Veja-se também, Vítor Manuel Pavão dos Santos, *A Casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o XVI*, dissertação de licenciatura apresentada à faculdade de Letras, Lisboa, 1964; A H. Oliveira Marques, *A sociedade Medieval Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, 1987, p. 65; Iria Gonçalves, “ Aspectos económico sociais”, *Um Olhar sobre*

O alteamento dos imóveis de Santo Estêvão foi, aliás, um fenómeno em crescendo durante a centúria de Quatrocentos. Ele, foi em alguns casos, promovido pela própria colegiada, que aproveitando as possibilidades oferecidas pela dinâmica demográfica e económica de Lisboa, nos finais da Idade Média, viu na construção de sobrados, uma forma de valorização dos imóveis. Nesse sentido, concedeu a instituição determinados regalias aos foreiros, para que acrescentassem, um ou vários pisos, aos edifícios que traziam emprazados²²⁸.

Não é pois de estranhar que no início do século XVI – período em que melhor conhecemos os edifícios em virtude das características do tombo elaborado nesta data²²⁹ – no conjunto de imóveis da Colegiada, o

a Cidade medieval, p. 22, Idem *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 109-110; Manuel Silvio Alves Conde, “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos finais da Idade Média” in *Horizontes do Portugal Medieval*, Cascais, 1999, pp.257-297.

O alteamento dos edifícios era, de resto, comum um pouco por todo o Ocidente europeu, nos finais da Idade Média. Pode ver-se, Simone Roux, “L’habitat urbain au Moyen Âge. Le quartier de l’Université à Paris”, *Annales, E.S.C.*, XXIV-5, 1969, p.1002; idem, *La maison dans l’histoire*. Paris, 1982, pp. 156-157.

²²⁷ O alteamento dos edifícios, em grande medida, como forma de fazer face ao aumento populacional, adquire particular evidência em Lisboa, onde os imóveis, de três, ou até de quatro pisos, tinham uma expressão bem significativa. Cf. Manuel Silvio Alves Conde “Sobre a casa urbana do Centro e Sul”, *op. cit.*, p. 272.

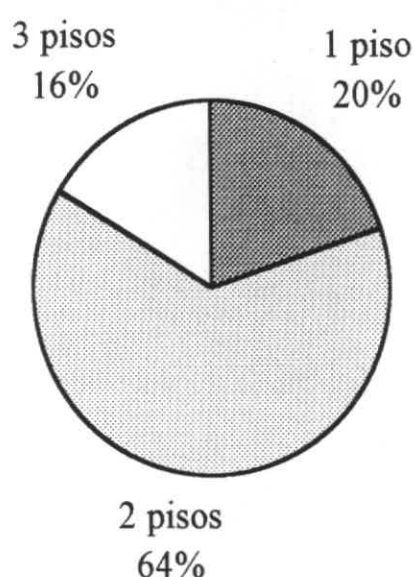
A existência de casas com quatro ou até cinco pisos é referida por Cristóvão Rodrigues de Oliveira na descrição que faz da cidade em meados do século XVI, *Lisboa em 1551, sumário em que brevemente se contêm algumas coisas eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, Apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, 1987, p. 101.

²²⁸ A colegiada, sobretudo a partir de meados do século XV, promoveu a construção de sobrados, concedendo para isso diversos benefícios aos foreiros. Este aspecto será tratado em outro capítulo. A título de exemplo, cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 2, fl.1v; *Ibidem*, maço 19, 386.

²²⁹ Este tombo identifica de uma forma mais clara do que a documentação anterior, o tipo de imóvel e as suas características, indicando o número de pisos e as divisões que o compõem. Esta fonte fornece-nos ainda as medidas de comprimento e largura de 25 imóveis. As dimensões são expressas em varas, que convertamos ao sistema métrico seguindo a equivalência de 1 vara = 1,10 metros, proposta por Oliveira Marques, “Pesos

número de casas sobradadas, superasse largamente o das casas térreas²³⁰, que correspondiam, nesse período, apenas a vinte por cento do total.

Número de pisos das casas de Santo Estêvão de Alfama, em 1502.



Em 1502, o tipo de imóvel urbano mais comum, entre os bens de Santo Estêvão, era a casa de dois pisos, um térreo, designado de “loja” ou de “sótão”²³¹ - que podia servir como adega²³², como celeiro²³³ ou ainda

e Medidas” *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, 1981, pp. 67-72. Os dados contidos nesta fonte, relativo aos bens urbanos, foram sistematizados no quadro em anexo relativo às características da propriedade urbana.

Mesmo assim, omitem-se muitas outras características dos imóveis como, por exemplo, o número de portas e janelas, o tipo de telhado, os revestimentos, o tipo de pavimento, a presença ou ausência de chaminé, etc., pelo que a caracterização dos bens é sempre incompleta.

²³⁰ Sobre as designações “casa térrea” e “casa sobradada”, veja-se, João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, 1996, pp. 103-106.

²³¹ Sobre o sótão, veja-se, Vítor Pavão dos Santos, “As casas do Alcaide-Mor de Mértola no início do século XVI”, *Bracara Augusta*, XXXI, n.º 71-72, 1977, p. 259; A. H. Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, 5ª ed., Lisboa, 1987, pp.65, Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade, (1200-1500)*, Lisboa, 1987, p. 71.

albergar uma oficina ou uma tenda - e um sobradado, de função residencial, que resultava, muitas vezes, como pudemos constatar, de um acréscimo ao piso térreo anteriormente existente.

Mais complexas, mas bastante menos numerosas, eram as casas de três pisos, constituídas por uma loja e por dois sobrados. Estes imóveis, tipicamente citadinos²³⁴, localizavam-se nas imediações da zona ribeirinha, no Postigo do Ramoso, abertura sul na muralha fernandina em ligação ao *mar*, e num dos seus principais acessos, a Rua Direita da Porta da Cruz. Este facto, confirma-nos a tendência, detectada já por diversos autores, para que o crescimento dos edifícios em altura se efectuasse, sobretudo, nas áreas de maior valor locativo²³⁵, que em Lisboa, nos séculos XV e XVI, correspondia precisamente à beira Tejo e às principais artérias que lhe davam acesso²³⁶.

O recurso à construção em altura era, pois, mais evidente nas áreas de maior densidade de ocupação urbana, onde o espaço livre para novas construções escasseava, sendo aí os loteamentos /parcelas de terreno em

²³² IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 6, fl. 6v.

²³³ *Ibidem*, Caderno 3, fl. 3.

²³⁴ Se as casas de dois pisos, como se sabe, eram relativamente comuns na generalidade dos núcleos urbanos, o mesmo não se verificava com as casas mais altas que, sobretudo nas pequenas vilas, eram escassas. Isso mesmo se verificava, por exemplo, em Barcelos, onde apenas se detectou uma casa de três pisos, situada na rua de Santa Maria, a rua mais importante cf., Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Barcelos Terra de Condes*, sep. de *Barcelos Revista*, 1991-1992, p. 48. Em Alcácer do Sal ou em Óbidos a situação não parece ter sido muito diversa. Cf., Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, 2000, pp. 122-123; Manuela Santos Silva, *Estruturas urbanas e administração concelhia: Óbidos Medieval*, Cascais, 1997, pp. 101-105.

²³⁵ Veja-se o que ficou dito atrás.

²³⁶ Cf. Iria Gonçalves, "Aspectos Económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, pp. 25 -37.

que assentavam os edifícios bem diminutas. Este aspecto, frequente em muitas cidades, era bem notório nas casas de Santo Estevão, cujo espaço parcelar, geralmente alongado, mas não muito estreito²³⁷, era bem exíguo, apresentando, em média, áreas na ordem dos 30 m². Valores estes, inferiores aos detectados para outras casas de Lisboa²³⁸, indiciando algum congestionamento, e consequentemente uma malha de construção apertada, nas áreas em que a Colegiada possuía bens.

A edificação de sobrados, sempre que as necessidades o exigiam e as normas urbanísticas o não impediam²³⁹, constituía uma forma de ultrapassar as limitações do espaço, fazendo alargar significativamente a área habitacional.

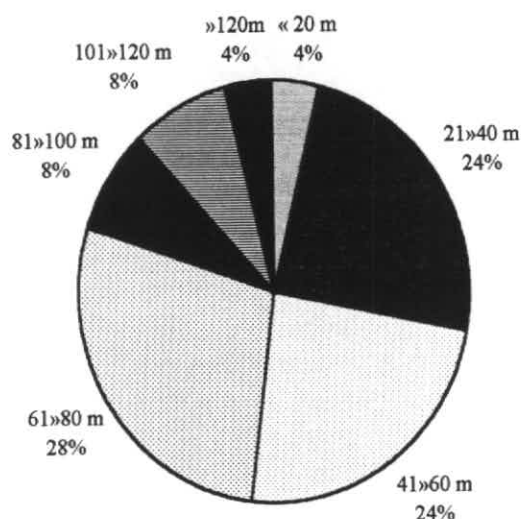
De facto, se tivermos em atenção a superfície útil dos edifícios, contabilizando todos os pisos e divisões, as áreas dos imóveis de Santo Estêvão aumentam consideravelmente.

²³⁷ As casas de Santo Estêvão, com os seus rácios c/l geralmente baixos, situando-se a maioria entre 1,1 e 1,5, enquadram-se em valores detectados noutras casas de Lisboa, não se afastando muito do que era comum no centro e sul do país. Dados que reforçam a tendência, detectada por diversos autores, para a não predominância, nesta área geográfica, da casa comprida de fachada estreita, tão comum no norte do país, e em muitas cidades da Europa ocidental. Veja-se, sobre o assunto, Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre a casa”, *op. cit.*, pp. 275-279.

²³⁸ O valor médio do espaço parcelar das casas de Lisboa, sistematizados por Manuel Sílvio Alves Conde, situava-se nos 40,2 m². Estes valores, eram de um modo geral inferiores aos de muitas outras vilas e cidades do centro e sul. Considera o mesmo autor que “o preço, determinado pela escassez dos terrenos situados dentro do perímetro muralhado de Lisboa condicionou, decerto, a definição mais restrita dos espaços parcelares dos seus edifícios”. Cf. Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre a Casa”, *op. cit.*, p. 282.

²³⁹ Em Lisboa, nos finais da Idade Média, surgem diversas posturas municipais que, procurando impedir a apropriação abusiva do espaço, regulamentavam a construção de sacadas, balcões, passadiços, alpendres e escadas. Para Lisboa, veja-se, Iria Gonçalves, “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, pp. 77-95.

Área total das casas de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, em 1502



A maioria integrava-se em dois escalões intermédios, o primeiro com áreas compreendidas entre os 41 e os 60 m², e o segundo, o mais numeroso, compreendendo edifícios entre os 61 a 80 m². Valores significativos, para a construção corrente medieval, superiores mesmo, por exemplo, ao de muitas casas de Santarém²⁴⁰, de Évora²⁴¹, de Óbidos²⁴², de Tomar²⁴³ ou de Alcácer do Sal²⁴⁴.

²⁴⁰ Por exemplo, o número de casas, das Instituições de Assistência de Santarém, com áreas superiores a 60 m², era bem menos significativo do que as de Santo Estêvão. O valor médio das casas daquelas instituições (com 50 m²) era inferior ao das casas da Colegiada, (60 m²). Cf. Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, “Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém” *op. cit.*, p. 230.

²⁴¹ Nesta cidade 65,5% das casas não ultrapassam os 30 m² de área total. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das Albergarias*, p. 74.

²⁴² A maioria das casas estudadas por Manuela Santos Silva, possui cerca de 40 m² de área, *Estruturas urbanas e administração concelhia: Óbidos Medieval*, Cascais, 1997, p. 105.

²⁴³ A média das áreas das casas, nesta vila, era de 60, 2 m². Cf., “Sobre a casa urbana do Centro e Sul”, *Horizontes do Portugal Medieval*, p. 281.

²⁴⁴ Nesta localidade, a maior parte das casas estudadas por Maria Teresa Lopes Pereira tinha áreas compreendidas entre os 31 e os 50 m², *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, 2000, p. 120.

A maior ou menor disponibilidade de espaço das habitações – facto que se pode relacionar com a categoria económico social dos moradores, derivando sempre a exiguidade da pobreza, como notou Lewis Mumford²⁴⁵ – variava, naturalmente, com o tipo de edifício. O desfogo era maior nas casas de três pisos, que em média possuíam 115 m², podendo atingir, como se verificava numa das casas do Postigo de Ramoso²⁴⁶, os 140 m². No extremo oposto situavam-se as casas térreas, semelhantes às modestas habitações camponesas, com áreas exíguas, em média na ordem dos 30 m², onde a privacidade e as comodidades dos seus habitantes seriam certamente inferiores aos das mais amplas casas sobradadas.

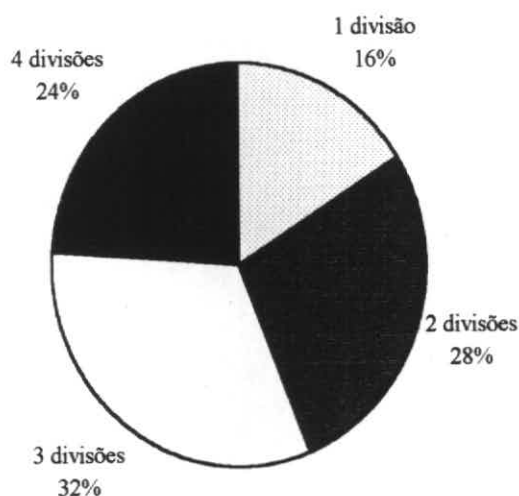
Também ao nível da compartimentação interna, as moradias apresentavam características diversas. Embora o número de divisões fosse de um modo geral diminuto em todos os edifícios, mesmo nos mais amplos, o que decorria, em grande medida, da fraca especialização funcional que caracterizava a habitação corrente mediev²⁴⁷, existiam também, neste aspecto, algumas diferenças entre as casas sobradadas e as térreas.

²⁴⁵ Cf., Lewis Mumford, *A Cidade na História*, p. 310.

²⁴⁶ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 4, fl. 5.

²⁴⁷ Sobre este aspecto, veja-se, por exemplo, Lewis Mumford, *A Cidade na História*, p. 313; Iria Gonçalves, *O Património*, p. 111.

Número de divisões das habitações de Santo Estêvão de Alfama , em 1502.



As moradias de um só piso, herdeiras da casa de tradição romana, como notou A. H. de Oliveira Marques²⁴⁸, eram, na maioria das vezes, formadas apenas por uma única divisão, plurivalente, podendo em alguns casos ser acrescidas de uma câmara, destinada à vivência mais íntima.

Embora existissem casas sobradadas de duas divisões, uma loja e um sobrado que corria a toda a sua dimensão, o maior número, possuía três compartimentos, dividindo-se os pisos superiores em câmara e casa dianteira²⁴⁹, onde se desenrolava a maioria das actividades quotidianas.

Algumas das casas sobradadas dispunham mesmo de quatro compartimentos, o máximo de divisões detectadas, que tanto se podia verificar nas habitações de dois como nas de três pisos. Estes edifícios, para além das acomodações do piso térreo e da distinção básica, comum à

²⁴⁸ A H. Oliveira Marques, *A sociedade medieval Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, 1987, pp. 63-64.

²⁴⁹ O piso térreo podia também ser constituído por duas divisões, casa dianteira e cozinha, sobrepondo-se-lhe uma câmara, num meio sobrado, que cobria apenas um dos compartimentos térreos. Este tipo de casa, frequente no sul do país (cf. Vítor Pavão dos Santos, *op. cit.*, p. 35) tinha, contudo, uma fraca expressão entre o património de Santo Estêvão, correspondendo apenas, em 1502, a um imóvel. (IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, caderno 4, fl. 2v).

maioria dos imóveis, entre o espaço mais socializado da casa dianteira e o espaço de cariz mais privado da câmara, possuíam ainda uma cozinha.

A disposição dos compartimentos no espaço interior da residência conhecia diversas conjugações, variando, obviamente, consoante o tipo de edifícios. De qualquer modo, a casa dianteira, pelas suas próprias funções, era sempre instalada do lado da fachada, no caso das moradias térreas constituindo a casa de entrada, nas sobradadas, apresentando, por vezes, uma sacada virada para a rua²⁵⁰. A cozinha, uma comodidade suplementar, de apenas algumas habitações, longe ainda de ser generalizada, mas cuja presença parece acentuar-se nos finais do século XV²⁵¹ e ao longo do século XVI, era relegada para as traseiras do último piso do edifício. A câmara, por sua vez, era sempre um espaço recuado em relação à casa dianteira, podendo constituir um compartimento intermédio, no caso da habitação dispor de uma quarta divisão.

O surgimento de uma nova dependência podia resultar, pelo menos em alguns casos, da repartição de outras divisões maiores²⁵², o que não fazendo ganhar mais espaço, podia trazer maior conforto e privacidade aos moradores. A multiplicação de compartimentos, que reflecte uma maior distinção funcional do espaço da habitação, parece ter crescido à medida que se caminha para o final da Idade Média, não apenas nos paços e casas nobres²⁵³, mas também, como o tombo e outra documentação que temos

²⁵⁰ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 2, fl. 1v; Caderno 4, fl. 3v, 5.

²⁵¹ São deste período as primeiras referências a cozinhas. Cf., *ibidem*, maço 5, n.º 81, n.º 84; Caderno 4, fls. 1v, 2, 2v, 3 e 5.

²⁵² Em 1501, num contrato de empraçamento efectuado com Pedro Eanes, faz-se referência ao facto de o sobrado de umas casas na Rua da Cruz ter sido repartido em câmara e cozinha. Cf., *ibidem*, maço 6, n.º 114.

vindo a analisar relativos a imóveis de Alfama deixa perceber, em moradias correntes, pelo menos naquelas que, pela sua estrutura, permitiam tal benefício.

As residências eram, em alguns casos, enriquecidas pela existência de quintais ou chousos, como também são referidos²⁵⁴. Estes espaços, anexos às habitações, tão comuns nas cidades medievais, apresentavam para os seus utentes inúmeras vantagens. Para além da produção de frutas, legumes e da criação de animais de capoeira, que permitiam diversificar a dieta alimentar, constituíam ainda um complemento do reduzido espaço habitacional, ajudando também a resolver o sempre difícil problema dos despejos domésticos²⁵⁵.

Disseminadas no interior da malha urbana, estas parcelas, cuidadosamente agricultadas, ponteadas de figueiras²⁵⁶, oliveiras²⁵⁷, laranjeiras²⁵⁸ e outras árvores²⁵⁹, eram bem o testemunho dos traços ruralizantes que persistiam nas cidades medievais.

²⁵³ Sobre o paço medieval, e a sua evolução no final da Idade Média, veja-se, José Custódio Vieira da Silva, “A moradia privilegiada, o paço”, *O Fascínio do Fim*, Lisboa, 1997, pp. 23-43.

²⁵⁴ Podem também ser referidos como “conchousos” e “virgeus”, termos que põem bem em evidência o seu carácter de espaços fechados de utilização privada.

²⁵⁵ Veja-se, por exemplo, Jean Pierre Leguay, *Un réseau urbain au Moyen Age*, p. 227.

Sobre o problema dos detritos, na Lisboa dos finais da Idade Média, bem como as posturas tendentes a minorar os seus efeitos, veja-se, Iria Gonçalves, “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa” *Um Olhar*, pp. 77-95.

Sobre o papel dos quintais e jardins anexos às habitações no equilíbrio ecológico das cidades medievais, pode ver-se, Lewis Mumford, *op. cit.*, pp. 315-136.

²⁵⁶ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço, 4, n.º 79; maço 14, n.º 265; Caderno 2, fl. 6.

²⁵⁷ *Ibidem*, maço 14, n.º 265; Caderno 2, fl. 6.

A sua importância é bem notória na atenção que lhes era dada por senhores e foreiros. Os primeiros, exigindo que se mantivessem vedados, em alguns casos com pequenos muros de pedra e cal²⁶⁰, defendendo-os assim contra a investida de pessoas ou animais, ou ainda, no sentido de os valorizar, obrigando os locatários a neles enraizar árvores de fruto²⁶¹. Os segundos, manifestando, por vezes, interesse em alargar o espaço dos que já tinham em sua posse, emprazandô, para isso (ainda que independentes das habitações) outros, que lhes fossem confinantes²⁶².

Os quintais, mais abundantes nos séculos XIV e XV, eram, contudo, no início de quinhentos, um luxo, de que só alguns podiam usufruir. Com efeito, do conjunto de casas da Colegiada, em 1502, apenas três (12%) possuíam quintal. A sua fraca presença devia-se, muito provavelmente, à pressão da construção urbana em algumas das áreas em que a Colegiada detinha imóveis. Muitos deverão ter tido destino semelhante ao de um chouso, localizado junto do adro de Santo Estêvão, que em 1501, viu o seu espaço ocupado por casas²⁶³.

Também nos quintais que ainda subsistiam no início do século XVI, todos eles, significativamente, localizados fora dos locais de maior densidade urbana e apresentando áreas bem diminutas²⁶⁴, a progressiva

²⁵⁸ *Ibidem*, maço 14, n.º 265.

²⁵⁹ Em muitos casos, refere-se apenas que o quintal tem árvores, sem outras especificações. A título de exemplo, cf., *ibidem*, Caderno 7, fl. 7.

²⁶⁰ *Ibidem*, maço 14, n.º 265.

²⁶¹ *Loc. cit.*

²⁶² *Ibidem*, Caderno 6, fl. 8v.

²⁶³ *Ibidem*, maço, 6, n.º 104.

ocupação por novas construções era um aspecto bem visível. Dois deles, encontravam-se mesmo, neste período, já parcialmente ocupados por casas²⁶⁵, que encurtavam o espaço da *horta*, mas que ampliavam a área habitacional e as comodidades das moradias.

Ao longo do período em análise, integraram sempre o património da instituição, em maior ou menor número, diversos pardieiros, anteriormente casas que, por motivos vários, haviam caído em estado de degradação. A existência de edifícios arruinados, bastante comuns nos núcleos urbanos medievais²⁶⁶, obrigando a constantes obras de recuperação, que conferiam às cidades o aspecto de estaleiro permanente, derivava, em grande medida, das características dos materiais em que eram construídos.

Tal como em toda a parte, também nas casas de Santo Estêvão, os materiais de utilização mais frequente²⁶⁷ seriam, a crer na regularidade com que aparecem na documentação, a pedra, a cal, a madeira (grossa e

²⁶⁴ Um dos quintais, localizado abaixo das Escolas, tinha 60.5 m²; outro, na Freguesia do Salvador, 80 m² e um outro, perto do adro, 43 m². Cf., *ibidem*, Caderno 4, fls., 2v, 4 e 7.

²⁶⁵ Um, na freguesia do Salvador, integrava duas casas térreas, um outro, nas imediações do adro de Santo Estêvão, possuía uma casa que funcionava como cozinha. *Ibidem*, Caderno 4, fls. 2v e 4.

²⁶⁶ Tal, era comum nos núcleos habitacionais de pequena e média dimensão, por exemplo, Ponte de Lima ou Torres Vedras, como nas grandes cidades europeias. Cf., Jacques Rossiaud, "Crises et Consolidations", *La Ville Médiévale des Caroligiens a la Renaissance*, dir. Jacques Le Goff, Tome II de *Histoire de la France Urbaine*, dir. George Duby, Paris, 1980, pp. 436-437; Iria Gonçalves, *O património*, p. 257; Amélia Aguiar Andrade, *Ponte de Lima*, pp. 34-35; Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras*, p. 166.

²⁶⁷ Sobre os materiais de construção mais utilizados no centro e sul de Portugal, ver a sistematização efectuada por Manuel Silvío Alves Conde, "Sobre a casa.", *Horizontes do Portugal*, p. 283, nota 53.

Relativamente aos cambiantes na utilização de determinados materiais verificadas entre aldeias e núcleos urbanos de maior dimensão, ver Iria Gonçalves, *O Património*, pp. 113-115.

delgada), a telha e a pregadura²⁶⁸. Apesar da única referência ao seu uso dizer respeito às telhas, é provável que o barro, cru, sob a forma de taipa ou adobe, ou cozido, como tijolo, fosse também utilizada em paredes, pavimentos, etc.²⁶⁹. A sua utilização era, aliás, comum, em edifícios de outras áreas de Lisboa²⁷⁰, como, de um modo geral, em todo o quadro geográfico do sul de Portugal, que Orlando Ribeiro designou por civilização do barro²⁷¹.

Embora na enumeração dos materiais, sempre genérica e estereotipada, se identificasse a pedra em primeiro lugar, tal justificava-se mais pelo seu valor e importância para a solidez da edificação, do que propriamente pela frequência com que era utilizada. É que a pedra, pela sua onerosidade, era apenas reservada, na construção corrente do sul do país, para as partes estruturantes dos edifícios, como os alicerces, ou para guarnições de portas e janelas²⁷². Bem mais comuns seriam o barro e a madeira²⁷³. Boa parte das construções eram mesmo compostas por

²⁶⁸ Entre muitos outros, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 18, n.º 341; maço 19, n.º 378;

²⁶⁹ Sobre estas técnicas, veja-se, Orlando Ribeiro, “A Civilização do barro no Sul de Portugal (Aspectos e Sugestões)”, *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*, Lisboa, 1992, pp. 32-34, Nuno Teotónio Pereira *et alii* “Zona 4 (Estremadura, Ribatejo, Beira Litoral)”, in *Arquitetura Popular Portuguesa*, Lisboa, 1979, p. 396.

²⁷⁰ Sobre a utilização de taipa e adobe, em Lisboa, veja-se, A de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, p.103; Vitor Manuel Pavão dos Santos, *op. cit.*, p. 48; Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, “A mouraria de Lisboa no século XV”, *Arqueologia Medieval*, n.º 2, Lisboa, 1993, p.196.

²⁷¹ Orlando Ribeiro, “A Civilização do barro no Sul de Portugal (Aspectos e Sugestões)”, *op. cit.*, pp. 31-51. Ver igualmente reservas críticas a esta noção levantadas por Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre a casa”, *Horizontes do Portugal Medieval*, p. 285, nota 72.

²⁷² A H. Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 64; Iria Gonçalves, *O Património*, p. 113.

madeiras, grossas e delgadas, ligadas pela sempre referida pregadura, que se utilizavam, entre outros fins, nas paredes, na estrutura dos sobrados, em soalhos e na armação das coberturas. Estas, eram de telhas, que à semelhança da cal, usada no reboco e caiação das paredes, se podiam obter no espaço da própria freguesia, em fornos aí existentes²⁷⁴.

Estes edificios, compostos de materiais perecíveis e de rápida degradação, que a humidade e as infiltrações de águas aceleravam, necessitavam, para a uma boa conservação, de trabalhos constantes.

Da fragilidade das casas, bem como dos maiores perigos que sobre elas recaíam, as inundações e o fogo, estavam bem conscientes os senhores. Os contratos de emprazamento eram, por isso, abundantes em cláusulas que obrigavam o foreiro a garantir a integridade do edificio, responsabilizando-o pelos permanentes trabalhos de manutenção e reparação²⁷⁵, ou mesmo por os reerguer, no caso de serem destruídos por algumas daquelas calamidades.

A degradação seria, obviamente, mais rápida se o edificio fosse mal construído. Daí que, no caso de reconstrução ou de ampliação dos imóveis, levadas a cabo pelos foreiros, a colegiada, cujos membros, em alguns casos, se encarregavam pessoalmente de supervisionar os trabalhos²⁷⁶, não

²⁷³ Sobre a utilização da madeira, nas casas de Lisboa, e da sua proveniência, ver A. H. Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval*, p. 66; A de Sousa Silva Costa Lobo, *op. cit.*, pp. 101-102.

²⁷⁴ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estevão de Alfama de Lisboa*, maço 16, n.º 315; maço 6, 103. Também Fernão Lopes faz referência aos fornos de cal, localizados nas imediações do Mosteiro de Santa Clara, cf., Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. I. Lisboa, p. 225.

²⁷⁵ Por exemplo, num contrato de 1416, relativo a casas na freguesia, exigia-se aos foreiros “que adubem as dictas casas de todolos adubos que lhes cumprir a seus tempos e sazões as façam e refaçam”, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estevão de Alfama de Lisboa*, maço 18, n.º 343.

²⁷⁶ *Ibidem*, maço 2, n.º 22.

se esquecesse de exigir que os alicerces se fizessem bem firmes²⁷⁷, ou que as paredes fossem bem cimentadas²⁷⁸.

A ruína e derrocada dos edifícios, para além da sua óbvia desvalorização, acarretava ainda outros perigos. É que um pardieiro, sobretudo se não ocupado por um longo período de tempo, dava não só azo ao furto de materiais, sobretudo de pedra²⁷⁹ – o que revela da dificuldade de obtenção e do seu valor – como incentivava até a sua apropriação abusiva, a exigir a intervenção da colegiada em longos pleitos judiciais²⁸⁰.

Apesar de todas as precauções, alguns edifícios acabavam mesmo por degradar-se, quase sempre depois de um período de abandono. A morte dos foreiros, a falta de interesse ou a incapacidade do seus sucessores de cumprirem os contratos, nomeadamente no que diz respeito à sua conservação²⁸¹, contam-se entre os motivos mais frequentes susceptíveis de conduzir à ruína dos imóveis.

A degradação dos edifícios foi mais evidente nas conjunturas de crise. Com efeito, é no final do século XIV e primeiras décadas do XV, que se detecta o maior número de pardieiros entre os bens da instituição.

²⁷⁷ *Loc. cit.*

²⁷⁸ *Ibidem*, Caderno 2, fl. 4.

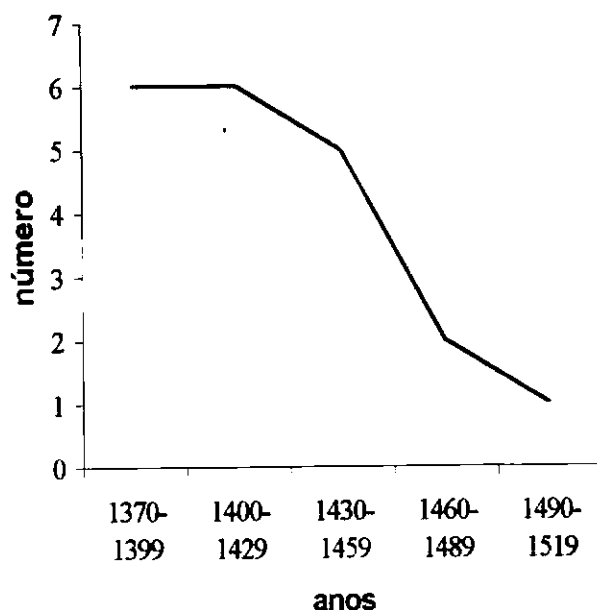
²⁷⁹ *Ibidem*, maço 5, n.º 87.

²⁸⁰ *Ibidem*, maço 5, n.º 87, n.º 91, n.º 96.

²⁸¹ Contam-se entre os locatários acusados pela instituição de descuidar a conservação dos edifícios diversas mulheres, que depois da morte dos progenitores ou dos maridos, manifestam dificuldade no cumprimento dos contratos. Foi o caso de Inês Gonçalves, que na sequência de processo movido pela colegiada, foi obrigada a renunciar a umas casas, em virtude de não as poder “adubar e correger”. Cf., *ibidem*, maço 17, n.º 325.

Também as irmãs Catarina e Leonor Gonçalves, em 1408, foram acusadas pela instituição de não terem realizado as *benfeitorias* consagradas no contrato de emprazamento de um pardieiro, efectuado com os seus progenitores. Cf., *ibidem*, maço 5, n.º 87 e 87v.

Casas arruinadas



As grandes mortandades causadas pela peste²⁸², as crises de subsistência e as carestias²⁸³, com todas as conturbações por elas causadas, não serão estranhas ao abandono a que alguns edifícios foram votados

²⁸² Sobre a peste e as suas consequências em Lisboa, veja-se, Iria Gonçalves. "Consequências demográficas da Peste Negra", em "Para o estudo da Peste Negra em Portugal", *Bracara Augusta*, vol. XIV- XV, n.º 1-2, (49-50), Braga, Janeiro- Dezembro de 1963, tomo 1, pp. 214-220; Luís António de Oliveira Ramos, "Consequências económicas da Peste Negra", *op. cit.*, tomo I, pp. 220-229. Pode ver-se, também, Humberto Carlos Baquero Moreno, "Consequências Sociais da Peste Negra", *op. cit.*, tomo 1, pp. 229-239.

Para outras geografias europeias, veja-se, a propósito: Guy, Fourquin, "Au seuil du XIV^e siècle", *Histoire de la France rural*, dir. por Georges Duby e Armand Wallon, vol. 1, *La formation des campagnes françaises des origines au XIV^e siècle*, Paris, 1975, p. 601.

²⁸³ Veja-se a cronologia das crises agrícolas e pestes que ocorreram em Portugal, no séculos XIV e XV: A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, Lisboa, 1978, pp. 364 e pp. 257-285; Idem, *Portugal na Crise do século XIV e XV*, pp.20-21.

nesse período. A elas há que juntar a guerra de que Lisboa, por diversas vezes, foi alvo, cujos efeitos, segundo Fernão Lopes, se fizeram sentir com especial intensidade na área compreendida entre a Torre de Alfama e as Portas da Cruz, deixando-a muito *danificada per fogo e outros males*²⁸⁴.

Conturbações que, como não poderia deixar de ser, se fizeram sentir num património sensível às vicissitudes que afectaram a cidade.

3.2. A propriedade rústica

3.2.1. Implantação espacial:

No final do século XIV, o património rústico de Santo Estêvão de Alfama localizava-se, na sua grande maioria (cerca de 80% das parcelas), no espaço periurbano de Lisboa²⁸⁵, num raio que, a contar da muralha

²⁸⁴ Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. Giulliano Macchi, Lisboa, 1975, p. 307.

²⁸⁵ O aro envolvente de Lisboa, bem como da generalidade dos núcleos urbanos, apresentava características próprias que o distinguiam da zona urbana e do espaço rural do termo. Essa especificidade derivava da presença da cidade, que ordenava o espaço circundante impondo-lhe determinados cultivos, equipamentos ou actividades, que acabavam por modelar a paisagem. O espaço peri-urbano assumia, na feliz expressão de Manuel Silvío Alves Conde, *op. cit.*, vol. II, p. 639, “uma variedade de formas, cores, sons e ritmos vivenciais, que de forma clara a distinguiam”.

Sobre o conceito de espaço peri-urbano, pode ver-se : Jean-Pierre Leguay, “Le paysage péri-urbain au XV^e siècle: L’aspect et le rôle de la campagne voisine dans la vie des cités bretonnes au Moyen Age”, *sep. de Mémoires de la Société d’Histoire et d’Archéologie de Bretagne*, t. LVII, 1980, pp. 63-127; Idem, “Le rôle de la zone péri-urbain dans l’approvisionnement des villes armoricaines au Moyen Age”, *sep. de L’approvisionnement des villes de l’Europe Occidentale au Moyen Age et aux Temps Moderns*, Flaran, n.º 5, 1983.

Relativamente ao espaço envolvente da cidade de Lisboa, veja-se: Maria José Lagos Trindade e Jorge Gaspar, “A Utilização agrária do solo em torno de Lisboa na Idade Média”, *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 89-94.

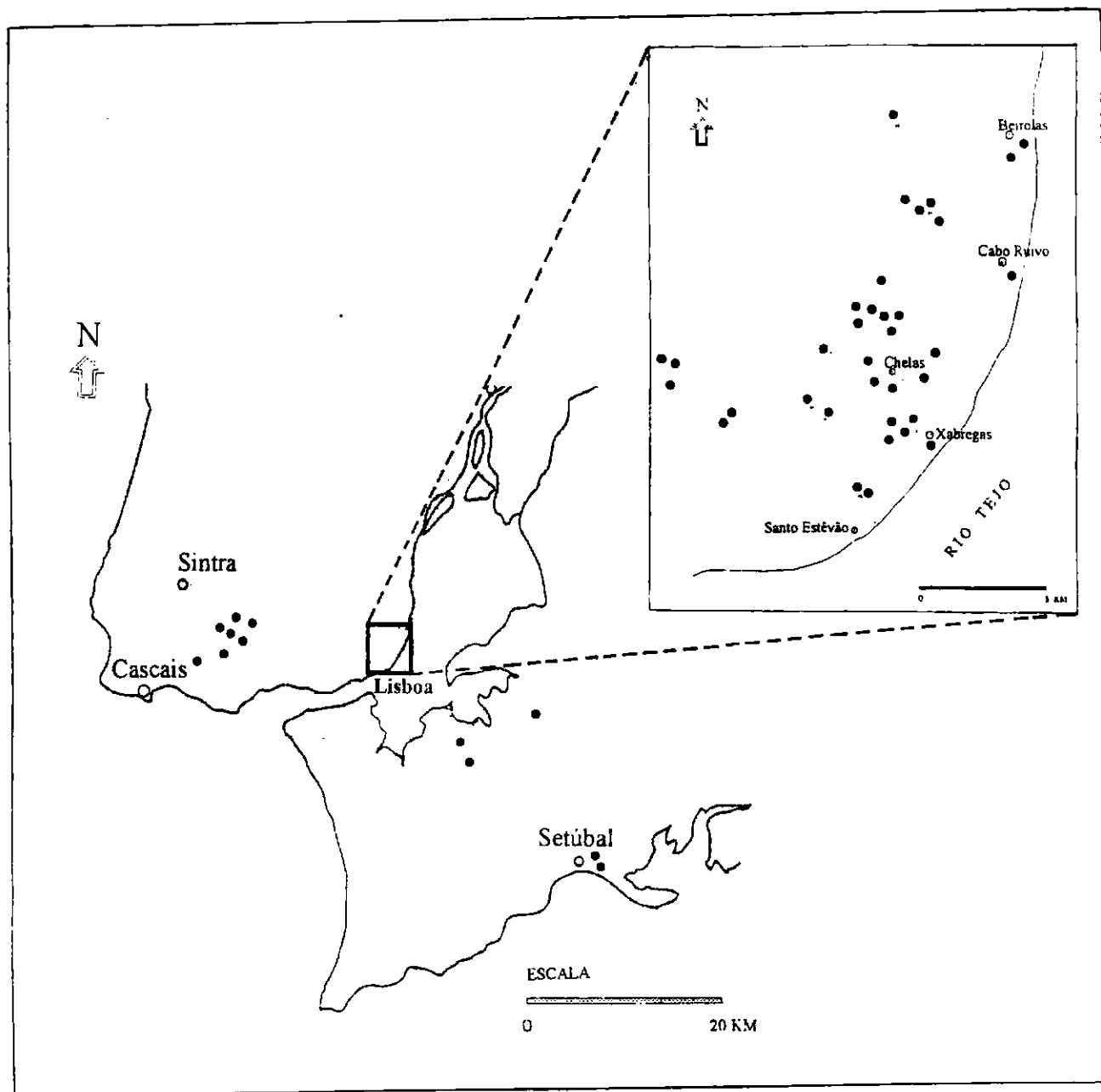
fernandina não ultrapassaria os 5 km. A cerca de meia centena de imóveis que neste período compunham o património da instituição, disseminavam-se por diversos pontos desse espaço, mas com maior intensidade na zona a oriente de Lisboa. Como seria de esperar, era na própria freguesia de Santo Estêvão de Alfama, que possuía um vasto espaço extra-muros, e na vizinha paróquia de Santa Maria dos Olivais, que a concentração dos bens era mais elevada. Esta faixa, que se estendia do campo de Santa Clara, às portas da cidade, até Beiroas, acompanhando, a não muita distância, longitudinalmente, o Tejo, era o espaço eleito de implantação da propriedade rústica de Santo Estêvão²⁸⁶.

Na margem sul do Tejo, no Montijo e no Lavradio, já fora do termo de Lisboa, mas, mesmo assim, na área de influência da cidade, que o rio fazia aproximar, Santo Estêvão detinha ainda, no final do século XIV, algumas courelas onde o vinho e o cereal pontuavam. Sob o ponto de vista patrimonial, os interesses da colegiada estendiam-se também ao termo de Cascais, onde possuía um conjunto de courelas de herdade, e à vila de

Sobre o espaço peri-urbano de diversas cidade e vilas portuguesas medievais, pode ver-se: Gérard Pradalié, "Occupation du sol et cultures autour de Coimbre au XII^e siècle", in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las ciencias historicas*, vol. II- *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 79-87; Iria Gonçalves, "Entre campo e a cidade na segunda metade do século XIV", *Um olhar sobre a cidade medieval*, pp. 221-245; Maria Ângela Beirante, *Santarém Medieval*, pp. 153-172; Idem, *Évora na Idade Média*, pp. 246-332; Amélia Aguiar Andrade, *Ponte de Lima*, pp. 81-86; Rita Costa Gomes, *op. cit.* pp. 88-91; Bernardo Vasconcelos e Sousa, "Paisagem Agrária e organização Social do Espaço no Alentejo Medieval (Séculos XII a XV)", *Economia e Sociologia*, n.º 45-46, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico de Évora, Évora, 1988, pp.21-39; Hermínia Vasconcelos Vilar, *op. cit.*, pp. 39-42; Hermenegildo Fernandes, *Organização do espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval. O caso de Beja*. Dissertação de Mestrado apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991, p. 62; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *op. cit.*, pp. 179-195; Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo*, Vol. II, pp. 634-645; Idem, "O espaço periurbano da vila portuguesa de Tomar", *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, 1999, pp. 121-140.

²⁸⁶ Vd. mapa relativo à distribuição da propriedade rústica no final do século XIV.

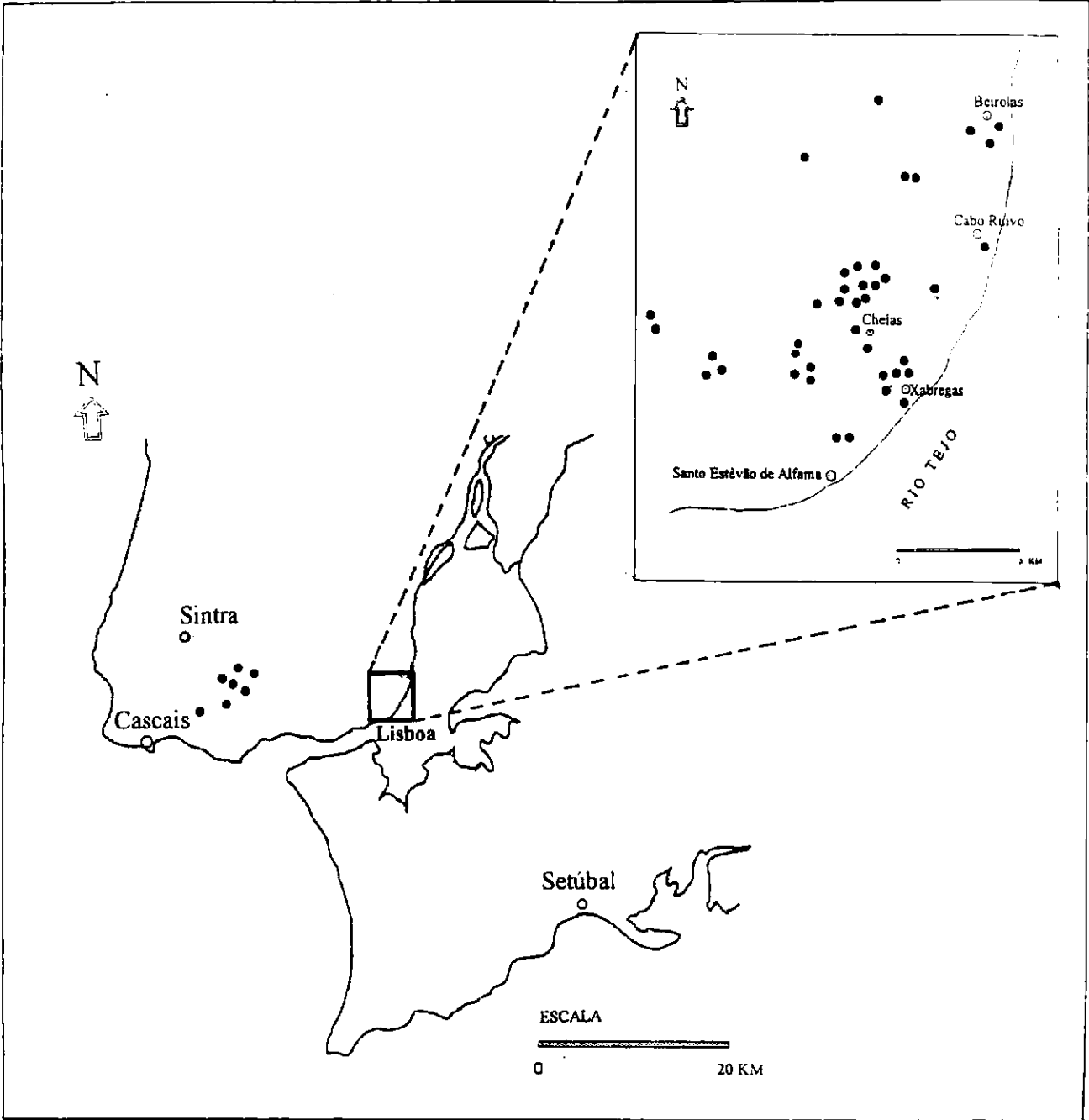
Mapa III – Distribuição espacial da propriedade rústica no final do século XIV



Legenda:

- - Ponto de referência
- - Imóvel rústico

Mapa IV – Distribuição espacial da propriedade rústica em 1502



Legenda:

- - Ponto de referência
- - Imóvel rústico

Setúbal, em cujas imediações se localizava uma vinha pertencente a esta instituição.

Os contornos geográficos de implantação da propriedade rústica, definidos em grande medida em função da área de influência espiritual da própria colegiada, onde, naturalmente, recolhia dádivas dos fieis, não conheceram grandes alterações ao longo do século XV²⁸⁷.

Durante esta centúria, a tendência para a concentração da propriedade na própria freguesia e espaços limítrofes reforça-se. Bem elucidativo disso mesmo é a realidade que o tombo elaborado em 1502 nos apresenta. Tendo por base doações e sobretudo escambos, a partir dos quais se alienam, entre outros, os bens do Montijo²⁸⁸, e muito provavelmente, do Lavradio e de Setúbal, descentrados em relação ao grosso da propriedade, a colegiada viu consolidar o seu património em Arroios e sobretudo no Vale de Chelas, onde se agrupava um número significativo de imóveis. Neste espaço, onde a existência de ribeiras e de inúmeros poços e fontes²⁸⁹ proporcionava a abundância de água necessária às diversas culturas, a propriedade apresentava um carácter mais compacto, fruto do esforço que conduziu ao emparcelamento de alguns bens.

No início do século XVI, com excepção das courelas em Cascais, todo o património rústico se localizava na zona oriental de Lisboa, um espaço intensamente ocupado, que Santo Estêvão partilhava com inúmeros

²⁸⁷ Vd. mapa relativo à distribuição da propriedade rústica em 1502.

²⁸⁸ No final do século XIV, Santo Estêvão escamba os bens do Montijo por duas vinhas com olivais e árvores localizados em Arroios, onde já possuía propriedades. Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 7, n.º 134.

²⁸⁹ Por exemplo, a Fonte do Louro, a Fonte da Pipa e a Fonte Coberta, abundantemente referidas nos documentos, quase sempre como indicadores de localização. Os vestígios toponímicos destas fontes perduraram até bem perto dos nossos dias. Cf. Ralph Delgado, *A Antiga Freguesia dos Olivais*, Lisboa, 1969, pp. 25-32 e 59-64.

outros institutos religiosos e com particulares, em alguns casos importantes senhores²⁹⁰, que também aí detinham possessões.

Não eram apenas as terras de agricultura a preencher esta área do espaço periurbano. Ela era também pontilhada por estruturas de apoio à actividade agrícola, celeiros, adegas e lagares, ou por outros edifícios ligados a actividades artesanais – por exemplo o fabrico de telha²⁹¹ – que pelo seu carácter poluente ou pelo facto de aí encontrarem as matéria primas necessárias à sua laboração, se instalaram nas imediações da cidade. Também as ermidas, como a de Santa Apolónia, os hospitais e os mosteiros, sobretudo os de Santa Clara e Chelas, constituíam factores de dinamização da área periurbana.

Este espaço, quotidianamente percorrido por numerosas pessoas, animais e veículos que se dirigiam a Lisboa ou que dela se retiravam, era retalhado por inúmeras estradas, azinhagas e caminhos. Ao longo de vários desses caminhos localizavam-se alguns dos imóveis de Santo Estêvão, assim mais valorizados por tal proximidade. Nas imediações da estrada, que da Graça vai para Sacavém²⁹², nos caminhos: da Charneca²⁹³ e de Alvalade o Grande²⁹⁴, de Santa Maria dos Olivais para a cidade²⁹⁵, do Mosteiro de Chelas para a Fonte do Louro²⁹⁶, entre outros, disseminavam-

²⁹⁰ Era o caso, por exemplo, de Luís Álvares Cabral ou do Conde de Penela. Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7, fl. 9v e Caderno 2, fl. 14.

²⁹¹ Cf., *ibidem*, maço 6, n.º 103.

²⁹² *Ibidem*, Caderno 3, fl. 12;

²⁹³ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 6.

²⁹⁴ *Ibidem*, maço 7, n.º 133, 133v; Caderno 2, fl. 12; Caderno 7, fl. 6..

²⁹⁵ *Ibidem*, Caderno 3, fl. 12.

²⁹⁶ *Ibidem*, Caderno 3, fl. 9.

se diversos bens da Colegiada.

A propriedade em análise inseria-se, pois, num espaço profundamente marcado pela cidade, que com ela se articulava procurando responder às suas necessidades. A grande proximidade de Lisboa, encurtada pelos inúmeros caminhos, bem como por essa estrada natural que é o Tejo, permitiu a inserção das produções no circuito comercial urbano, conferindo à propriedade rústica desta instituição um perfil que as diversas tomadas de decisão relativas a estes bens, não deixaram de reflectir.

3.2.2. O predomínio da pequena exploração

No aro periurbano das cidades medievais, a apetência pela posse da terra e o uso intensivo do solo acentuaram a propensão verificada um pouco por toda a parte, sobretudo a partir do século XIII, para a fragmentação das unidades produtivas numa multiplicidade de pequenas parcelas²⁹⁷. A reduzida área das terras de cultivo, muitas vezes valadas ou cerradas, constituía um dos traços dominantes da paisagem periurbana medieval, que apresentava, sob o ponto de vista da fisionomia agrária, o aspecto de mosaico extremamente recortado.

O património rústico de Santo Estêvão, inscrito na esmagadora

²⁹⁷ Em grande parte sob pressão do crescimento demográfico, Portugal, como de um modo geral a restante Europa ocidental, assistiu durante este período, a uma desmembramento das unidades de produção, surgindo em seu lugar, “uma poeira de herdades, leiras, chousos, vilares, por onde o camponês espalhava o seu trabalho”, cf., Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça*, p. 181. Para Portugal, pode ver-se, ainda, A H. Oliveira Marques, *Introdução à História da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, 1978, p. 107.

Para outros pontos do Ocidente Europeu, veja-se, entre outros, B. H. Slicher Van Bath, *História Agrária do Ocidente Europeu (500-1850)*, Lisboa, Presença, 1984, p.137; George Duby, *Economia Rural e vida no campo no ocidente medieval*, vol. I, 1987, pp. 153-156.

maioria no espaço periurbano de uma das maiores cidades do Portugal medievo, não se afastava deste quadro. Quase todo ele, com excepção de uma quinta, era constituído por pequenas parcelas, algumas, como veremos, de ínfima dimensão, resultado de vicissitudes várias, como doações, escambos, vendas e múltiplas partilhas, que antecederam a sua entrada no património da instituição. Parcelas que as fontes denominam, de uma maneira geral, em função da sua produção principal, a que por vezes se acrescentam designações que remetem para a sua reduzida dimensão²⁹⁸: “chãos”²⁹⁹, “pedaços”³⁰⁰, “courelas”³⁰¹ e “courelas de herdade”³⁰², naquelas

²⁹⁸ Sobre a terminologia utilizada para designar estas pequenas parcelas, pode ver-se, Santiago Jimenez Gómez, “Análisis de la terminología agraria en la documentación lucense del siglo XIII”, *Actas de las I Jornadas de metodología aplicada de las ciencias historicas*, vol. II – *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 115 -133.

²⁹⁹ Cinco referências a esta designação: em 1386, “huua vjnha com seu chãao”, (IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7, fl. 4v); em 1397, “huu chãao com b pees d oliueiras” (*ibidem*, fl.7v); em 1408, “dous chãaos (...) huu tem duas oliueiras E o outro tem octo oliueiras”, (*ibidem*, fl. 9); ainda no mesmo ano, “tres oliuaaes com seus chãaos”, (*ibidem*); últimas décadas do século XV, “huua vinha com huu chãao”, (*ibidem*, Caderno 3, fl.10v).

Este termo parece pois remeter para pequena parcela dedicada ao cultivo de cereais, estivesse ou não cultivado na altura.

³⁰⁰ Encontrámos apenas três referências a este termo, duas a designar parcelas de terra ocupadas por olival, (cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 4, fl. 9v, uma outra relativa a vinte pés de oliveiras com um pedaço de vinha, (cf., *ibidem*, Caderno 3, fl. 12v).

³⁰¹ A designação courela de olival surge apenas num documento de 1455 (cf. *ibidem*, Caderno 2, fl. 9, doc. 13), todas as outras referências a courelas dizem respeito a vinhas. Como já foi notado, (por exemplo, Mário Viana, *op. cit.*, p. 33), também na documentação de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, a designação courela de vinha - bastante abundante, aliás (com mais de setenta referências) - é utilizada para parcelas com áreas bastante diversificadas, mas que nunca ultrapassam o meio hectare. (Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, caderno 4, fls. 13, 13v, 14, 14v e 17v). Não significa isso que todas as parcelas com áreas próximas deste valor fossem designadas de courelas. No mesmo tombo, por exemplo, uma parcela de 0,43 ha, é denominada vinha, (*ibidem*, fl. 17v).

³⁰² Frequentemente surgem também as expressões courela de pão e courela de herda de pão. A título de exemplo, cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*

em que o cereal predominava.

Face à ausência de dados relativos às medidas das diversas parcelas na documentação anterior ao século XVI, só para este período podemos calcular, com alguma exactidão, as dimensões dos imóveis. Dos quarenta e nove bens rústicos inventariados no já aludido tombo de 1502, temos conhecimento das medidas de quarenta e cinco parcelas³⁰³: vinte e nove olivais, sete vinhas e nove courelas de herdade³⁰⁴.

Estes dados quantitativos revelam-se preciosos para uma caracterização, ainda que sumária, da morfologia dos imóveis, tornando possível identificar a área e o formato das parcelas ocupadas pelas várias culturas.

caderno 7, fl. 6. Surge ainda uma referência a um “*campo d erdade laurado de sementar pam com suas oliveiras que em elle stam*”, cf. *ibidem*, fl. 4v.

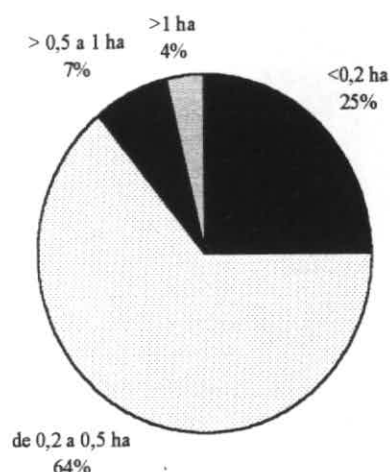
³⁰³ Não são fornecidas medidas para um olival e obviamente para dois conjuntos isolados de oliveiras, inseridos em terras de outros proprietários. Os dados relativos a uma quinta, que integrava o património de Santo Estêvão, terá análise posterior. Dos restantes bens, apenas uma courela de herdade aparece medida em “redondo”, para todas os outros, a fonte fornece-nos a medida de “longo” (ou de comprimento) e de “travesso” ou “través”, (que fizemos corresponder à largura). Nos casos em que se registaram mais de uma largura, trabalhamos com a média dos valores indicados.

As dimensões são, quase sempre, expressas em “braças craveiras”, podendo também, como acontecia em oito parcelas, (sete courelas e um olival), ser medidas em *cordas*. Nestes casos, a fonte estabelece que cada corda corresponde a três braças craveiras (adiante referidas abreviadamente por bc).

Na conversão ao sistema métrico seguiu-se a equivalência de 1bc = 1,82 metros, proposta por A. H. Oliveira Marques, “Pesos e Medidas”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, 1981, pp. 67-72.

³⁰⁴ Vd., quadro em anexo relativo às características da propriedade rústica.

Área dos olivais em 1502



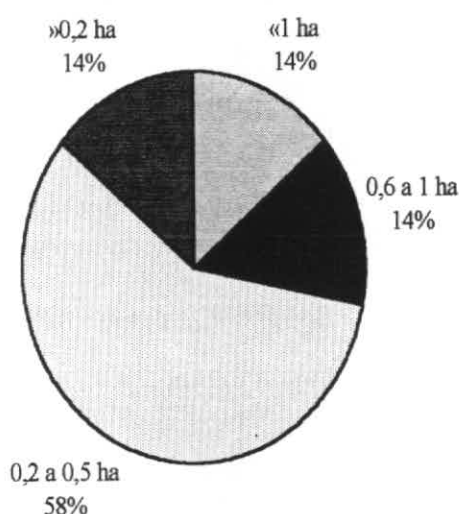
Assim, os olivais³⁰⁵, maioritários no conjunto de produções da colegiada no início do século XVI, cultivavam-se em parcelas com dimensões bastante diversificadas, compreendidas entre 0,03 e 1,85 hectares³⁰⁶. Estes valores extremos eram, contudo, excepcionais, uma vez que o grosso das parcelas se situava entre os 0,2 e o meio hectare³⁰⁷.

³⁰⁵ Com excepção de duas parcelas, de 0,27 e 0,14 ha, designados de “pedaços de olival”, todos os outros imóveis, desde que a cultura principal fossem as oliveiras, são consideradas olival, independentemente da área ou número de árvores que contêm, (estas podiam variar entre as nove e as oitenta oliveiras). Mesmo parcelas de pequena dimensão, por exemplo com 0,03 ou 0,25 ha, respectivamente com nove e vinte e oito oliveiras, são considerados olivais.

³⁰⁶ Vd. quadro em anexo relativo às características dos olivais.

³⁰⁷ As áreas dos olivais desta instituição enquadram-se nos valores conhecidos para outras localizações. No Médio Tejo, por exemplo, 76% dos olivais não ultrapassava o meio hectare (8 % tinham áreas inferiores a 0,05 ha, 36% apresentavam áreas compreendidas entre os 0,05 e os 0,2 hectares e 32 % áreas entre os 0,2 ha e o meio ha). Os olivais com área superior ao hectare, com 11%, eram, contudo, mais numerosos do que os de Santo Estêvão. Cf. Manuel Silvío Alves Conde; *O Médio Tejo*, vol. I, pp. 297.

Área das vinhas em 1502



Os vinhedos, por seu lado, apresentavam dimensões médias ligeiramente superiores aos olivais. Das sete vinhas existentes em 1502, uma ultrapassava o hectare, outra atingia 0,75 ha; três apresentavam áreas bastante próximas do meio hectare e as restantes valores inferiores³⁰⁸. No que se refere às dimensões, as vinhas de Santo Estêvão, assemelhavam-se às suas congéneres localizadas no aro periurbano de Évora³⁰⁹ ou de Santarém³¹⁰, por exemplo, mas com valores um pouco mais elevados do que os verificados em Torres Vedras³¹¹, no Médio Tejo³¹² ou nas terras do

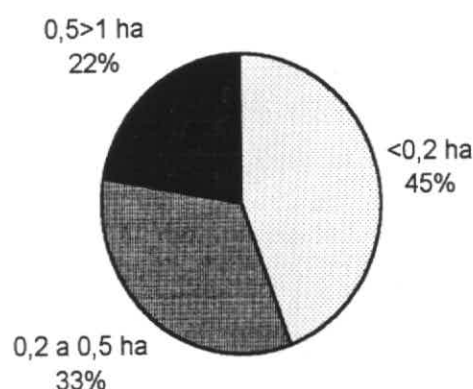
³⁰⁸ Vd. quadro em anexo relativo às características das vinhas.

³⁰⁹ Em Évora, conforme detectou Bernardo Vasconcelos e Sousa, a partir do estudo das Albergarias deste cidade, a dimensão de uma vinha média rondaria os 0,4 hectares, valor próximo da área do maior número das vinhas de Santo Estêvão. Cf. *A Propriedade das Albergarias de Évora*, p.79. Sobre as vinhas eborenses, pode ver-se também, Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 351- 352.

³¹⁰ A vinha em pequena parcela afirmou-se também em Santarém, com predominância para as superfícies com valores compreendidos entre os 0,2 e 0,5ha. Veja-se, por todos, Mário Viana, *Os vinhedos Medievais de Santarém*, p. 33.

³¹¹ Em torno desta localidade e no seu termo, a maior parte dos vinhedos apresentavam superfícies inferiores a 0, 05 ha. Cf. Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, "O

Área das courelas de herdade em 1502



De todas as parcelas, as courelas de herdade ou de pão, como são referenciadas nos documentos, sem nunca se especificar o tipo de cereal que continham, eram as que apresentavam dimensões médias menores. Embora duas ultrapassassem o meio hectare, com 0,6 e 0,7 ha, todas as outras se situavam bastante abaixo deste valor: quatro não chegavam a

Património das Donas de Santos”, pp. 121; Idem, *Torres Vedras, A vila e o Termo*, pp. 201-202.

³¹² Das áreas das vinhas, detectadas por Manuel Sílvio Alves Conde, para estas localizações, 83% são inferiores ao meio hectare, sendo que 53% não ultrapassam os 0,2 ha. Cf. *O Médio Tejo nos finais da Idade Média. A terra e as gentes*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997, vol. I, pp. 309.

³¹³ Cerca de 65,4 % das courelas de vinhas do Mosteiro de Alcobaça não atingiam 0,2 ha. Cf. Iria Gonçalves, *O Património*, p. 182.

Sobre a dimensão das vinhas, pode ver-se ainda, para o Alentejo, António Alberto Banha de Andrade, “Vinhos no Alentejo”, *O Vinho na História Portuguesa séculos XI-XIX. Ciclo de Conferências*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1983, p.195 e 197-198; Hermenegildo Fernandes, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja*, Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991, p. 140. Para a encosta Ocidental da Serra da Estrela, veja-se, Isabel Castro Pina, *A Encosta Ocidental da Serra da Estrela*, Cascais, Patrimonia, 1998, p. 38.

atingir os 0,2 ha, (sendo o valor mínimo de 0,03); as restantes três apresentavam áreas ligeiramente superiores a 0,2 ha³¹⁴. Mesmo considerando que a reduzida extensão das terras de cereal era uma realidade que se verificava um pouco por todo o país³¹⁵, a exiguidade das courelas de Santo Estêvão de Alfama dedicadas a este cultivo parece ser mais evidente do que em muitos outros lugares, com uma grande concentração de parcelas com áreas em torno dos 0,2 ha e a inexistência de valores superiores ao hectare. Esse facto que, se por um lado deriva da sua localização no espaço muito fraccionado dos arredores de Lisboa e Cascais, reflecte também a pouca atenção que a colegiada prestou a este cultivo, durante os séculos finais da Idade Média, não incentivando a sua expansão

³¹⁴ Vd. quadro em anexo relativo às características das courelas de herdade.

³¹⁵ A pequenez das terras dedicadas ao cereal tem vindo a ser evidenciada por diversos autores, para várias zonas do país. Em quase todos os lugares, a percentagem de parcelas com menos de 0,1 hectares era significativa: por exemplo, no Médio Tejo atingia os 32%, em Torres Vedras 25%, nas terras do Mosteiro de Alcobaça 13,3%, na propriedade de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, os 9% e nos Hospitais desta cidade os 7%, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória os 16, 44%. Cf., respectivamente, Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo*, vol. I, p. 281; Ana Maria S. Rodrigues; “O domínio Rural e Urbano da Colegiada de S. Pedro” pp. 79 e 83; Idem, “O património das Donas de Santos”, p. 121; Idem, *Torres Vedras, a Vila e o termo*, p. 200; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça*, p. 182; Manuel Sílvio Alves Conde; “Sobre o património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém”, *Horizontes do Portugal Medieval*, p. 190; Maria Manuela Tavares Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, “Recursos económicos de alguns estabelecimentos de Assistência em Santarém”, *ibidem*, p. 236; Saúl António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, 1990, p. 202.

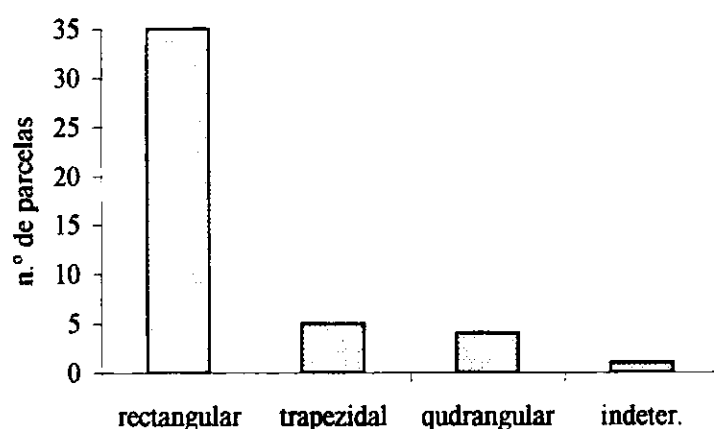
Em muitos lugares a maioria das parcelas dedicadas ao cereal situava-se em valores menores ou iguais a 0,5 ha: a título de exemplo: no Médio Tejo compreendiam 69%, em Torres Vedras, 76%, nas terras do Mosteiro de Alcobaça, 63,1%, nas propriedade da Santa Maria da Alcáçova de Santarém, 45%, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória cerca de 70%.

A reduzida dimensão das terras de cereal é ainda notada por outros autores, Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, vol. I, p. 609; Isabel Castro Pina, *A Encosta Ocidental da Serra da Estrela*, p. 29; Maria Manuela S. C. Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo: paisagem rural e recursos alimentares (séculos XIV e XV)*, dissertação de mestrado apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p. 62.

para terras de outras dimensões e possibilidades produtivas.

Quanto ao formato, as parcelas de terreno de Santo Estêvão, aparentemente abertas sem valados ou sebes que as delimitassem, eram, na sua grande maioria, rectangulares, embora os formas trapezoidais, quadradas e outras não claramente definidas pela fonte, como era o caso de uma courela de herdade em Cascais³¹⁶, também se verificassem.

Forma das diversas parcelas de terra



As parcelas alongadas, bastante mais numerosas, apresentavam situações diversificadas. A análise comparativa da “ratio” comprimento/largura, permite verificar que nos olivais e nas vinhas, aquela medida não ultrapassava, na maior parte das vezes, o triplo da dimensão da largura, podendo, contudo, em alguns casos, essa relação ser bem mais dilatada³¹⁷.

³¹⁶ Refere-se apenas que a parcela tem em “redondo” determinada medida. Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 4, fl. 10v, n.º 39.

³¹⁷ No que concerne à forma, as vinhas de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, não se afastavam muito dos valores conhecidos para outros vinhedos portugueses. Em Évora, por exemplo, o comprimento, em 33,3% das vinhas das Albergarias, não ultrapassava o triplo da largura. Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 80. Em Santarém, o comprimento das vinhas não quintuplicava, na maior parte dos casos, a sua largura. Cf. Mário Viana, *Os vinhedos*, p. 35. Em Torres Vedras, 44% das parcelas, apresentavam ratio comprimento/largura igual ou inferior a dois. Cf. Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras*, p. 201.

Os olivais de Santo Estêvão assemelhavam-se, quanto ao formato, aos olivais do Médio Tejo, das Albergarias de Santarém, e do Mosteiro de Santos, em que o mais

Mais longas e estreitas eram as courelas de herdade, cujo comprimento era em média 11 vezes superior à largura, chegando a exceder 25 vezes esta medida³¹⁸

Relação comprimento /largura de olivais, vinhas e courelas de herdade, em 1502

C/l	Olivais		Vinhas		Courelas de herdade		total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
1 a 3	20	69	5	71,4	1	12,5	26	59,1
3 a 6	5	17,2	1	14,3	2	25	8	18,2
6 a 9	2	6,9	-	-	1	12,5	3	6,8
9 a 12	2	6,9	-	-	1	12,5	3	6,8
> 12	-	-	1	14,3	3	37,5	4	9,1
Total	29	100	7	100	8*	100	44	100

* não foi contabilizada uma courela de formato não claramente definido.

comum era o comprimento triplicar ou quadruplicar a largura. Cf. Manuel Sílvia Alves Conde, *O Médio Tejo*, vol., pp. 298; Idem, “Recursos económicos de alguns estabelecimentos de Assistência em Santarém”, *Horizontes do Portugal Medieval*, p. 239; Joel Silva Ferreira Mata, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a Comenda de Santos na Idade Média*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, pp. 141-146.

³¹⁸ Apesar de elevadas, as “raciones” c/l das parcelas de Santo Estêvão dedicadas ao cereal, não atingiam os valores extremos que se verificavam em outros lugares. Por exemplo, no Médio Tejo em que o comprimento chegava a exceder de 11 a 98 vezes a largura , cf. Manuel Sílvia Alves Conde, *O Médio Tejo*, pp. 282; também em Santarém o comprimento extremo das herdades chegava a atingir 91 vezes a largura. Cf. Maria Manuela Tavares Santos Silva e Manuel Sílvia Alves Conde, “ Recursos económicos de algumas instituições de assistência”, *Horizontes do Portugal Medieval*, p. 238. Veja-se também, Iria Gonçalves e Maria de Fátima Botão, “ As confrarias medievais da região de Alcanena”, sep. do *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos*, Ferreira do Zézere, 4, 1989.

Retalhadas ao sabor de vicissitudes várias, não raras vezes múltiplas partilhas sucessórias, algumas parcelas desenhavam no terreno formações singulares, que a documentação, de uma forma bem ilustrativa, designa de *mangas* ou *chaves*³¹⁹. Tratava-se de prolongamentos de terreno, de pequeníssima dimensão e quase sempre quadrados³²⁰, geralmente mais estreitos do que o corpo principal, que contribuíam para acentuar o quadro de parcelamento que caracterizava a paisagem agrária baixo medieval.

Para além desta propriedade, fragmentária e dispersa, cujas características sumariamente analisámos, a instituição possuía ainda uma

³¹⁹ As designações, “manga” ou “chave”, termos que julgamos de sentido equivalente, têm sido detectadas por diversos autores, em documentos do século XIV e XV, para várias áreas geográficas. Por exemplo: Manuel Silvío Alves Conde refere a existência de um cerrado com chave, a noroeste de Santarém, integrado no património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova. (cf., “Sobre o património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, das origens ao século XV”, *Horizontes do Portugal Medieval*, p. 194). O termo *manga* foi também identificado em dois documentos da Colegiada de Santa Iria de Santarém, cf. Mário Viana, *Os vinhedos medievais de Santarém*, Cascais, 1996, p. 32, nota 18; Isaías da Rosa Pereira, “A vinha e o vinho em documentos medievais”, in *O vinho na História Portuguesa (séculos XIII-XIX)*, Ciclo de Conferências, Porto, 1983, pp. 77). Também a norte do Douro se encontraram referências a este termo, (cf. Maria Helena da Cruz Coelho, “A terra e os homens da Nóbrega no século XIII”, *Homens, espaços e poderes (séculos XI-XVI)*, Lisboa, 1990, vol. I, p. 180, nota 5).

³²⁰ A fonte, no sentido da melhor identificação das mangas ou chaves, referencia as suas medidas. Tal, permitiu-nos a elaboração do seguinte quadro:

Tipo de bem	Área da manga ou chave	Relação comprimento/largura	Outros dados	fonte
Olival	0,19 ha	1	Manga no vale.	IAN/TT,CSE4L, Caderno 4, fl.
Courela	0,05ha	-	-	IAN/TT,CSE4L, Caderno 4, fl.
vinha	0,02 ha	1	-	IAN/TT,CSE4L, Caderno 4, fl.

quinta³²¹, em Repeles, na freguesia de Santa Maria dos Olivais. Esta unidade de produção era composta por um conjunto de edifícios, que a documentação refere genericamente como “casas”, e por diversas parcelas de terra a elas adjacentes, formando um todo contínuo. Em torno do núcleo de edifícios, que incluíam, para além de local de residência, muito provavelmente, outras infra-estruturas ligadas à actividade agrícola³²², organizavam-se/distribuíam-se, em 1502, duas parcelas de terra, uma vinha com muitas árvores de fruto e um olival com 138 oliveiras, perfazendo, no conjunto, um total de dois hectares.

Os meios de produção e de armazenamento estavam ausentes do património da instituição, o que em grande medida se justificava pela opção quase total de recebimento de rendas em numerário, bem como pelo facto de a colegiada não implicar uma vivência em comum que tornasse necessária a acumulação de géneros para o sustento dos seus membros.

3.2.3. As Produções

A ordenação e distribuição dos cultivos no período medieval derivavam naturalmente dos hábitos alimentares³²³. Estes, entroncando na

³²¹ Para a caracterização da quinta, veja-se, Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *op. cit.*, pp. 207-210; Maria de Lurdes Rosa, *Pêro Afonso Mealha. Os bens e a gestão da riqueza de um proprietário leigo do século XIV*, Redondo, 1995, pp. 99-101.

³²² O carácter lacónico das fontes não nos permite identificar, de uma forma segura, a composição e características dos edifícios que constituíam o núcleo central da quinta. Como notou Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, em Torres Vedras, nas primeiras décadas do século XVI, o termo *casas*, “encobria uma grande diversidade de situações que iam desde a habitação ao armazenamento e transformação de produtos agrícolas: câmaras, adegas, lagares, currais, etc”. Cf., *op. cit.*, p. 209.

³²³ Sobre a dieta alimentar medieval, veja-se: A. H. Oliveira Marques, *A sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, 3ª Edição, Sá da Costa, Lisboa,

tradição mediterrânea, faziam do pão e do vinho os seus elementos base. Era portanto natural que estas duas culturas ocupassem a maior extensão do espaço cultivado, acompanhando por toda a parte a ocupação humana. Também o azeite tinha um peso relevante na alimentação³²⁴, onde ombreava com as gorduras animais, não sendo pois de estranhar que a oliveira, árvore típica do Mediterrâneo, tivesse conhecido uma enorme difusão sobretudo no centro e sul do país. Numa alimentação de pendor mediterrâneo ganhavam igualmente importância os legumes e a fruta, que se cultivavam em hortas e pomares, imiscuindo-se frequentemente em outros cultivos.

No aro envolvente das cidades e vilas medievais, um espaço de policultura vocacionado para o abastecimento urbano, todas estas culturas proliferavam, não raras vezes em sistema de complantação, numa típica paisagem *promiscua* mediterrânea³²⁵.

As terras de Santo Estêvão não constituíam excepção a esta realidade, também nelas se plantando a vinha e a oliveira e se semeando o cereal. O peso de cada uma destas culturas no conjunto das produções da

1974, pp. 15; Salvador Dias Arnaut, "A Arte de Comer em Portugal na Idade Média", Introdução histórica a *O "Livro de Cozinha" da Infanta D. Maria de Portugal*, Coimbra, 1967, pp. XXIII-CXXX; Iria Gonçalves, "Acerca da Alimentação Medieval", *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, 1988, pp. 201-217; Maria Helena da Cruz Coelho, "Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos", *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI, I - Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990, pp. 9-22; Maria Manuela S. C. Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo: paisagem rural e recursos alimentares (séculos XIV e XV)*, dissertação de mestrado apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, cap. II e III.

³²⁴ Para além da sua importância na alimentação, como gordura e tempero, o azeite era ainda utilizado na iluminação, na medicina, na perfumaria e na igreja. Cf. A. H. Oliveira Marques, "Portugal na crise dos séculos XIV e XV", vol. IV, da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, 1987, pp. 99.

³²⁵ Sobre este tipo de paisagem e a sua relação com os hábitos alimentares, veja-se, Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª ed., Lisboa, 1987, pp. 12-17.

colegiada, bem como a sua evolução ao longo dos séculos finais da Idade Média, prendem-se, em grande medida, com a própria dinâmica económica e demográfica urbana, a que as terras da colegiada, a tão pequena distância de Lisboa, não poderiam deixar de estar sujeitas.

A análise mais detalhada de cada uma das culturas permite-nos ter uma ideia mais clara do impacte da cidade nas opções produtivas desta instituição religiosa.

A vinha

A enorme expansão que a cultura da vinha conheceu no território português³²⁶ atingiu também as terras de Santo Estêvão. Esta cultura foi até ao século XV largamente maioritária nas terras da Colegiada, disseminando-se um pouco por toda a parte onde a Instituição tinha parcelas de cultivo, fosse no espaço mais imediato da cidade³²⁷, fosse no Lavradio, no Montijo ou nas proximidades de Setúbal.

A proliferação da vinha no aro envolvente dos núcleos populacionais, por vezes, como era o caso de alguns vinhedos de Santo Estêvão, com grande proximidade física em relação às suas portas e muros, foi uma constante verificada em Portugal³²⁸, como em outras regiões

³²⁶ Sobre a profusão da vinha em Portugal, pode ver-se, por exemplo, Henrique da Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XIII a XIV*, vol. IX, p. 89.

³²⁷ Vd. mapa relativo à distribuição da vinha no aro periurbano de Lisboa no final do século XIV.

³²⁸ A título de exemplo, vejam-se os casos de Lisboa, Santarém, Coimbra e Évora, em que os vinhedos se disseminavam por todo o espaço periurbano. Iria Gonçalves, *O Património*, p. 83; Mário Viana, *Os vinhedos Medievais de Santarém*, pp.26-29; Gérald Pradalié, "Occupation du sol et cultures autuor de Coimbra au XIII^e siècle", in *Actas de las I Jornadas de Metodologia aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia*

européias³²⁹, ao longo de toda a Idade Média, numa tradição que se manteve até bem perto dos nossos dias. Este facto encontrava justificação não apenas na proximidade do centro consumidor, que evitava o sempre difícil transporte, sobretudo de um produto de difícil acomodação e rápida deterioração, como era o vinho, mas também pela abundância de mão de obra que o centro urbano poderia fornecer para os exigentes cuidados da viticultura. Os diferentes trabalhos a realizar³³⁰, como cavar, arrendar, podar, mergulhar, referidos nos contratos de empraçamento de Santo Estêvão, bem como outros que os formulários tabeliônicos não

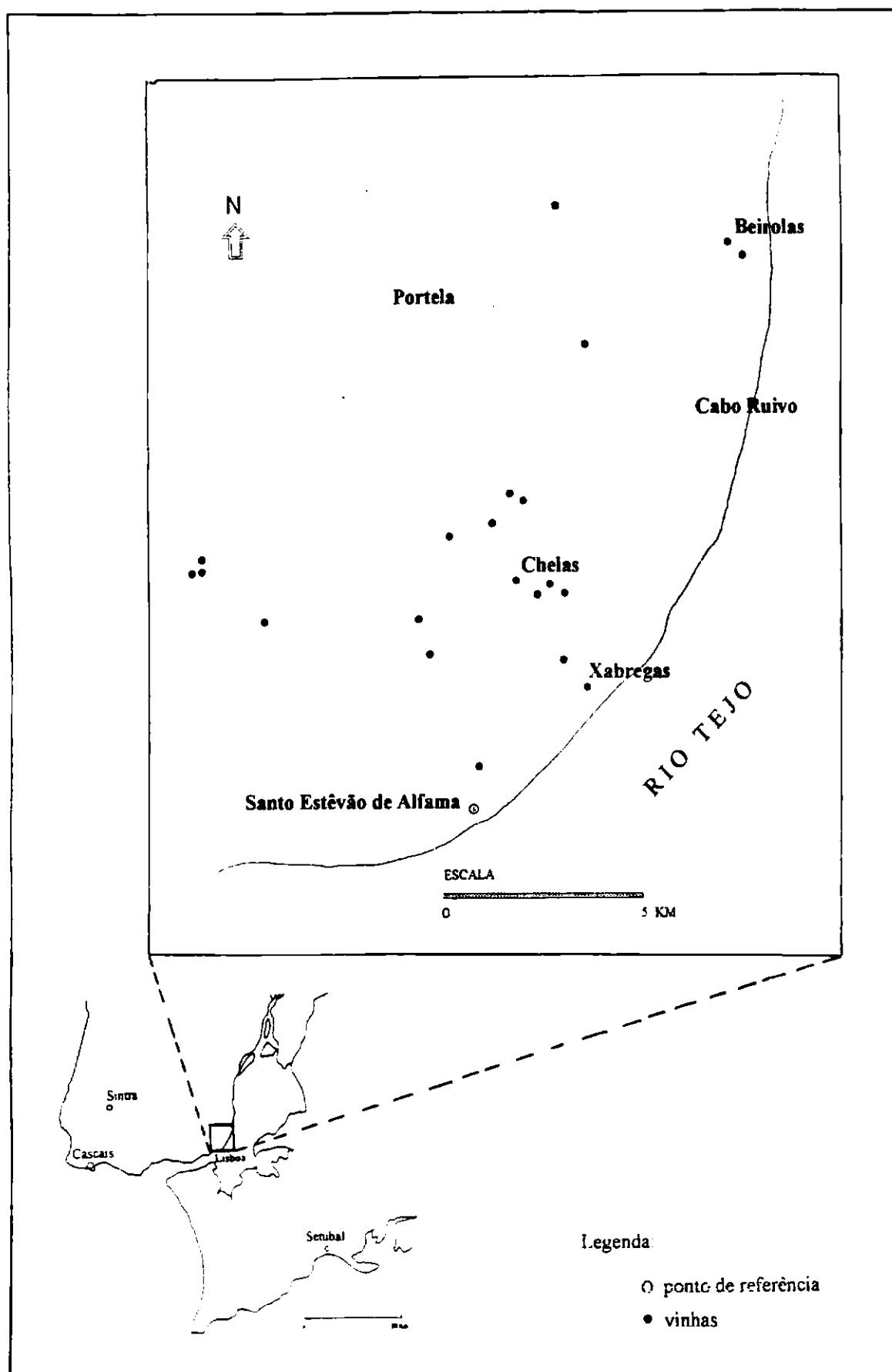
Medieval, Santiago de Compostela, 1975, p. 84; Robert Durand, "La vigne et le vin dans la bassin du Mondego au Moyen Age (XII^e-XIII^e siècles)", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V, 1972, p.15-20; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, pp. 152-154; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias*, pp. 57-60; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 350-351;

A constante presença da vinha verificava-se também em torno de núcleos populacionais de menor dimensão. Veja-se por exemplo o caso de Torres Vedras, Cf. Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras*, p 193, de Tomar, Manuel Sílvio Alves Conde, "O espaço periurbano da vila portuguesa de Tomar", *Horizontes do Portugal Medieval*, p. 139, de Alcácer do Sal, Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, 2000, pp. 145-147 ou de Leiria, Rio Maior, Golegã, entre tantos outros, cf., Iria Gonçalves, *O património*, p. 89.

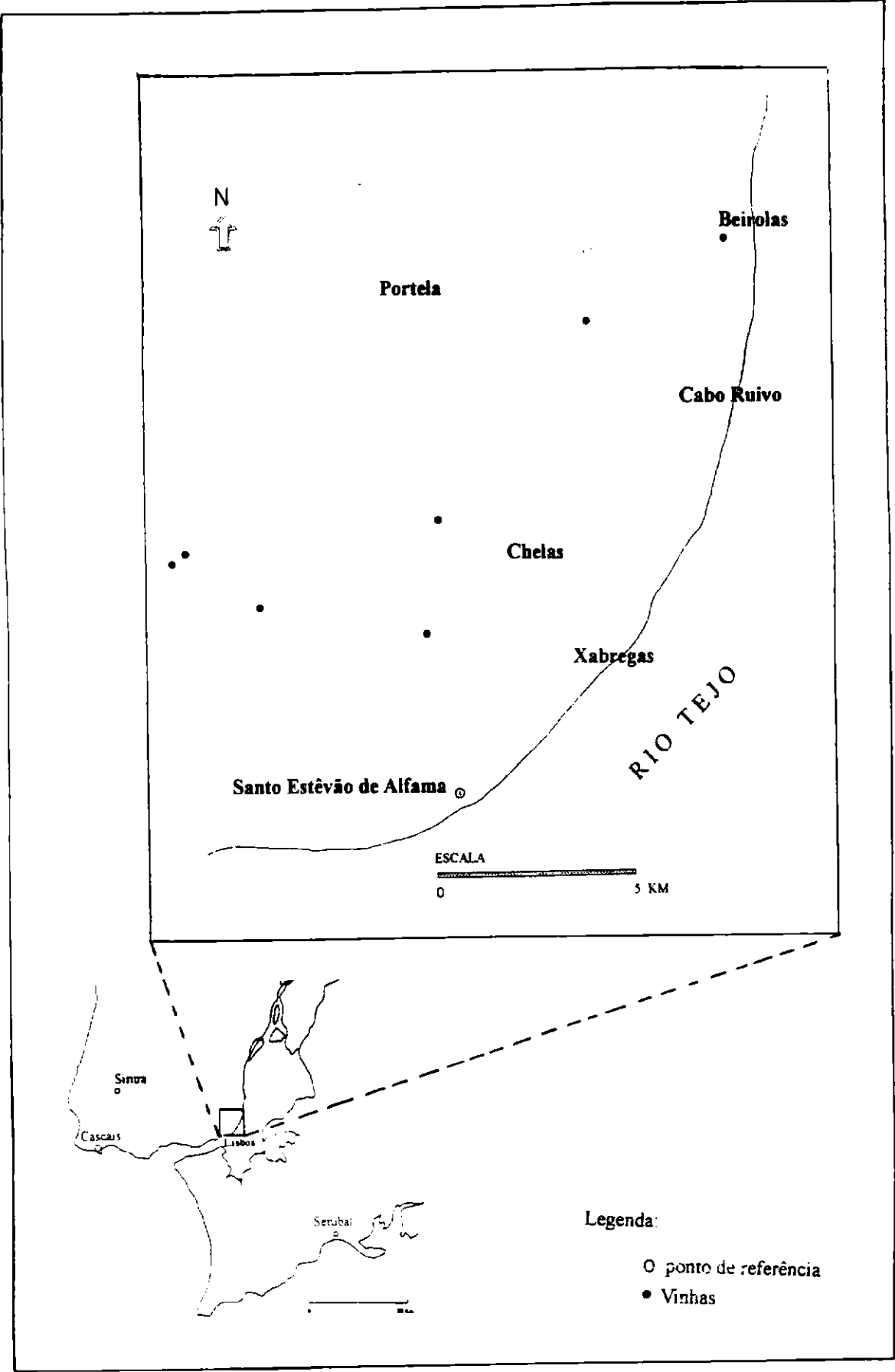
³²⁹ Por exemplo em França. Veja-se, entre outros, Roger Dion, *Histoire de la Vigne et du Vin en France des Origines au XIX^e Siècle*, Paris, 1977, pp. 160-177:

³³⁰ Sobre os trabalhos tradicionais da viticultura em Portugal, pode ver-se, M. Rodrigues Moraes, *Viticultura Prática Portuguesa*, 4^a ed, Porto 1952; Constantino Botelho de Lacerda Lobo, "Memória sobre a cultura das vinhas de Portugal", *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, tomo 2, ed. do Banco de Portugal, Lisboa, 1991, pp. 12-161. Para a Idade Média, em Portugal, veja-se, Robert Durand, *Les Campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, 1982, pp. 227-229. Iria Gonçalves, *O Património*, pp. 229-232; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, pp. 162-163; Ana Maria S. A. Rodrigues, *Torres Vedras*, pp. 258-261; Maria João Branco Marques da Silva, *Esgueira, A vida de uma aldeia no século XV*, Redondo, 1994, 110-111; Mário Viana, *Os vinhedos Medievais de Santarém*, pp. 105-118. Para outras localizações do espaço europeu, veja-se, por exemplo, Roger Dion, *Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX^e siècle*, Paris, 1959, p. 91-102.

**Mapa V – As vinhas da colegiada no aro periurbano de Lisboa
no final do século XIV**



Mapa VI – As vinhas da colegiada no aro periurbano de Lisboa
Em 1502



contemplam, exigiriam certamente inúmeros braços num trabalho atento e constante ao longo de todo o ano.

Como era comum no Portugal medievo, as vinhas de Santo Estêvão associavam-se não raras vezes a outras culturas³³¹, em alguns casos aos cereais, mas sobretudo às plantas arbóreas. A complantação mais frequente estabelecia-se entre a vinha e o olival, expressa, quase sempre, nos documentos, pela designação genérica de “vinha com suas oliveiras”³³², a que podiam corresponder realidades muito diversas. De facto, as oliveiras integradas nas vinhas podiam ser em número bastante variável, não ultrapassando em algumas parcelas os dois ou três pés, mas podendo atingir, em outras, as dezenas de árvores³³³.

Associavam-se frequentemente a estas culturas as fruteiras, que a documentação não deixa de nomear, pondo em evidência o interesse de que estas árvores, cujos frutos eram importantes na dieta alimentar do Homem

³³¹ A este respeito veja-se, por exemplo, Robert Durand, “La vigne et le vin..” p. 31; Gérard Pradalié, “Occupation du sol”, p. 84; Iria Gonçalves, *O Património*, pp. 86-87; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, p. 157; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade*, p. 77; Mário Viana, *Os Vinhedos Medievais de Santarém*, p. 36;

Também em Lisboa, como um pouco por toda a margem direita do Baixo Tejo, a associação da vinha a outras culturas foi testemunhada por vários autores, cf., Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, 1975, p. 62; Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas*, p. 57; Maria Manuela S. C. Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo: paisagem rural e recursos alimentares (séculos XIV e XV)*, dissertação de mestrado apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, pp. 112.

³³² Esta expressão é claramente maioritária. Contudo, em alguns documentos faz-se referência a “vinhas com seu olival”, (cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 13, n.º 259, maço 16, n.º 320), e num outro caso “a uma courela de vinha com um olival”, (cf., *ibidem*, maço 12, n.º 224). Se a esta oscilação de nomenclaturas corresponderiam diferenças efectivas é algo a que não podemos responder cabalmente. De qualquer modo supomos que elas poderão indiciar um maior grau de concentração de oliveiras.

³³³ Cf., quadro em anexo relativo às áreas e dimensões das vinhas em 1502.

medieval³³⁴, revestiam para proprietários e foreiros. O maior número de referências dizem respeito às pereiras e macieiras, mas também as figueiras, ameixeiras e amendoeiras se disseminavam pelos vinhedos desta instituição³³⁵.

A complantação da vinha com as plantas arbóreas era um fenómeno em expansão nas terras de Santo Estêvão no final do século XIV. Neste período, a vinha era ainda maioritária, contudo, em 40% dos casos, aparece associada à oliveira, sendo a tendência para a progressiva sobreposição do olival em relação à cultura da vide.

Depois da expansão dos períodos anteriores, a vinha conheceu um enorme retrocesso nas terras da Colegiada³³⁶, que se acentuará ao longo do século XV³³⁷. A este facto não deve ter sido estranha a guerra e a crise demográfica e económica dos finais de Trezentos, que se fez sentir com especial intensidade em Lisboa³³⁸, afectando uma cultura particularmente

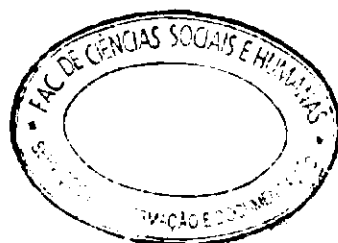
³³⁴ Veja-se, a título de exemplo, a variedade de frutos que entravam na dieta alimentar referidos por Iria Gonçalves, “Acerca da alimentação medieval”, *Imagens do Mundo Medieval*, p. 207.

³³⁵ Cf., quadro em anexo relativo às vinhas em 1502.

³³⁶ O refluxo da vinha, a partir do final do século XIV, verificou-se em muitos outros locais, embora com intensidade e ritmos diferentes. No aro coimbrão, por exemplo, a vinha conheceu um assinalável retrocesso, em favor sobretudo da cultura cerealífera. Cf., Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, pp. 169-171; Outro tanto se detecta para a mesma cronologia em Santarém, cf., Mário Viana, *Os Vinhedos*, pp. 48-49 e Maria Ângela Beirante; *Santarém Medieval*, Lisboa, 1989, p. 163. A vigorosa vaga de expansão da vinha no termo torreano, foi também interrompido no final de Trezentos, cf., Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras*, p. 254. Também em Évora, nas últimas décadas do século XIV e primeira metade do século XV se deu uma retracção da vinha, cf., Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 249 e 352 e Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias*, p. 127.

³³⁷ Vd. mapa relativo à distribuição da vinha no aro periurbano de Lisboa em 1502.

³³⁸ Os efeitos da guerra, nomeadamente dos cercos castelhano a Lisboa, nos campos do arredores, não escaparam à argúcia narrativa de Fernão Lopes que, em páginas de grande vivacidade, nos vai dando conta dos danos provocados, nesse espaço de vital importância para o abastecimento da cidade, pelos confrontos ou deliberadamente pelos



exigente em mão de obra. A vinha, que havia muito se encontrava em decadência em algumas parcelas, jazendo em mortórios³³⁹ e mato³⁴⁰, irá ser abandonada na grande maioria dos prédios rústicos da instituição, refluindo para apenas sete parcelas no início do século XVI³⁴¹.

O Olival

O olival conheceu, ao longo do período em análise, um crescimento significativo nas terras da Colegiada. Embora a sua presença fosse já importante no final do século XIV³⁴², ocupando 23% das parcelas como cultura estreme, disseminando-se ainda, como vimos, por outros cultivos, foi, sobretudo a partir da segunda década do século XV, que a sua expansão se tornou mais vigorosa.

castelhanos, que nele "amdavam emtanto cortando arvores e vinhas, e fazendo todo dano que podiam." Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, 1ª parte, cap. CXIII, Lisboa, s/d.

Os danos causados no vale de Xabregas e outras pontos da área a oriente da cidade são referenciados por Fernão Lopes. Áreas em que os castelhanos "queimarom muitas quintãas e fizeram muito damno; e da parte da terra queimarom huuns graciosos paaços d'el rrei acerca da cidade junto com o mar, hu chamom Exobregas, no começo de huu valle de muitas e prazivees ortas (...) e honde chamam Freelas (...)" . Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. Giulliano Macchi, Lisboa, 1975, p. 307.

³³⁹ Cf., IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 5, n.º 82.

³⁴⁰ Cf., *ibidem*, maço 4, n.º 68.

³⁴¹ Cf., *ibidem*, Caderno 4.

³⁴² Vd., mapa relativo à distribuição do olival no aro periurbano de Lisboa no final do século XIV.

A opção por esta cultura, em áreas em que encontrava condições geo-morfológicas e climáticas favoráveis ao seu desenvolvimento, não pode deixar de relacionar-se com a crescente procura de azeite que se verificou em Portugal, nos finais da Idade Média, levando à implementação desta cultura, sobretudo junto dos grandes centros consumidores³⁴³.

O incremento do olival fez-se através de incentivos concedidos pela instituição aos foreiros, quase sempre a isenção ou redução do pagamento do foro durante um determinado período de tempo, para o plantio de estacas de oliveiras³⁴⁴, aplicação de enxertias³⁴⁵ ou conversão de vinhas

³⁴³ O aro periurbano dos núcleos populacionais, pela abundância de mão de obra, pela facilidade de transporte, entre outros motivos, foi o palco preferencial da expansão da olivicultura nos finais da Idade Média. Sobre a estreita relação entre a cidade e a cultura da oliveira, veja-se, por exemplo: Gérard Pradalié, "Occupation du sol et cultures autours de Coimbra au XIII^e siècle", *Actas de las Jornadas de Metodologia aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 84 e 87.

O avanço do olival está testemunhado, por exemplo, em Coimbra e no Baixo Mondego, (cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *op. cit.*, pp.173-175), em Santarém, (cf., Mário Viana, *Os vinhedos Medievais de Santarém*, p. 39) e em Torres Vedras, (cf., Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras, a Vila e o termo*, p. 193 e 262; *idem*, "o domínio rural e urbano da Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras no final do século XV", *R.H.E.S.*, XVII, Jan-Jun, 1986, p. 83).

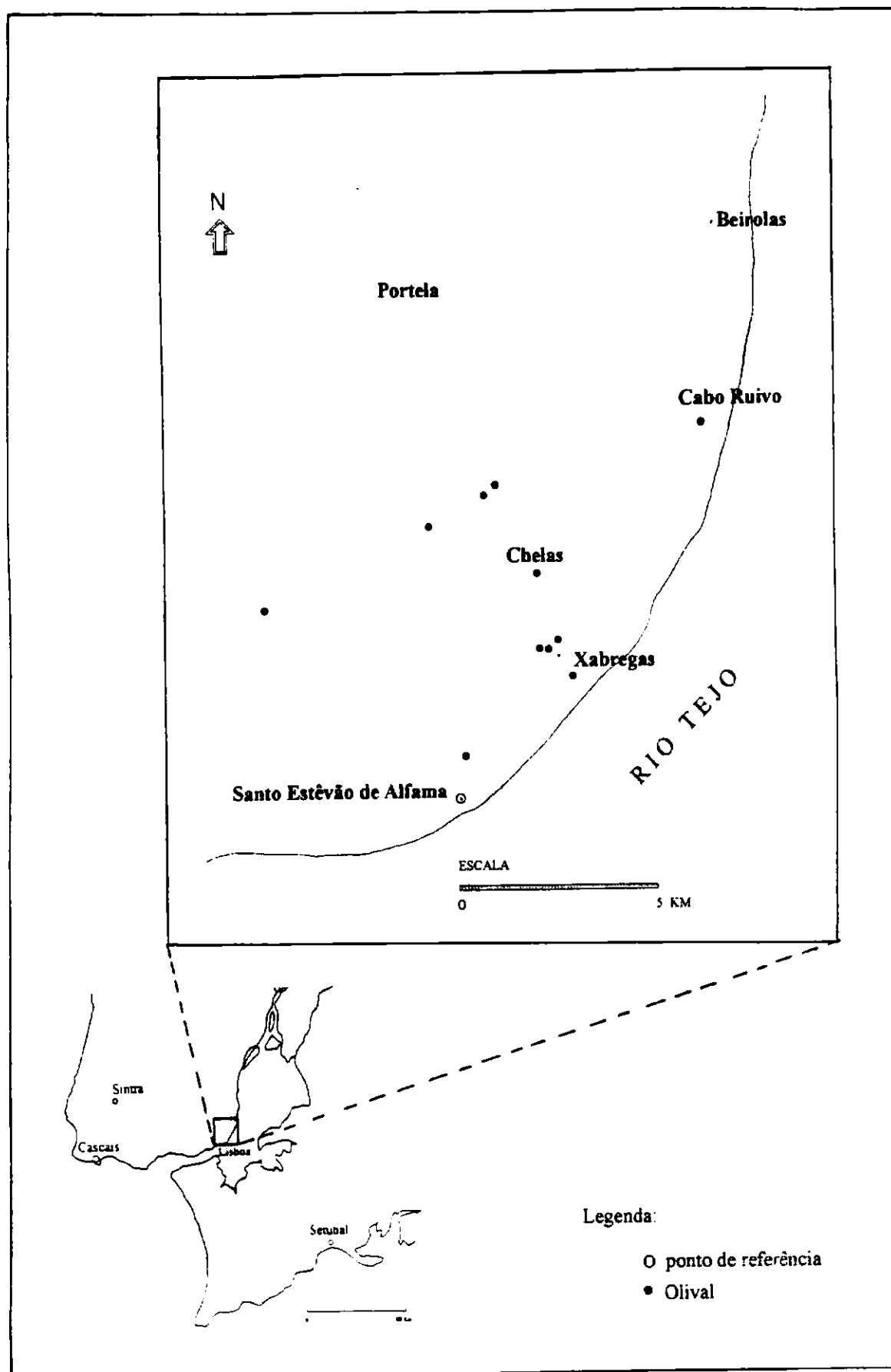
Para um quadro geral da distribuição da oliveira no Portugal medievo, veja-se, F. A. Almeida Langhans, "Apontamentos para a História do azeite em Portugal", sep. de *Junta Nacional do Azeite*, Lisboa, 1949.

³⁴⁴ Por exemplo, num contrato de 1488, exige-se que os foreiros, num período de 3 anos, *chantem* um olival que era muito *despovoado de oliveiras*. Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 7, n.º 126; no ano seguinte, exige-se que um outro olival seja *metido em boas estacas presas*, cf., *ibidem*, maço, 2, n.º 39.

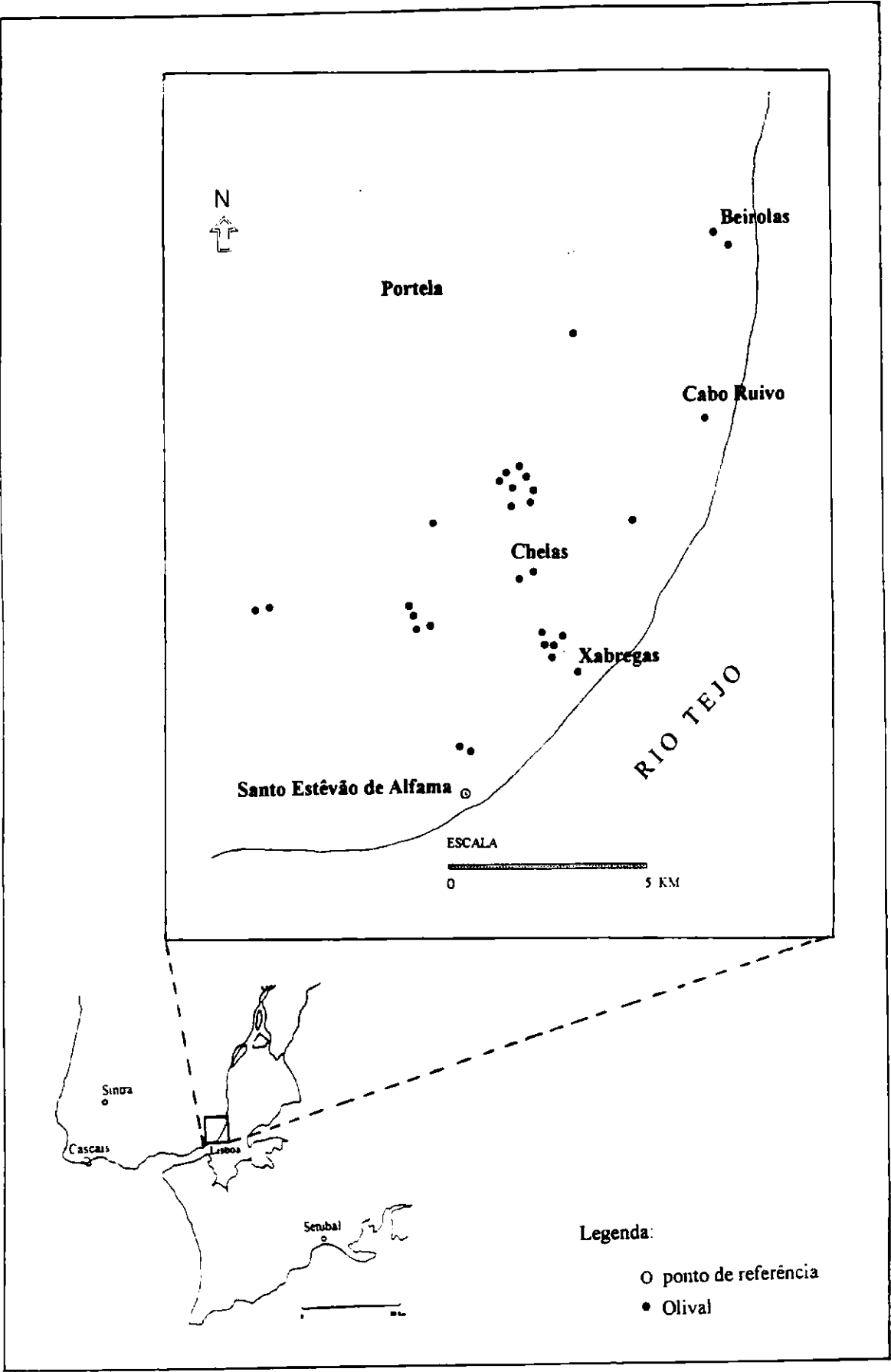
³⁴⁵ A propagação de oliveiras fazia-se por meio de estacas, isto é, pelo plantio de ramos cortados de oliveiras já crescidas, que tomavam o nome de tanchões, e através de enxertias, a partir da oliveira brava, os zambujeiros. Cf., por exemplo, *ibidem*, Caderno 4, fl. 10, 11v, 12, 16v; Caderno 3, fl. 10v, 13.

Estes métodos, usados por todo o lado na Idade Média, bem como a terminologia com eles relacionados, verificavam-se ainda no século XVIII, em Coimbra, bem como em muitos outros locais. (Cf., Rui Nunes Proença Delgado, *Contributo para a História Olivícola de Coimbra no século XVIII*, Braga, 1971, pp. 35-36.

**Mapa VII – Os olivais da colegiada no aro periurbano de Lisboa
no final do século XIV**



**Mapa VIII – Os olivais da colegiada no aro periurbano de Lisboa
em 1502**



mortas em olival³⁴⁶. As referências aos cuidados a ter com as oliveiras em crescimento, ou com os olivais já desenvolvidos, quase ausentes da documentação dos períodos anteriores, abundam nos contratos de locação do século XV. Aos foreiros exigia-se um conjunto de tarefas, como “escavar”, “amotar”, “limpar de seco”³⁴⁷, que visavam a preservação das árvores em boas condições produtivas³⁴⁸. A atenção da colegiada para com as suas oliveiras é ainda testemunhada pelo relevo que a documentação, sobretudo a partir do final do século XV, lhes dava, indicando não apenas o número de árvores, mas distinguindo-as também de acordo com o seu estágio de desenvolvimento ou características produtivas, aspectos expressos por diversas designações: oliveiras “boas”, “novas” e “velhas”, “grandes” ou “pequenas”³⁴⁹. Na enumeração dos bens da colegiada nunca são esquecidas as oliveiras isoladas, por vezes apenas uma ou duas, inseridas em terras de outros proprietários³⁵⁰, facto que não era de estranhar,

³⁴⁶ Sintomático da progressiva conversão de vinhas em olival é um contrato de 1445, em que a Colegiada obriga os foreiros a pôr metade de uma vinha que *jaz em mortorio* em bacelo e a outra metade em olival, num período de quatro anos. Cf., IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço, 5, n.º 82.

³⁴⁷ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 2, fls. 6, 6v, 11v; *ibidem*, maço 4, n.º 64; *ibidem*, maço 5, n.º 82; *ibidem*, maço 11, n.º 208;

³⁴⁸ Sobre as técnicas tradicionais ligadas à cultura olivícola, pode ver-se: J. A. Dalla-Bella, *Memoria Sobre a Cultura das Oliveiras em Portugal*, 2ª ed., Lisboa 1918, pp. 7-36; Manoel Dias Baptista, “Ensaio de huma descripção física, e economica de Coimbra, e seus arredores”, *Memorias Economicas da Academia Real das sciencias de Lisboa*, tomo I, Lisboa, 1789, pp. 281-284.

³⁴⁹ Estas designações ganham especial destaque nos cadernos 3 e 4, respectivamente das últimas décadas do século XV e de 1502. Por exemplo: Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, caderno 3, fls. 9, 9v, 10 e 10v; Caderno 4, fls., 13, 15.

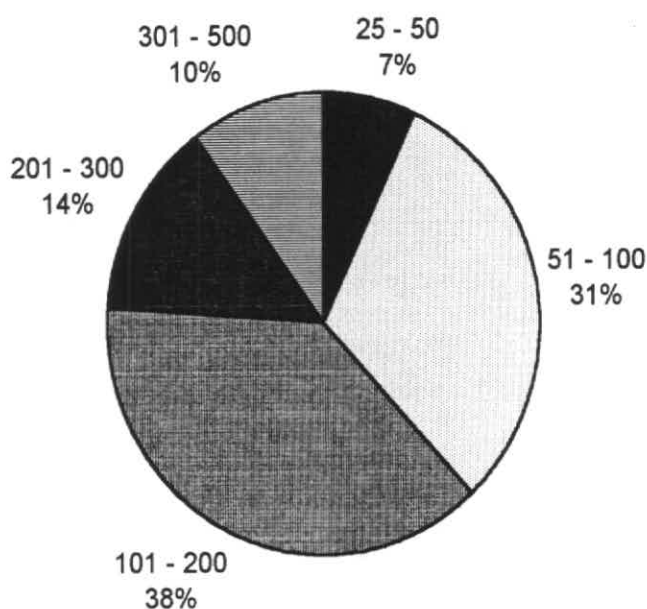
³⁵⁰ Em 1502, por exemplo, detinha a colegiada duas oliveiras “dentro na quinta de antam de Faria”, cf., IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 4, fl. 12.

Situações em que as oliveiras surgem separadas das terras em que se

atendendo aos valores significativos que uma oliveira boa podia atingir nesse período³⁵¹.

No início do século XVI, a presença do olival nas terras da colegiada era esmagadora. As oliveiras, autonomizando-se da vinha, a cuja cultura estavam ainda tão imbricadas no final do século XIV, passaram a ocupar 63% do património rústico da instituição³⁵².

**Concentração e dispersão das oliveiras
(árvores por hectare)**



O cálculo do número de oliveiras por hectare, mostra que os olivais

localizavam, aconteciam também em Torres Vedras. A esse propósito, diz-nos Ana Maria S. A. Rodrigues, “ (...) a importância destas árvores era tão grande que, por vezes, os senhores cediam as terras onde estavam implantadas e os respectivos cultivos, mas guardavam-nas para si. Acontecia, por isso, que as oliveiras pertencessem a um dono e o solo a outro (...)”, *Torres Vedras a Vila e o Termo*, p. 262.

³⁵¹ Conforme apurou Iria Gonçalves, a partir do estudo da documentação do Mosteiro de Alcobaça, uma oliveira grande e boa podia valer, na primeira metade do século XV, entre 500 e 700 reais. Cf. Iria Gonçalves, *O património*, p. 89.

³⁵² Vd. mapa relativo à distribuição do olival no aro periurbano de Lisboa em 1502.

de Santo Estêvão, embora comportassem frequentemente as árvores de fruto, ou até mesmo outras culturas, facto que a documentação não permite averiguar, tendiam a uma certa concentração, sendo diminutas as parcelas em que as oliveiras se apresentavam mais dispersas³⁵³ (7%). Eram prevaletentes os povoamentos³⁵⁴ medianamente densos ou pouco densos (com respectivamente 38 % e 31%), sendo ainda consideráveis os olivedos de maior densidade, que ocupavam 24% das parcelas.

O tomo de 1502, referencia ainda a existência, em diversas parcelas, de oliveiras novas em crescimento, estacas e tanchões³⁵⁵, em número bastante variável, facto que poderá indiciar que o olival se encontrava ainda, neste período, numa fase de renovação/expansão nas terras da colegiada.

A preferência pelo olival não foi uma opção exclusiva da colegiada de Santo Estêvão de Alfama, acompanhando antes esta igreja a tendência para a expansão da olivicultura que parece ter-se verificado em Lisboa, nos séculos XV e XVI³⁵⁶. A análise das confrontações dos olivais da colegiada,

³⁵³ Utilizando a definição actual, considerámos que os olivais com maior dispersão eram aqueles em que o número de árvores não excedia as 50 por hectare. Cf. *Atlas do Ambiente. Notícia explicativa II.7. Carta da distribuição da oliveira e zambujeiro*, p. 15. Como bem notou Manuel Silvio Alves Conde, a utilização da definição actual de dispersão, deve ser feita com reserva, uma vez que ela tem em conta o olival cultivado, sobretudo, em regime de monocultura, o que não se verificava com os olivedos medievais que, quase sempre, comportavam outras culturas. Cf., *O Médio Tejo*, vol. I, p. 292, nota 300.

³⁵⁴ Ainda de acordo com a classificação actual, consideram-se “povoamentos, conjuntos de árvores distribuídas com certa regularidade e número, em geral, não inferior a 50 por hectare”. Cf. *Atlas do Ambiente. Notícia explicativa II.7. Carta da distribuição da oliveira e zambujeiro*, p. 15.

³⁵⁵ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 4, fl. 10, 11v, 12, 13, 15v, 16v.

³⁵⁶ A escassez de estudos sobre o espaço periurbano de Lisboa não nos permite, de uma forma segura, confirmar esta ideia. De qualquer forma, a oliveira assumia uma importância, que diversos autores têm destacado. A forte presença do olival, pelo menos

que em mais de 80% dos casos, são confinantes, em pelo menos um dos lados, com outros olivais, permite constatar que esta cultura formava no espaço periurbano manchas compactas. O predomínio da oliveira não se verificava apenas nas zonas onde a Colegiada possuía a maioria das terras de cultivo, (a própria freguesia e a contígua paróquia de Santa Maria dos Olivais, cuja toponímia é, por si, reveladora da importância da olivicultura), mas um pouco por todo o aro envolvente da cidade, ou até no interior do seu perímetro muralhado³⁵⁷, onde pontuavam, como vimos, chãos e chousos.

Também as fontes narrativas nos confirmam a importância da oliveira em Lisboa. Damião de Góis, viajante habituado a muitas paragens, mas também às mediterrâneas, onde a oliveira tem presença constante, ao descrever a Lisboa quinhentista, não deixou de notar a intensidade que o olival aí assumia, formando manchas tão densas que “a vista mal pode penetrar”³⁵⁸.

A presença avassaladora da árvore de folha miúda, que fazia de Lisboa, juntamente com Santarém e Coimbra, um dos principais centros

na zona a oriente da cidade, foi detectada por Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*, Cascais, 1996, pp. 60-61.

Diversos outros autores têm referido a importância da oliveira em Lisboa: F. A. Almeida Langhans, “Apontamentos para a História do azeite em Portugal”, sep. de *Junta Nacional do Azeite*, Lisboa, 1949, p. 26 e 32; Orlando Ribeiro, *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de Relações Geográficas*, 5ª ed., Lisboa, 1987, p. 58; Maria Helena da Cruz Coelho, “Premanences et Mutations Dans le Monde Rural au Portugal au XVe et XVIe Siècles”, sep. de *Le Portugal du XVIe Siècle, Actes du Colloque*, Paris, 22 Mars, 1987, Paris, 1989; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça*, p. 88.

³⁵⁷ A presença da oliveira, no interior da cidade, foi detectado também por Iria Gonçalves, “Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XV”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, p. 237.

³⁵⁸ Cf., *Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa*, trad. de Raúl Machado, Lisboa, 1937, p. 41.

produtores de azeite³⁵⁹, foi mesmo considerada excessiva por D. Manuel, que cioso da urbanidade de uma cidade, cada vez mais cosmopolita, e inebriado por riquezas mais longínquas, as mandou arrancar em determinados pontos³⁶⁰.

Os cereais

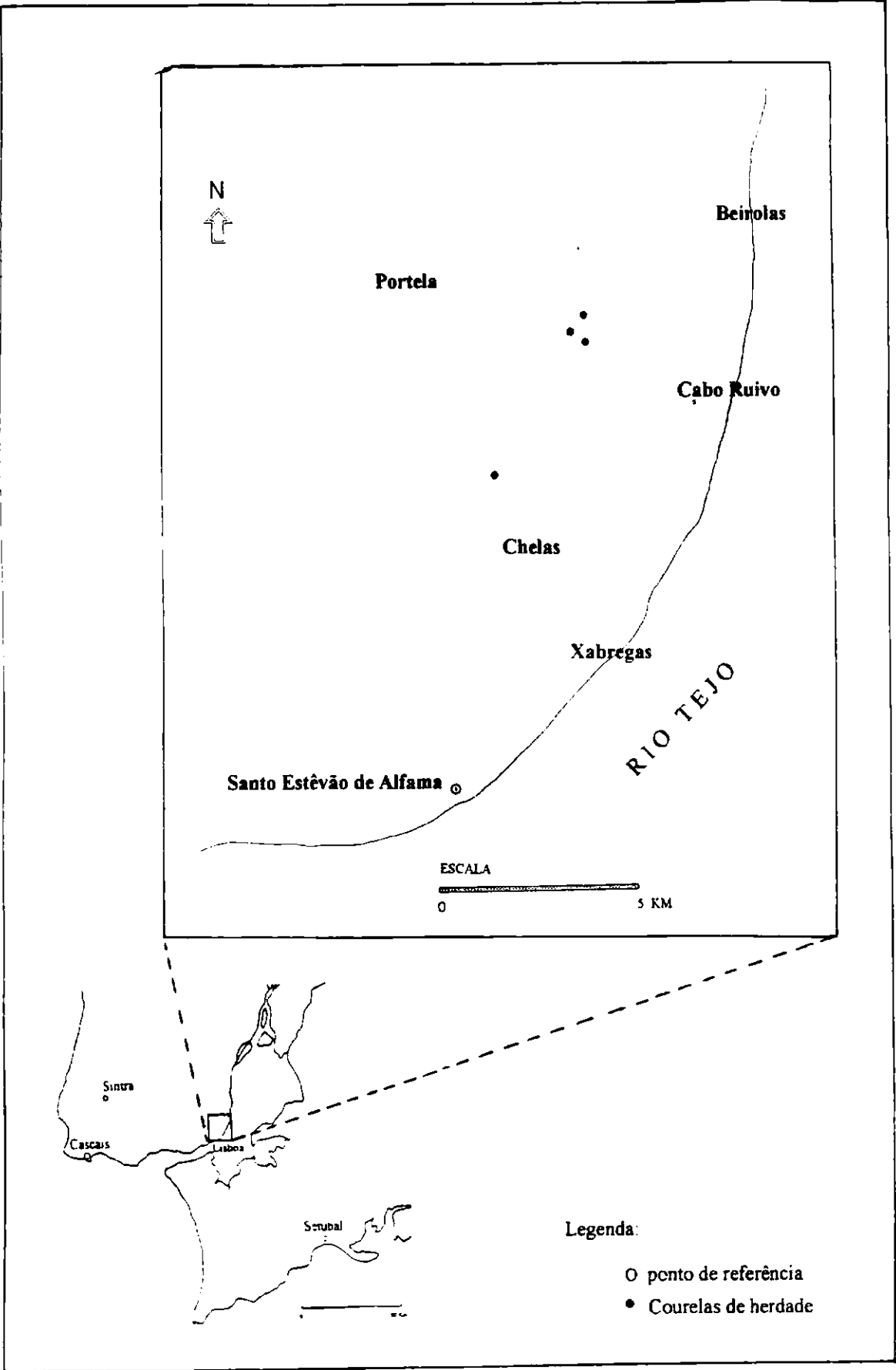
Como já atrás ficou dito, o cereal, contrariamente ao que ocorria em muitas outras instituições, não constituiu, ao longo dos séculos XIV e XV, a principal opção produtiva da Colegiada³⁶¹, persistindo apenas, de uma forma continuada, nas courelas do termo de Cascais.

³⁵⁹ Para além da bibliografia referida na nota anterior pode ver-se, ainda, A. de Sousa Silva da Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, 1903, p. 131-132.

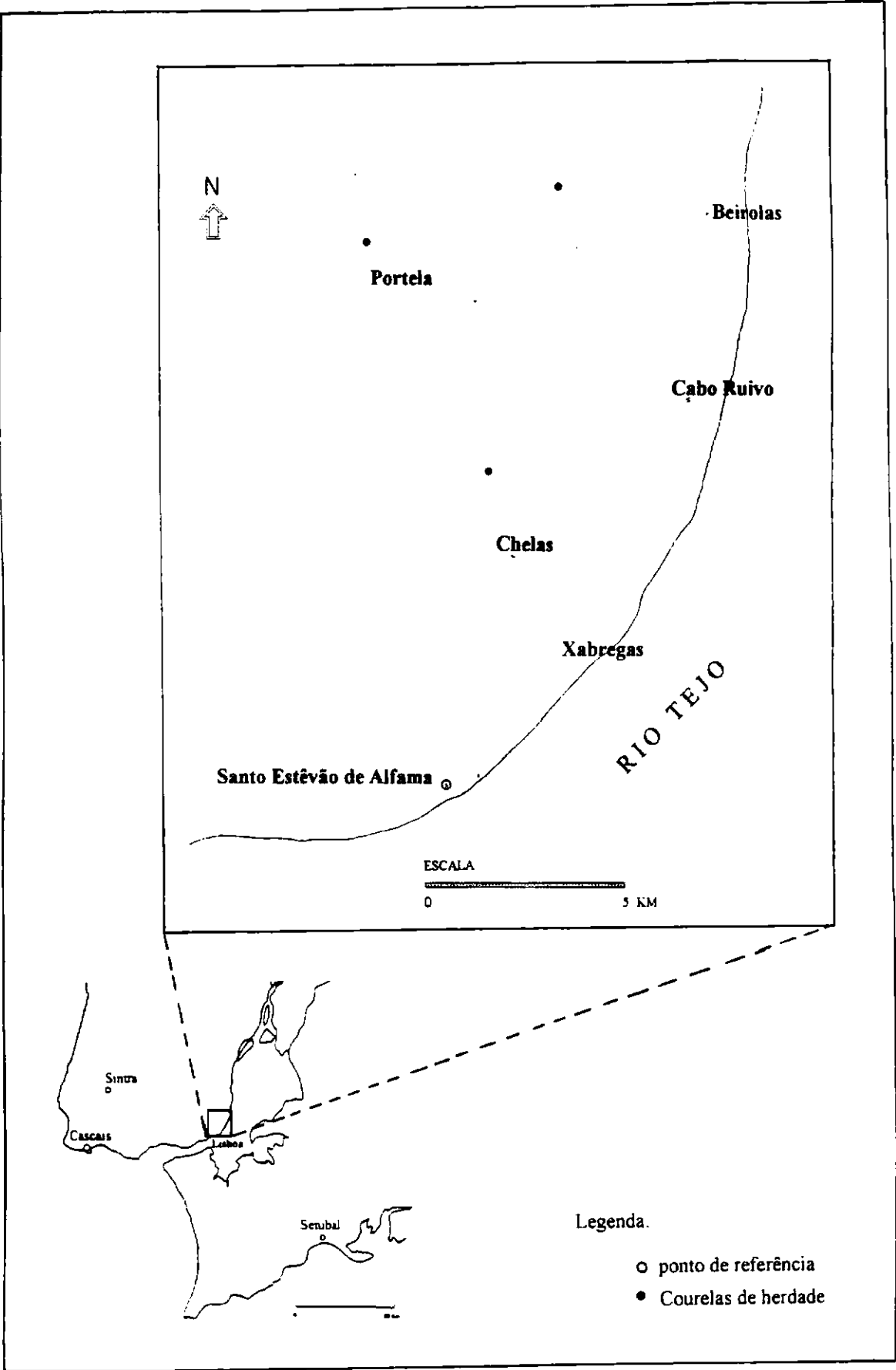
³⁶⁰ “ (...) ordeno que se cortem e derribem os olivares de muro adentro (...)”, Cf., IAN/TT, *Livro I da Estremadura*, fl. 160.

³⁶¹ Vd., mapas relativos à distribuição das courelas de herdade no aro periurbano de Lisboa.

Mapa IX – As courelas de herdade da colegiada no aro periurbano de Lisboa no final do século XIV



Mapa X – As courelas de herdade da colegiada no aro periurbano de Lisboa
em 1502



Designado genericamente como *pão*, o cereal cultivava-se estreme, em pequenas parcelas, como já vimos, mas podia também associar-se a outras culturas, imiscuindo-se em vinhas e olivais. A mudez das fontes não nos permite avaliar a extensão e a importância que a presença dos cereais adquiria nesses cultivos³⁶². Contudo, não é de excluir que apesar de os documentos o não referirem³⁶³, os cereais pudessem coexistir em parcelas em que a vinha e olival eram consideradas as culturas principais. A pertinência desta interrogação coloca-se sobretudo em torno da enorme expansão do olival nas terras da colegiada, que poderá ter sido acompanhada do avanço da cultura cerealífera. Tanto mais que estas culturas se associavam frequentemente, sobretudo no centro e sul do país, como forma de compensar o geralmente baixo rendimento da terra, como ainda para a actualidade, notou Orlando Ribeiro³⁶⁴.

De qualquer forma, os cereais não parecem de facto ter constituído uma clara opção produtiva da Colegiada, surgindo sempre em segundo plano em relação à vinha e ao olival, que ao longo do período cronológico analisado, foram os cultivos predominantes.

Entre a complexidade causal que justifica esta tomada de decisão, a que não serão estranhas as próprias características do instituto em estudo, ganha especial relevo a localização da propriedade rústica de Santo Estêvão no espaço periurbano de Lisboa. De facto, como se tem vindo a constatar, a

³⁶² O facto da quase totalidade do imobiliário rústico pagar foros em moeda torna acrescidas as dificuldades.

³⁶³ Como se sabe, muitas vezes, a documentação medieval não individualizava o cultivo do pão, não porque estivesse ausente, mas antes, conforme notou Maria Helena da Cruz Coelho, pelo facto da sua presença ser tão comum que se considerava dispensável fazer-lhe referência (cf. *O Baixo Mondego*, p. 131).

³⁶⁴ Orlando Ribeiro, *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico, Esboço de Relações Geográficas*, 5ª ed., Lisboa, 1987, p. 65.

maior ou menor distância das propriedades rústicas e /ou as suas condições de acessibilidade em relação ao centro consumidor, poderão não ser indiferentes para o aproveitamento que se fez do solo.

Tal como tantas outras cidades medievais, também a ocupação do espaço em torno de Lisboa revelava alguma regularidade. Como demonstraram Maria José Lagos Trindade e Jorge Gaspar³⁶⁵, a partir da aplicação do modelo de Von Thunen, a distribuição de culturas agrícolas em redor desta cidade levou em linha de conta critérios proximidade/acessibilidade. Assim, os cultivos mimosos, mais frágeis e rendíveis, aproximavam-se da cidade, enquanto os cereais, mais resistentes e menos valiosos, se implantavam em zonas mais periféricas³⁶⁶.

As conclusões de Maria José Lagos Trindade e Jorge Gaspar, para a Lisboa do século XIII, mantêm-se válidas para compreendermos as opções produtivas da Colegiada de Santo Estêvão. De facto, a propriedade rústica desta instituição implantava-se, na sua quase totalidade, no anel periurbano

³⁶⁵ Maria José Lagos Trindade e Jorge Gaspar, "A Utilização agrária do solo em torno de Lisboa na Idade Média", *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 89-94.

³⁶⁶ Algo de semelhante ocorria em muitos outros núcleos urbanos, tanto em Portugal como na restante Europa.

Para Portugal veja-se: Gerard Pradalie, "Occupation du sol autour de Coimbre au XIIe siècle", *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 84-87; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras*, p. 190 e seguintes; Amélia Aguiar Andrade, *Ponte de Lima*, pp. 82-83; Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval*, p. 89; Manuela Santos Silva, "A assistência social na Idade Média", pp. 214-218; Maria Manuela Tavares dos Santos Silva e Manuel Silvio Alves Conde, "Recursos Económicos de algumas Instituições de Assistência de Santarém", *Horizontes do Portugal Medieval*, p. 236; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das Albergarias de Évora*, pp. 61-62; Idem, "A paisagem agrária e a organização social do espaço no Alentejo medieval (séculos XII a XV)", *Economia e Sociologia*, XLV-XLVI, Évora, 1988, pp. 34-35; Manuel Silvio Alves Conde, *Tomar Medieval*, p. 144; Herminia Vasconcelos Vilar, *Abrantes Medieval*, pp. 39-42; Saúl António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória*, pp. 208-210; Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, *Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval*, p. 62.

de Lisboa, num espaço intermédio, isto é, não tão próximo da cidade, para comportar as culturas hortícolas, nem suficientemente afastado, para justificar uma larga opção pelo cereal, que significativamente se manteve, quase em exclusivo, ao longo dos séculos XIV e XV, em parcelas localizadas fora do termo de Lisboa.

CAPÍTULO 4

A GESTÃO DOS RECURSOS

O património que em traços gerais caracterizámos, foi, ao longo dos séculos XIV e XV, gerido em conjunto pelo prior e raçoeiros. À semelhança do que se verificava em diversas outras colegiadas³⁶⁷, os bens de Santo Estêvão organizavam-se também num único núcleo administrativo, nenhum documento indiciando a existência de mesas distintas para o prior e para os cónegos³⁶⁸.

Embora os membros da igreja fossem os responsáveis pela gestão corrente das questões patrimoniais, o seu grau de autonomia não era, neste aspecto, total. A testemunhá-lo está o facto dos diversos actos relativos à propriedade, contratos, escambos, avenças e outros estabelecidos com terceiros, carecerem, “para que valiosos fossem”, como é referido nos documentos³⁶⁹, do consentimento do bispo (a partir do final do século XIV do arcebispo) de Lisboa, que, enquanto padroeiro, tutelava também os aspectos relativos ao património.

Mesmo se em alguns casos a ratificação desses actos se fazia a

³⁶⁷ Na colegiada de São Martinho de Sintra, por exemplo, cf. Maria Inez Gonçalves Marques, *A Colegiada de S. Martinho de Sintra*, p. 65 ; ou nas colegiadas de Torres Vedras, cf. Ana Maria S. A Rodrigues, “As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV”, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, pp. 236-237.

Já em outras, como, por exemplo, na Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, se verificava a divisão dos bens em duas mesas, prioral e do cabido, cf. Maria de Fátima Botão, *Poder e Influência de uma Igreja Medieval*, p. 61.

³⁶⁸ Em todos os actos relativos à propriedade se verifica a presença do prior (ou de um seu procurador), bem como dos raçoeiros.

³⁶⁹ A título de exemplo, cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 2, fl. 18v e 19; maço 4, n.º 67 e 80; maço 5, n.º 81 e 84; maço 6, n.º 109.

*posteriori*³⁷⁰, limitando-se as autoridades eclesiásticas a confirmar as tomadas de decisão dos clérigos da igreja, o padroeiro parece ter acompanhado (minimamente) as práticas gestionárias da colegiada. Práticas que se revelam, de um modo geral, idênticas às de outras instituições da época, mas, ainda assim, com especificidades, que convém realçar.

4.1. Exploração indirecta

Num período em que se assistia, um pouco por toda a parte, ao declínio gradual e irreversível da exploração levada a cabo pelos próprios senhores³⁷¹, também a propriedade da colegiada de Santo Estêvão foi explorada de forma indirecta, através de contratos enfiteúticos³⁷². Por eles,

³⁷⁰ *Ibidem*, maço 5, n.º 89.

³⁷¹ Veja-se, Marc Bloch, *Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française*, 3ª ed., Paris, 1988, pp. 135-137; Roger Grand e Robert Delatouche, *L'agriculture au Moyen Age de la Fin de l'Empire Romain au XVI.e siècle*, vol. III de *L'agriculture à travers les Ages*, dir. Émile Savoy, Paris, 1950, pp. 93-100; Guy Fourquin, "Au seuil du XIV^e siècle", *Histoire de la France Rurale*, dir. Georges Duby, e Armand Wallon, vol. I, *La Formation de Campagnes Françaises des origines au XIV^e siècle*, dir. George Duby, Paris 1975, pp. 577-583; Georges Duby, *A economia rural e a vida no campo no Ocidente Medieval*, vol. II, Lisboa, 1988, pp. 193-204; José Angel Garcia de Cortázar, *La sociedad rural en la Espana medieval*, 1990, pp. 207-208.

Para Portugal, veja-se, Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, vol. I, p. 282; Idem, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, 1988, pp. 127-128; Iria Gonçalves, *O Património*, pp. 134-136; Rui Cunha Martins, *Património, Parentesco e Poder*, Lisboa, 1992, pp. 164-165; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, "A formação e exploração do domínio da colegiada de São Pedro de Torres Vedras (fim do século XIII – fim do século XV)", *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste*, pp. 113-114; Idem, *Torres Vedras*, pp. 400-401 e 417; Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas*, p. 76 e 86.

³⁷² Acerca do instituto jurídico da enfiteuse, veja-se, a título de exemplo, *Ordenações*

se cedia o domínio útil dos imóveis a locatários, que os usufruíam pagando em troca um determinado foro.

Este regime, mostrando-se mais adequado a uma época caracterizada pela rápida dissolução das relações de dependência e pela animação da economia monetária, moldava-se também ao perfil de uma instituição que, não tendo vida em comum, não necessitava de prover ao abastecimento de géneros para o sustento dos seus membros. Para instituições, como as colegiadas, viradas para o exterior, absorventes nas suas múltiplas funções quotidianas e cujos membros não raras vezes se ocupavam em muitas outras actividades, administrativas, de estudo ou de carácter pessoal, a cedência a outrem dos bens, permitia-lhes libertarem-se da pesada tarefa que a gestão directa acarretava. Estes factores contribuíram, certamente, para que Santo Estêvão, como a generalidade das colegiadas, tivesse optado, de uma forma quase exclusiva³⁷³, nos séculos

Afonsinas, Livro IV, títulos, LXXVI e LXXVII, Lisboa, 2. ed., 1999, pp. 258-265; Paulo Mêrea, “Temas histórico-jurídicos (a propósito de alguns livros recentes) - I - Emprazamento e aforamento”, sep. do *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, XIX, 1943, pp. 141-179; Mário Júlio Brito de Almeida Costa, *Origem da enfiteuse no direito português*, Coimbra, 1957; Idem, “Enfiteuse”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, pp. 379-382; Idem, “Os contratos agrários e a vida económica em Portugal na Idade Média”, sep. de *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada*, vol. IV, Guimarães, 1982; Torquato de Sousa Soares, “Aforamentos”, *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I, pp. 51-52; Armando de Castro, “Renda”, *ibidem*, vol. V, pp. 282-285; A. H. de Oliveira Marques, “Foro”, *ibidem*, vol. III, pp. 58-59; Ruy de Abreu Torres, “Arrendamento”, *ibidem*, vol. I, pp. 206-207.

³⁷³ Ao contrário dos mosteiros, por exemplo, que apesar dos avanços da exploração indirecta, mantiveram até ao século XV, na sua órbita de gestão, alguns bens, as colegiadas até agora estudadas em Portugal têm revelado que a exploração por via dos contratos era praticamente exclusiva nestas instituições, pelo menos a partir do século XIV. Tal verificava-se nas Colegiadas de Torres Vedras, (cf., Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, “A formação e exploração do domínio da Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras (fim do século XIII, fim do século XV)”, *Espaços, Gentes e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, pp. 113-114); na Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, (cf., Maria de Fátima Botão, *Poder e Influência de uma igreja medieval*, pp. 64-65); na Colegiada de S. Martinho de Sintra, (cf., Maria Inez

XIV e XV, pela exploração indirecta da propriedade, que apresentava, de resto, inúmeras vantagens para senhores e foreiros.

Para o senhor, o sistema de contratos permitia, não apenas o recebimento das rendas, mas também, sem necessidade de investimento directo da sua parte, a conservação dos imóveis³⁷⁴, ou até mesmo a sua valorização, estabelecendo-se, nestes casos, um conjunto de cláusulas que obrigavam o locatário a realizar determinadas benfeitorias, como já tivemos oportunidade de constatar³⁷⁵.

Para o foreiro, o usufruto do imóvel durante um longo período de tempo ou até perpetuamente e a possibilidade de o poder transmitir aos seus sucessores, constituíam inegáveis vantagens. Era-lhe ainda concedida a faculdade de vender, dentro de certas condições³⁷⁶, o domínio útil do bem que trazia aforado ou emprazado, libertando-se do compromisso, sem deixar de se fazer compensar pelos investimentos realizados. A colegiada podia também aproveitar esse momento para realizar um novo

Gonçalves Marques, *A colegiada de S. Martinho de Sintra*, pp. 65-66). O mesmo se passava na Igreja de Santiago e de S. Pedro de Évora, cuja documentação recolhemos, no âmbito de um outro trabalho.

³⁷⁴ Ao foreiro cabia, naturalmente, o grosso dos deveres, não apenas pagar o foro nas datas e condições definidas pelo senhor, mas também zelar pela integridade e conservação do bem recebido, obrigando-se a mantê-lo uno e sempre “bem adubado, melhorado e não pejorado”, como abundantemente é referido nos documentos, cf., por exemplo, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 2, fl. 5, doc. 7.

³⁷⁵ Em alguns casos, a instituição ofereceu como contrapartida, o adiamento do pagamento do foro por um ou mais anos. Cf. Os exemplos referidos no ponto 3.2.3.

³⁷⁶ Ao foreiro era permitido alienar o domínio útil do imóvel, desde que o comprador não fosse de categoria social superior, sendo sempre necessário informar e obter o consentimento da colegiada, que tinha aliás direito de preferência na transacção. Assim se procurava evitar que os bens passassem para as mãos de privilegiados, facto que poderia fazer perigar a posse do domínio eminente, bem como precaver-se das práticas de sub-emprazamento, lesivas para os interesses da instituição, e que esta não deixou, em diversas ocasiões, de denunciar. Cf., a título de exemplo, IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 9, n.º 175 e maço 12, n.º 225.

emprazamento em condições mais favoráveis, recebendo ainda uma percentagem do montante da transacção, o laudémio, que no século XV correspondia normalmente à “quarentena”³⁷⁷.

Face ao exposto, não é pois de admirar que fosse nos contratos, enquanto forma de rentabilizar, conservar e valorizar os imóveis, que se tivesse centrado a gestão patrimonial da instituição, nos finais da Idade Média.

Mas as vantagens que este regime de exploração oferecia, podiam ser deitadas a perder se a igreja não procedesse a um controle eficaz da situação dos bens. Este aspecto é relevante se tivermos em conta o número de imóveis da instituição e o facto de estes passarem, por via do disposto nos contratos, dos foreiros para os seus descendentes ou outras pessoas por si nomeadas. Aspectos que dificultariam o acompanhar da evolução contratual do conjunto de bens.

No sentido de facilitar essa tarefa, se devem entender algumas medidas levadas a cabo pela colegiada, nomeadamente no que se refere à inventariação e organização dos documentos relativos à propriedade, cujo estrago ou extravio se procurou salvaguardar. No início do século XV, por exemplo, elaborou-se um livro com cópias/resumo de contratos de emprazamentos, escambos, doações e diversos acordos, organizados

³⁷⁷ Como exemplo, *ibidem*, Caderno 2, fls. 15, 15v, 18v e 19, docs. 22 e 24; Maço 2, n.º 39; maço 4, n.º 64.

Laudémio de *metade* surge num único documento de 1499, *ibidem*, maço 4, n.º 61. Sobre o laudémio, veja-se, Henrique da Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, 2.ª ed., tomo VII, p. 145 e tomo VIII, pp. 109-132; Paulo Mêrea, “Temas histórico-jurídicos” p. 232; Mário Júlio Brito de Almeida Costa, *Origem da enfiteuse no direito português*, p. 106 e 159; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, vol. I, pp. 304-307; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras*, pp. 427-428; Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas*, p. 88; Maria Inez Gonçalves Marques, *A Colegiada de S. Martinho de Sintra*, p. 82.

cronologicamente³⁷⁸. Significativo é ainda o facto de nesse registo se ter dado indicação dos bens que não tinham “instrumentos” escritos, por os mesmos se terem extraviado ou porque se tratava de contratos feitos verbalmente. Destes, não possuímos, obviamente, qualquer eco, não sendo, contudo, improvável que se continuassem a verificar, porventura nas cedências de curta duração, como era o caso dos arrendamentos. De qualquer modo, o zelo colocado na elaboração do referido livro é bem elucidativo da importância que a colegiada atribuía aos documentos escritos, enquanto forma de legitimação da propriedade.

A organização de tombos de bens³⁷⁹ e de cadernos destinados à recolha das rendas³⁸⁰, que foram actualizados, com anotações à margem ou em sobrelinhas, à medida que a situação do imóvel ia sendo alterada, são outros aspectos reveladores dos cuidados postos na gestão patrimonial.

4. 2. O predomínio dos contratos em três vidas

Um dos aspectos que ressalta da análise dos contratos que chegaram até nós, concretamente 168, todos dos séculos XIV e XV, é o facto de na sua esmagadora maioria serem prazos em vidas, tendo-se apenas detectado,

³⁷⁸ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7.

³⁷⁹ *Ibidem*, Caderno 4, “Liuro das propredades de sancto Esteuam e tonbo de suas eranças o qual foy fecto aos xiiij dias do mes de março do nacimiento de nnosso Senhor Jehus Cristo de myll e b^c e dous anos eu Joham Diaz beneficiado em a dicta egreja este liuro escrepuy”.

³⁸⁰ *Ibidem*, Caderno 6.

para além deles, dois aforamentos perpétuos de bens rústicos, localizados em Setúbal³⁸¹.

Embora a distribuição cronológica da documentação que chegou até nós não permita identificar o tipo de contratos realizados em épocas mais recuadas, estamos em crer que, desde cedo a opção da colegiada foi para a cedência dos imóveis em vidas.

Esta opção, que estava de acordo com as disposições do Direito Canónico, que impedia a alienação perpétua do património eclesiástico³⁸², liga-se também, naturalmente, às características e à inserção espacial do propriedade da igreja. De facto, numa cidade como Lisboa, a apetência pela posse de imóveis, sobretudo se bem localizados como os de Santo Estêvão, não tornava necessário o recurso aos contratos perpétuos. Os prazos em vidas eram, nesse contexto, mais vantajosos, permitindo ao senhorio não apenas controlar a situação dos bens a cada novo emprazamento, mas sobretudo actualizar o foro ou estabelecer cláusulas contratuais mais favoráveis. A localização da propriedade rústica, no aro periurbano de uma cidade de forte dinamismo económico e demográfico, permitiu à colegiada optar também, porventura com precocidade relativamente a outras instituições, pelos emprazamento em vidas, para este tipo de bens.

Assim, ao longo dos séculos XIV e XV, quase todo o património,

³⁸¹ *Ibidem*, maço 16, n.º 318 e Caderno 7, fl. 4v.

³⁸² O facto do domínio útil do bem aforado passar com carácter de perpetuidade para o foreiro, podia ser considerado alienação. Veja-se, Henrique da Gama Barros, *Historia da administração Publica*, tomo VII, pp. 88-90 e tomo VIII, p. 168; Iria Gonçalves, *O Património*, p. 189.

Embora a legislação contida no Direito canónico permitisse apenas os aforamentos perpétuos em caso de terras incultas, este tipo de contratos verificava-se em diversas instituições para outros bens. Veja-se, por exemplo, o caso do património do Mosteiro das Donas de Santos, no termo de Torres Vedras, em que os aforamentos correspondiam a 72% do total de contratos rústicos. Cf., Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, “O Património das Donas de Santos”, *Espaços, Gentes e Sociedade no Oeste*, p. 189.

fosse urbano ou rústico, se encontrava cedido a foreiros por uma, duas ou três vidas. Contudo, a importância de cada um destes tipos de emprazamentos foi bem diversa.

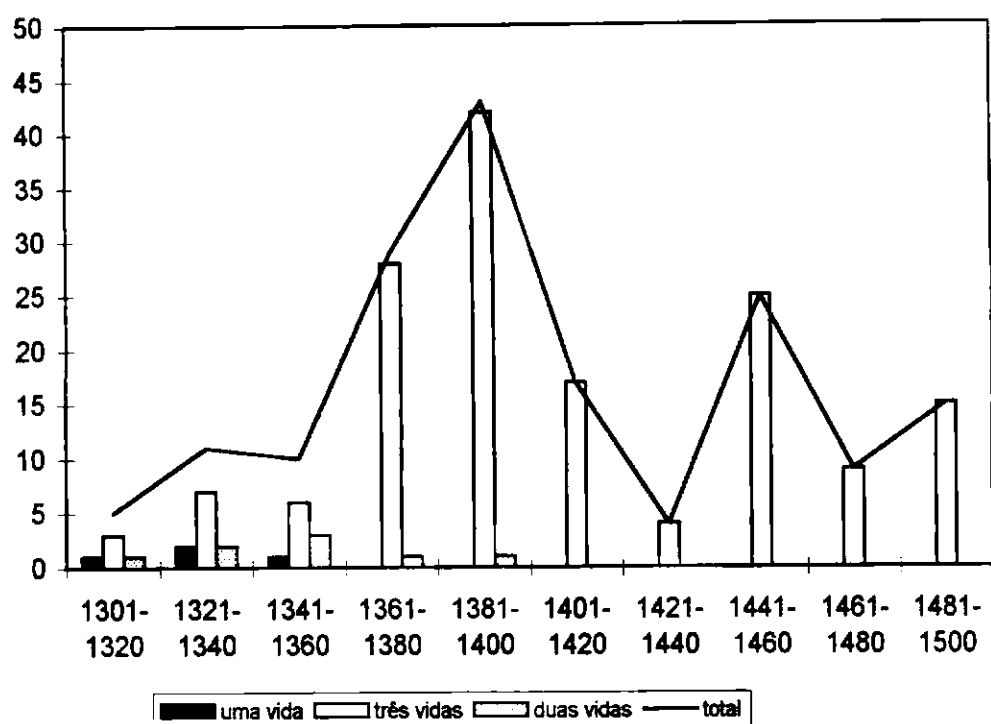
Enquanto os de três vidas apresentam números esmagadores, correspondendo a 91,7 % do total de contratos efectuados, os de uma e duas vidas, tiveram expressões numéricas bem inferiores, 2,4 e 4,7% respectivamente, não se notando diferenças significativas quanto à sua incidência entre bens urbanos e rústicos.

Duração dos contratos

duração dos contratos	bens urbanos		bens rústicos		total	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
perpétuos	0	0	2	3,33	2	1,2
uma vida	2	1,8	2	3,33	4	2,4
duas vidas	6	5,6	2	3,33	8	4,7
três vidas	100	92,6	54	90	154	91,7
total	108	100	60	100	168	100

Embora, ao longo dos séculos XIV e XV, os prazos em três vidas tivessem predominado em todos os momentos, nem sempre o seu peso foi tão avassalador quanto os números globais, acima referidos, podem fazer crer. De facto, na primeira metade de trezentos, os contratos de vigência mais curta, sobretudo os de duas vidas, chegaram a ter alguma importância, atingindo, nas décadas de 1341-60 o seu ponto mais alto.

Incidência cronológica dos contratos em vidas



De qualquer modo, os prazos de menor duração nunca constituíram uma opção de fundo da colegiada. Em alguns casos, a preferência por eles parece ter sido influenciada pela situação ou estado civil dos próprios foreiros. Embora aspectos de natureza económica ou outra pudessem igualmente ter justificado tal preferência – aspectos que as nossas fontes não permitem identificar com segurança³⁸³ –, não deixa de ser curioso que a maior parte dos foreiros destes prazos fossem clérigos³⁸⁴ ou homens sós³⁸⁵.

³⁸³ De notar que possuímos apenas 12 documentos relativos a prazos de uma e duas vidas, 4 para os primeiros e 8 para os segundos.

³⁸⁴ Era o caso, por exemplo, de Estêvão Martins, raçoeiro de S. Pedro de Lisboa, de Gonçalo Eanes, de Vasco Martins e Lourenço Pires, raçoeiros da colegiada, Cf, respectivamente, *ibidem*, maço 18, n.º 344; maço 4, n.º 73; maço 11, n.º 216; maço 15, n.º 291.

³⁸⁵ Por exemplo, Afonso Nicolau, almuinheiro, Vicente Domingues; João Afonso

A inexistência de descendentes, a quem deixar o imóvel, parece ter sido, nestes casos, um factor que pesou na atribuição do bem por um menor período de tempo.

Este aspecto reveste-se de extrema importância e ajuda, em grande medida, a explicar o enorme sucesso dos contratos em três pessoas, que poderiam fazer permanecer os bens no seio de uma mesma família, pelo menos por duas gerações, o casal de foreiros, primeira e segunda vidas, e um seu descendente ou outro indivíduo por si nomeado, que constituía a terceira pessoa. Nos casos, menos frequentes, em que o casal de foreiros contava apenas um vida, essa permanência atingia as três gerações³⁸⁶.

O longo período de posse dos imóveis com relativa liberdade, constituía, certamente, para os locatários, um enorme incentivo para a realização de beneficiações nos mesmos, ainda mais quando se sabia que os seus sucessores poderiam vir a usufruir dos investimentos realizados. Neste ponto radicava o interesse da colegiada por estes emprazamentos, justificando-se assim a sua preferência.

De facto, os prazos em uma ou duas vidas ou os arrendamentos – de que não temos vestígios documentais – se permitiam, em virtude do menor período de vigência do contrato, uma mais frequente actualização dos foros, poderiam não ser tão eficazes na preservação e valorização dos imóveis. Aspecto que constituía, para o senhorio, uma das grandes vantagens dos contratos enfitêuticos.

As razões apontadas justificam o abandono dos prazos de menor duração em favor dos de três vidas, cuja predominância vinha a desenhar-

Loureto e Afonso Brás, *ibidem*, maço 16, n.º 320; maço 19, n.º 373; maço 4, n.º 69; maço 19, n.º 377.

³⁸⁶ Nestes casos, o último membro do casal a falecer nomeava a segunda pessoa e esta a terceira, atingindo-se assim as três gerações.

se desde o início do século XIV, mas que se tornaram exclusivos a partir dos finais dessa centúria.

As conturbações que se viveram nos finais de trezentos parecem, pois, ter feito acelerar a opção da colegiada por estes prazos. Com efeito, num momento de quebra demográfica acentuada e porventura de menor procura de imóveis, justificava-se a realização destes contratos, mais longos, e, por isso, de maior interesse para os foreiros³⁸⁷. Ainda mais, quando era necessário incrementar a recuperação de bens afectados pela crise.

Desde as últimas décadas do século XIV e até ao final do período em estudo, foi por estes emprazamentos, que apresentavam vantagens face aos contratos perpétuos e aos de menor duração e se mostravam ajustados à estrutura do agregado familiar da Baixa Idade Média, assente no núcleo conjugal³⁸⁸, que a colegiada proveu a exploração da sua propriedade.

Embora os emprazamentos em três vidas tivessem triunfado um pouco por toda a parte³⁸⁹, a sua exclusividade em Santo Estêvão, aplicando-

³⁸⁷ De notar que nem mesmo neste período a colegiada se viu obrigada a recorrer aos aforamentos perpétuos e hereditários, reabilitados em muitos outros locais e instituições para prover à ocupação e recuperação de imóveis afectados pela conjuntura depressiva. Mais uma vez, a apetência que a propriedade da igreja parece ter suscitado, mesmo numa época de forte quebra demográfica e de diminuição da procura de imóveis, não justificou a realização destes contratos, mais incentivadores para os foreiros, mas menos vantajosos para o senhorio. Em Coimbra, por exemplo, verificou-se, nos anos de 1360-69, um aumento significativo do número de aforamentos; o mesmo se verifica no termo de Torres Vedras, a partir de 1388 e até 1400, ou no Mosteiro de Chelas, em Lisboa, na década de cinquenta do século XV. Cf., respectivamente, Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, vol. I, p. 298; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras*, pp. 422-424, Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas*, p. 91.

³⁸⁸ Cf., João José Alves Dias, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, pp. 41-70.

³⁸⁹ Em Portugal, com algumas excepções, como Évora, por exemplo, este tipo de prazos, sobretudo a partir da segunda metade do século XIV, passou a ser dominante um pouco por toda a parte. Veja-se, Maria José Pimenta Ferro, "Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres de Lisboa: os hospitais de Dona Maria de Aboim e do

se a bens urbanos e rústicos de igual modo, durante mais de cem anos, não deixa de ser um traço característico da política gestonária desta igreja, marcada pela progressiva uniformização e estabilidade das práticas contratuais.

A opção por contratos em três vidas, note-se, foi consentânea com uma política de valorização da propriedade seguida pela colegiada, nos finais da Idade Média. Essa foi a forma encontrada para fazer face às exigências da dinâmica urbana, que aconselhava a realização de beneficiações nos imóveis. No caso dos bens urbanos, por exemplo, o alteamento dos edificios, e no dos rústicos, a replantação ou conversão de culturas, como vimos.

É ainda este aspecto que parece explicar o crescimento do número de actos que estendiam a posse dos bens, numa mesma família, de duas para três gerações, que se verificou na segunda metade do século XV.

Conde D. Pedro”, *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica Durante a Idade Média*, Actas das I Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, vol. I, Lisboa, 1973, p. 395; Iria Gonçalves, “ Aspectos económico sociais de Lisboa no século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, p. 44; Idem, *O Património*, pp. 194-195; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, vol. I, p. 297 (a partir de 1370); Luís Carlos Amaral, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*, Lisboa, 1994, p. 113; Manuela Santos Silva, “ A assistência social na Idade Média. Estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém”, sep. *Estudos Medievais*, Porto, 1987, pp. 209 e 219; Maria Manuela Santos Silva e Manuel Silvio Alves Conde, “ Recursos económicos de alguns estabelecimentos de assistência de Santarém nos finais da Idade Média ”, *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, p. 240; Manuel Silvio Alves Conde, “ Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medievo. A gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV”, *ibidem*, p. 369; Saúl António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, 1990, p. 219; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedra*, p. 429-431; Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas*, p. 91; Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval*, p. 79; Mário Viana, *Os vinhedos medievais de Santarém*, p. 62; Maria Inez Gonçalves Marques, *A Colegiada de São Martinho de Sintra*, p. 73; Joel Silva Ferreira Mata, “A Comunidade feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos na Idade Média”, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à faculdade de Letras do Porto, 1991, p. 178.

Significativamente, esta tendência, para um alargamento da duração dos contratos, deu-se num período que correspondeu, como veremos nos pontos seguintes, a uma ofensiva da colegiada na defesa e valorização do seu património.

4.3. O incumprimento das cláusulas contratuais / fim antecipado dos contratos

O papel da colegiada, enquanto senhorio, não terminava, obviamente, na realização do contrato e na entrega dos imóveis aos foreiros. Depois da cedência dos bens, e durante todo o período em se encontrassem emprazados, havia que estar atento ao cumprimento das cláusulas contratuais. Para além de receber as rendas, a colegiada devia ainda certificar-se se o locatário zelava pelo bom estado de conservação do imóvel ou, no caso do contrato o estipular, verificar da realização de determinadas benfeitorias.

É que, como alguns documentos testemunham, nem sempre os locatários podiam ou queriam cumprir as disposições contratuais. Veja-se, por exemplo, o caso de Estêvão Martins, que durante quatro anos não pagou o foro de uma vinha³⁹⁰, ou o do escudeiro Fernando Sodré que, alegando dificuldades económicas, pelo facto do rei D. Duarte lhe ter tomado todos os bens, devia à igreja setenta e cinco libras e três pares de galinhas, correspondentes a três anos de pensão de uma vinha em Espinhaço de Cão³⁹¹. Também as irmãs Catarina e Leonor Gonçalves incorreram em falta ao não cumprirem uma das cláusulas do contrato,

³⁹⁰ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 16, n.º 320.

³⁹¹ *Ibidem*, maço 2, n.º 36.

assinado pelos seus pais em 1370, que obrigava a realizar obras de beneficiação em dois pardieiros, que aliás venderam sem consentimento da igreja³⁹².

Apesar do incumprimento das cláusulas poder conduzir à quebra do contrato, conforme estabelecia o quadro legal relativo à enfiteuse definido nas *Ordenações Afonsinas*³⁹³, esta solução nem sempre foi utilizada. De facto, a atitude da colegiada para com os foreiros faltosos pautou-se por alguma flexibilidade, preferindo-se, em diversos casos, o acordo à ruptura compulsiva do contrato. Flexibilidade que passou, por exemplo, pelo faseamento da liquidação do valor das rendas em atraso³⁹⁴ e pela dilatação dos prazos da sua solvência³⁹⁵, concedendo-se, assim, aos foreiros, uma nova oportunidade. O acordo pareceu também preferível em alguns casos de venda indevida de imóveis. Verificou-se, por exemplo, com as já referidas irmãs, Catarina e Leonor Gonçalves, a quem foi perdoado o facto de terem vendido dois pardieiros, com a condição de deixarem à instituição, quando morressem, as casas em que moravam³⁹⁶. Desta forma se assegurou a entrada, ainda que a médio ou longo prazo, de um imóvel, porventura de valor semelhante aquele que se tinha perdido, evitando-se ao mesmo tempo os sempre onerosos e desgastantes pleitos judiciais. De notar que as “composições e transacções amigáveis”, como são referidos nos documentos, foram sempre estabelecidas em tribunal eclesiástico,

³⁹² *Ibidem*, maço 5, n.º 87.

³⁹³ Segundo as *Ordenações*, o bem locado tornava ao proprietário quando o foreiro não pagasse a renda, quando o danificasse ou não o reparasse. Veja-se *Ordenações Afonsinas*, Livro IV, título LXXIII, pp. 261-262.

³⁹⁴ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 7, n.º 140.

³⁹⁵ *Ibidem*, maço 10, n.º 200.

³⁹⁶ *Ibidem*, maço 5, n.º 87.

comprometendo-se o foreiro, sob pena de excomunhão, a cumprir o acordo estabelecido, facto que constituía para a colegiada uma garantia acrescida de que os seus interesses não eram lesados.

Em casos extremos, depois de esgotadas outras soluções, a colegiada avançou com processos judiciais que culminaram com a punição do foreiro e o fim do contrato³⁹⁷. O caso mais paradigmático é talvez o de Inês Gonçalves (mais uma vez uma mulher só, a demonstrar a fragilidade económica da condição feminina, sobretudo de mulheres solteiras e viúvas), que foi forçada, em tribunal eclesiástico e sob pena de excomunhão, a deixar uma casa, por não a ter “corrigido e adubado” convenientemente. Note-se que tal só se verificou depois de a ré não ter dado cumprimento a uma sentença anterior, que a obrigava, até ao dia de S.

³⁹⁷ O seguinte quadro sistematiza as diversas rescisões de contratos, compulsivas e de comum acordo, evidenciando a sua incidência cronológica.

ano	foreiros	bem	tipo de rescisão	fonte
1320	Estêvão Martins	vinha com olival e árvores	compulsiva	IAN-TT, CSEAL, maço 16, n.º 320
1365	Pedro Afonso de Belas	vinha com oliveiras	compulsiva	<i>Ibidem</i> , maço 12, n.º 236
1368	Afonso Eanes e Maria Domingues	três courelas de vinha	encampação	<i>Ibidem</i> , maço 11, n.º 214
1380	Vasco Rodrigues, que foi tabelião	uma casa	compulsiva	<i>Ibidem</i> , maço 10, n.º 183
1389	Alvaro Martins Baixo	uma vinha	encampação	<i>Ibidem</i> , maço 14, n.º 267
1399	João Martins, pregoeiro	um campo com oliveiras	encampação	<i>Ibidem</i> , maço 12, n.º 225
1406	Inês Gonçalves	uma casa	compulsiva	<i>Ibidem</i> , maço 17, n.º 325
1407	João Domingues Amarga-lhe Água e Margarida Eanes	duas vinhas	encampação	<i>Ibidem</i> , maço 9, n.º 174
1432	Clara Afonso, viúva de Gonçalo Vasques, cirurgião	casas	encampação	<i>Ibidem</i> , maço 19, n.º 381
1451	Clara Garcia, viúva de Lourenço Fernandes.	uma vinha	encampação	<i>Ibidem</i> , Caderno 2, fls. 2 v e 3.

João Baptista do ano de 1406, a “adubar” o imóvel³⁹⁸. Também Estêvão Martins foi obrigado a “abrir mão” de uma vinha, de que não pagou o foro durante vários anos e cuja exploração abandonou, deixando degradar o imóvel, facto a que foi dado o devido relevo enquanto motivo para a rescisão do contrato. O abandono de uma casa levou também a igreja a accionar processo judicial contra Vasco Rodrigues, que não compareceu na audiência. Julgado à revelia, perdeu o imóvel que trazia emprazado, tendo-lhe ainda sido tomados outros bens, no valor das rendas em atraso.

Mas o fim antecipado dos contratos não foi sempre compulsivo³⁹⁹. Em outros casos foram os próprios foreiros que, mostrando-se incapazes de cumprir as obrigações, encamparam por sua livre iniciativa os bens, libertando-se assim dos compromissos assumidos. Foi o que sucedeu com Leonor Martins, mulher velha e “tolheita”, sem meios para pagar o foro de uma casa que trazia da igreja. A velhice e a inexistência de descendentes que dessem continuidade ao trabalho levou também João Domingues, Amarga-lhe Água, porteiro do Concelho, e sua mulher, Margarida Eanes, a encampar uma vinha em Repeles. As dificuldades económicas, nos casos de Clara Afonso e Clara Garcia, associadas à viuvez, surgem também a justificar a quebra voluntária de diversos contratos e consequente entrega dos bens à instituição.

Embora o pequeno número de documentos relativos a rescisões (que tem sobretudo valor de amostragem), não permita definir claramente tendências, não deixa de ser curioso que a maior parte desses actos, quer voluntários quer compulsivos, digam respeito a imóveis rústicos periurbanos, nomeadamente vinhas e olival. Precisamente os que pelos

³⁹⁸ *Ibidem*, maço 17, n.º 325.

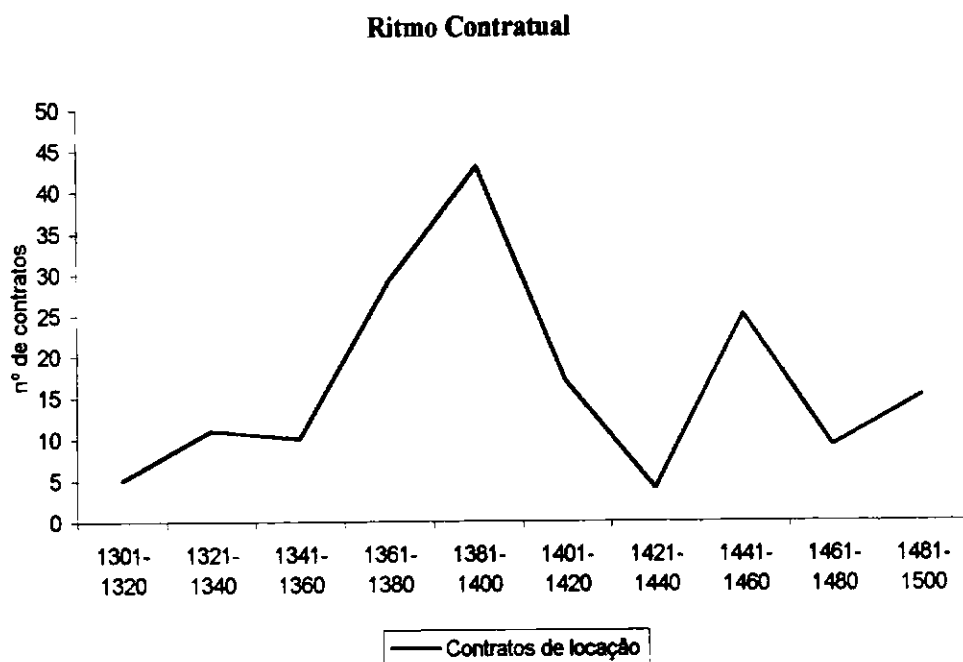
³⁹⁹ Vd., quadro relativo às rescisões dos contratos apresentado na nota 397.

aturados e constantes trabalhos eram mais exigentes em mão de obra e em determinados investimentos correntes. O destino comercial das suas produções (ou de parte delas) tornava-os ainda extraordinariamente sensíveis às conjunturas económicas, aumentando a precaridade financeira dos foreiros nos momentos de crise.

Embora as razões apresentadas para o incumprimento dos contratos se liguem sempre a vicissitudes concretas e particulares da vida dos foreiros, a maior incidência de rescisões entre 1360-1410 não deixa de reflectir as dificuldades gerais que se viveram nesse período e que se repercutiram na gestão patrimonial da colegiada, nomeadamente no ritmo contratual, que cresceu durante aquelas décadas.

4.4. O ritmo contratual

Ao longo do período em análise, o ritmo de realização de contratos nem sempre foi igual, verificando-se, em determinados momentos, picos de maior intensidade administrativa.



Os dois últimos decénios do século XIV foram aqueles em que se detectou o maior número de contratos realizados pela colegiada, concretamente quarenta e três. Embora a distribuição cronológica dos actos de locação que chegaram até nós possa reflectir as vicissitudes de conservação das fontes, estamos em crer que esses anos foram, de facto, de grande intensidade administrativa.

Tal justifica-se por diversas razões. Não apenas porque a instituição teve que prover ao emprazamento de um conjunto significativo de novos imóveis, que recebeu dos seus fiéis precisamente nessas décadas, mas também e fundamentalmente, em consequência dos condicionalismos de uma conjuntura depressiva, que com forte intensidade atingiu Lisboa. A elevada mortalidade, que vitimou em alguns casos famílias inteiras, e a mobilidade da riqueza, com a ruína de uns e súbito enriquecimento de outros, terão contribuído, certamente, para a cessação de muitos contratos⁴⁰⁰.

⁴⁰⁰ Veja-se o que foi dito anteriormente.

A resposta da colegiada a esse momento de crise passou por um apertar da vigilância sobre a propriedade, que o aumento das rescisões compulsivas, nesse período, parece traduzir, e necessariamente por encontrar novos foreiros para os bens que iam vagando, alguns dos quais denotavam sinais evidentes de ruína, com diversas casas reduzidas a pardieiros⁴⁰¹ e várias vinhas e olivais em mortórios e mato⁴⁰².

Assim, o súbito aumento do número de actos de locação, incluindo vários relativos a imóveis em ruína, realizados nas últimas décadas do século XIV, revela bem a justeza da estratégia da colegiada, cuja opção pelos emprazamentos em três vidas parece ter sido suficiente para cativar novos locatários, promovendo-se, desta forma, a recuperação e rendibilização dos imóveis que permitiam a manutenção ou mesmo o aumento dos rendimentos patrimoniais.

Se a resposta à conjuntura externa justificou, de algum modo, o crescimento do volume de contratos realizados nos finais de trezentos, o aumento do número de actos de locação, em meados do século XV – , um outro pico contratual – radica, em grande parte, em causas intrínsecas à própria colegiada.

Com efeito, essa época parece ter correspondido a uma ofensiva de Santo Estêvão na defesa, exploração e rendibilização do seu património. Este novo fôlego sucedeu a um dos mais fracos momentos em termos de realização de contratos, os anos de 1421 a 1440, coincidentes com o final do longo priorado de Gomes Lourenço, para os quais se detectaram apenas quatro actos de locação. De notar que entre este prior e os raçoeiros se

⁴⁰¹ Cf., por exemplo, *ibidem*, Caderno 7 fls., 4, 5v, 7v.

⁴⁰² Por exemplo, cf., *ibidem*, Caderno 2 fl., 1v, maço 4, n.º 68.

abriu um conflito, relativo à repartição das rendas e dos frutos, que se arrastou durante vários anos, implicando diversas sentenças e recursos, que envolveram a arquidiocese e a cúria romana⁴⁰³. Perturbações que de alguma forma se fizeram sentir na gestão corrente, com um afrouxamento da vigilância sobre o património, que se traduziu no incumprimento, por parte de alguns foreiros, de certas cláusulas contratuais e até na apropriação indevida de diversos bens da igreja.

Daí que sensivelmente a partir da década de quarenta do século XV, período em que se deu uma reposição do normal funcionamento da vida interna da instituição, esta fosse obrigada a entrar em diversos processos e demandas para reaver os seus direitos. Em 1440, contra Gil de Ferreira, por ter “esbulhado” a igreja da posse de uma casa junto ao celeiro d’el rei⁴⁰⁴. Em 1450, contra Estêvão Eanes, por indevidamente se ter apoderado, havia nove ou dez anos, de um pardieiro da instituição, localizado na freguesia⁴⁰⁵. Em 1461, contra Fernão de Elvas, que se recusava a “abrir mão” de uma vinha, pela qual dizia ter pago “bons dinheiros”, mas cuja posse legítima não pôde comprovar⁴⁰⁶. O laxismo no controlo da situação contratual dos imóveis parece também ter facilitado a passagem de prazos entre foreiros, sem consentimento da igreja. Veja-se, por exemplo, o caso levantado pela colegiada, em 1457, contra João Afonso Quintela e a sua irmã, Isabel Afonso, por, depois da morte do seu pai, terem passado o foro de uma casa, sem disso terem dado conhecimento à igreja, a uma outra pessoa, que a

⁴⁰³ Este aspecto foi abordado no ponto 1.3. deste estudo.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, maço 3, n.º 42.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, maço 5, n.º 91. (publicado em *Monumenta Henricina*, vol. X, pp. 318-319.)

⁴⁰⁶ *Ibidem*, maço 1, n.º 20.

trazia há já diversos anos⁴⁰⁷.

O esforço da colegiada na revalorização do seu património passou também, neste período, pela recuperação dos prédios degradados⁴⁰⁸, bem como pelo incremento de um conjunto de beneficiações na propriedade rústica e urbana, que se acentuou na segunda metade do século XV. No caso da primeira, como vimos, incentivando claramente o plantio da oliveira em desfavor da vinha; no que respeita aos imóveis urbanos, promovendo o alteamento dos edifícios, a abertura de sacadas ou a construção de novos compartimentos nos quintais anexos.

De notar que esta crescente atenção para com o património se verificou num período em que a Lisboa das descobertas conheceu um crescente dinamismo demográfico, económico e urbanístico, que a colegiada, vivendo agora um período de estabilidade, quis aproveitar rendibilizando tanto quanto pode os seus imóveis.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, maço 9, n.º 175.

⁴⁰⁸ Como se pode constatar pelo quadro, os anos compreendidos entre 1441-1460 foram aqueles em que se verificou o maior número de contratos com obrigação de reparação de imóveis.

Distribuição cronológica dos contratos com obrigação de reparação de imóveis

Anos	n.º de casos
1301-1320	1
1321-1340	1
1341-1360	-
1361-1380	-
1381-1400	3
1401-1420	-
1421-1440	-
1441-1460	9
1461-1480	-
1481-1500	2

4. 5. Os foreiros

Num regime de exploração indirecta, os foreiros assumiam um papel essencial, uma vez que deles dependia a rendibilização do património. Era ainda por seu intermédio que os bens da colegiada se tornavam vectores activos da economia urbana e, em última análise, que a própria influência da igreja se enraizava no tecido social urbano.

Aspectos que justificam o estudo dos locatários, de que as fontes guardaram memória, que correspondem, obviamente, apenas a uma minoria do total de homens e mulheres que, ao longo de duzentos anos, exploraram o património da instituição.

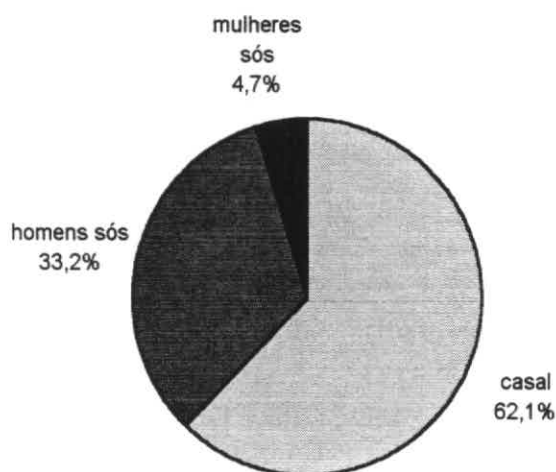
Atendendo ao tipo de contratos realizados, que valorizavam a permanência dos bens no seio de uma mesma família durante um longo período, não é estranho que os imóveis tivessem sido, na grande maioria dos casos, entregues para usufruto ou exploração a um casal. De facto, essa foi a situação que se verificou em 62,1 % dos contratos, encabeçados pelo homem, mas em que a mulher surge como segundo titular.

Em muito menor número foram os contratos realizados com indivíduos sós, apenas 37,9 %. Entre estes, conta-se uma maioria bem significativa de homens, sobretudo clérigos, sendo escasso o número de mulheres que individualmente surgem a emprazar imóveis como primeiras titulares. Apenas detectámos cinco, três foreiras de bens urbanos e duas de imóveis rústicos⁴⁰⁹. Não significa isto que as mulheres não tivessem um papel importante na rendibilização do património, até porque num sistema de contratos em vidas, sempre que sobreviviam aos maridos, acabavam por

⁴⁰⁹ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 6, n.º 103; maço 7, n.º 133.

ser elas a dar cumprimento às cláusulas contratuais. Este aspecto é bem visível nos cadernos de recolha de rendas, onde era anotado, não o nome dos primeiros titulares, mas o do indivíduo que no momento da elaboração do rol era o responsável pelo pagamento do foro. Assim, por exemplo, no Caderno n.º 6, elaborado nas primeiras décadas do século XV, 16,4% dos indivíduos identificados, eram mulheres⁴¹⁰.

Características da titularidade dos foreiros



Infelizmente o carácter lacunar das fontes não permite uma caracterização das foreiras da igreja. Quer pelo facto de, na maioria dos casos, não exercerem uma profissão, quer pela sua subalternização numa sociedade dominada pelo homem, a mudez dos documentos é, para os elementos do sexo feminino, quanto a informes de natureza sócio-económica, quase total⁴¹¹. As excepções dizem respeito a mulheres que

⁴¹⁰ *Ibidem*, Caderno n.º 6.

⁴¹¹ A mulher era, quase sempre, referenciada em função do homem, como esposa, viúva ou filha de, raramente surgindo definida na documentação medieval por distinções de carácter social ou profissional, ainda que exercesse uma actividade autónoma fora de

pelo seu poder ou riqueza assumiam maior protagonismo ou às que com elas mantinham ligações de proximidade, criação ou parentesco. Este parece ser o caso de Maria Eanes, a única foreira para quem a documentação adiantou o estatuto, nomeadamente de *criada* do Mosteiro de Chelas⁴¹² que, como mostrou Maria Filomena Andrade no seu estudo⁴¹³, manteve, nos finais do século XIV, uma intensa actividade contratual, muito provavelmente, ao serviço da priora daquela casa religiosa.

Para os homens, as fontes são mais esclarecedoras, indicando-se, frequentemente, para além do nome e patronímico do indivíduo, outros elementos identificativos, como sejam a sua profissão ou estatuto. Dados, por vezes, vagos e genéricos que, para um período de alguma fluidez social, tornam difícil ao investigador situar na escala social, alguém designado, por exemplo, apenas como escudeiro ou criado. Indicações que, quase sempre, podemos ir complementando pela conjugação de outros informes relativas ao mesmo indivíduo contidos em diferentes tipos de fonte, nos contratos avulso e nos cadernos, por exemplo.

Foi, assim, possível, para um universo de duzentos e sessenta foreiros do sexo masculino, identificar, com relativa segurança, para mais

casa. Sobre o estatuto e o papel da mulher na Idade Média, podem ver-se, Claudia Opitz. “O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)”, *História das Mulheres no Ocidente*, dir. Georges Duby e Michelle Perrot, vol. 2, *Idade Média*, dir. Christianne Klapisch-Zuber, revisão de Maria Helena da Cruz Coelho e outros, pp. 353-435; Christianne Klapisch-Zuber, “A mulher e a família”, *O Homem Medieval*, dir. Jacques Le Goff, pp. 193-208; Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, “A mulher como um bem e os bens da mulher”, sep. de *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do colóquio realizado em Coimbra, 20 a 22 Março de 1985, vol. I, Coimbra, 1986, pp. 51-90; Isaías da Rosa Pereira, “Algumas considerações sobre o papel da mulher na Idade Média”, *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio realizado em Coimbra, 20 a 22 Março de 1985, vol. II, pp. 197-202.

⁴¹² IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7, fl. 7.

⁴¹³ Cf., *O Mosteiro de Chelas*, p. 26, nota 60.

de metade, concretamente cento e trinta e três (correspondente a 51,2 % do total) a sua situação sócio-económica. A esta informação podemos juntar o local de residência, que as fontes referem em 30% dos casos. Elementos que, com carácter de amostragem, permitem uma caracterização sumária dos locatários de bens urbano e rústicos.

4.5.1. Foreiros de bens urbanos

Os foreiros de bens urbanos, como seria de esperar, residiam quase todos nas freguesias intramuros de Lisboa, tendo-se apenas detectado um locatário morador na Azoia⁴¹⁴, no termo desta cidade, e um outro no Montijo⁴¹⁵. Embora alguns fossem oriundos das paróquias vizinhas, como S. Miguel e S. Vicente, era na própria freguesia, onde se concentrava a quase totalidade do património da instituição, que residia a grande maioria dos foreiros da igreja. Mais de 50%, daqueles para que as fontes explicitam o local de residência, viviam nesta paróquia, sendo ainda de esperar que diversos outros, moradores em distintas áreas da cidade (não todos, obviamente, uma vez que a sub-locação era prática corrente, apesar de as fontes o não referirem), tenham passado a residir nesta freguesia, a partir do momento em que aí emprazaram casas de morada.

Embora entre os foreiros se contassem clérigos e membros da nobreza, os que locaram bens urbanos encontravam-se, na grande maioria dos casos (76,4%), ligados a actividades profissionais que, num centro

⁴¹⁴ *Ibidem*, Caderno 2, fls. 13 e 13v.

⁴¹⁵ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 9;

urbano como Lisboa, eram, naturalmente, bem diversificadas, distribuindo-se pelos vários sectores de actividade.

Condição sócio-profissional de foreiros de bens urbanos

categoria	n.º	%
clérigos	15	16,9
escudeiros	2	2,3
sector primário	29	32,6
sector secundário	23	25,8
sector terciário	16	17,9
outros	4	4,5
total	89	100

O sector primário ocupava o maior número de indivíduos, concretamente 29, dos quais 26 viviam da faina piscatória. As inúmeras referências documentais a pescadores, foreiros da instituição e confrontantes dos seus imóveis⁴¹⁶, leva-nos a crer que este grupo profissional assumia um enorme peso nesta área da cidade, que se estendia ao longo da “praia”. Aqui se localizavam o Hospital dos Pescadores⁴¹⁷, diversas ermidas e outros locais de culto destes homens do mar⁴¹⁸, a testemunhar também a forte densidade piscatória da freguesia.

⁴¹⁶ A título de exemplo, *ibidem*, Caderno 2, fls. 18v e 19; Caderno 3, fl. 8v; Caderno 4, fl. 5 e 5v; Caderno 6, fls. 4 e 6v; Caderno 7, fl. 5v e 9v; maço 15, n.º 299; maço 9, n.º 168, maço 4, n.º 80. É também referido Vasco Eanes, alcaide dos pescadores, maço 11, n.º 213;

⁴¹⁷ “Acerca das Portas da Cruz”, *ibidem*, Caderno 2, fls. 15v e 16, Caderno 4, fl. 3v.

⁴¹⁸ Na própria igreja de Santo Estêvão existia um altar e uma capela instituída pelos pescadores, na qual se celebrava em cada domingo uma missa, que antecedia a missa do dia, *ibidem*, maço 17, n.º 323.

Pelo contrário, os foreiros ligados às actividades agrícolas, ou com elas relacionadas, eram diminutos e isto apesar da freguesia de Santo Estêvão integrar uma área periurbana. Apenas se detectou a presença de um almuinheiro⁴¹⁹, de um porqueiro⁴²⁰ e de um caçador⁴²¹. Este facto é de alguma forma reflexo do pouco peso que essas actividades teriam neste importante centro urbano, onde o grosso da população activa se ocuparia em outros sectores de actividades⁴²². A sua fraca presença poderá ainda significar que alguns dos que na cidade continuavam a dedicar-se às actividades agrícolas residiriam não no espaço intramuros, onde se localizavam os imóveis da instituição, mas muito provavelmente, nas áreas circundantes.

O sector secundário era o segundo melhor representado, nele tendo sido identificadas dez profissões diferentes, a patentear o elevado grau de especialização que a actividade produtiva transformadora assumia nas cidades medievais. Entre os foreiros de Santo Estêvão contavam-se ourives⁴²³ e moedeiros⁴²⁴ – profissões de algum prestígio social – carpinteiros⁴²⁵, pedreiros⁴²⁶, alfaiates⁴²⁷, tosadores⁴²⁸, calafates⁴²⁹,

⁴¹⁹ *Ibidem*, maço 19, n.º 373.

⁴²⁰ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 7v.

⁴²¹ *Ibidem*, Caderno 2 fl. 6v e 7.

⁴²² Veja-se Iria Gonçalves, “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Um Olhar Sobre a Cidade*, p. 49.

⁴²³ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7, fl. 4v e 6; maço 17, n.º 337.

⁴²⁴ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 6v e 9.

⁴²⁵ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 7v; maço 12, n.º 230, maço 18, n.º 349; *Ibidem*, maço 15, n.º 285.

⁴²⁶ *Ibidem*, maço 16, n.º 309.

alfagemes⁴³⁰, cordoeiros⁴³¹ e telheiros⁴³².

O sector terciário, embora apresentando menor expressão que os anteriores, integrava ainda assim, dezasseis foreiros, com ocupações de âmbito bem diverso. Nos serviços, contabilizou-se a presença de seis indivíduos, ligados à burocracia eclesiástica, régia e concelhia, nomeadamente, um meirinho⁴³³ e um escrivão do arcebispo⁴³⁴, dois escrivães⁴³⁵, um porteiro dos besteiros⁴³⁶ e um alcaide pequeno⁴³⁷. No comércio e distribuição, apenas dois indivíduos, um almocreve⁴³⁸ e um mercador⁴³⁹. Para além destes, há que referir também a presença de dois mestres das galés⁴⁴⁰, três marinheiros⁴⁴¹ e três escolares⁴⁴².

⁴²⁷ *Ibidem*, maço 15, n.º 299.

⁴²⁸ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 1v.

⁴²⁹ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 1.

⁴³⁰ *Ibidem*, maço 19, n.º 388.

⁴³¹ *Ibidem*, Caderno 2, fl. 15, 15v e 16.

⁴³² *Ibidem*, Caderno 7, fl. 5.

⁴³³ *Ibidem*, Caderno 2, fl. 1 e 1v.

⁴³⁴ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 3; Caderno 2, fl. 3v.

⁴³⁵ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 3.

⁴³⁶ *Ibidem*, caderno 2, fl. 4 e 4v.

⁴³⁷ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 3.

⁴³⁸ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 9.

⁴³⁹ *Ibidem*, Caderno 6, fl. 5.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, maço 11, n.º 213.

⁴⁴¹ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 8 v ; maço 13, n.º 243; maço 5, n.º 81.

Os membros do clero secular, cujo interesse na exploração de património imobiliário, em especial do das próprias igrejas, tem vindo a ser evidenciado por diversos estudos⁴⁴³, não poderiam também deixar de constar entre os foreiros. Eles tinham mesmo alguma importância numérica correspondendo a 16,9 % do total. Os raçoeiros da colegiada⁴⁴⁴ constituíam o maior número, emprazando bens urbanos, para residirem⁴⁴⁵ ou porventura para sub-emprazarem, como forma de aumentar os seus proventos. Para além dos eclesiásticos de Santo Estêvão, outros clérigos de Lisboa, nomeadamente das igrejas de S. Pedro⁴⁴⁶, S. Tomé⁴⁴⁷, Santa Justa⁴⁴⁸ e de Monte Agraço⁴⁴⁹, manifestaram também interesse pelo património da instituição. A presença, entre os locatários, de clérigos de outras igrejas e

⁴⁴² *Ibidem*, Caderno 7, fl. 6v; Caderno 2, fl. 5 e 5v e 15 v.

⁴⁴³ A presença de clérigos entre os foreiros das diversas igrejas e outras instituições religiosas era relativamente comum. Em algumas a sua presença atingia valores bem significativos. Assim, por exemplo, na colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, os clérigos correspondiam a 28% dos total de foreiros. Cf., Maria de Fátima Botão, *Poder e Influência*, p. 126, gráfico n.º 33. Na Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras ocupavam o segundo lugar entre as categorias funcionais dos foreiros. Cf., Ana Maria S Rodrigues, “A formação e exploração do domínio da Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras”, *Espaços, gentes e sociedade no Oeste*, p. 125.

⁴⁴⁴ Entre eles: Estêvão Eanes, *ibidem*, Caderno 7, fl. 4; Estêvão Martins, maço 18, n.º 344; Vasco Martins, maço 11, n.º 216. Afonso Eanes, maço 11, n.º 204; Pedro Afonso, maço 4, n.º 79; Gonçalo Eanes, maço 4, n.º 73; João Fernandes, Caderno 2, fl. 19.

⁴⁴⁵ Era o caso de Martim Domingues, que residia numa casa da igreja, localizada junto do adro. Cf., *ibidem*, maço 13, n.º 241.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, maço 18, n.º 344.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, Caderno 2, fl. 5.

⁴⁴⁸ *Ibidem*, maço 19, n.º 374.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, Caderno 2, fl. 2.

até de diversos indivíduos ligados à burocracia eclesiástica, revela que a escolha/recrutamento dos foreiros se fazia também no meio eclesiástico de Lisboa, onde os membros da colegiada se movimentavam e onde, certamente, teriam as suas redes de relações pessoais e institucionais.

Há que referir, ainda, a presença de dois escudeiros, Gonçalo Nunes, vassalo do rei⁴⁵⁰, e Álvaro Pires, criado do Conde de Ourém⁴⁵¹, e de outros indivíduos cuja integração numa determinada categoria sócio-económica se revela mais difícil, nomeadamente: Afonso Eanes, criado do Doutor João das Regras⁴⁵², Geraldo Martins, criado de D. João Lopes de Lisboa, e Afonso Fernandes, criado do Bispo da Guarda⁴⁵³. Indivíduos com estatutos diversos⁴⁵⁴, alguns dos quais pertencentes aos escalões inferiores da nobreza, desempenhando, porventura, actividades profissionais, e que na sua forma de vida, pouco se distinguiriam da grande massa de homens que compunham a *classe* média citadina.

Apesar da variedade de ocupações profissionais e até da diversidade de estatutos enumerados, reflexo da própria complexidade sócio-económica de Lisboa, os foreiros, na sua grande maioria, integravam aquilo que poderemos designar por escalões médios e inferiores da sociedade urbana.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, maço 12, n.º 231.

⁴⁵¹ *Ibidem*, maço 9, n.º 162.

⁴⁵² *Ibidem*, maço 14, n.º 265.

⁴⁵³ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 2v.

⁴⁵⁴ Como se sabe, a designação de criado, bem diferente do significado actual do termo, remetendo para uma relação de um indivíduo ao senhor por laços pessoais de dependência, era acumulável com uma enorme variedade de situações, quer quanto à ocupação quer quanto à condição social, podendo aplicar-se a membros dos diversos estratos da nobreza, a eclesiásticos, como até a modestos servidores. Sobre este termo veja-se Paulo Mêrea, "Para um glossário do nosso latim medieval", Sep. de *Biblos*, 1940.

Com efeito, o património da colegiada, com uma localização relativamente periférica face às zonas mais dinâmicas da cidade, não parece ter atraído grandemente indivíduos de elevada posição social ou de grande poder económico. Entre os foreiros não constam, por exemplo, nobres de maior estatuto, altos funcionários ou ricos mercadores, que tinham, naturalmente, um peso significativo neste importante centro administrativo e mercantil, mas que, de facto, não escolheram esta freguesia para residir ou para investir, por via da sublocação de prédios urbanos. Os seus interesses imobiliários concentravam-se em outras localizações, sobretudo, nas proximidades do porto, na Ribeira, na Rua Nova e no Pelourinho, áreas que, pela sua efervescência económica, poderiam tornar os investimentos imobiliários mais lucrativos⁴⁵⁵.

Os bens urbanos da igreja de Santo Estêvão foram, pois, emprazados a gente relativamente modesta que vivia e trabalhava nesta freguesia ribeirinha, onde o mar e as actividades, directa ou indirectamente, com ele relacionadas, ganhavam grande importância. Uma freguesia em que os pescadores e outros mareantes, juntamente com os oficiais mecânicos, alguns dos quais ligados à construção naval, e um médio oficialato, compunham o grosso da sua população.

4.5.2. Foreiros de bens rústicos

Se até ao princípio do século XV se verifica a presença de foreiros de fora do termo de Lisboa, concretamente do Lavradio e Setúbal, a partir desse período, com a alienação dos bens nessas localizações, a área de

⁴⁵⁵ Veja-se, Iria Gonçalves, “ Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia.”, *Um Olhar Sobre a Cidade*, p. 55.

recrutamento dos locatários da colegiada circunscreveu-se a Cascais e a Lisboa.

Nesta cidade, o leque das suas freguesias de origem, mais alargado do que no respeitante aos bens urbanos, incluía, para além de Santo Estêvão e de S. Miguel, também S. Lázaro, S. Mamede, S. Nicolau e Salvador. Embora a grande maioria vivesse no espaço intramuros, diversos outros habitavam e trabalhavam nas hortas, casais e quintãs dispersos dos arredores, em Beirolas e em Xabregas principalmente, ou em outros locais dessa vasta área que ia dos muros da cidade até Santa Maria dos Olivais.

Também a condição sócio económica destes indivíduos era bastante diversificada. Contudo, tal como já se tinha constatado para os bens urbanos, a maioria (75%) desempenhava uma profissão, para além de se ocupar do cultivo da terra, trabalho mais provável daqueles para quem não foi indicada uma actividade profissional.

Condição sócio-profissional de foreiros de bens rústicos

categoria	n.º	%
clérigos	7	15,9
fidalgos	1	2,3
cavaleiros	1	2,3
escudeiros	2	4,5
sector primário	16	36,4
sector secundário	12	27,2
sector terciário	5	11,4
total	44	100

Tratando-se de imóveis rústicos é natural que o sector primário, e nomeadamente as actividades agrícolas e pecuárias, tivessem uma maior expressão entre as ocupações destes foreiros do que aquela que se verificou

para os bens urbanos. Com efeito, entre os que emprazaram bens da instituição contavam-se cinco almuinheiros⁴⁵⁶, três hortelões⁴⁵⁷, um porqueiro⁴⁵⁸ e dois trabalhadores indiferenciados, referidos como braceiros⁴⁵⁹, que, muito provavelmente, encontravam também no trabalho do campo a sua forma de vida.

Mas, muitos outros indivíduos, desenvolvendo actividades bem distintas do trabalho agrícola, revelaram interesse pela propriedade rústica de Santo Estêvão. Ainda no sector primário há que constatar a presença de cinco pescadores⁴⁶⁰, um número diminuto se comparado com o que se verificava com os bens urbanos, revelando a fraca apetência deste grupo profissional pela propriedade periurbana. Do sector secundário, contam-se doze oficiais mecânicos, em primeiro lugar os sapateiros⁴⁶¹, seguidos dos pedreiros⁴⁶², alfaiates⁴⁶³ moedeiros⁴⁶⁴, ferreiros⁴⁶⁵ e ourives⁴⁶⁶. Do terciário, um mercador e cinco oficiais⁴⁶⁷.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, maço 19, n.º 370 e 375; Caderno 7, fl. 5v; Caderno 6, fls. 5v e 9.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, maço 7, n.º 126; maço 4, n.º 64; Caderno 3, fl. 9.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 8.

⁴⁵⁹ *Ibidem*, Caderno 2, fl. 6 e 6v; Caderno 7, fl. 9v.

⁴⁶⁰ *Ibidem*, maço 2, n.º 39; Caderno 7, fl. 4v.

⁴⁶¹ *Ibidem*, Caderno 2, fls. 9 e 9v, 12 e 12v; Caderno 6, fl. 1v.

⁴⁶² *Ibidem*, maço 18, n.º 342; Caderno 7, fl. 4v.

⁴⁶³ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 9v; Caderno 3, fl. 9.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, Caderno 6, fl. 7; Caderno 7, fl. 4v.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 2v.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, Caderno 7, fl. 6.

⁴⁶⁷ Concretamente, um tesoureiro do Infante D. Fernando, *ibidem*, maço 5, n.º 82; um tabelião, Caderno 7, fl. 7; um porteiro do concelho, maço 9, n.º 174; um homem do rei

Outros indivíduos não claramente identificados como integrantes da população activa, nomeadamente sete clérigos da colegiada⁴⁶⁸, um fidalgo⁴⁶⁹, um cavaleiro⁴⁷⁰ e dois escudeiros⁴⁷¹, encontram-se também entre os locatários da instituição.

Os motivos que levavam homens, com diferentes ocupações, estatutos e graus de riqueza, a emprazar imóveis rústicos eram diversificados. Para uns, emprazar uma pequena vinha ou um olival nos arredores era uma forma de complemento da economia familiar⁴⁷². Imbuídos de um ideal de auto-abastecimento, que subsistiria em muitos habitantes da cidade, eles próprios trabalhariam, nas pausas dos seus afazeres profissionais, essas parcelas, nas quais produziam para o seu consumo, vendendo, quando muito, os excedentes. A locação simultânea de uma casa de morada e de uma parcela de terra nos arredores ao mesmo foreiro, que se verificou em diversos casos⁴⁷³, patenteia bem esta articulação entre os bens rústicos periurbanos e a economia familiar.

no armazém, Caderno 7, fl. 5v; e um meirinho do Arcebispo, Caderno 2, fl. 1e 1v.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, Caderno 2, fl. 11; Caderno 7, fl. 7v; maço 13, n.º 257 e n.º 259; maço 15, n.º 291; maço 16, n.ºs 310 e 319.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, maço 4, n.º 61.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, Caderno 2, fl. 14 e 14v.

⁴⁷¹ *Ibidem*, maço 10, n.º 194; maço 12, n.º 224.

⁴⁷² Cf. Hugues Neveux, “Déclin et reprise: la fluctuation bisseculaire”, *Histoire de la France rurale*, dir. por George Duby e Armand Wallon, vol. III, *L'âge classique des paysans de 1340 à 1789*, pp. 31-35; Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, pp. 215; Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das Albergarias*, pp. 121 e 124; Saúl António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória*, pp. 321-322.

⁴⁷³ A título de exemplo, *ibidem*, maço 7, n.º 133 e 133v; Caderno 7, fl. 6.

Já as razões que levaram, por exemplo, mercadores, cavaleiros e fidalgos, como Pedro de Melo⁴⁷⁴, a revelar interesse pela propriedade da instituição, se prendem mais com uma lógica de investimento e de obtenção de lucros com a exploração da terra. Estão para isso dispostos a emprazar mais do que uma parcela⁴⁷⁵, que certamente sub-emprazavam a outros que nelas trabalhavam. Em alguns casos, as parcelas emprazadas articulavam-se com bens próprios dos foreiros ou com imóveis que estes traziam de outras instituições⁴⁷⁶, o que certamente constituía uma forma de contornar os inconvenientes da excessiva compartimentação da propriedade periurbana. “Vizinhar” com estes indivíduos podia trazer, pelo menos em certas ocasiões, benefícios para a colegiada. Veja-se, por exemplo, o caso do escudeiro Pedro Lourenço que, para assegurar a posse de uma vinha da instituição, que confinava com a sua propriedade, se propôs pagar de foro dez libras em vez das seis que o anterior locatário solvia⁴⁷⁷.

Embora os imóveis rústicos tivessem suscitado um interesse maior entre os grupos possidentes do que aquele que se verificou para a propriedade urbana, com um número superior, por exemplo, de nobres a surgirem referenciados como foreiros da instituição, eles estavam longe de constituir o grosso dos locatários. Com efeito, confirmando-se uma tendência já detectada para o imobiliário urbano, foi nos escalões

⁴⁷⁴ *Ibidem*, maço 4, n.º 61.

⁴⁷⁵ Por exemplo, Rui Mendes de Brito, cavaleiro, emprazou quatro olivais e uma courela de pão, *ibidem*, Caderno 2, fl. 14 e 14v; João Martins de S. Mamede, duas courelas e um olival, *ibidem*, maço 19, n.ºs 370 e 375.

⁴⁷⁶ Por exemplo, o escudeiro Pedro Lourenço, foreiro de Santo Estêvão, trazia também imóveis do Mosteiro de S. Vicente de Fora. *Ibidem*, maço 10, n.º 194 e maço 11, n.º 208. O mesmo se passava com Estêvão Eanes, que trazia uma vinha do Mosteiro de Chelas, Caderno 2, fl. 9 e 9v.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, maço 10, n.º 194 e maço 11, n.º 208.

intermédios da população citadina, com especial destaque para os mesterais e um médio funcionalismo, que a colegiada recrutou a maioria dos que rendibilizavam o seu património.

Não deixa de ser curioso que os clérigos, apesar da especificidade das suas funções, não revelem, pelo menos em alguns dos casos individuais que conhecemos, estratégias diferentes das dos leigos no que concerne a investimentos imobiliários. Contagiados pelos valores económico-sociais da cidade, surgem também eles a empraçar, muitas vezes com fins lucrativos, bens urbanos ou rústicos da sua igreja ou de outras instituições. Neste aspecto, talvez também em outros que não podemos clarificar, a sua estratégia não é diferente da de uma *classe média* urbana, de alguma capacidade económica e em ascensão⁴⁷⁸, a que pertencia a maioria dos seus foreiros e com os quais teriam certamente afinidades.

Oriundos também eles, muito provavelmente, dos escalões intermédios da sociedade urbana⁴⁷⁹, a maioria dos clérigos de Santo Estêvão, afastados ainda dos elevados cargos da hierarquia religiosa ou de outros centros de poder, partilham com esses estratos populacionais urbanos, pelo menos um objectivo comum, o desejo de ascensão social. Talvez essa afinidade de interesses, conjuntamente com os outros aspectos já referidos, possam explicar o entendimento, ao nível patrimonial, que se verificou entre a colegiada e uma *classe média* urbana, a que pertencia o grosso dos seus foreiros.

⁴⁷⁸ Sobre o crescente capital económico e político dos mesterais e de outros estratos populacionais intermédios, nos centros urbanos, veja-se, Armindo de Sousa, “1325-1480”, in *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, vol. II, *A Monarquia Feudal*, Lisboa, 1993, pp. 412.423.

⁴⁷⁹ Veja-se o que a este propósito foi dito no capítulo relativo ao quadro humano da colegiada.

CAPÍTULO 5

OS RENDIMENTOS PATRIMONIAIS

5.1. A monetarização das rendas

Num sistema de exploração indirecta, os rendimentos patrimoniais advinham, na sua grande maioria, dos foros ou rendas solvidos pelos locatários, compostos pelo cânon, acrescido frequentemente de direituras.

Regra geral, o cânon ou renda principal correspondia, em Santo Estêvão, nos séculos XIV e XV, a uma determinada quantia em numerário, e isto não apenas para os bens urbanos, onde o uso da moeda se verificava por toda a parte, mas também para a quase totalidade do património rústico. Com efeito, as rendas em géneros foram exigidas em somente 2,9% dos actos de locação compulsados, nomeadamente para alguns chãos⁴⁸⁰ e olivais⁴⁸¹, que solviam um quantitativo fixo em azeite.

A monetarização das rendas da colegiada, que se verificou desde os alvares da centúria de trezentos, era, naturalmente, reflexo do próprio dinamismo de Lisboa e dos mecanismos da sua economia de mercado, que atingiu também, de uma forma bem visível, o aro rural envolvente. O facto de toda a propriedade rústica se localizar na área periurbana, um espaço que cedo foi atingido pela monetarização das rendas⁴⁸², ainda mais quando

⁴⁸⁰ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7, fl. 9.

⁴⁸¹ *Ibidem*, Caderno 7, fls. 2, 7v e 9; Caderno 2, fl. 14 e 14v.

⁴⁸² Conforme notou Iria Gonçalves, as rendas monetarizadas relativas à propriedade rural encontravam-se, no século XV, em progressivo alastramento, sobretudo nas zonas periféricas das cidades, onde era maior a permeabilidade à economia de mercado. Cf.

se tratava das imediações do maior núcleo urbano português, permitiu também a opção pelo numerário para estes bens.

Mas, a preferência manifestada pelo recebimento dos foros em moeda, para bens urbanos e rústicos, para além das condicionantes que derivavam da inserção espacial da propriedade numa área de grande dinamismo económico, poderá ter sido também favorecida pelas próprias características do instituto religioso em estudo⁴⁸³. De facto, para os clérigos da igreja, que não tinham vida em comum, não necessitando, por isso, de bens que provessem ao sustento do conjunto dos membros, bastava-lhes assegurar a entrada, por via das rendas, dos géneros estritamente necessários às funções religiosas da colegiada, nomeadamente o azeite, de larga utilização nos ofícios divinos. A cobrança dos foros em metal sonante poderia mesmo apresentar vantagens em relação às rendas pagas em vinho, azeite ou pão. Evitavam-se os problemas do transporte, armazenamento e escoamento dos produtos, tornando-se igualmente mais fácil a repartição dos proventos patrimoniais, pelo prior, raçoeiros e pelas hierarquias eclesiásticas⁴⁸⁴.

Iria Gonçalves, *O Património*, pp. 292-293.

⁴⁸³ Se uma tão clara monetarização das relações contratuais se verificava em outras instituições religiosas de Lisboa, é algo a que não podemos responder, face ao panorama desolador da falta de estudos para esta cidade. De qualquer modo, pelo menos em algumas, tal estava longe de se verificar. Veja-se, por exemplo, o caso do mosteiro de Chelas, cujo património rústico se localizava, também, quase todo ele às portas desta cidade, mas onde os recebimentos em géneros, não só se mantiveram, como até se reforçaram durante o século XV. Cf. Maria Filomena Andrade, *O Mosteiro de Chelas*, p. 97.

Trata-se, contudo, neste caso, de uma instituição do clero regular, cuja vida em comum obrigava a prover os bens necessários ao sustento dos seus membros. A manutenção da cobrança de uma parte significativa das rendas em géneros apresentava assim inegável interesse, permitindo um abundante e continuado abastecimento das suas despesas.

⁴⁸⁴ A preferência pela moeda estava, contudo, longe de corresponder, pelo menos com o mesmo grau de apetência, a uma realidade comum a outras instituições congéneres. De

O perfil do património e as características da instituição ajudam, pois, a explicar esta opção da política contratual de Santo Estêvão que, apesar das vantagens enumeradas, não deixava de colocar também problemas, resultantes da enorme instabilidade monetária e financeira dos séculos finais da Idade Média, a exigir alguns cuidados, concretamente na especificação da moeda em que os locatários deviam solver os foros.

5.2. A moeda de pagamento

Diversas foram as espécies monetárias em que se exigiu o pagamento dos foros. A moeda que constava nos contratos dos inícios do século XIV, os mais antigos que chegaram até nós, foi o maravedi,

facto, os estudos efectuados sobre colegiadas têm revelado, também quanto a este aspecto, situações bem dispare, que só os particularismos específicos a cada uma delas permitem explicar. Se em algumas a monetarização das rendas era, desde o século XIV, bem evidente, como por exemplo, a de S. Martinho de Sintra, e, embora de uma forma menos significativa, na de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, em outras, como era o caso das igrejas de Torres Vedras, as rendas em géneros tinham um peso significativo. Já nas igrejas de Santiago e de S. Pedro de Évora, cuja documentação temos vindo a recolher no âmbito de uma investigação relativa às elites locais e redes clientelares no Alentejo, as rendas em moeda eram claramente maioritárias. Veja-se, Maria Inez Gonçalves Marques, *A Colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV*, p. 102; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, “ A formação e exploração do domínio da Colegiada de São Pedro de Torres Vedras (fim do século XIII-fim do século XV ”, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, pp. 126-129; Maria de Fátima Botão, *Uma Instituição Medieval de Prestígio. A Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, pp. 95-100.

Averiguar se estes institutos apresentavam, no respeitante às rendas, especificidades próprias que os distinguiam, por exemplo, de outros do clero regular, é algo que o estado actual do conhecimento, apesar dos progressos realizados nos últimos anos, apenas permite equacionar ao nível de hipótese de trabalho.

verificando-se a sua presença, como moeda de pagamento, até cerca de 1333⁴⁸⁵. Contudo, como consequência da reforma monetária efectuada por D. Afonso III, que introduziu em Portugal o sistema francês de contagem por libras⁴⁸⁶, passou a ser esta moeda e os seus sub-múltiplos, o soldo e os dinheiros, a exigida no pagamento das rendas.

A enorme instabilidade económica e financeira do reinado de D. João I, com particular incidência entre 1384-1422, conduziu, como notou Oliveira Marques, a uma “extraordinária depreciação da moeda”, que chegou a conhecer desvalorizações na ordem dos 1000 a 1200%⁴⁸⁷. Este facto obrigou a colegiada, sobretudo a partir desse período, a tomar precauções no sentido de evitar a perda de rendimentos derivados da quebra do valor da moeda.

Assim, não é de admirar que, ao longo do século XV, poucos tivessem sido os contratos que exigiam o pagamento em moeda corrente,

⁴⁸⁵ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, maço 19, n.º 388.

⁴⁸⁶ Cf., A. H. de Oliveira Marques, “A moeda portuguesa durante a Idade Média”, *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, 1980, pp. 199 e 203.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, pp. 213-215.

Sobre moeda e desvalorização monetária em Portugal, nos séculos XIV e XV, veja-se também: Augusto C. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e História das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, Porto, 1964; António da Costa Lobo, *História da Sociedade Portuguesa no Século XV*, Lisboa, 1903, pp. 273-421; A. H. Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, 1986, pp. 209-211; Maria José Pimenta Ferro, *Estudos de História monetária portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, 1974; Idem, “A moeda portuguesa de 1245 a 1383” *História de Portugal*, dir. por José Hermano Saraiva, vol. II, 1245-1640, Lisboa, 1983, pp. 271-281; Idem, “A Moeda Portuguesa de 1383 a 1481”, *op. cit.*, pp. 283-291; Armando de Castro, “O sistema Monetário”, *História de Portugal*, dir. por José Hermano Saraiva, vol. II, 1245-1640, Lisboa, 1983, pp. 233-242. Sobre as desvalorizações monetárias em outros pontos da Europa Ocidental, veja-se, por exemplo, Wilhelm Abel, *Crises agrárias en Europe (XIII^e –XX^e siècle)*, Paris, 1973, pp. 128-130; Georges Duby, *Economia Rural e vida no campo no Ocidente Medieval*, vol. II, Lisboa, 1988, pp. 204-209; Jacques Heers, *L'Occident aux XIV^e et XV^e. Aspects économiques et sociaux*, Paris, 1970, pp. 309-321.

sem qualquer outra especificação. Tal, verificou-se em alguns emprazamentos realizados entre 1390 e 1393⁴⁸⁸, mas depressa essa opção foi abandonada. Com efeito, até bem tarde, a colegiada continuou a fixar o valor dos foros em libras antigas e mesmo quando optou pela moeda corrente, fez inscrever no contrato o valor da conversão entre esta e a moeda antiga, conforme sistema de equivalência em vigor. Note-se que isso se verificou mesmo depois do saneamento financeiro levado a cabo por D. Duarte, com a introdução do real branco⁴⁸⁹. Embora os níveis de instabilidade financeira do reinado de D. João I não se tivessem verificado posteriormente, a desconfiança em relação à moeda parece ter continuado, mantendo-se no texto dos contratos, como precaução, os valores de equivalência entre o real eduardino (que passou a constar no texto dos actos de locação a partir de 1445) e a moeda antiga. Só nos finais do século XV, como reflexo provável de uma maior estabilidade financeira, os foros passaram a ser exigidos exclusivamente em reais brancos.

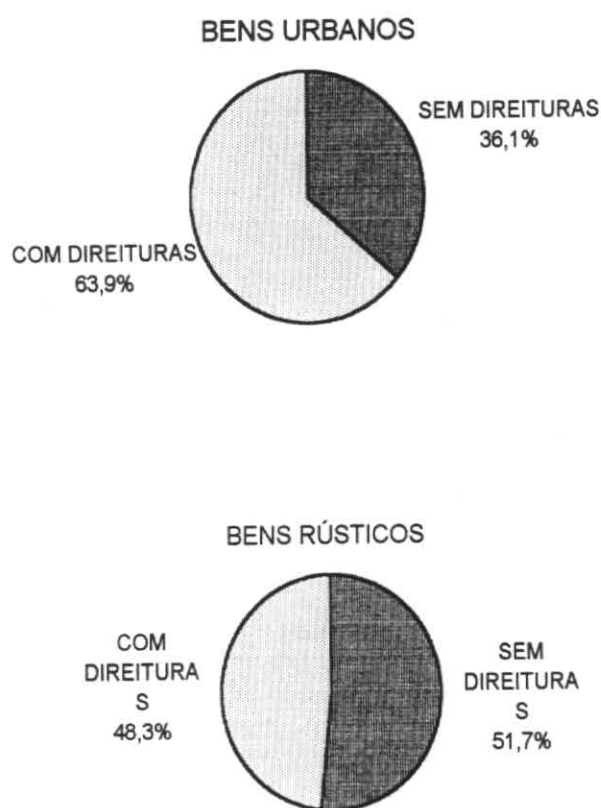
5.3. As direituras

Para além do cânon ou renda principal, 58,3% dos contratos previam, ainda, o pagamento de uma pequena renda complementar em géneros.

⁴⁸⁸ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7, fl. 6, 6v, 7v.

⁴⁸⁹ Veja-se, por exemplo, Maria José Pimenta Ferro, *Estudos de História monetária portuguesa (1383-1438)*, pp. 39-41 e 53; A. H. de Oliveira Marques, "A moeda portuguesa durante a Idade Média", *Ensaio de História medieval Portuguesa*, pp. 216-217.

As direituras ou miunças⁴⁹⁰, nomes pelos quais se designam esses pagamentos, distribuíam-se de forma desigual entre bens urbanos e rústicos. A sua incidência foi maior nos primeiros, onde ascendiam a 63,9%, do que nos últimos, onde o seu valor não ultrapassou os 48,3%.



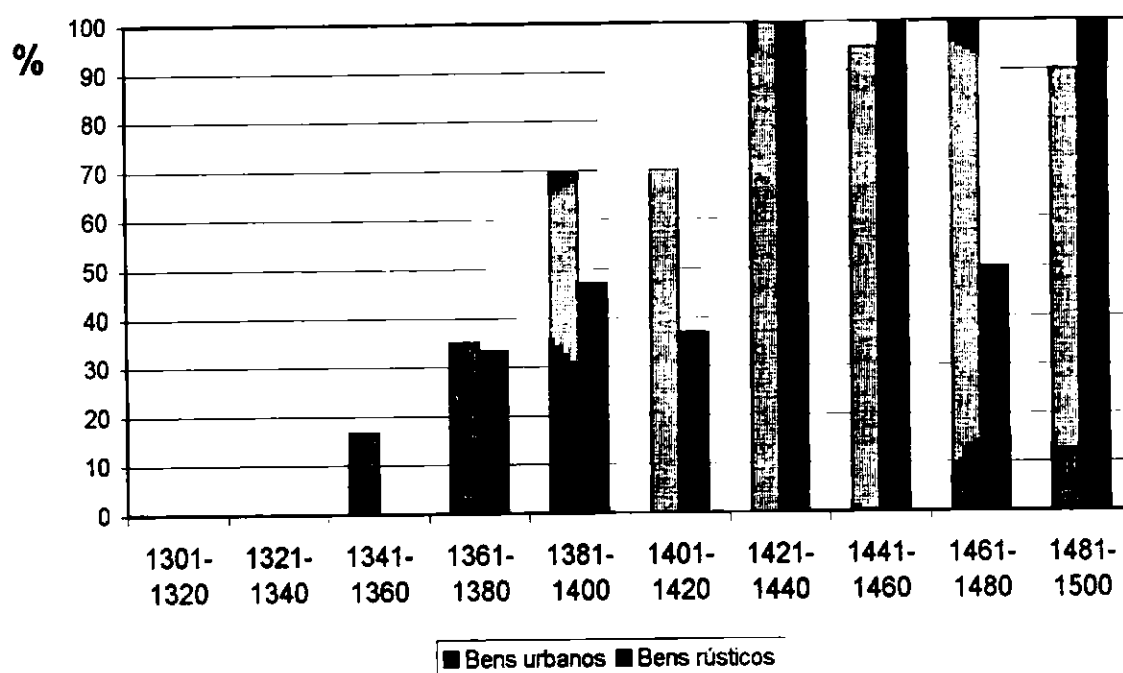
A obrigatoriedade do pagamento de direituras surgiu em Santo Estêvão, à semelhança do que se verificou em outros lugares⁴⁹¹, apenas na

⁴⁹⁰ Sobre as direituras, veja-se, por todos, Iria Gonçalves, *O Património*, pp. 294.

⁴⁹¹ Em Santo Estêvão a primeira referência ao pagamento de direituras data, para os bens urbanos, de 1358 e para os rústicos de 1365. Cf., respectivamente, IAN/TT,

segunda metade do século XIV e a sua imposição fez-se de uma forma gradual e progressiva, primeiro para os bens urbanos e um pouco mais lentamente para os rústicos.

Proporção de contratos com exigência de pagamento de direituras

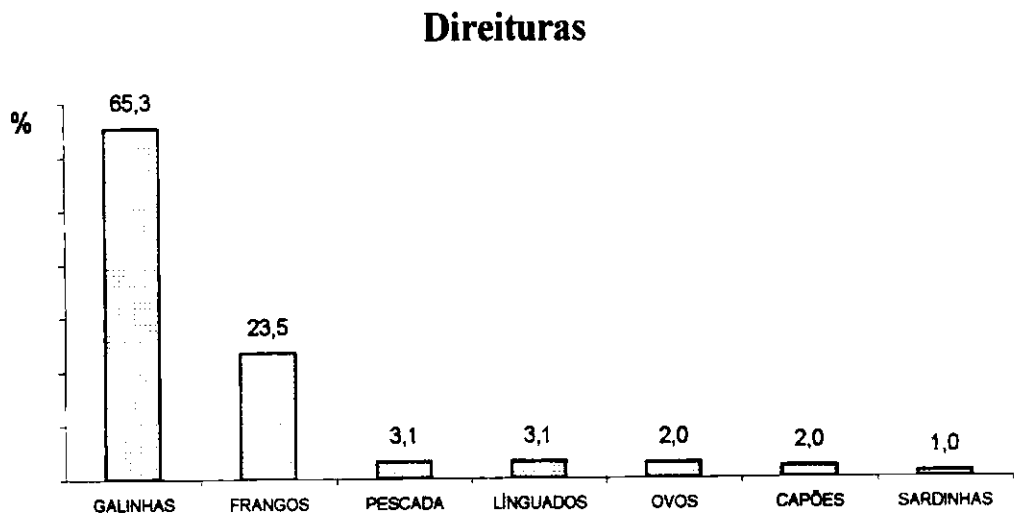


O facto da exigência do pagamento de direituras se ter acentuado na transição do século XIV para o XV, um momento particularmente difícil para os senhores, sobretudo para os que recebiam em moeda, faz-nos supor que a sua imposição tivesse constituído uma forma de compensar, por via de alguns ingressos em géneros, as perdas derivadas da desvalorização da

Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, maço 11, n.º 202 e maço 19, n.º 377. Na Colegiada de S. Martinho de Sintra, as direituras até esse período foram quase insignificantes, só começando a generalizar-se a partir de 1360. Cf. Maria Inez Gonçalves Marques, *A Colegiada de S. Martinho*, p. 108. O mesmo se verificou em Torres Vedras. Cf. Ana Maria S. A Rodrigues, *Torres Vedras e o termo*, pp. 451.

moeda. De qualquer modo, desde esse período e até ao final de quatrocentos, as direituras passaram a constar em quase todos os contratos urbanos e rústicos.

Como direituras, recebeu a colegiada, galinhas, frangos, capões e ovos, como era hábito por toda a parte, mas também pescadas⁴⁹², linguados⁴⁹³ e sardinhas⁴⁹⁴, a lembrar-nos que entre os foreiros se contava uma percentagem significativa de pescadores.



5.4. As datas de pagamento

Um dos aspectos sempre referidos nos contratos era a data em que os foreiros deveriam proceder ao pagamento do foro, composto, como vimos,

⁴⁹² *Ibidem*, maço 13, n.º 244; Caderno 7, fl., 3, 3v, 5v.

⁴⁹³ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 7, fl. 4v; maço 10, n.º 185.

⁴⁹⁴ *Ibidem*, Caderno 7, fl., 5v.

pelo cânon e pelas direituras que, em Santo Estêvão, se solviam em simultâneo⁴⁹⁵.

De um modo geral, as rendas eram pagas anualmente, num dia pré-determinado, que os contratos especificam. Contudo, em alguns casos, concretamente cinco, que pelo seu baixo número assumem carácter excepcional, foi dada aos foreiros a possibilidade de efectuar o pagamento em duas⁴⁹⁶ ou mesmo em três vezes⁴⁹⁷. O pagamento semestral e quadrimestral, menos doloroso de suportar, poderá ter constituído, nestes casos, uma forma de obstar a dificuldades económicas dos locatários.

Em Santo Estêvão não se verificaram diferenças entre as datas indicadas para o pagamento dos foros de bens urbanos e rústicos. Este aspecto, que está, aliás, de acordo com toda a política contratual da colegiada, caracterizada por uma uniformização das práticas gestionárias para uns e outros bens, radica, em grande medida, no facto da generalidade das rendas ser paga em moeda, mesmo para os imóveis rústicos. É que os recebimentos em géneros condicionavam, de algum modo, as datas de pagamento, que mais facilmente se faziam coincidir com as épocas das colheitas.

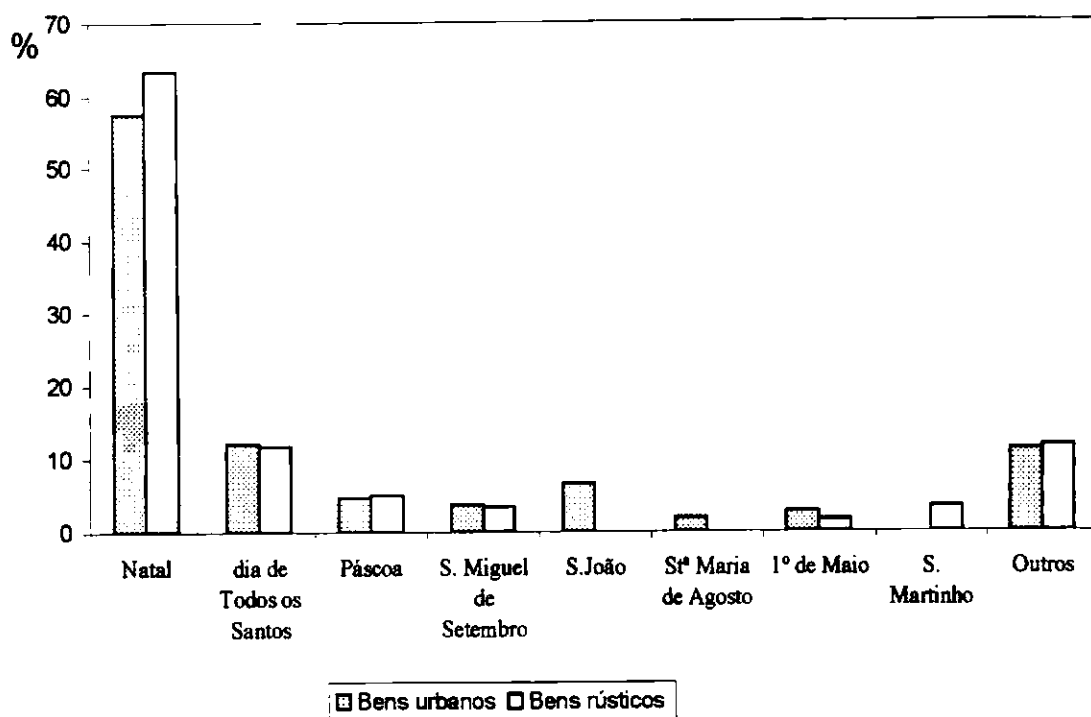
A monetarização das rendas da colegiada e até o facto de os foreiros, mesmo dos imóveis rústicos, não viverem exclusivamente da exploração da terra, permitiu aos clérigos de Santo Estêvão definir, com maior liberdade, as datas de pagamento que mais lhe interessavam.

⁴⁹⁵ Apenas num caso se remete o pagamento das direituras, concretamente sardinhas, para data diferente do cânon. Este deveria ser pago pelo S. João Baptista e as direituras em Novembro. Cf., *ibidem*, Caderno 7, fl., 5v.

⁴⁹⁶ Pela Páscoa e pelo S. João Baptista, *ibidem*, maço 16, n.º 309; pelo S. João Baptista e pelo Natal, Caderno 2, fl. 4; pelo S. Miguel de Setembro e pela Páscoa, caderno 7, fl. 3v.

⁴⁹⁷ Em Abril, Agosto e Dezembro, no primeiro dia do mês, *ibidem*, maço 19, n.º 388.

Datas de Pagamento (canôn e direituras)



Num período em que a vida quotidiana, mesmo na cidade, era ainda ritmada pelo calendário religioso⁴⁹⁸, não é estranho que os momentos escolhidos para o pagamento dos foros coincidissem com as festividades litúrgicas. O Natal, o dia de Todos os Santos, a Páscoa, o S. Miguel de Setembro, o dia de Santa Maria de Agosto, entre diversas outras festividades, num total de onze⁴⁹⁹, distribuídas ao longo do ano, constituíram datas em que os foreiros deveriam pagar os foros dos bens que traziam emprazados⁵⁰⁰.

⁴⁹⁸ Veja-se, por exemplo, Luís Krus, "A Vivência Medieval do Tempo", *Estudos de História de Portugal*, vol. I, pp. 345-355.

⁴⁹⁹ Para além das já enumeradas, também o dia de S João Baptista, o dia de Santo Estêvão, o dia de Santo André, o S. Martinho, o primeiro de Maio, o primeiro de Outubro.

Contudo, nem todas elas mereceram o mesmo grau de preferência. A análise da assiduidade com que cada um desses momentos é referido nos contratos revela que houve, por parte da colegiada, um esforço no sentido de concentração do recebimento dos foros em determinado período do ano. Sob o ponto de vista da administração, a recolha das rendas, a um tempo, poderia apresentar vantagens, quer ao nível do controlo da efectivação dos pagamentos, quer até da organização da contabilidade da colegiada.

O Natal constituiu o momento largamente escolhido para pagamento dos foros, nenhum outro se lhe podendo comparar. Mesmo a segunda data mais referida, o dia de Todos os Santos, apresenta, em relação a ela, uma enorme diferença. Ao longo do século XV, a preferência pela quadra natalícia, como data de pagamento, acentuou-se, sendo praticamente exclusiva, a partir de 1450⁵⁰¹.

Esta quadra, uma das mais importantes do calendário litúrgico, em que a colegiada via crescer as despesas, mas também a entrada de outros rendimentos, por via das pitanças e emolumentos vários ligados à multiplicação das celebrações, assumia-se, pois, como um momento particularmente importante na vida financeira da igreja. É, ainda, provável,

⁵⁰⁰ Este calendário de pagamento de foros era comum, sobretudo para os bens urbanos, em diversas instituições religiosas. Veja-se, Iria Gonçalves, *O Património*, p. 296; Armindo de Sousa, "O Mosteiro de Santo Tirso no século XV", *Estudos Medievais*, n.º 1, Porto, 1981, p. 98; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média, (Estudo de história rural)*, vol. I, Lisboa, 1988, p. 317; Luís Carlos Amaral, *São Salvador de Grijó na Segunda metade do século XIV*, p. 104; Saúl António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória*, p. 231; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras*, p. 447; Manuel Silvio Alves Conde, "Sobre o Património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Das origens ao final do século XV", *Horizontes do Portugal Medieval*, p. 201; Maria Filomena Andrade, *op. cit.*, p. 103; Maria de Fátima Botão, *op. cit.*, pp. 92-93; Maria Inez Gonçalves Marques, *op. cit.*, p. 110.

⁵⁰¹ Em quarenta e três contratos, apenas quatro não tinham como data de pagamento o Natal. Cf., *ibidem*, maço 11, n.º 213; Caderno 2, fl. 4, 5 e 8v.

que à semelhança do que se verificava em outras colegiadas, fosse também, nesta data, que se distribuíam os réditos, patrimoniais e outros, pelos membros da igreja⁵⁰².

5.5. Uma tentativa de caracterização das rendas patrimoniais

Infelizmente o espólio documental da colegiada, parco em informes relativos à administração financeira⁵⁰³, não permite avaliar, para a maior parte do período em estudo, o cômputo global dos rendimentos gerados pelo património nem, consequentemente, a sua evolução até aos finais da Idade Média.

Com efeito, apenas para o primeiro quartel do século XV é possível uma caracterização desses rendimentos. Tal, deriva da existência de um maior volume documental para esse período, no qual se inclui um pequeno caderno, elaborado, muito provavelmente, pouco depois de 1420, onde foram arrolados todos os imóveis da igreja, com a indicação dos montantes a receber por cada um deles⁵⁰⁴.

⁵⁰² Tal verificava-se, por exemplo, na colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, cf., Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval*, pp. 100-101.

⁵⁰³ O espólio não integra, por exemplo, livros de receitas e despesas da instituição.

⁵⁰⁴ Cf. IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 6. Este documento, que não apresenta data, é constituído por dez meias folhas de papel, não numeradas, ao longo das quais se vão arrolando os bens da instituição. Para cada um dos imóveis, a fonte informa-nos sobre o tipo de bem, a sua localização, (em termos bastante vagos), o nome dos foreiros, o montante do foro e as datas de pagamento. Os dois últimos aspectos são destacados num pequeno título, que antecede os dados relativos à propriedade.

O facto de as datas dos contratos de locação, indicadas para alguns imóveis, se situarem entre 1390 e 1420 e de, por vezes, se mencionar que ao momento da feitura do

Revestindo-se de uma enorme importância para uma aportação às bases económica da igreja, as referidas fontes dão-nos, pelo menos para essa época, uma visão, ainda que parcelar e aproximativa, do cômputo global dos rendimentos patrimoniais, em libras antigas⁵⁰⁵, bem como do peso relativo que cada um dos diferentes tipos de bens assumia na sua constituição.

caderno decorria ainda a primeira vida, leva-nos a supor que o documento não tenha sido elaborado muito depois da última data mencionada.

⁵⁰⁵ A opção pela análise dos rendimentos patrimoniais em moeda antiga, deve-se ao facto de ser esta a moeda em que foram fixados, pelos motivos já aludidos, os foros da generalidade dos imóveis. Com efeito, apenas para cinco bens, três urbanos e dois rústicos, os foros foram estabelecidos de modo diferente, nomeadamente em reais, para os primeiros, e em azeite, para os segundos.

Em virtude de as fontes não especificarem o valor da conversão entre a moeda antiga e a corrente, nem, na maior parte das vezes, as datas dos contratos de locação, em função dos quais variava o valor equivalência, torna-se complexa e arriscada a tentativa de redução dos foros à moeda em que os clérigos de Santo Estêvão realmente os recebiam.

Assim, considerou-se preferível a operação contrária, isto é, a conversão dos poucos foros expressos em reais à moeda antiga, utilizando os valores intermédios das equivalências legais em vigor.

No que se refere aos pagamentos em géneros, nomeadamente em azeite, cujo preço se torna difícil de estabelecer neste período de grandes oscilações do valor dos produtos, optámos pela sua não inclusão nos cômputos globais das rendas.

Composição das rendas patrimoniais
(primeiro quartel do século XV)

Tipo de bens		Quantias em libras	%	Total em libras	%
Bens Urbanos	Casas	198,7	61	206,7	63,5
	Chousos	2	0,6		
	Pardieiros	6	1,8		
Bens Rústicos	Vinhas	71	21,8	119	36,5
	Olivais	8	2,5		
	Courelas de herdade	10	3,1		
	Quintã	30	9,2		
Total		325,7	100	325,7	100

Assim, e tendo apenas em atenção os valores da renda principal ou cânon⁵⁰⁶, verifica-se que, do conjunto de imóveis, os bens urbanos eram aqueles que proporcionavam maiores rendimentos à instituição. Cerca de 63,5% dos réditos patrimoniais advinham destes imóveis, muito especialmente das casas, que constituíam, entre todos, o tipo de bem mais rendoso, contribuindo só por si com 61% do total dos rendimentos.

Bem menos significativas eram as receitas proporcionadas pela propriedade rústica, apenas 36,5%, oriundas fundamentalmente das vinhas e da quintã e em muito menor escala dos olivais e das courelas de herdade.

⁵⁰⁶ Pelos motivos aludidos na nota anterior, não contabilizámos os valores das direituras. De qualquer modo, neste período, a sua maior incidência nos bens urbanos contribuiria certamente para reforçar o peso destes imóveis no cômputo global dos rendimentos patrimoniais.

a) Foros de bens urbanos

Sendo as casas os bens mais rendosos da instituição convém que sejam olhados com algum pormenor.

cânon dos bens urbanos (em libras antigas)

tipo de imóvel	quantitativo (em libras)				n.º de bens
	Até 2	+ 2 a 5	+ 5 a 10	+ 10	
Casa	5	11	8	1	25
Casas +quintal	-	1	8	1	10
Chousos	3	-	-	-	3
Pardieiros	-	1	-	-	1
Total	8	13	16	2	39
%	20,5	33,4	41,0	5,1	100

As casas, com características bem diversas, como vimos, não tinham todas o mesmo valor. Se algumas não excediam as duas ou três libras anuais de foro, outras havia que rendiam quinze⁵⁰⁷, ou mesmo dezoito libras⁵⁰⁸ por ano. A maior ou menor compartimentação interna dos imóveis e a existência ou não de quintais parecem ter sido factores⁵⁰⁹ que pesaram na determinação do valor do foro. Isso é, pelo menos, o que se pode depreender de uma análise da variabilidade das rendas em função da

⁵⁰⁷ *Ibidem*, fl. 5v.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, fl. 5.

⁵⁰⁹ A par de outros que a fontes não permitem esclarecer cabalmente, por exemplo, a localização.

tipologia do imóvel. Uma análise naturalmente incompleta, em virtude do carácter lacunar das fontes na caracterização dos bens. Mesmo assim, detectaram-se diferenças, no que à renda diz respeito, entre as habitações mais simples, designadas exclusivamente por “casa”, e outras, que os documentos referem por “casas” com ou sem quintal.

A “casa”, expressa no singular, térrea e constituída, muito provavelmente, por uma única divisão, era, nesta altura, largamente maioritária, com os seus foros a distribuírem-se por todas as classes de rendas. Contudo, estes imóveis apresentavam uma maior concentração de foros nas classes de rendas mais baixas, até duas libras, e de duas a cinco libras, sendo menos numerosas as que ultrapassavam este valor. Situação diversa se verificava em relação às “casas”, algumas sobradadas, com mais divisões, que proporcionavam foros um pouco mais elevados. Apenas uma pagava menos de cinco libras, todas as outras solviam rendas entre as cinco e as dez libras. Estas habitações, e apenas estas, possuíam, em alguns casos, quintais anexos que, pela importância que assumiam para os foreiros⁵¹⁰, constituíam factor de valorização do imóvel.

Face às diferenças detectadas entre as foros de umas e outras habitações, é, pois, compreensível que a estratégia patrimonial da igreja tivesse passado, na segunda metade do século XV principalmente, pelo incentivo da construção de novas divisões, em sobrados ou até nos espaços anexos ainda livres. É que, como a análise das rendas permite concluir, uma maior compartimentação, sobretudo se acompanhada do aumento do espaço útil dos imóveis, se reflectia no crescimento do valor das rendas.

Para além das casas, mas em muito menor escala, diversos outros bens contribuíam ainda para aumentar o erário da instituição,

⁵¹⁰ Veja-se o que foi dito sobre a importância dos quintais no ponto dois 3.1.2. deste trabalho.

nomeadamente alguns quintais, “chousos” e “meios chousos”, que, de *per si*, eram fonte de rendimento, mesmo quando a sua dimensão era diminuta. Contudo, o valor dos seus foros era reduzido, apenas de uma libra ou menos que isso⁵¹¹.

Também os pardieiros, apesar do estado de degradação, podiam solver algum foro, regra geral pouco elevado, inferior a duas libras. Outros havia que não geravam qualquer rendimento. Por exemplo, no referido caderno de recolha das rendas dos pardieiros arrolados, dois encontravam-se muito provavelmente em estado de total abandono, não tendo sido indicado para nenhum deles qualquer montante a receber pelo prioste⁵¹². Este aspecto demonstra bem quão correcto e necessário era o esforço da colegiada no sentido de evitar a degradação dos edifícios, se não se queriam ver reduzidos os níveis dos rendimentos patrimoniais.

Como constatámos, embora alguns bens solvessem foros muito baixos, essa não era a regra. De facto, as classes de rendas mais significativas eram as intermédias, cujos valores oscilavam entre as duas e as cinco libras e entre as cinco e as dez libras. Esta última classe constituía mesmo a que apresentava o maior valor percentual, abrangendo cerca de 41 % dos imóveis. Mesmo que os bens com foros superiores à dezena de libras correspondessem apenas a 5,1% do total, as rendas imobiliárias urbanas podem considerar-se, ainda assim, relevantes, sobretudo se atendermos ao perfil do património, constituído maioritariamente por moradias pouco complexas, algumas das quais, por vicissitudes várias, se encontravam reduzidas a pardieiros.

⁵¹¹ *Ibidem*, fl. 6v.

⁵¹² *Ibidem*, fl. 8v.

Os foros de Santo Estêvão revelam-se mesmo ligeiramente superiores aos praticados em outros centros urbanos de reconhecida importância. Veja-se, por exemplo, o caso de Évora, onde, sensivelmente no mesmo período, os bens das albergarias apresentavam uma maior concentração nas classes de rendas mais baixas, até duas e de duas a cinco libras, do que as verificadas para Santo Estêvão⁵¹³.

Também na Guarda, os foros das habitações eram, de um modo geral, inferiores aos cobrados pela colegiada. Isto tomando em linha de conta os valores conhecidos para a propriedade régia dessa cidade, cujos imóveis, nos finais do século XIV e nas primeiras décadas do XV, rendiam, em média, cerca de duas libras e meia⁵¹⁴. Um valor que, tendo em atenção a relativa centralidade desses imóveis, nos dá um panorama de rendas muito baixo para esta cidade beirã.

As rendas de Santo Estêvão ficavam, contudo, um pouco aquém das praticadas na rua de Santa Maria, em Guimarães, onde o custo médio de uma habitação, de 1373 até meados do século XV, rondava as oito libras antigas⁵¹⁵. De qualquer modo, estes dados referem-se a uma das mais importantes artérias de Guimarães, uma rua de elite, onde o custo das habitações era significativamente superior ao verificado em outros pontos

⁵¹³ Tomámos como referência os valores indicados por Bernardo Vasconcelos e Sousa para os anos de 1420-1429. Cf., *A Propriedade das Albergarias de Évora*, p. 112, (quadro XVII). Nesse período, as rendas até duas libras correspondiam a 32%; as rendas de duas a cinco libras a 48%; as compreendidas entre as cinco e as dez libras a 12% e as superiores a dez libras a 8%.

⁵¹⁴ Cálculo efectuado a partir dos foros estabelecidos em 1395 no Tombo da Comarca da Beira, analisados por Rita Costa Gomes. Os foros compulsados pela mesma autora para os anos compreendidos entre 1406 e 1436, revelam que os seus valores médios não conheceram grandes alterações, naquele período, rondando igualmente as duas libras e meia. Cf., Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval*, p. 63 e anexos.

⁵¹⁵ Ver, Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Uma Rua de Elite”, *Revista de Guimarães*, vols. XCVII- XCVIII, p. 108.

da vila⁵¹⁶.

De facto, embora os valores do mercado habitacional, para diferentes centros urbanos portugueses, não sejam para este período muito conhecidos, condicionando, portanto, as conclusões, o cotejo efectuado revela-nos que os imóveis de Santo Estêvão eram relativamente bem cotados, face a outros lugares.

A valorização da propriedade da colegiada derivava, naturalmente, do facto de os seus imóveis se localizarem em Lisboa, uma cidade de grande dinamismo, onde as rendas da habitação atingiam preços muito superiores aos praticados por todo o país⁵¹⁷. Note-se, ainda, que este património se inscrevia no interior da cerca fernandina, quase todo numa freguesia contígua ao Tejo, que constituía um eixo de ligação à zona oriental da cidade. Posicionamento que apresentava reflexos positivos sobre o ponto de vista das rendas, embora os seus valores não se pudessem comparar aos que se praticavam em outras áreas da cidade.

Com efeito, tomando como referência os valores das rendas habitacionais de Lisboa na segunda metade do século XV – período mais tardio do que aquele que temos seguido neste ponto, mas o único para que possuímos elementos comparativos⁵¹⁸ –, os foros de Santo Estêvão revelam-se muito aquém dos que se pagavam nas zonas mais ricas da

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. 112.

⁵¹⁷ António Pinto Ravara, *A propriedade urbana régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, pp. 109-110.

⁵¹⁸ Infelizmente, a inexistência de estudos sobre as rendas habitacionais em Lisboa, para o primeiro quartel do século XV, não permite situar, nesse período, para o qual possuímos maiores informes documentais, a importância económica da freguesia face ao conjunto da cidade. O único trabalho que de uma forma sistemática caracteriza os diferentes espaços da cidade sob o ponto de vista das rendas, diz respeito à segunda metade do século XV. Veja-se, Iria Gonçalves, “Aspectos económico sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Um olhar sobre a cidade*, pp. 11- 60.

cidade, onde o custo da habitação era cinco ou seis vezes mais elevado. Por exemplo, na Ribeira, centro nevrálgico de Lisboa, onde vivia gente de enormes possibilidades económicas, o foro de uma casa rondava os 1200 reais por ano⁵¹⁹. Também no Pelourinho, na Judiaria Velha, na Praça da Portagem e suas imediações, áreas circundantes daquele centro, os preços da habitação atingiam valores altos, em média, acima dos 500 reais⁵²⁰. Em período sensivelmente idêntico, uma casa na freguesia de Santo Estêvão valia cerca de 182 reais brancos⁵²¹. Uma importância modesta se comparada com aquela, mas que não se afastava muito da que se pagava, nessa altura, em áreas em expansão relativamente valorizadas, como o Rossio, ou em S. Cristóvão⁵²² e outras freguesias de Lisboa. É ainda preciso ressaltar que os valores conhecidos para Lisboa dizem respeito à propriedade régia que, de um modo geral, face à política patrimonial do monarca, apresentava foros bem mais elevados do que outra propriedade.

⁵¹⁹ *Ibidem*, p. 30.

⁵²⁰ *Loc. cit.*

⁵²¹ Este valor corresponde à média dos foros expressos nos contratos de locação realizados pela colegiada nas décadas de sessenta e setenta do século XV. Cf., IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 2, fls. 13, 14, 15v, 17, 17v; maço 4, n.º 72; maço 9, n.º 168.

⁵²² Os valores médios dos foros do Rossio e de S. Cristóvão eram respectivamente de 172,7 e de 223,3 reais. Cf., Iria Gonçalves, “Aspectos económico sociais da Lisboa do século XV”, p. 30.

b) Foros de bens rústicos

Também as rendas pagas pelos imóveis rústicos merecem alguma particularização.

Cânon dos Bens Rústicos (em libras antigas)

tipo de imóvel	quantitativo (em libras)				n.º de bens
	Até 2	+ 2 a 5	+ 5 a 10	+ 10	
Vinhas	3	6	3	1	13
Olivais	3	1	-	-	4
Courelas de herdade	6	-	-	-	6
Quintã	-	-	-	1	1
Total	12	7	3	2	24
%	50	29,2	12,5	8,3	100

Os foros da propriedade rústica apresentavam alguma variabilidade, quer com a dimensão das parcelas, quer com o tipo de cultura nelas praticada. Assim, se as courelas de herdade, de pequena e muito pequena dimensão, e os olivais, que ainda não constituíam, neste primeiro quartel do século XV, uma clara aposta da colegiada, solviam foros muito baixos, o mesmo não se verificava com a quintã e com as vinhas. A primeira, pelas suas características de unidade produtiva, com diversas parcelas e construções anexas, pagava o foro bem significativo de 30 libras anuais⁵²³. A vinha, nesta altura, a grande opção produtiva da colegiada, ocupando por isso, um leque diversificado de parcelas, apresentava, quanto aos foros, situações heterogéneas. Se algumas não iam além das duas libras, a maioria

⁵²³ IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, Caderno 6, fl.1.

solvia entre quatro e seis libras, havendo mesmo uma vinha que atingia as 25 libras anuais⁵²⁴.

Não obstante a colegiada possuir imóveis que muito pouco rendiam, o valor dos foros dos bens rústicos, especialmente das vinhas, podem, de um modo geral, considerar-se significativos, sobretudo se tivermos em atenção que estamos a referir-nos a uma propriedade muito fraccionada, com parcelas, por vezes irregulares, que na grande maioria dos casos não chegavam ao meio hectare⁵²⁵. Facto que confirma, mais uma vez, o valor que a propriedade assumia em torno de núcleos urbanos importantes, sobretudo, como parece ter sido o caso, quando o senhorio sabia optar pelas produções que, em função das características dos imóveis e das exigências do mercado, se apresentavam, em cada momento, mais rendíveis.

De facto, o património de Santo Estêvão, apesar de relativamente modesto, era ainda assim susceptível de gerar bons rendimentos, facto que derivava, em grande medida, da sua localização em Lisboa. No período que temos vindo a acompanhar de perto neste ponto, a propriedade rendia, em conjunto, 325 libras antigas aproximadamente, isto sem contar com as direituras e os foros em géneros, que não contabilizámos, e que fariam certamente crescer um pouco mais este valor. Note-se que, no período em análise, se faziam ainda sentir os efeitos da crise que se abateu sobre o reino e que deixou as suas marcas sobre o património, com diversas casas reduzidas a pardieiros, causando evidentes prejuízos à instituição.

Ainda assim, os rendimentos obtidos, nessa época, mostravam-se, como seria, aliás, de esperar, bem mais elevados do que aqueles que a

⁵²⁴ *Ibidem*, fl. 1v.

⁵²⁵ Veja-se, o que foi referido no ponto 3.2. relativamente às características da propriedade rústica.

colegiada auferia nas primeiras décadas do século anterior. Com efeito, em 1320, quando o Papa concedeu a D. Dinis o dízimo dos rendimentos eclesiásticos, que conduziu à avaliação de todas as igrejas e mosteiros do reino, a verba indicada como receita da colegiada de Santo Estêvão foi de 300 libras⁵²⁶. Um valor exíguo se comparado com grandes mosteiros⁵²⁷ e colegiadas maiores⁵²⁸, avaliadas em vários milhares de libras, mas que apresentava algum interesse para uma igreja paroquial, sediada numa cidade povoada de instituições religiosas que com ela competiam na recolha de dádivas e outros dividendos. O seu rendimento era mesmo superior ao de muitas outras igrejas de Lisboa, cujas receitas, na maior parte dos casos, não atingiam as duzentas libras⁵²⁹.

A tentativa de comparação das duas verbas referidas, a de 1320 com a do primeiro quartel de quatrocentos, reveste-se, naturalmente, de alguma imprecisão, que deriva de diversos factores. Desde logo porque os rendimentos declarados para efeitos de taxaçaõ, em 1320, poderiam não

⁵²⁶ Considerámos apenas os rendimentos da igreja e não o relativo ao comum dos raçoeiros. Fortunato de Almeida, "Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves, pelos anos de 1320 e 1321, com a lotação de cada uma delas", *História da Igreja em Portugal*, vol. II, tomo segundo, p. 676.

⁵²⁷ A verba global referida, por exemplo, para o Mosteiro de Alcobaça era de dezoito mil libras, para o de Santa Cruz de Coimbra de dezanove mil e duzentas libras, para os mosteiros de Santo Tirso e Pombeiro, oito mil. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, respectivamente, p. 687.

⁵²⁸ Por exemplo, a mesa prioral da colegiada de Santa Maria de Guimarães foi avaliada em mil e seiscentas libras e a mesa do cabido em duas mil e a colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém em três mil e setecentas libras anuais cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, respectivamente p. 641 e p. 681.

⁵²⁹ Das dezanove colegiadas da cidade, onze não atingiam aquela valor. Só as igrejas de Santa Maria Madalena, São Nicolau e S. Martinho apresentavam rendimentos mais elevados do que os de Santo Estêvão, não ultrapassando, contudo, nenhuma delas, as quatrocentas libras. Esta correlação mantém-se se tomarmos em consideração os rendimentos das igrejas e os relativos ao comum dos raçoeiros. Veja-se, Fortunato de Almeida, *op. cit.*, pp. 675-676.

corresponder aos efectivamente auferidos, mas também porque entre um e outro momento dista sensivelmente um século, ao longo do qual a libra, em consequência da política monetária levada a cabo por D. Afonso IV e D. Fernando, conheceu uma significativa desvalorização.

Com as devidas ressalvas, o cotejo efectuado permite constatar uma evolução positiva das rendas, que eram, de facto, bem mais elevados nas primeiras décadas do século XIV. Repara-se que apurámos 325 libras só para os rendimentos patrimoniais, que constituíam apenas uma parte, porventura importante, mas cuja proporção exacta não podemos calcular, dos réditos totais da igreja. A eles havia que juntar os dizimos, sempre significativos para as instituições religiosas, os rendimentos advindos, por exemplo, dos censos sobre determinados imóveis, as pitanças e diversas outras fontes de receitas.

Crescimento das rendas, portanto, ao longo do século XIV, que, no caso das advindas da propriedade, se ficou a dever ao crescimento do próprio património, sobretudo nas últimas décadas da centúria em virtude do incremento de dádivas dos fiéis, mas que se justificou também pela arrumação espacial da propriedade, tendente à concentração de imóveis em áreas que, pela suas características e posicionamento, apresentavam maior interesse sob o ponto de vista dos foros.

Apesar da evolução das rendas, esse primeiro quartel do século XV não fora ainda o momento de pôr em pratica uma estratégia claramente propiciadora da rentabilização da propriedade. Até porque nessa época se vivia a nível interno uma persistente conflitualidade, cujos reflexos, em termos da atenção dispensada à gestão patrimonial, tivemos já oportunidade de constatar.

Infelizmente, as já aludidas lacunas documentais não permitem acompanhar a evolução dos rendimentos imobiliários até ao final do

período em estudo, aspecto que se revestiria da maior importância para podermos ajuizar da eficácia da estratégia patrimonial da igreja, sobretudo da levada a cabo a partir da segunda metade de quatrocentos. Um período de maior estabilidade interna, em que a colegiada procurou valorizar a propriedade, no seu conjunto, mas especialmente a propriedade urbana, que maiores receitas proporcionava. Estratégia que conduziu, por exemplo, ao crescimento do número de casas sobradadas e à realização de outras benfeitorias nos imóveis, bem testemunhadas no tombo de 1502, e que certamente se reflectiu no valor dos foros.

Assim, estamos em crer que, no final do século XV, os rendimentos patrimoniais seriam bastante mais significativos do que os do primeiro quartel da centúria, devido a uma estratégia atenta e cuidadosa, que, sobretudo nesse período, soube aproveitar as potencialidades que o enorme crescimento de Lisboa oferecia ao nível da rentabilização do património.

CONCLUSÃO

A Colegiada de Santo Estêvão, que procurámos caracterizar, tanto quanto as fontes o permitiram, revela, nos seus traços essenciais, semelhança com outras instituições congéneres, na sua estrutura e modos de funcionamento.

Os seus membros, o prior e oito raçoeiros, um número considerável para os padrões da maioria das colegiadas portuguesas, tinham origens sociais e geográficas diversas, representando também a sua passagem por Santo Estêvão momentos diferentes das respectivas carreiras. Para os primeiros, recrutados no círculo da corte, no período em que o padroado foi do rei, e no universo canonical, depois da concessão do mesmo ao Bispo/Arcebispo de Lisboa, a igreja de Santo Estêvão foi, sobretudo, um lugar de acumulação benéficial, que funcionou como complemento de outros rendimentos.

No que se refere aos raçoeiros, a colegiada parece ter sido, em muitos casos, o principal, senão o único, benefício detido. De qualquer modo, se para alguns esta igreja foi o fim de percurso, para outros foi um lugar de passagem enquanto não encontravam uma melhor colocação. As relações estabelecidas na colegiada, ou a partir dela, e os rendimentos auferidos, utilizados em alguns casos para se completar os estudos como via de valorização pessoal, podiam mesmo revelar-se importantes para a obtenção de outros cargos e lugares ou até para ascender na carreira eclesiástica, que podia ter, porventura, como patamar seguinte a obtenção de um canonicato.

Fosse por frequentarem instituições de ensino, por acumularem outros benefícios ou por motivos diversos, os eclesiásticos de Santo Estêvão nem sempre estiveram presentes na igreja. Como se constatou, dos oitos raçoeiros que compunham o colégio, de um modo geral, apenas metade acompanhou com regularidade os actos administrativos. Face aos níveis de absentismo, que não se revelam muito diferentes dos identificados para outras instituições, as funções da colegiada, acabavam por ser efectivamente asseguradas por um pequeno núcleo de membros e pelos substitutos dos ausentes, que recebiam uma parte dos seus rendimentos.

Se ao nível do cumprimento das funções religiosas, em virtude da inexistência de informes documentais, não podemos tecer considerações seguras, no que se refere ao património, os níveis de absentismo detectados não parecem ter-se reflectido negativamente na sua rendibilização. E isto, não só pela existência de um responsável com funções específicas nas questões materiais, o prioste, mas também porque o pequeno número de raçoeiros que, de facto, estava presente, revelou alguma permanência e continuidade no acompanhamento prestado. Aliás, os vestígios documentais, nomeadamente os diversos cadernos, em alguns casos meticulosamente anotados e actualizados, deixam adivinhar os cuidados postos na gestão do património.

Um património formado a partir das pequenas dádivas dos fiéis, que não revelou tendência para aumentar nos finais da Idade Média, e que, portanto, para ser minimamente rentável, exigia uma gestão atenta. Esta passou pelo controlo da situação de cada um e do conjunto dos imóveis, impedindo que fossem indevidamente apropriados ou desrespeitados os direitos do senhorio, bem como por escolher, de entre as formas contratuais possíveis, as que se mostravam mais adequadas às características do património e da instituição.

Mercê da própria localização da igreja e da sua freguesia, mas também de alguma arrumação geográfica levada a cabo, sobretudo ao longo do século XV, a propriedade de Santo Estêvão inscrevia-se, nos finais da Idade Média, como vimos, quase toda ela no espaço urbano e periurbano de Lisboa, uma grande cidade para os padrões medievais portugueses. Este facto conferiu a esse património imobiliário – relativamente modesto, em termos quantitativos, sobretudo se comparado com o de *colegiadas maiores* ou de outras ricas instituições – um potencial, que a colegiada soube aproveitar.

Com efeito, é em função da dinâmica demográfica e económica de Lisboa, que deve ser entendida a estratégia patrimonial, que passou, sobretudo no século XV, no caso da propriedade urbana, pela concentração de imóveis nos locais que apresentavam maior valor locativo e pelo incentivar do alteamento dos edifícios nas áreas mais densamente ocupadas. Também as decisões relativas à propriedade rústica se ligam à dinâmica da economia urbana, optando a colegiada pelas produções que em cada momento pareciam mais lucrativas, em função da localização dos imóveis e das exigências do mercado citadino.

A rendibilização da propriedade seguiu esquemas relativamente comuns a outras instituições, com a entrega dos imóveis para exploração a foreiros mediante contratos em três vidas, que apresentavam vantagens, para o senhorio, sobre o ponto de vista do actualização do foros, mas também para os foreiros, que pela possibilidade de os transmitirem aos descendentes, neles podiam fazer investimentos. Embora, desde o princípio do século XIV, os prazos em três vidas fossem maioritários, eles tornaram-se exclusivos a partir dos finais dessa centúria, como resposta à situação de crise que se verificou em Lisboa e que deixou marcas no património. De notar que a opção por aqueles contratos se verificou para imóveis urbanos e

rústicos, contribuindo para alguma uniformização e estabilidade das práticas gestionárias.

Se desde cedo a colegiada preferiu os foros em moeda, mesmo para os bens rústicos, isso ficou a dever-se, não apenas ao dinamismo da economia de Lisboa, mas também às características da instituição, que pelo facto de os seus membros não terem vida comunitária, não utilizando, por isso, em comum géneros para o seu abastecimento, tornava preferíveis os recebimentos em metal sonante. Também a esse nível a instituição foi tomando as precauções tendentes a evitar as perdas derivadas das desvalorizações monetárias.

Os rendimentos patrimoniais desta instituição não eram, pois, negligenciáveis. Embora constituíssem apenas uma parte do total de réditos da colegiada, eles contribuíram, certamente, para fazer de Santo Estêvão uma instituição atractiva, mesmo para indivíduos bem colocados na hierarquia eclesiástica, como era o caso dos cónegos da sé de Lisboa.

Os complexos mecanismos de repartição das rendas e os frequentes dissídios que provocaram, em alguns casos com reflexos profundos na vida da instituição, acabaram por revelar-nos que os homens de Santo Estêvão, mesmo que ausentes, se mostravam ciosos e atentos aos rendimentos. Não é pois estranho que tivessem posto em prática uma gestão patrimonial minimamente eficaz, que acabou por fazer da instituição, para além de um centro espiritual, um agente económico, de alguma importância, na Lisboa medieval.

Desta cidade ficámos a conhecer um pouco melhor a sua área oriental, em especial a freguesia de Santo Estêvão, quer no que se refere às características do espaço urbano, quer no respeitante à sua dinâmica social e económica, que surge bem evidente na composição sócio-profissional dos fregueses da igreja, de quem a colegiada recebeu a grande maioria dos bens

e com quem contou para a exploração do património urbano e rústico.

* * *

Como todo o trabalho histórico, a caracterização que apresentámos desta colegiada de Lisboa é uma visão parcelar e fragmentária, o que, em grande medida, deriva das próprias características das fontes utilizadas. Apesar do esforço de interligação entre a vertente humana e económica os dados coligidos dão-nos, ainda assim, uma imagem, talvez, excessivamente vincada das questões materiais.

Mesmo que interessados nos bens terrenos, os clérigos de Santo Estêvão não deixariam, certamente, de cumprir as suas funções no campo espiritual, a razão primeira da existência da colegiada. Contudo, do cumprimento dos deveres religiosos, as fontes pouco nos dizem, como também pouco deixam perceber de muitos outros aspectos da vivência interna da instituição e das tensões que a atravessaram. Saber qual o papel do prior na condução da vida da igreja; conhecer a forma como eram providos os membros e que conflitos se geravam em torno da sua escolha; avaliar o peso e o sentido da interferência do padroeiro; perceber que correlações de forças se estabeleciam no interior do colégio, são apenas algumas, das muitas questões, a que as fontes não permitiram dar resposta. Aspectos que, a ser conhecidos, colocariam novas questões e perspectivas de análise, que poderiam matizar as conclusões apresentadas neste estudo.

ANEXOS

I - Quadro Humano da Colegiada

1 - Priores de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa

Nome	Primeiro ano de registo	Último ano de registo	Outras funções exercidas
Mestre João	1305	1306	Físico da rainha D. Beatriz
Afonso Rodrigues	1311	1335	Chantre de Silves
Adão Gonçalves	1339	-	-
Pedro Esteves	1344	1347	-
Afonso Domingues de Linhares	1350	1351	-
Estêvão Pires	1354	1359	-
Afonso Eanes	1364	1382	Cónego de Lisboa
Gil Martins	1386	1397	-
Lourenço Gomes	1401	1433	Cónego de Lisboa
Fernando Álvares	1436	1445	-
Vasco Pires	1449	-	-
Pedro Eanes	1450	1451	Secretário do Arcebispo de Lisboa
João Nunes	1451	-	-
Gil Esteves	1455	1456	Cónego de Lisboa Capelão Mor do Infante D. Fernando
Gonçalo Nogueira	1468	1473	Cónego de Lisboa
D. João Aranha	1479	1498	Bispo de Safim

2 - Raçoeiros de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa

Cónegos	Primeiro ano de registo	Último ano de registo	Funções na colegiada	Outras funções	Formação/ grau académico
Bartolomeu Eanes	1302	1312	–	–	–
Francisco Eanes	1302	1306	–	–	–
Domingos Eanes	1302	1312	–	–	–
Martim Afonso	1302	1305	–	–	–
Estêvão Domingues	1302	1334	–	–	–
Vicente Pires	1305	1327	–	–	–
Estêvão Martins	1305	1339	Prioste	–	–
Lourenço Pires	1306	1345 †	Prioste	–	–
Fernando Esteves	1320	1347	–	–	–
João Eanes	1320	1339	–	–	–
Afonso Rodrigues	1320	1339	–	–	–
João de Constantim	1344	1346	–	–	–
João Martins	1344	1347	–	–	–
Martim Domingues	1345	1370	–	–	–
Vicente Martins	1345	1351	Prioste	–	–

Vasco Lourenço	1345	1351	–	Procurador na audiência do bispo	–
João Esteves	1349	?	–	–	–
Vasco Martins	1349	1366†	–	–	–
Domingos Bartolomeu	1350	1370	–	–	–
Pedro Eanes	1350	1364	–	–	–
Pedro Afonso	1350	1369	–	–	–
Estêvão Eanes	1351	1359	–	Quaternário da Sé de Lisboa/ Vigário da Sé de Lisboa	–
Vasco Fernandes	1358	–	–	Cónego da sé de Lisboa	–
João Esteves de Soure	1362	1403	Procurador do prior	Prior de Santiago de Lisboa Vigário da sé de Lisboa	–
Afonso Martins	1368	1393	Prioste	–	–
Fernando Eanes	1365	–	–	–	–
João Domingues	1368	–	–	Prior de S. Lourenço	Bacharel em Direito Canónico
Gonçalo Migue	1366	1368	–	–	–
Domingos Eanes	1368	1396	–	–	–
Lourenço Pais	1370	1393	–	–	–
João Vicente	1369	1371	–	–	–
Vasco Afonso	1372	1373	–	–	–

Estêvão Eanes	1372	1412	–	–	Escolar em Direito Canónico
Gonçalo Fernandes	1386	1434	Prioste	–	–
Gonçalo Vasques	1408	1417	–	–	–
Vicente Eanes	1393	1433	–	–	–
Gonçalo Rodrigues	1412	1432	–	Escrivão do cabido da sé	–
Diogo Afonso de Ferreira	1412	1474†	Prioste	–	–
João Gomes	1412	1417	–	–	–
Pedro Esteves de Santarém	1413	1449	–	–	Escolar em Direito Canónico
João de Elvas	1435	1436	–	–	1438- escolar em Direito Canónico; 1450- licenciado; 1455 - lente do Estudo Geral
Afonso Eanes	1434	1455	Prioste	–	–
Gil Esteves	1436	-	Prioste	–	–
Salvador Afonso	1441	1456	–	–	–
João Martins	1449	1486	–	Prior de Porto de Mós/ beneficiado da sé	–
Afonso Domingues	1449	1456	–	Prior de Monte Agraço	–
Afonso de Moura	1450	–	–	–	–

Luis Eanes	1455	1493	–	Vigário do Mosteiro do Salvador	–
João Fernandes	1456	1489	–	–	–
Álvaro Eanes	1458	1495	–	Prior de Santa Maria de Vila Fernando / Bispado de Évora.	Escolar
Gaspar Pires	1466	1468	–	–	–
Pedro Gonçalves	1473	1497	–	–	–
Álvaro Afonso	1477	–	–	Deão de Viseu/ cônego de Lisboa	Doutor em Cânones
João Afonso	1477	1480	–	–	Mestre em Teologia
João Sardinha	1479	1495	Prioste	–	Escolar em Artes
João Armam	1481	1486	–	–	Escolar
Sebastião Vaz	1488	1497	–	–	–
Domingos Lopes	1492	1498	–	–	Licenciado

II – Características da Propriedade

1. Propriedade urbana

Medidas das propriedades urbanas de Santo Estêvão em 1502

Imóveis	Dimensões		Rácio c/l	Área (m ²)	Área Total (m ²)	Fonte
	medievais	actuais				
Uma loja	[não são fornecidas medidas]					IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 1
casa térrea	c = seis varas l = três varas	6,6 3,3	2	27,78	27,78	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 1
Casas	Casa dianteira c = 3 varas e 1 palmo l = 3 varas e 1 palmo Câmara c = 3 varas e 1 palmo l = 2 varas e 1 palmo Cozinha c = 1 vara e 1 palmo l = 2 varas Loja c = 5 varas e meia l = 3 varas e meia	3,5 3,5 3,5 2,4 1,3 2,2 6,05 3,85	1 1,5 -1 1,5	12,25 8,4 2,86 23,29	46,8	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 1v.
Casas de dois sobrados	Loja- c= seis varas l = cinco varas e 1 palmo 1º sobrado Casa dianteira c= seis varas l = cinco varas e 1 palmo 2º sobrado câmara e cozinha c= seis varas l = cinco varas e 1 palmo	6,6 5,7 6,6 5,7 6,6 5,7	1,2 1,2 1,2	37,62 37,62 37,62	112,86	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 1v.

Casas de dois sobrados	Loja c= seis varas e meia l = cinco varas	7,15 5,5	1,3	39,32	117,96	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 2.
	1º sobrado Casa dianteira c= seis varas e meia l = cinco varas	7,15 5,5	1,3	39,32		
	2º sobrado câmara c= seis varas e meia l = cinco varas	7,15 5,5	1,3	39,32		
Casas de um sobrado	Loja c= cinco varas e meia fg. l = cinco varas	6,05 5,5	1,1	33,27	66,54	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 2
	Sobrado Casa dianteira , câmara e cozinha					
	c= 5 varas e meia l = cinco varas	6,05 5,5	1,1	33,27		
Casas térreas	Casa dianteira c= cinco varas e meia l = três varas e meia fg.	6,05 3,85	1,05	23,29	108,54	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 2v
	Cozinha c= cinco varas l = duas varas e 1 palmo	5,4 2,4	2,2	13,2		
	Quintal c= dez varas l = 5 varas	11 5,5	2	60,5		
	Meio sobrado Câmara					
	c= três varas escassas l = três varas e meia	3,3 3,5	0,9	11,55		

Casas sobrada das	Loja c= seis varas l = três varas e 1 palmo sobrado Casa dianteira e câmara c= seis varas l = três varas e 1 palmo	6,6 3,5 6,6 3,5	2 2	21,78 21,78	43, 56	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 2v
Casas	Loja c= cinco varas l = cinco varas folgadas sobrado casa dianteira, câmara e cozinha c= cinco varas l = cinco varas folgadas	5,5 5,5 5,5 5,5	1 1	30,25 30,25	60,5	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 3
Casas	Loja c= sete varas e 2 palmos l = quatro varas e 1 palmo sobreloja sobrado casa dianteira, câmara e cozinha c= sete varas e 2 palmos l = quatro varas e 1 palmo	8,1 4,6 8,1 4,6	1,7 1,7	37,26 37,26	74,52	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 3
Uma casa térrea	c= quatro varas e 1 palmo l = três varas	4,6 3,3	1,3	15,18	15,18	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 3v
Casas	Loja c= seis varas l = seis varas sobrado casa dianteira e câmara c= seis varas l = seis varas	6,6 6,6 6,6 6,6	1 1	43,56 43,56	87,12	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 3v

Quintal	Loja c= cinco varas e dois pés l = quatro varas e meia sobrado c= cinco varas e dois pés l = quatro varas e meia	6,1 4,95 6,1 4,95	1,2 1,2	30,19 30,19	60,38	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 4
Casas	Loja c= dez varas l = três varas Sobrado casa dianteira e câmara c= dez varas l = três varas Quintal c= 14 varas e meia l = duas varas e meia l= seis varas Duas casas térreas no quintal c = 4 varas e um pé l = 5 varas c = 5 varas l = 3 varas e meia	11 3,3 11 3,3 15,95 5,06 4,7 5,5 5,5 3,85	3,3 3,3 3,2 0,8 1,4	36,3 36,3 80,7 25,85 21,17	200, 32	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 4
Casas Sobrada das	Loja c = 8 varas l = 3 varas e meia fol Sobrado c = 8 varas l = 3 varas e meia fol Loja c = 8 varas l = 3 varas e meia fol Sobrado c = 8 varas l = 3 varas e meia	8,8 3,85 8,8 3,85 8,8 3,85 8,8 3,85	2,2 2,2 2,2 2,2	33,88 33,88 33,88 33,88	67,76 67,76	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 4v
Casas	Loja c = 5 varas e um palmo l = 3 varas Sobrado c = l =	5,7 3,3 	1,7	18,81	18,81	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 4v

Casas	Loja c = 7 varas e quarta l = 4 varas menos 1/4	7,97 4,15	1,9	33,07	66,14	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 5
	Sobrado- Casa dianteira , Câmara e cozinha c = 7 varas e quarta l = 4 varas menos 1/4.	7,97 4,15	1,9	33,07		
Casas	Loja c= oito varas e um pé l = cinco varas menos 1/4	9,1 5,23	1,7	47,59	142,77	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 5.
	1º sobrado Casa dianteira e câmara c= oito varas e um pé l = cinco varas menos 1/4	9,1 5,23	1,7	47,59		
	2º sobrado casa solta c= oito varas e um pé l = cinco varas menos 1/4	9,1 5,23	1,7	47,59		
Casas	Loja c = seis varas e meia l = duas varas e uma quarta	7,15 2,47	2,8	17,66	17,66	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 5v
	Sobrado Casa dianteira Câmara c = l =					
Casas	Loja c = seis varas e meia l = duas varas e uma quarta	7,15 2,47	2,8	17,66	17,66	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 5v
	Sobrado Casa dianteira Câmara c = l =					

Casas	Loja c= cinco varas e um pé l = quatro varas e meia	5,8 4,95	1,17	28,71	86,13	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 6
	1º sobrado Casa dianteira c= cinco varas e um pé l = quatro varas e meia	5,8 4,95	1,17	28,71		
	2º sobrado Câmara c= cinco varas e um pé l = quatro varas e meia	5,8 4,95	1,17	28,71		
Casas	Loja c = cinco varas menos 1 mão l = três varas e meia Sobrado Casa dianteira e câmara c = l =	5,3 3,85	1,3	20,40		IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 6
Casas térreas	c = cinco varas e meia l = quatro varas menos 1/4	6,05 4,13	1,5	24,98	24,98	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 6v
Casas Térreas	c = sete varas e meia l = três varas e meia	8,25 3,85	2,1	31,76	31,76	AN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 6v
Casas Térreas	c = quatro varas e meia l = cinco varas e meia c = três varas e meia folgada l = cinco varas e meia tem um quintal c = seis varas e meia l = cinco varas e meia	4,95 6,05 3,85 6,05 7,15 6,05	0,8 0,6 1,2	29,94 23,29 43,25	96,48	IAN/TT, CSEAL, Caderno 4, fl. 7

c = comprimento l = largura fg. = folgada

2 – Propriedade rústica

Dimensões e áreas dos olivais em 1502

designação	Dimensões		Rácio c/l	Área (ha)	Outros aspectos	Fonte
	medievais	actuais				
olival	longo = 31 br trv = 22 br	C = 56,42 m l = 40, 40 m	1,39	0,22	36 oliveiras.	IAN/TT; <i>Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa</i> , caderno fl.8.
olival	longo = 80 br trv = 19 br	c = 145,6 l = 34, 58	4,2	0,50	Faz uma manga. Tem 80 oliveiras e muitas árvores de fruto. Tem dentro uma vinha.	<i>Ibidem</i> , fl. 8.
olival	longo = 56 br trv = 29 br	c = 101,92 l = 52,78	1,9	0,53	21 oliveiras	<i>Ibidem</i> , fl. 8
Olival e vinha	longo = 30 b trv = 20 b	c = 54,60 l = 36,40	1,5	0,19	70 oliveiras	<i>Ibidem</i> , fl. 8v.
Olival	longo = 30 b trv = 7 b	c = 54,60 l = 7,18	7,60	0,03	9 oliveiras	<i>Ibidem</i> , fl. 8v.
Olival	longo = 28 b trv = 48 b	c = 50,96 l = 87,36	0,53	0,44	76 oliveiras	<i>Ibidem</i> , fl. 9
Olival	longo = 48 b trv = 16 b	c = 87,36 l = 29,12	3	0,25	28 oliveiras.	<i>Ibidem</i> , fl. 9
Oliveiras	longo = 48 b trv = 16 b	c = 87,36 l = 29,12	3	0,25	80 oliveiras.	<i>Ibidem</i> , fl. 9
Olival	longo = 80 b trv = 70 b	c = 145,6 l = 127,4	1,14	1,85	75 oliveiras.	<i>Ibidem</i> , fl. 9v.
Olival	Em cima longo = 28 b l = 30 b	c = 54,6 l = 50,96	1,07	0,27	2 pedaços, um contra o outro.	<i>Ibidem</i> , fl. 9v.
	longo = 28 b trv = 16 b	c = 50,96 l = 29,12	1,7	0,14	20 oliveiras cada pedaço.	

Olival	longo = 55b trv = 53b	c = 100,1 l = 96,46	1,03	0,96	81 enxertos e oliveiras	<i>Ibidem</i> , fl. 10.
Olival	-	-	-	-	-	-
Olival	longo = 35 bc trav = 8 bc	c = 63,7 l = 14,56	4,3	0,09	9 oliveiras grandes	<i>Ibidem</i> , fl. 11v.
Olival	longo = 24 bc trv = riba- 11 bc baixo- 3 bc	c = 43,68 l = 20,02 l = 5,02 média=12,74	3,4	0,08	7 oliveiras grandes e 13 tanchões.	<i>Ibidem</i> , fl. 11v.
2 oliveiras	-	-	-	-	-	<i>Ibidem</i> , fl. 12..
olival	longo = 18 b trav = 17 b	c = 32,76 l = 30,94	1,1	0,10	8 oliveiras e 8 estacas.	<i>Ibidem</i> , fl. 12..
olival	longo = 72 b trv = em baixo: 3 b em cima: 8 b manga: com: 24 b trv: 24 b	c = 131,04 l = 5,46 l = 9,1 c = 43,68 l = 43,68	18 1	0,09 0,19 total = 0,28	45 oliveiras e muitas estacas novas e enxertos. Faz uma manga no vale.	<i>Ibidem</i> , fl. 12.
olival	longo = 42 b trv = 19 b	c = 76,44 l = 34,58	2,2	0,26	15 oliveiras e 20 tanchões.	<i>Ibidem</i> , fl. 13.
Olival	longo = 51 b trv = 20 b	c = 92,82 l = 36,4	2,5	0,33	42 oliveiras grandes e pequenas	<i>Ibidem</i> , fl. 13v.
Olival	longo = 45 b trv = 15 b	c = 81,9 l = 27,3	3	0,22	28 oliveiras.	<i>Ibidem</i> , fl. 14.
Olival	longo = 60 b trv = 25 b	c = 109,2 l = 45,5	2,4	0,49	25 oliveiras.	<i>Ibidem</i> , fl. 14v.

Olival	longo = 70 b trv = 15 b trv = 21 b	c = 127,4 l = 27,3 l = 38,22 média = 32,76	3,8	0,41	44 oliveiras grandes.	<i>Ibidem</i> , fl. 15.
Olival	longo = 77 b trv = 5 b	c = 140,14 l = 9,1	15,4	0,12	10 oliveiras grandes.	<i>Ibidem</i> , fl. 15.
Olival	longo = 71b trv = 25 b trv em cima=11,5 b	c = 129,22 l = 45,5 l = 20,93 média =33,21	3,8	0,42	33 oliveiras grandes e 22 estacas.	<i>Ibidem</i> , fl. 15v.
Olival	longo = 70 b trv =10 b	c = 127,4 l = 18,2	7	0,23	74 oliveiras grandes.	<i>Ibidem</i> , fl. 15v.
Olival	longo = 29 b trv = 30 b	c = 52,78 l = 54,6	0,9	0,28	65 oliveiras grandes.	<i>Ibidem</i> , fl. 16.
Olival	longo = 45 b trav =18 b	c = 81,9 l = 32,76	2,5	0,26	39 oliveiras grandes.	<i>Ibidem</i> , fl. 16.
olival	longo = 38 b trav = 38 b	c = 69,16 l = 69,16	1	0,47	42 oliveiras grandes.	<i>Ibidem</i> , fl. 16.
Olival	longo = 42 b trv = 20,5 b	c = 76,44 l = 37,31	2	0,28	Em baixo no vale tem 17 oliveiras grandes. Pela encosta acima tem 49 oliveiras c tanchões.	<i>Ibidem</i> , fl. 16v.
2 oliveiras	longo = trv =	c = l =				<i>Ibidem</i> , fl. 17.
Olival	longo = 42b trv =20b	c = 76,44 l = 36,4	2,1	0,27	60 oliveiras pequenas.	<i>Ibidem</i> , fl. 17

Longo = comprido trv = travesso/través b = braças

Dimensões e áreas das vinhas em 1502

Designação	Dimensões		Rácio c/l	Área (ha)	Outros aspectos	Fonte
	medievais	Actuais (metros)				
Courela de vinha	longo = 52 b trav = 2 b	c = 94,64 l = 3,64	26	0,03		IAN/TT; <i>Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa</i> , caderno 4, fl. 13
Courela de vinha	longo = 59 b trv = 22 b	c = 107,38 l = 40,04	2,6	0,42	Tem muitas pereiras e 6 oliveiras.	<i>Ibidem</i> , fl. 13v
Courela de vinha	longo = 35 b largo = 30 b	c = 63,7 l = 54,6	1,1	0,34	8 oliveiras grandes	<i>Ibidem</i> , fl. 13v
Courela de vinha	longo = 67 b trv = 20 b	c = 121,94 l = 36,4	3,3	0,44	11 estacas e uma oliveira grande. Tem muitas árvores, macieiras, pereiras, ameixoeiras.	<i>Ibidem</i> , fl. 14
Vinha com oliveiras	longo = 65 b trv = 35 b	c = 118,3 l = 63,7	1,8	0,75	21 oliveiras e 8 pereiras.	<i>Ibidem</i> , fl. 14v
Vinha	longo = 53 b trv = 24,5 b	c = 96,46 l = 44,59	2,1	0,43	T 45 oliveiras e outras árvores de fruto. Faz uma chave, tem uma casa térrea	<i>Ibidem</i> , fl. 17v
	chave: longo = 9 b trv = 9 b	c = 16,38 l = 16,38	1	0,02 total = 0,45		
Vinha	longo = 8 C largo = 4 C	c = 145,6 l = 72,8	2	1,05	1 corda = 10b 18 oliveiras.	<i>Ibidem</i> , fl. 17v

longo = comprido trv = travesso/través b = braças C = cordas

Dimensões e áreas das Courelas de Herdade em 1502

Designação	Dimensões		Rácio c/l	Área (ha)	Outros aspectos	Fonte
	medievais	Actuais (metros)				
Courela	longo = 13 C trv = 5,5 C	c = 70,98 l = 30,03	2,3	0,21	A fonte refere que cada corda corresponde a 3 braças.	IAN/TT; <i>Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, caderno 4, fl. 10v.</i>
Courela	Tem em redondo 56 C	305,76		0,73	1 corda = 3 braças largas	<i>Ibidem</i> , fl. 10v.
Courela	longo = 23 C trv = 3 C	c = 125,58 l = 16,38	7,6	0,20	idem	<i>Ibidem</i> , fl. 10v.
Courela	longo = 8 C trv = 4 b	c = 43,68 l = 7,28	6	0,03	idem	<i>Ibidem</i> , fl. 10v
Courela	longo = 17 C trv = 3 C	c = 92,82 l = 16,38	5,6	0,15	idem	<i>Ibidem</i> , fl. 10v
Courela	longo = 29 C trv = 3 C chave = 4,5 C	c = 158,34 l = 16,38	9,6 1	0,2 0,01 T=0,21	idem	<i>Ibidem</i> , fl. 11
Courela	longo = 54 C trv a sul = 5 C trv a norte = 2C	c = 294,84 l = 27,3 l = 10,92 Média = 19,11	15,4	0,56 + 0,05 T = 0,61	Na parte sul faz uma chave em redondo com 15 cordas. 1 corda = 3 braças	<i>Ibidem</i> , fl. 11
Courela	longo = 47 C trv = 2 C	c = 256,62 l = 10,92	23,5	0,28		<i>Ibidem</i> , fl. 11
Courela	longo = 49 b trv = 2 b	c = 89,18 l = 3,64	24,5	0,03	12 oliveiras	<i>Ibidem</i> , fl. 17

longo = comprido trv = travesso/través b = braças C = cordas

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO

- Chancelarias Régias.

Chancelaria de D. Dinis, Livro 2.

Chancelaria de D. João I, Livros 2 e 5.

- Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa

Maços 1 a 19.

Cadernos 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

- Leitura Nova

Estremadura, Livro I.

Reis, Livro I.

- Gavetas

Gav. XIX, maço 14.

FONTES IMPRESSAS

“Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e Algarves, pelos anos de 1320 e 1321” in Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2.^a edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto, Portucalense Editora, 1971, vol. IV, pp. 90-144.

Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV, org. de A. H. de Oliveira Marques, 3 vols., Lisboa, I.N.I.C./ Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990-1992.

Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, org. de João José Alves Dias, Vol. I, Tomo I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

Chartularium Universitatis Portugalensis, ed. por Artur Moreira de Sá, vols. I, IV, VI, VII, Lisboa, I.A.C./ I. N.I.C., 1966-1981.

CUNHA, D. Rodrigo da, *Historia Ecclesiastica da igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus prelados e varoens eminentes em santidade (...)*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642.

Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História, publicado e prefaciado por João Martins da Silva Marques, vols. II e III, Edição Comemorativa dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, I.N.I.C., 1988.

“De Expugnatione Lyxbonensi” in *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, ed. de Aires A. Nascimento, introdução de Maria João V. Branco, Lisboa, Vega, 2001, pp. 179-199.

GÓIS, Damião de, *Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa*, trad. de Raul Machado, Lisboa, Livros Horizonte, 1995.

“Indiculum Foundationes Monasterii Beati Vicentii Vlixbone”, in *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*, ed. de Aires A. Nascimento, introdução de Maria João V. Branco, Lisboa, Vega, 2001, pp. 53-152.

Livro de Leis e Posturas, editado por Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, 1971.

“Livro de bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII”, ed. por Pedro de Azevedo e Anselmo Braamcamp Freire, *Arquivo Histórico Português*, vol. 4 a 7, Lisboa, 1906-1910.

Livro das posturas antigas, editado por Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal, 1974.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, 2 volumes, Barcelos, Livraria Civilização, 1990.

Idem, *Crónica de D. Fernando*, ed. Giulliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975.

MARTIN MARTIN, José Luis, “ El poblamiento de Portugal según ‘*Collectoriae*’ Vaticanas del siglo XIV: diócesis de Lisboa y Coimbra”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto- História*, 2.ª série, vol. XIII, 1996, pp. 136-148.

Monumenta Henricina, ed. da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, vols. II, VII, IX, X, Coimbra, 1960-1971.

Monumenta Portugaliae Vaticana ed. por António Domingues de Sousa Costa, Vols. I, II e IV, Roma-Porto-Braga, Livraria Editorial Franciscana, 1968-1970.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551, sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, Apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

Ordenações Afonsinas, Livro I a V, 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

PEREIRA Isaías da Rosa, “Visitações de Santo Estêvão de Alfama (1528-1539)”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. 32, tomo. I, pp. 323-351.

PINA, Rui de , “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V” , *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello e Irmão Editores, 1977, pp. 577-881.

DICIONÁRIOS, OBRAS DE REFERÊNCIA E COROGRAFIAS

Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV), organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa/ I.N.I.C, 1990.

CARDOSO. P. Luiz, *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as cidades, Vilas, Lugares e Aldeias, Rios, Ribeiros, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas como modernas*, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747.

COSTA, A Carvalho da, *Chorographia portuguesa e descripção topographica do famoso reino de Portugal*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712.

COSTA, Américo, *Diccionario chorographico de Portugal Continental e Insular*, 12 volumes, Porto, Livraria Civilização, 1929-1949.

Dicionário de Historia da Igreja em Portugal, dir., de António Banha de Andrade, 2 volumes, Lisboa, Ed. Resistência, 1980-1983.

Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, 6 volumes, Porto, Ed. Figueirinhas, 1981.

Dicionário de História religiosa de Portugal, dir. de Carlos Moreira Azevedo, vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho e FERREIRA, Pedro Augusto, *Portugal Antigo e Moderno*, 12 volumes, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873-1890.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 volumes, 3.^a edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

MARQUES, A H. de Oliveira, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Estampa, 1988.

SILVA, António de Moraes, *Novo dicionário compacto de língua portuguesa*, 6.^a edição, 5 volumes, Lisboa, Editorial Confluência, 1990.

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Edição crítica de Mário Fiúza, 2 volumes, Porto, Civilização, 1983.

CARTAS E MAPAS

Atlas do Ambiente, II-7- *Carta da distribuição da oliveira e zambujeiro*. escala 1/ 100 000, Lisboa, Comissão Nacional do Ambiente, 1978-1979. Notícia explicativa.

Carta Militar de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, escala 1/ 25 000, série M 888, fls. 416, 417, 430, 431, 432, 442, 454, 465.

Carta Corográfica de Portugal, Instituto Geográfico e Cadastral, escala 1/50 000, fls. 34 A (Sintra); 34 B (Loures); 34 C (Cascais); 34 D (Lisboa).

Carta Corográfica de Portugal, Instituto Geográfico e Cadastral, escala 1/ 100 000, série M 684, fls, 34 (Lisboa); 38 (Setúbal).

Planta da Cidade de Lisboa, coordenada e gravada por J. F. M. Palha, 1898.

Planta de Lisboa, coordenada por J. R. Silva, escala 1/20 000.

Planta de Lisboa em 1650, por João Nunes Tinoco, pub. Por Augusto Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª edição, volume I, Câmara Municipal, 1987.

ESTUDOS

ABEL, Wilhelm, *Crises agraires en Europe (XIIIe-XXe siècle)*, Paris, Flammarion, 1973.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 2.ª edição preparada e dirigida por Damião Peres, volumes. I, II e IV, Porto, Portucalense Ed., 1967, 1968, 1971.

AMARAL, Luís Carlos, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV. Estudo de Gestão agrária.*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

Idem, "O património fundiário da Sé de Braga entre 1071-1108 " in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990, pp. 513-550.

Cf. DUARTE, Luís Miguel.

ANDRADE, Amélia Aguiar, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Idem, " Um percurso através da paisagem urbana medieval", in *Povos e Culturas*, n.º 2, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos de Expressão Portuguesa-Universidade Católica, 1988, pp. 57-77.

Idem, " Conhecer e Nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas", in *A Cidade: Jornadas inter e pluridisciplinares*, Actas, I, Lisboa, 1993, pp. 123-140.

Idem, "Percursos vividos, Percursos conhecidos nos núcleos urbanos medievais", in *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 52-60.

ANDRADE António Banha de, “ Colegiadas – sua função, em especial a do ensino”, in *Actas do Congresso de Guimarães e a sua Colegiada*, vol. V, Guimarães, Câmara Municipal, 1982, p. 9-15.

Idem, “ Bens eclesiásticos”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dirigido por António Banha de Andrade, vol. II, Lisboa, Editorial Resistência, 1983, pp. 424-444.

Idem, “ Colegiadas”, in *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa-Rio de Janeiro, Verbo, 1940, pp. 122-123.

Idem, “Vinhos no Alentejo”, in *O Vinho na História Portuguesa séculos XIII-XIX. Ciclo de Conferências*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1983, pp. 195-198.

ANDRADE, José Sérgio Velloso, *Memorias sobre chafarizes, bicas, fontes e poços publicos de Lisboa, Belem e muitos logares do termo*, Lisboa, 1851.

ANDRADE, Maria Filomena, *O Mosteiro de Chelas: Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*, Cascais, Patrimonia, 1996.

ARAGÃO, Augusto C . Teixeira de, *Descrição Geral e História das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 2.^a ed., Porto, Livraria Fernando Machado, 1964.

ARIÈS, Philippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, trad. de Pedro Jordão, Lisboa, Teorema, 1988.

ARNAUT, Salvador Dias, “A Arte de Comer em Portugal na Idade Média”, Introdução histórica a “*O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal*”, Coimbra, ed. pelo mesmo e por Giacinto Manuppella , 1967, pp. XXIII –CXXX.

AZEVEDO, Pedro de, “ Do Areeiro à Mouraria (topografia Histórica de Lisboa)”, in *O Archeologo Português*, vol. V, 1899-1900, pp. 212-224 e 257-279.

BARBOSA, Pedro Gomes, “A Toponímia e a Cidade Medieval” in *Lisboa, O Tejo, A Terra e o Mar e outros estudos*, Lisboa, Edições Colibri, 1995, pp. 23-29.

Idem, “ A História Rural de Base Regional”, *ibidem*, pp. 41-54.

Idem, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, I.N.I.C., 1992.

BARRIOS GARCIA, Angel, *Estructuras agrarias y de poder en Castilla. El exemplo de Avila (1085-1320)*, 2 volumes, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, 1983-1984.

BARROS, Henrique da Gama, *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, 2.^a edição, organizada por Torquato de Sousa Soares, tomos I a XI, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945-1954.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, *A comuna muçulmana de Lisboa, séculos XIV e XV*, Lisboa, Hugin, 1998.

BASTOS, Maria do Rosário, “ Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI”, in *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, dirigida por José Mattoso, Lisboa, Edição de João Sá da Costa, 1996, 111- 116.

BEIRANTE, Maria Ângela, “ Para a História da Morte em Portugal (séc. XII a XIV)”, in *Estudos de História de Portugal, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I, *Séculos X-XV*, Lisboa, 1982, pp. 359-383.

Idem, “Capelas de Évora”, in *Cidade de Évora*, n.ºs 65-66, 1982-83, pp. 22-50.

Idem, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989.

Idem, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

Idem, “ D. Afonso Henriques e as Cidades”, in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, vol. V, *Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no séc. XII*, Guimarães, Câmara Municipal, 1997, pp. 223-234.

Idem e DIAS, João José Alves, “ O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI”, in *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 61-79.

BENEVOLO, Leonardo, *A cidade na História da Europa*, tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

BLOCH, Marc, *Les Caractères Originaux de l'Histoire Rurale Française*, 3^a ed., Paris, Armand Colin, 1988.

BRAGA, Paulo Drumond, “A construção corrente na região de Palmela nos fins da Idade Média”, *As Ordens Militares em Portugal*, 1.º Encontro Sobre Ordens Militares realizado em Palmela em 3, 4 e 5 de Março de 1989, in *Actas*, Palmela, Câmara Municipal, 1991, pp. 143-155.

Idem, *Setúbal Medieval (séculos XII a XV)*, Setúbal, Câmara Municipal, 1998.

BRANCO, Maria João Violante, “A conquista de Lisboa revisitada: estratégias de ocupação do espaço físico, político e simbólico”, in *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. II, *A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal, 1996, pp. 121-137.

Idem, “Reis, bispos e cabido: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”, in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 10, 1998, p. 55-94.

Cf. SILVA, Maria João Marques.

BRITO, José Joaquim Gomes de, *As Ruas de Lisboa. Notas para a história da vias públicas lisboenses*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1935.

BOTÃO, Maria de Fátima, *Poder e Influência de uma Igreja Medieval, A Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998.

Idem, *Silves. A capital de um reino Medieval*, Silves, Câmara Municipal, 1992.

Cf. GONÇALVES, Iria.

CAETANO, Marcelo, “O Concelho de Lisboa na Crise de 1383-1385” sep. de *Anais*, 2.ª série, vol. 4º, Academia Portuguesa de História, 1953, pp. 175-247.

CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

CARLÉ, Maria del Carmem, “La Ciudad castellana a comienzos de la Baja Edad Media”, in *Anuario del Instituto de Investigaciones Historicas*, n.º 3, 1958, pp. 413-433.

Idem, “La casa en la Edad Media Castellana”, in *Cuadernos de Historia de España*, LXVII-LXVIII, 1982, pp. 165-229.

CASADO ALONSO, Hilario, *La Propiedad Eclesiastica en la Ciudad de Burgos en el siglo XV: el cabildo catedralicio*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1979.

CASTELO-BRANCO, Fernando, “Vinhas e Vinhos de Lisboa”, sep. de *O Vinho na História Portuguesa, séculos XIII-XIX*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1983.

CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga*, 2.ª Parte, *Bairros Orientais*, 12 vols. 2.ª ed., Lisboa, Câmara Municipal, 1935-1938.

CASTRO, Armando de, “Renda”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, Ed. Figueirinhas, 1981, pp. 282-285.

Idem, “Padroado (Idade Média)”, *ibidem*, vol. IV, 1981, p. 511.

Idem, “O sistema Monetário” in *História de Portugal*, dir. por José Hermano Saraiva, vol. II, 1245-1640, Lisboa, Alfa, 1983, pp. 233-242.

CATARINO, Maria Manuela S. C., *Na margem direita do Baixo Tejo: paisagem rural e recursos alimentares (séculos XIV e XV)*, Dissertação de Mestrado apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998.

CHAPELOT, Jean e Robert FOSSIER, *The Village and the house in the Middle Ages*, Londres, 1985.

COELHO, António Borges, *Quadros Para Uma Viagem a Portugal no Século XVI*, Lisboa, Caminho, 1996.

Idem, “ Nomes de Ruas e de Gentes de Lisboa das descobertas”, in *O Nome das Ruas*, Lisboa, Horizonte, 1994, pp. 75-88.

COELHO, Maria Helena da Cruz , *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de História Rural)*, 2ª ed. 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Idem, *O Mosteiro de Arouca. Do século X ao século XIII*, Arouca, Câmara Municipal, 1988.

Idem, “ Permanences et Mutations dans le Monde Rural au Portugal au XIV^e et XV^e Siècles”, sep. de *Le Portugal du XV^e Siècle, Actes du Colloque*, Paris, 22 Mars, 1987, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1989.

Idem, “ Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos”, in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI, I - Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 9-22.

Idem, “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra”, *ibidem*, pp. 60-72.

Idem, “ A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”, *ibidem*, pp. 37-59.

Idem, “ A terra e os homens da Nóbrega no século XIII”, *ibidem*, pp. 170-198.

Idem, “ O senhorio Crúzio do Alvorge na centúria de trezentos”, in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI. II – Dominio senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 31-92.

Idem, e VENTURA, Leontina, “ A mulher como um bem e os bens da mulher”, in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão Histórica e perspectivas actuais*, Actas do colóquio realizado em Coimbra, 20 a 22 Março de 1985, vol. I, Coimbra, 1986, pp. 51-90.

CONDE, Manuel Silvio Alves, “ Um património Tomarense nos finais da Idade Média: os bens de Beatriz Fernandes Calça Perra”, in *Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores*, 1989, pp. 171-194.

Idem, “ Sobre o Património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Das Origens ao século XV ”, in *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, Patrimonia, 1999, pp. 163-219.

Idem, “ Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal nos fins da Idade Média”, *ibidem*, pp. 257- 297.

Idem, “O espaço periurbano da vila portuguesa de Tomar”, *ibidem*, pp. 121-140.

Idem, *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996.

Idem, *O Médio Tejo nos finais da Idade-Média. A terra e as gentes*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Universidade dos Açores, 2 vols., Ponta Delgada, 1997.

Idem e SILVA, Manuela Santos, “Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média”, *ibidem*, pp. 221-253.

Idem, “ Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medievo. A gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV”, *ibidem*, pp. 321-383.

COSTA, Adelaide Pereira Millán da, “ O espaço dos vivos e o espaço dos mortos nas cidades na Baixa Idade Média”, in *O Reino do Mortos na Idade Média Peninsular*, dirigida por José Mattoso, Lisboa, Edição de João Sá da Costa, 1996, pp. 177- 184.

COSTA, António Domingues de Sousa, “ Estudantes portugueses na reitoria do Colégio de S. Clemente de Bolonha na primeira metade do século XV ” in *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. III, n.º 1, 1970, pp. 3-156.

Idem, “ Colegiadas”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Porto, Ed. Figueirinhas, 1981, pp. 99-100.

Idem, “ Escolas episcopais e paroquiais”, *ibidem*, vol. II, 1981, p. 418-420.

Idem, “ Estudos Superiores universitários em Portugal no reinado de D. João II”, *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. V, Porto, Universidade do Porto/ Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 650-678.

COSTA, Avelino de Jesus da, *O bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, 2 volumes, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1959.

Idem, “Cabido”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I, Porto, Ed. Figueirinhas 1981, pp. 409- 412.

Idem, “Diocese”, *ibidem*, vol. II, pp. 302-308.

Idem, “Paróquia”, *ibidem*, vol. V, pp. 7-8.

COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida, *Origem da enfiteuse no direito português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957.

Idem, “Enfiteuse”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Porto, Ed. Figueirinhas, 1981, pp. 379-382;

Idem, “Os contratos agrários e a vida económica em Portugal na Idade Média”, sep. das *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada*, vol. IV, Guimarães, Câmara Municipal, 1982.

COUTO, Gustavo, *Historia da Igreja de Santo Estevam de Lisboa*, Lisboa, Tip. Comércio, 1927.

DALLA-BELLA J. A., *Memória Sobre a Cultura das Oliveiras em Portugal*, 2ª ed. corrigida e anotada por Sebastião Francisco de Mendo Trigo, Lisboa, 1918.

DELATOCHE, Raymond, cf., GRAND, Roger.

DELGADO, Ralph, *A Antiga Freguesia dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal, 1969.

DELGADO, Rui Nunes Proença, *Contributo para a História Olivícola de Coimbra no século XVIII*, Braga, Livraria Cruz, 1971.

DIAS, João José Alves, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta Nacional de Investigação Científica, 1996.

Idem, “Lisboa Medieval na Iconografia do século XVI”, in *Ensaio de História Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, 117-128.

cf., BEIRANTE, Maria Ângela.

DIAS, Nuno José Pizarro Pinto, “Chaves Medieval. Séculos XIII e XIV”, in *Revista Aquae Flaviae*, n.º 3, Jul/Dez, 1990, pp. 35-94.

DION, Roger, *Histoire de la Vigne et du Vin en France des Origines au XIX^e Siècle*, Paris, Flammarion, 1959.

DUARTE, Luís Miguel e AMARAL, Luís Carlos, “Prazos do século e prazos de Deus (os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV)”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto – História*, 2.ª série, vol. I, 1984, pp. 97-134.

DUBY, Georges, *Economia Rural e vida no campo no ocidente medieval*, traduzido por Carlos Aboim de Brito, 2 volumes, Lisboa, Edições 70, 1987-1988.

DURÃES, Margarida cf., RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida.

DURAND, Robert, "La vigne et le vin dans la bassin du Mondego au Moyen Age (XII^e-XIII^e siècles)", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. V, 1972, p. 13-37.

Idem, *Les Campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1982.

FERNANDES, Hermenegildo N. G., *Organização do espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval. O caso de Beja*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma rua de Elite na Guimarães Medieval, 1376-1520*, Guimarães, Câmara Municipal, 1989.

Idem, "O Arcebispo de Braga, a sua igreja e os privilegiados da coroa", in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II tomo I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990, 515-550.

Idem, "Barcelos, Terra de Condes. Uma abordagem preliminar" sep. de *Barcelos Revista*, 1991/1992.

Idem, "Um percurso por Guimarães Medieval no século XV", in *Patrimonia*, n.º 1, Outubro de 1996, pp. 9-16.

Idem, *Guimarães: Duas vilas um só povo. Estudo de História Urbana (1250-1389)*, 3 vols., Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1997.

FERRO, Maria José Pimenta, "Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres de Lisboa: os hospitais de Dona Maria de Aboim e do Conde D. Pedro", *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica Durante a Idade Média*, in *Actas das I^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Lisboa, 1973, pp. 371-400.

Idem, *Estudos de História monetária portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, 1974.

Cf. TAVARES, Maria José Ferro.

FOSSIER, Robert, Cf. CHAPELOT, Jean.

FOURQUIN, Guy, “ Le temps de la croissance”, in *Histoire de la France rural*, dir. por Georges Duby e Armand Wallon, vol. 1, *La formation des campagnes françaises des origines au XIV^e siècle*, dir. por Georges Duby Paris, Seuil, 1975, pp. 373-547.

Idem, "Au seuil du XIV^e siècle", *ibidem*, pp. 551-60.

GARCIA DE CORTAZAR, José Angel, *História Rural Medieval*, traduzido por Maria Helena da Costa Dias, Lisboa, Estampa, 1983.

Idem, *La sociedad rural en la Espana medieval*, 2.^a ed., Madrid, Siglo Veintiuno de España, 1990.

Idem, “Feudalismo, monasterios y catedrales en los reinos de Leon y Castilla“, in *I Congreso de Estudios Medievales F. Sanches Allbornoz*, s.l., s/d, pp. 257-292.

Idem, “ La sociedad rural peninsular en la Edad Media”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. II, Porto, I.N.I.C., 1987, pp. 491-539.

Idem, “ Organización social del espacio: propuestas de reflexion y analisis historico de sus unidades en la España medieval”, in *Studia Historica-Historia Medieval*, vol. VI, Ed. Universidade de Salamanca, 1988, pp. 195-235.

Idem, e outros, *Organización social del espacio en la Españã medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Barcelona, Editorial Ariel, 1985.

GARCIA ORO, José e PORTELA SILVA, Maria José, *La iglesia y la ciudad de Lugo en la Baja Edad Media. Los señoríos, las instituciones, los hombres*, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas/ Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, 1997.

GARCIA Y GARCIA, Antonio, “ Derecho canonico y vida cotidiana en el medievo”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV, 1988, pp. 189-226.

GASPAR, Jorge, “ A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos de estrutura física e desenvolvimento funcional”, in *La Ciudad Hispánica durante los siglos XIII al XVI. Actas del Colóquio celebrado en la Rabida y Sevilla del 14 al 19 de Septiembre de 1981*, I, Madrid, 1985, pp. 133-147.

cf., TRINDADE, Maria José Lagos.

GAUTIER-DALCHÉ, *Historia urbana de León e Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII)*, 2.^a ed., Madrid, Siglo XXI, 1989.

GOMES, Rita Costa, *A Guarda Medieval, posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*, Cadernos da Revista de História económica e Social, 9-10, Lisboa, Sá da Costa, 1987.

Idem, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

Idem, "As elites urbanas no final da Idade Média: três pequenas cidades do interior", in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, pp. 229-237.

GOMES, Saúl António, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Coimbra, 1990.

Idem, "A solidariedade eclesial na promoção de escolares pobres a estudos universitários. O exemplo coimbrão nos séculos XIV e XV", sep. de *Actas do Congresso de História da Universidade*, Coimbra, 1991.

Idem, "Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV", in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 4, 1992, p. 163-310.

GONÇALVES, Iria, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, U.N.L./F.C.S.H., 1989.

Idem, "Consequências demográficas da Peste Negra", em "Para o estudo da Peste Negra em Portugal", in *Bracara Augusta*, vol. XIV- XV, n.º 1-2, 49-50, Janeiro- Dezembro de 1963, tomo 1, pp. 214-220.

Idem, "Acerca da Alimentação Medieval", in *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 201-217.

Idem, "Aspectos económico-sociais da Lisboa no século XV estudados a partir da propriedade régia", in *Um Olhar Sobre a Cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 11-60.

Idem, "Na Ribeira de Lisboa em Finais da Idade Média", *ibidem*, pp. 61-75.

Idem, "Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa" *ibidem*, pp. 117-137.

Idem, "Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV", *ibidem*, 221-245.

Idem, "Da estrutura do casal nos finais da Idade Média", in *História e Crítica*, n.º 7, 1981, pp. 60-72.

Idem, "Um pequeno proprietário rural de trezentos: Rodrigo Eanes Chim, de S. Vicente da Beira", in *Media Aetas, Revista de Estudos Medievais*, 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1999, pp. 49-78.

Idem e BOTÃO, Maria de Fátima, *As confrarias medievais da região de Alcanena*, sep. do Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos, Ferreira do Zêzere, 4, 1989.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel, “ Propiedades y rentas territoriales del cabildo de Sevilla a fines de la Edad Media”, in *Cuadernos de Historia. Anexo de la Revista Hispania*, n.º 7, 1991, pp. 167-212.

GRAND, Roger e DELATOCHE, R., *L`agriculture au Moyen Age de la Fin de l`Empire Romain au XVI.e siècle*, vol. III de *L`agriculture à travers les Ages*, dir. Émile Savoy, Paris, 1950.

HEERS, Jacques, *Occidente en los siglos XIV y XV*, 2.ª ed., Barcelona, Editorial Labor, 1976.

Idem, *La ville au Moyen Âge. Paysages, pouvoirs et conflits*, Paris, Fayard, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, I.N.I.C., 1992.

JIMÉNEZ GÓMEZ, Santiago, “Análises de la terminología agraria en la documentación lucense del siglo XIII”, in *Actas de las I Jornadas de metodología aplicada de las ciencias historicas*, vol. II – *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 115 -133.

LANGHANS, F. A. Almeida, “Apontamentos para a História do azeite em Portugal”, sep. de *Junta Nacional do Azeite*, Lisboa, 1949.

LA RONCIÈRE, Charles de, “ A vida privada dos notáveis toscanos no limiar do Renascimento”, in *História da Vida Privada*, dirigida por Philippe Ariès e Goerges Duby, vol. II, *Da Europa feudal ao Renascimento*, dirigida por Georges Duby, tradução portuguesa com revisão de Armando Luís Carvalho Homem, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, pp. 163-309.

LE GOOF, Jacques, “L`apogée de la France Urbaine Médiévale, 1150-1330”, in *Histoire de la France Urbaine*, dir. Georges Duby, Tome II, *La Ville Médiévale des Caroligiens a la Renaissance*, dir. Jacques Le Goof, Paris, Seuil, 1980, pp. 189-404.

Idem, *A Civilização do Ocidente Medieval*, 2 volumes, tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Estampa, 1983.

Idem, *Os intelectuais na Idade Média*, tradução de Margarida Sérulo Correia, 2.ª edição, Lisboa, Gradiva, 1990.

Idem, *O Nascimento do Purgatório*, trad. de Maria Fernanda Gonçalves Azevedo, Lisboa, Estampa, 1993.

LEGUAY, Jean-Pierre, "Le paysage péri-urbain au XV^e siècle: L'aspect et le rôle de la campagne voisine dans la vie des cités bretonnes au Moyen Age", in *Mémoires de la Société d'Histoire et d'Archéologie de Bretagne*, t. LVII, 1980, pp. 63-127;

Idem, "Le rôle de la zone péri-urbaine dans l'approvisionnement des villes armoricaines au Moyen Age", sep. de *L'approvisionnement des villes de l'Europe Occidentale au Moyen Age et aux Temps Moderns*, Flaran, n.º 5, 1983.

Idem, *Un réseau urbain au Moyen Age: les villes du duché de Bretagne aux XIV^e et XV^e siècles*, Paris, Maloine Ed., 1981.

Idem, *La rue au Moyen Âge*, Rennes, Ouest France, 1984.

LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa, *Dissertações sobre os dizimos eclesiásticos e oblações pias*, Lisboa, Impressão Régia, 1867.

LOBO, A de Sousa Silva Costa, *Historia da Sociedade em Portugal no seculo XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

LOBO, Constantino Botelho de Lacerda, "Memória sobre a cultura das vinhas de Portugal", in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, tomo 2, Lisboa, Banco de Portugal, 1991, pp. 13-161.

KLAPISCH-ZUBER, Christianne, "A mulher e a família", in *O Homem Medieval*, dir. Jacques Le Goff, trad. de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa, Presença, 1989, pp. 193-208.

KRUS, Luís, "A vivência medieval do tempo", in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 11-24.

Idem, "Atitudes face à inovação/tradição na sociedade medieval", *ibidem*, pp. 143-148.

MACEDO, Luís Pastor de, *Lisboa de lés a lés. Subsídio para a História das vias públicas da Cidade*, 5 vols., 2.^a ed. Lisboa, Câmara Municipal, 1955-1968.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, Lisboa, 2.^a ed., Cosmos, 1978.

Idem, *A sociedade medieval Portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, 5.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987.

Idem, "A população portuguesa nos finais do século XIII", in *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, 2.^a edição, Lisboa, Vega, 1980, pp. 51-92.

Idem, "A moeda portuguesa durante a Idade Média", *ibidem*, pp. 195-220.

Idem, “Pesos e Medidas” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, Ed. Figueirinhas, 1981, pp. 67-72.

Idem, “ Foro”, *ibidem*, vol. III, 1981, pp. 58-59.

Idem, “Desamortização”, *ibidem*, vol. II, pp. 287-288.

Idem, *Portugal na Crise do século XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, 1986.

Idem, “ Lisboa Medieval (introdução metodológica ao seu estudo)” in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, pp. 68-79.

Idem, “Lisboa medieval: uma visão de conjunto”, *ibidem*, pp. 80-91.

Idem, “ Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média – I ”, *ibidem*, pp. 108-135.

Idem, “ Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média – II ”, *ibidem*, pp. 136-143.

Idem, “Lisboa”, in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*, organizado por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Amélia Aguiar Andrade, vol. I, Lisboa, Universidade Nova, 1990, pp. 55-60.

Idem, “O Clero nos séculos XIV e XV - alguns aspectos”, in *Jornadas Sobre Portugal Medieval*, Leiria, 1993, pp. 6-34.

MARQUES, Armando de Jesus, “Portugueses nos Claustros Salmantinos do século XV”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, tomo XIX, fasc. 2, 1963, pp. 165-186.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes, “Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga: meados do século XIII”, *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II, Tomo I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990, pp. 359-387.

MARQUES, José, “Património régio da cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV, (subsídios para o seu estudo)”, in *Revista de História*, vol. III, 1980, pp. 73-97.

Idem, *A arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1988.

Idem, “ O Mosteiro de Guimarães”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, n.º 41, Guimarães, 1990, pp. 7-13.

Idem, “ Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal, no século XV”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto- História*, 2.ª série, vol. XI, 1994, pp. 137-170.

MARQUES, Maria Inez Gonçalves, *A Colegiada de São Martinho de Sintra. Património e Gestão*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à F.C.S.H da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

MARREIROS, Rosa, “ Os bens e os proventos da igreja na época medieval”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, vol. I, 1996, pp. 157-187.

MARTIN MARTIN, José Luis, *El Cabildo de la Catedral de Salamanca (siglos XII-XIII)*, Salamanca, Centro de Estudios Salmantinos, 1975.

Idem, “ El poblamiento de Portugal según ‘Collectoriae’ Vaticanas del siglo XIV: Diócesis de Lisboa Y Coimbra”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto - História*, 2.ª série, vol. XIII, 1996.

MARTINS, Fernando Carlos Rodrigues, *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a Capela de D. Isabel de Sousa*, Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1996.

MARTINS, Rui Cunha, *Património, Parentesco e Poder. O mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992.

MATA, Joel Silva Ferreira, *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: a Comenda de Santos na Idade Média*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.

MATTOSO, António Gonçalves, “A paróquia. Sua evolução histórica e Influência civilizadora”. III. “As paróquias de Lisboa através dos tempos”, in *Lumen*, 27, 1963, pp. 545- 552.

MATTOSO José, “História das paróquias em Portugal”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 37-56.

Idem, “ Os Nobres nas cidades Portuguesas da Idade Média”, *ibidem*, pp.273-291.

Idem, *Identificação de Um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096 - 1325)*, vol. I - *Oposição*. Vol. II - *Composição*, Lisboa, Estampa, 1985.

Idem, “ O culto do mortos em Cister no tempo de S. Bernardo”, in *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, dirigida por José Mattoso, Lisboa, Edição de João Sá da Costa, 1996, pp. 87-105.

Idem, “ Os rituais da morte na liturgia cristã”, *ibidem*, pp. 55-74.

MERÊA, Paulo, "Sobre as doações 'causa mortis' ", in *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, 1937, pp. 119-121;

Idem, "Sobre a revogabilidade das doações por morte", in *Estudos de Direito Hispânico Medieval*, tomo 1, Coimbra, 1952, pp. 173-184.

Idem, " O problema da origem das doações *post-obitum*", *ibidem*, pp. 185-192.

Idem, " Sobre as origens da terça", *ibidem*, tomo II, Coimbra, 1956, p. 55-74.

Idem, "Para um glossário do nosso latim medieval", sep. de *Biblos*, 1940.

Idem, " Temas histórico-jurídicos (a propósito de alguns livros recentes) - I – Emprazamento e aforamento", in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, XIX, 1943, pp. 141-179.

MONTEIRO, Nuno, cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e.

MORAIS, M. Rodrigues, *Viticultura Pratica Portuguesa*, 3ª ed., Porto, Ed. Gazeta das Aldeias, 1946.

MOREIRA, Manuel António Fernandes, *Raizes Históricas da Diocese de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, 1999.

MORENO, Humberto Carlos Baquero, "Consequências Sociais da Peste Negra", in " Para o estudo da Peste Negra em Portugal", dir. Virgínia Rau, *Bracara Augusta*, XIV-XV, n.º 1-2, (49-50), Janeiro- Dezembro de 1963, pp. 229-239.

Idem, "Um testamento concebido durante a Peste Negra", in *Bracara Augusta*, vol. XXXII, 1978, pp. 125-136.

Idem, " As oligarquias urbanas e as primeiras burguesias em Portugal", in *Revista da Faculdade de Letras do Porto, História*, 2.ª série, vol. XI, 1994, pp. 111-136.

MUNFORD, Lewis, *A cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas*, 2.ª ed., S. Paulo, Martins Fontes/ Editora Universidade de Brasília, 1982.

NEVEUX, Hugues, " Déclin et reprise: la fluctuation biséculaire 1330-1560 ", in *Histoire de la France rurale*, dir. por Georges Duby e Armand Wallon, vol. II, *L'age classique des paysans de 1340 à 1789*, dir. Emmanuel Le Roy Ladurie, Paris, Seuil, 1975, pp. 11-173.

OLIVEIRA, Luís Filipe e VIANA, Mário, " A mouraria de Lisboa no século XV", in *Arqueologia Medieval*, n.º 2, 1993, pp. 191-209.

OLIVEIRA, Miguel de, *História da Igreja*, Lisboa, União Gráfica, 1938.

Idem, *História Ecclesiástica de Portugal*, 4.^a edição, Lisboa, União Gráfica, 1968.

Idem, *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950.

OPITZ, Claudia, “ O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)”, in *História das Mulheres no Ocidente*, dir. Georges Duby e Michelle Perrot, vol. 2, *Idade Média*, dir. Christianne Klapisch-Zuber, tradução com revisão científica de Maria Helena da Cruz Coelho e outros, Porto, Afrontamento, s/d, pp. 353-435.

PEREIRA, António dos Santos, “A Universidade no período dos descobrimentos: aspectos do quotidiano no bairro dos escolares em Lisboa de finais de quatrocentos e primórdios de quinhentos”, in *Actas do Congresso de História da Universidade em Portugal, 7.º Centenário*, Vol. III, Coimbra, 1990, pp. 34-59.

PEREIRA, Armando de Sousa, “O Infante D. Fernando de Portugal, Senhor de Serpa (1218-1246): História da vida e da Morte de um Cavaleiro Andante”, sep. de *Lusitania Sacra*, 2.^a série (10), 1998.

PEREIRA, Isaiás da Rosa, “ A vinha e o vinho em documentos medievais”, in *O vinho na História Portuguesa (séculos XIII-XIX)*. Ciclo de Conferências, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1983, pp. 55-79.

Idem, “Algumas considerações sobre o papel da mulher na Idade Média”, in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Actas do Colóquio realizado em Coimbra, 20 a 22 Março de 1985, vol. II, pp. 197-202.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

PEREIRA, Nuno Teotónio, FREITAS, António Pinto de, e DIAS, Francisco da Silva, “ Zona 4 (Estremadura, Ribatejo, Beira Litoral)”, in *Arquitectura Popular em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, ed. do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1980, pp. 337-451.

PINA, Isabel Castro, “ Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV”, in *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, dir. por José Mattoso, Lisboa, Edição de João Sá da Costa, 1996, pp.125-134.

Idem, *A Encosta Ocidental da Serra da Estrela. Um espaço rural na Idade Média*, Cascais, Patrimonia, 1998.

PORTELA SILVA , Maria José, Cf., GARCIA ORO, José.

PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa, da reconquista ao fim do século XIII*, tradução de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Palas Editores, 1975.

Idem, "Occupation du sol et cultures autour de Coimbra au XIIe siècle", in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las ciencias historicas*, vol. II-*Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 79-87.

RAMOS, Luís António de Oliveira, "Consequências económicas da Peste Negra" in "Para o estudo da Peste Negra em Portugal", dir. Virgínia Rau, *Bracara Augusta*, XIV-XV, n.º 1-2, (49-50), Janeiro- Dezembro de 1963, pp. 220-229.

RAVARA, António Pinto, *A propriedade Urbana régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1967.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

Idem, "A Civilização do barro no Sul de Portugal (Aspectos e Sugestões)", in *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura-Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1961, pp. 47-78.

Idem, "Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal", in *Opúsculos Geográficos*, vol. 4, *O Mundo Rural*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, pp. 85-170.

Idem, *Mediterrâneo, ambiente e tradição*, 2.ª edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., *La Colégiale de São Pedro de Torres Vedras, (fin XIII^e – fin XV^e Siècles), Étude économique et sociale*, tese de "Doctorat de III^e cycle" apresentada à Universidade de Paris IV – Sorbonne, 1981.

Idem, "Família, Igreja e Estado: A salvação da alma e o conflito de interesses entre os poderes", in *Arqueologia do Estado, I.ªs Jornadas Sobre as Formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII a XVIII*, vol. II, Lisboa, 1988, pp. 817-836.

Idem, "As colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV", in *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos de História Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 195-243.

Idem, "O domínio rural e urbano da Colegiada de São Pedro de Torres Vedras no Final do século XV", *ibidem*, pp. 135-159.

Idem, "A formação e exploração do domínio da Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras (fim do século XIII – fim do século XIV)", *ibidem*, pp. 104-110.

Idem, “ A política contratual dos senhores rurais de Torres Vedras na segunda metade do século XV”, *ibidem*, pp. 161-175.

Idem, “O património das Donas de Santos no termo de Torres Vedras durante a Idade Média”, *ibidem*, pp. 177-192.

Idem, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

Idem, “ Os Prazos do cabido de Braga nos séculos XIV e XV” in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II, tomo I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1990, pp. 463-483.

Idem, “ Colegiadas”, in *Dicionário de História religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira Azevedo, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 399-402.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos, “Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV”, sep. da *Revista Municipal*, n.ºs 101-109, Lisboa, 1968.

ROSA, Maria de Lurdes, *Pêro Afonso Mealha. Os bens e a gestão de riqueza de um proprietário leigo do século XIV*, Redondo, Patrimonia, 1995.

ROSSIAUD, Jacques, “Crises et Consolidations”, in *Histoire de la France Urbaine*, dir. Georges Duby e Armand Wallon, Tome II, *La Ville Médiévale des Caroligiens a la Renaissance*, dir. Jacques Le Goof, Paris, Seuil, 1980, pp. 408-613.

ROUX, Simone; “L’habitat urbain au Moyen Âge. Le quartier de l’ Université à Paris”, in *Annales, E.S.C.*, XXIV-5, 1969, p. 1096-1219.

Idem, *La maison dans l’histoire*. Paris, Albin Michel, 1976.

RUBIO, José Antonio, “ 'Donationes post obitum' y 'donationes reservato usufructu' en La Edad Media de León y Castilla”, in *Anuario de Historia del Derecho Español*, IX, 1932, pp. 1-31.

SÁ, Artur Moreira de, “Dúvidas e Problemas sobre a Universidade Medieval Portuguesa”, Sep. da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, n.º 8, 1964.

SALGUEIRO, Teresa Barata, “ A espacialidade no tempo urbano”, in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 7, 1992, pp. 7-34.

SANTAMARIA LANCHO, Miguel, “ El Cabildo catedralicio de Segovia como aparato de poder en el sistema político urbano durante el siglo XV”, in *Studia Historica, Historia Medieval*, vol. VIII, 1990, pp. 47-77.

SANTOS, Cândido dos, “Vida religiosa do clero e das massas populares em Portugal nos finais da Idade Média”, in *Lucerna* (número de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão), 1984, pp. 489-503.

SANTOS, Vítor Pavão dos, *A casa do Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1964.

Idem, “As casas do Alcaide-Mor de Mértola no início do século XVI”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXI, Jan-Dez, 1977, pp. 255-264.

SARAIVA, António José, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, 3.^a edição, Lisboa, Gradiva, 1993.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Portugueses no Estudo de Toulouse*, Coimbra, Oficina Gráfica da Imprensa de Coimbra, 1954.

Idem, “Escolares Portugueses nas Universidades do Sul de França (1350-1400)”, in *Ocidente*, Vol. XLV, n.º 185, pp. 105-112.

Idem, *Portugueses no estudo de Salamanca I, (1250-1550)*, Coimbra, Companhia Imprensa de Coimbra, 1962.

SILVA, Augusto Vieira, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2.^a edição, 2 vols., Lisboa, Câmara Municipal, 1987.

Idem, *A Cerca Moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*, 3.^a edição, Lisboa, Câmara Municipal, 1987.

Idem, “Evolução paroquial de Lisboa”, in *Dispersos*, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal, 1954, pp. 173-215.

Idem, “Os Limites de Lisboa”, *ibidem*, pp. 57-103..

Idem, “Notícias históricas das freguesias de Lisboa”, *ibidem*, pp. 219-299.

Idem, “O Termo de Lisboa”, *ibidem*, pp. 35-53.

SILVA, Fernando Vieira da, Cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995.

Idem, “A moradia privilegiada – o Paço”, in *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, p. 23-43.

SILVA, Manuela Santos, *Estruturas urbanas e administração concelhia: Óbidos Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1997.

Idem, “A assistência social na Idade Média. Estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém”, in *Estudos Medievais*, n.º 8, 1987, pp. 171-142.

Idem, “Contribuição para o estudo das oligarquias urbanas medievais: a instituição de Capelas Funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média”, in *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares. Actas*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 114-127.

Cf., CONDE, Manuel Sílvio Alves.

SILVA, Maria João Branco Marques da, *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal, 1991.

Idem, *Esgueira, A vida de uma aldeia no século XV*, Redondo, Patrimonia, 1994.

Cf., BRANCO, Maria João V.

SILVA, Nuno Espinosa Gomes da, “João das Regras e outros estudantes portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)”, sep. da *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XII, Lisboa, 1960.

SOARES, Torquato de Sousa, “Aforamentos”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I, Porto, Ed. Figueirinhas, 1981, pp. 51-52.

SOUSA, Armindo de, “1325-1480”, in *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, vol. II, *A Monarquia Feudal (1096 - 1480)*, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 312-556.

Idem, “O Mosteiro de Santo Tirso no século XV”, in *Estudos Medievais*, n.º 1, 1981, pp. 95-156.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, Lisboa, I.N.I.C., 1990.

Idem, “Paisagem Agrária e organização Social do Espaço no Alentejo Medieval (Séculos XII a XV)”, in *Economia e Sociologia*, n.º 45-46, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico de Évora, 1988, pp. 21-39.

Idem, SILVA, Fernando Vieira e MONTEIRO, Nuno, “O Livro das despesas do prioste do cabido da Sé de Évora (1340-1341)”, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 9, Jan-Jun, 1982, pp. 91-143.

TAVARES, Maria José Ferro, “A moeda portuguesa de 1245 a 1383” in *História de Portugal*, dir. por José Hermano Saraiva, vol. II, 1245-1640, Lisboa, Alfa, 1983, pp. 271-281.

Idem, “A Moeda Portuguesa de 1383 a 1481”, *ibidem*, pp. 283-291.

Idem, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1989.

Cf. FERRO, Maria José Pimenta.

TRINDADE, Maria José Lagos e GASPAR, Jorge, “A Utilização agrária do solo em torno de Lisboa na Idade Média”, in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. II, *Historia Medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 89-94.

TORRES, Ruy de Abreu, “Arrendamento”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, dir. Joel Serrão, Porto, Ed. Figueirinhas, 1981, pp. 206-207.

Idem, “Dizimos eclesiásticos”, *Ibidem*, vol. II, pp. 328-329.

VAN BATH, B. H. Slicher, *História Agrária do Ocidente Europeu (500-1850)*, traduzido por L. Crespo Fabião, Lisboa, Presença, 1984.

VENTURA, Leontina, cf. COELHO, Maria Helena da Cruz.

VENTURA, Margarida Garcez, *Igreja e Poder no século XV. Dinastia de Avis e Liberdades Eclesiásticas*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

VIANA, Mário, *Os vinhedos Medievais de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998.

Idem, “Uma perspectiva do património de duas colegiadas de Santarém”, in *Media Aetas, Revista de Estudos Medievais*, 2, Universidade dos Açores, 1999, pp. 79-101.

Cf. OLIVEIRA, Luís Filipe.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, *Abrantes Medieval séculos XIV e XV*, Abrantes, Câmara Municipal, 1988.

Idem “Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém)”, in *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, dir. por José Mattoso, Lisboa, Edição de João Sá da Costa, 1996, pp. 165-176.

Idem, *A Vivência da morte na Estremadura portuguesa*, Redondo, Patrimonia, 1995.

Idem, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999.

Idem, “ Notas para o estudo do clero eborense no século XIV: as súplicas a Roma”, in *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora – Actas*, vol. II, Évora, 1994, pp. 17-26.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

C.S.E.A.L. – Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa

Dir. – Direcção

Doc. - Documento

F.C. S. H. – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Fl./ fls. – Fólio / Fólios

I.A.C. – Instituto de Alta Cultura

I. A .N. / T.T – Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo

I.N.I.C. – Instituto Nacional de Investigação Científica

Sep. – separata

U.N.L. – Universidade Nova de Lisboa

ÍNDICES

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Número médio de raçoeiros documentados na realização de contratos.....	39
Contrapartidas das dádivas	50
Distribuição dos doadores e testadores por sexo	52
Tipo de bens recebidos	58
Cronologia da aquisição de imóveis	62
Número de pisos das casas de Santo Estêvão de Alfama, em 1502	79
Área total das casas de Santo Estêvão de Alfama, em 1502	82
Número de divisões das habitações de Santo Estêvão, em 1502.....	84
Casas arruinadas	92
Área dos olivais em 1502	102
Área das vinhas em 1502	103
Área das courelas de herdade em 1502	104
Forma das diversas parcelas de terra	106
Concentração e dispersão das oliveiras (árvores por hectare)	122
Incidência cronológica dos contratos em vidas	139
Ritmo contratual	148
Características da titularidade dos foreiros.....	153
Direituras de bens urbanos e rústicos	172
Proporção de contratos com exigência de pagamento de direituras	173
Direituras.....	174
Datas de pagamento (cânon e direituras)	176

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Formas de aquisição do património.....	46
Distribuição dos doadores e testadores por categorias sócio-profissionais.....	53
Evolução do tipo de dádivas recebidas	59
Relação comprimento/largura de olivais, vinhas e courelas de herdade.....	107
Duração dos contratos	138
Rescisões dos contratos	145
Distribuição cronológica dos contratos com exigência de reparação de imóveis.....	151
Condição sócio-profissional dos foreiros de bens urbanos.....	156
Condição sócio-profissional dos foreiros de bens rústicos.....	162
Composição das rendas patrimoniais (primeiro quartel do século XV).....	180
Cânon dos bens urbanos (em libras antigas).....	181
Cânon dos bens rústicos (em libras antigas).....	187

ÍNDICE DE MAPAS E PLANTAS

	Pág.
Freguesias de Lisboa	11
Áreas de maior implantação de bens urbanos em Lisboa no final do séc. XIV.....	68
Distribuição espacial da propriedade rústica no final do século XIV.....	95
Distribuição espacial da propriedade rústica em 1502	96
As vinhas no aro periurbano de Lisboa no final do século XIV	113
As vinhas no aro periurbano de Lisboa em 1502	114
Os olivais no aro periurbano de Lisboa no final do século XIV	119
Os olivais no aro periurbano de Lisboa em 1502	120
As courelas de herdade no aro periurbano de Lisboa no final do séc. XIV	126
As courelas de herdade da colegiada no aro periurbano de Lisboa em 1502	127

ÍNDICE GERAL

	Pág.
INTRODUÇÃO	4
1. ORIGENS E QUADRO HUMANO DA COLEGIADA (UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO).....	9
1.1. As origens.....	9
1.2. Quadro Humano.....	16
1.3. A repartição dos rendimentos.....	41
2. A FORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO.....	45
2.1. As modalidades de aquisição.....	45
2.2. As motivações e as contrapartida das dádivas.....	48
2.3. Os intervenientes	51
2.4. Os bens recebidos	57
2.5. A dinâmica das aquisições de bens imobiliários	61
3. A PROPRIEDADE.....	66
3.1. A propriedade urbana	66
3.1.1. Implantação espacial.....	66
3.1.2. Os bens urbanos.....	74
3.2. A propriedade rústica	93
3.2.1. Implantação espacial.....	93
3.2.2. O predomínio da pequena exploração	99
3.2.3. As produções	109

4. A GESTÃO DOS RECURSOS	131
4.1. Exploração indirecta.....	132
4.2. O predomínio dos contratos em três vidas.....	136
4.3. O incumprimento das cláusulas contratuais.....	143
4.4. O ritmo contratual.....	147
4.5. Os foreiros	152
4.5.1. Os foreiros dos bens urbanos	155
4.5.2. Os foreiros dos bens rústicos	161
5. OS RENDIMENTOS PATRIMONIAIS.....	167
5.1. A monetarização das rendas.....	167
5.2. A moeda de pagamento	169
5.3. As direituras	171
5.4. As datas de pagamento.....	174
5.5. Uma tentativa de caracterização das rendas patrimoniais.....	178
CONCLUSÃO	192
ANEXOS.....	197
I – Quadro Humano da colegiada.....	198
1- Piores de Santo Estêvão.....	198
2- Raçoeiros de Santo Estêvão.....	199
II – Características da propriedade	203
1- Propriedade urbana.....	203
2- Propriedade rústica	209

BIBLIOGRAFIA214

ÍNDICE DE GRÁFICOS242

ÍNDICE DE QUADROS.....243

ÍNDICE DOS MAPAS E PLANTAS.224

ÍNDICE GERAL245

